

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

HUGO AREND

**TRAGÉDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
LOUCURA E EXTINÇÃO NOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA
INTERNACIONAL E SEUS EFEITOS DE VERDADE NO *ONZE DE
SETEMBRO* (1910-2001)**

PORTO ALEGRE
2015

HUGO AREND

**TRAGÉDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
LOUCURA E EXTINÇÃO NOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA
INTERNACIONAL E SEUS EFEITOS DE VERDADE NO *ONZE DE
SETEMBRO* (1910-2001)**

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de doutor pelo Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Mallmann

PORTO ALEGRE

2015

HUGO AREND

**TRAGÉDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
LOUCURA E EXTINÇÃO NOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA
INTERNACIONAL E SEUS EFEITOS DE VERDADE NO *ONZE DE
SETEMBRO* (1910-2001)**

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de doutor pelo Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul.

Aprovada em: 4 de Setembro de 2015

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi – UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – PUC-RS

Profa. Dra. Teresa Schneider Marques – PUCRS

Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto – UFRGS

PORTO ALEGRE

2015

A Heron e Hector, claro.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a confiança depositada em mim por minha orientadora Profa. Dra. Maria Izabel Mallmann a quem agradeço pela paciência e pelas inúmeras dicas e sugestões que enriqueceram estas páginas. Todos os possíveis erros e equívocos na tese são de minha responsabilidade.

Agradeço aos membros da Banca Examinadora por sua disponibilidade para ler, criticar e comentar nosso trabalho. Muitos de seus apontamentos foram incluídos nessa versão final e a enriqueceram.

Agradeço também à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul pela bolsa de doutorado que me foi concedida, sem a qual a realização do curso não seria possível.

"Theories can be guilty of complicity in tragic processes".

ASHLEY, Richard K. **The political economy of war and peace**. Nova Iorque: Nichols Publishing Co., 1980, p.234.

"You know, it is important in the history of a discipline, or an area of knowledge or practice, to accept its history no matter how humiliating it may be".

FOUCAULT, Michel. **Wrong-doing, Truth-telling**. Chicago: The University of Chicago Press; Louvain: Presses Universitaires de Louvain, 2014, p.269.

"Tudo que faço ou medito
Fica sempre na metade.
Querendo, quero o infinito.
Fazendo, nada é verdade".

Fernando Pessoa. **Obra Poética**. Rio de Janeiro, 1960, p.172.

Resumo: Partindo de leituras e interpretações de Michel Foucault e fazendo uso de algumas categorias desenvolvidas pelo pensador francês, o trabalho pretende analisar as condições de possibilidade do velamento do terrorismo como problema nas Relações Internacionais (RI), entre 1910 e 2001. Parte-se da constatação empírica que o terrorismo não foi problematizado nas principais obras de RI no período. Apenas após os ataques de Onze de Setembro o terrorismo passou a ser séria e detidamente incorporado às análises de internacionalistas. Argumentamos que o velamento do terrorismo nas RI se deveu, em parte, à necessidade política de vincular a segurança internacional (SI) à tragédia de modo a legitimar e sustentar relações de dominação entre estados e populações. Sustentamos que discursos de tragédia são constitutivos da SI nas RI na medida em que apenas a tragédia é capaz de legitimar ações estatais de exceção. O argumento é apresentado dividindo-se a história das RI em dois grandes dispositivos de segurança: o dispositivo Guerra Total (1910 e 1945) e o dispositivo Guerra Fria (1945 e 2001). Cada um constitui e foi constituído por uma rede de discursos, práticas e instituições que sustentaram perspectivas particulares da ação política racional, apresentando a guerra, primeiro, entre 1910 e 1945, como loucura e, entre 1945 e 2001, como perigo de extinção. Cada um desses dois operadores da SI (a loucura e a extinção) foi articulado a partir de regimes de verdade particulares que determinaram o que podia e não podia ser dito no âmbito da segurança nas RI. A tragédia foi operada em ambos os dispositivos e funcionou como condição de possibilidade da imaginação de SI. Uma vez que a tragédia civilizacional e humana era o risco maior da segurança, o terrorismo não podia ser articulado em regimes de verdade que tomavam a tragédia como referência – a explosão de bares, restaurantes e até aeronaves são insuficientes à imaginação trágica da SI. Argumentamos, ainda, que os discursos de tragédia da SI nas RI colocaram em prática uma série de práticas, discursos e instituições que, em certa medida, proporcionaram o sucesso da operação do Onze de Setembro, sendo esses os efeitos daquelas verdades de segurança. O objetivo da pesquisa é problematizar os efeitos da política de verdade em uma disciplina acadêmica e como o pensamento acadêmico pode servir e ser operacionalizado dentro de dispositivos de segurança de modo a sustentar e legitimar relações de poder.

Palavras-chave: Relações Internacionais / Terrorismo / Tragédia / Segurança Internacional / Dispositivos / Michel Foucault

Abstract: Taking as a reference some readings and interpretations of Michel Foucault's works and using some of his categories of analysis, we intend to analyze the conditions of possibility of the veiling of terrorism as an issue in International Relations (IR) between 1910 and 2001. We depart from the empirical conclusion that terrorism was not problematized in the main works of IR. Only after the 9/11 attacks terrorism was seriously and thoroughly incorporated as an issue in IR. We argue that the veiling of terrorism in IR was due, in part, to the political need to relate international security (IS) to tragedy so as to legitimize and sustain relations of domination between states and populations. We sustain that discourses of tragedy are constitutive of IS in IR to the extent that only tragedy is able to legitimize actions of exception by states. The argument is presented dividing the history of IR in two main security *dispositifs*: the Total War *dispositif* (1910-1945) and the Cold War *dispositif* (1945-2001). Each of them constitutes and is constituted by a network of discourses, practices and institutions that sustain particular perspectives of rational political action, presenting war first, between 1910-1945, as madness, and then, between 1945-2001, as the possibility of extinction. Each of these two operatives of IS (madness and extinction) was articulated in regimes of truth that determined what could and could not be said or thought as IS in IR. Tragedy was operated in both *dispositifs* and functioned as a condition of possibility of IS imagination. Once civilizational and human tragedy was the main risk of security, terrorism could not be articulated in discourses in regimes of truth that took tragedy as a reference – attacks to bars, restaurants or even airplanes are insufficient to the tragic imagination of IS. We argue, still, that those discourses of tragedy put into work a series of practices, discourses and institutions that, to a great extent, made 9/11 possible – those being the effects of truth. The main objective of this research is to problematize the effects of a politics of truth in an academic discipline (IR) and how intellectual thought can function in security *dispositifs* so as to sustain and disseminate power relations.

Keywords: International Relations / Terrorism / Tragedy / International Security / *Dispositifs* / Michel Foucault

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A POSITIVAÇÃO DA DISCIPLINA E A POLÍTICA DO “INTERNACIONAL” (1910-1945)	25
1.1 Os Autores, os Clássicos e o Conhecimento: As Fundamentações Teóricas da Pesquisa.....	27
1.2 A Física Política e o Antropomorfismo das Relações Internacionais.....	41
1.3 A Primeira Guerra Mundial e o Espectro da Ação Política Racional: a Guerra Total e a Função Política da Tragédia.....	53
CAPÍTULO 2 – GUERRA FRIA E SEGURANÇA INTERNACIONAL: TERROR E TRAGÉDIA NA TEORIA POLÍTICA INTERNACIONAL (1945-1990)	67
2.1 A Otanização da Segurança Internacional: A Fundação Rockefeller e a Conferência Sobre Teoria (1954).....	71
2.2 Hiroshima e Nagasaki: Racionalidade, Violência e os Limites da Guerra e da Paz.....	79
2.3 A Segunda Guerra Fria e o Exterminismo: A Politização da Tragédia Nuclear.....	83
2.4 O Espectro da Ação Política Racional e a Guerra Fria: a Função do Terror Nuclear no Discurso da Tragédia.....	87
CAPÍTULO 3 – INTERREGNO – O MUNDO PÓS-GUERRA FRIA: TRIUNFALISMO, PESSIMISMO, RENOVAÇÃO E ATAVISMO (1990-2001)	91
3.1 Narrativas Hegemônicas no <i>Interregno</i> : O Fim da História e O Choque de Civilizações.....	96
3.2 Relações Internacionais: o Terceiro Debate e a Renovação da Disciplina?.....	99
3.3 Segurança Internacional: A Busca por Novas Perspectivas.....	112
3.4 Problematisando o Terrorismo: O "Diretório Mundial de Organizações Extremistas e Terroristas".....	115
CAPÍTULO 4 – LOUCURA E EXTINÇÃO: DISCURSOS DE TRAGÉDIA, SEGURANÇA INTERNACIONAL E EFEITOS DE VERDADE NO ONZE DE SETEMBRO (1910-2001)	127
4.1 Segurança Internacional e Efeitos de Verdade: As Ironias do Onze de Setembro.....	132
4.2 Tragédia e Segurança Internacional: A Constituição das Subjetividades Internacionais.....	141
4.3 Tragédia e Segurança Internacional: Da Crítica do Estado à Interpretação do Trágico.....	147
4.4 Tragédia e Segurança Internacional: Racionalidade, Violência e os Limites da Ação Política.....	159
4.5 Terrorismo e Segurança Internacional: Outros Olhares Sobre os Clássicos.....	164
CONCLUSÃO	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
ANEXO	190

INTRODUÇÃO

Essa tese se desenvolve *em torno de* um dos temas mais críticos do século 20: o terrorismo. Considerado por estudiosos e líderes mundiais como um dos problemas políticos e sociais mais graves a ganhar relevância em nosso tempo, o terrorismo não passou despercebido por nenhuma das Ciências Humanas. O anarquismo nas décadas de 1900 a 1940 e os movimentos de libertação nacional das décadas de 1950 a 1970 empregaram extensivamente o terrorismo como tática de guerrilha. Aterrorizar populações civis e atacar alvos políticos e militares se tornou tática comum de grupos como o Irgun (israelense), a Frente de Libertação Nacional da Argélia, o basco ETA, e o Exército Republicano Irlandês (IRA) (a mais duradoura organização a empregar o terrorismo (1916-2002))¹. O terrorismo foi amplamente empregado por grupos armados em todos os continentes com uma quase infinita variedade de ideologias, religiões, objetivos políticos e tipos de organizações.

Entre as décadas de 1968 e 2007, o banco de dados ITERATE registra 13.087 incidentes de terrorismo internacional. A década de 1980 foi particularmente violenta, apresentando entre 1980 e 1985 mais de quinhentas vítimas fatais anuais e mais de mil feridos a cada ano². Os anos de 1982 a 1989 tiveram uma média de 555 incidentes, anualmente. E entre 1990 e 2001 foram registrados uma média anual de 384 ataques³.

Um dado inequívoco retirado deste banco de dados é que o terrorismo internacional entre 1968 e 2007 aperfeiçoou sua capacidade de vitimar: em praticamente todos os anos a partir da década de 1970 o número de vítimas fatais superou as duzentas e cinquenta e a média de feridos pode ser estabelecida em torno de quinhentas pessoas⁴. Walter Laqueur, num dos mais influentes estudos sobre o fenômeno, estimou em torno de 6-8 mil vítimas de "terrorismo transnacional" apenas no período entre 1966 e 1976⁵.

Mesmo assim, até o início da década de 1970, o terrorismo ainda não havia chamado a atenção da academia. Quando Martha Crenshaw – uma das maiores referências atuais em estudos da área – foi escrever sua tese no início da década de 1960, ela percebeu que havia pouquíssima literatura sobre o tema nas Relações Internacionais e na Ciência Política. A maior parte dos estudos ainda era realizada na Criminologia, na Psicologia, nas

¹ Organizações internacionais como a Liga das Nações e a ONU elaboraram documentos expressando a preocupação da comunidade internacional a respeito da ameaça à paz e à segurança representada pelo terrorismo.

² BOWIE, Neil G.; SCHMID, Alex P. Databases on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, p.306.

³ Segundo a base de dados *Patterns of Global Terrorism*. BOWIE, Neil G.; SCHMID, Alex P. Databases on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., p.314.

⁴ BOWIE, Neil G.; SCHMID, Alex P. Databases on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., p.306.

⁵ LAQUEUR, Walter. **Terrorism**. Londres: Sphere Books, 1980, pp.258-259.

Ciências Sociais e na Antropologia. Foi em meados da década de 1970 com o que se convencionou chamar *internacionalização do terrorismo* (o que, por si só, é uma definição tardia para uma prática que já havia se *internacionalizado* há quase um século) que a academia passou a estudar o problema, especialmente depois do ataque palestino às Olimpíadas de Munique e ao aeroporto Lod, em Israel, em 1972.

Em um levantamento sobre a produção acadêmica, Lum, Kennedy e Sherley encontraram 14.006 artigos sobre terrorismo escritos desde o início do século 20⁶. Destes, 54% foi publicada depois do Onze de Setembro. Ou seja, entre 2001 e 2005 (quando foi feito o levantamento) foram escritos mais de 7.500 artigos, uma média de mil e oitocentos por ano. Também entre 2001 e 2008, foram publicados nada menos que 2.281 livros sobre terrorismo⁷.

Andrew Silke descreve a produção intelectual sobre terrorismo antes do Onze de Setembro nos seguintes termos:

Prior to 9/11 the study of terrorism was carried out *in the periphery of academia*. The funding available for researchers was extremely limited and the number of researchers prepared to focus a substantial element of their career on the subject was paltry. In most cases, it was harmful to an academic or research career to follow such interest and most of those who were genuinely interested in the subject found that they had to incorporate other issues into their work in order to remain professionally viable⁸ (nossos itálicos).

Com o Onze de Setembro,

Since its beginnings in the early 1970s, *the study of terrorism has slowly entered the mainstream of social science disciplines*. In the field of international relations and foreign policy, *it was only after the 9/11 attacks* that many scholars thought that the threat of terrorism mattered to the power and interests of states or to international security. Some scholars still do not consider terrorism a major threat, but *even the most skeptical find it hard to avoid taking terrorism seriously in light of American conceptions and policy preferences*⁹ (nossos itálicos).

Contudo, em uma disciplina acadêmica em particular o terrorismo não ganhou status de objeto de estudo legítimo por parte de sua principal intelectualidade: as Relações

⁶ LUM, C.; KENNEDY, L.W.; SHERLEY, A. Strategies related to the prevention, detection, management, and response to terrorism: a Campbell Systematic Review, 2005, p.5. Apud: SCHMID, Alex P. The literature on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., p.460.

⁷ SCHMID, Alex P. The literature on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., p.460.

⁸ SILKE, Andrew. The impact of 9/11 on research on terrorism. In: RANSTORP, Magnus (edit). **Mapping terrorism research: state of the art, gaps and future directions**. Londres: Routledge, 2006, pp.89-90.

⁹ CRENSHAW, Martha. **Explaining terrorism**. Nova Iorque: Routledge, 2011, p.1.

Internacionais. Entre 1910 e 2001, ou seja, em quase um século de estudos de RI nem uma única obra sobre o terrorismo foi publicada. Há, pelo menos, trinta obras clássicas em Relações Internacionais entre 1910 e 2001 que incluímos em nossa análise¹⁰ e em nenhuma dessas obras o terrorismo foi problematizado suficientemente. Há menções esporádicas ao "terrorismo internacional", ao problema geral do "terrorismo", mas não há capítulos ou livros inteiros dedicados ao tema.

As lacunas mais graves se encontram precisamente nos estudos mais específicos sobre segurança internacional como *A Guerra* (Quincy Wright), *A política entre as nações* (Hans Morgenthau), *Paz e guerra entre as nações* (Raymond Aron), a trilogia *The strategy of conflict*, *Strategy and arms control* e *Arms and influence* (Thomas Schelling), *War and change in world politics* (Robert Gilpin), *America's strategy in world politics* (Nikolas Spykman), *Security: a new framework for analysis* (Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap De Wilde), *Peace and war* (Kalev J. Holsti) e *People, states and fear* (Barry Buzan).

Nossa pesquisa encontrou apenas duas obras que tratam especificamente do terrorismo e seus impactos nas relações internacionais. A primeira é *Guerras justas e injustas*, de Michael Walzer, publicada em 1977 e *The age of terrorism and the international political system*, de Adrian Guelke, publicada em 1995¹¹. *Guerras justas e injustas* é indubitavelmente um dos grandes clássicos das RI. As preocupações de Walzer com a natureza da guerra, com a possibilidade ou impossibilidade da justiça na esfera internacional, bem como suas preocupações sobre os direitos humanos transcendem a disciplina e podem ser encontradas referências a elas em áreas como o Direito Internacional, a Filosofia Política e a Sociologia. Walzer dedica trinta páginas de seu estudo sobre a guerra ao problema do terrorismo, sustentando que o terrorismo do século 20 (especialmente aquele praticado após a Segunda Guerra Mundial) se diferenciaria da violência revolucionária do século 19 e do início do século 20 por se caracterizar como uma "sistemática aterrorização de populações inteiras" que vitimaria civis, mulheres e crianças indiscriminadamente "simplesmente porque [seriam] franceses, alemães, protestantes irlandeses, judeus"¹². O terrorismo contemporâneo, segundo Walzer, quebraria com o "código político" de séculos anteriores; um código "mais ou menos análogo às leis da guerra". Trata-se de uma ruptura

¹⁰ Ver o ANEXO.

¹¹ WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos [1977]**. São Paulo: Martins Fontes, 2003; GUELKE, Adrian. **The age of terrorism and the international political system**. Londres: Tauris, 1995.

¹² WALZER, Michael. Op. cit., pp.335-336.

que Walzer ilustra com exemplos históricos de militares e revolucionários que teriam empregado ou se recusariam a empregar o terrorismo com base em argumentos morais.

The age of terrorism and the international political system de Adrian Guelke é o único livro sobre terrorismo e política internacional publicado antes de 2001 que nossa pesquisa encontrou. É o único que trata especificamente do terrorismo e de suas relações com essa dimensão internacional – o "sistema político internacional" – e que é, em grande medida, o conceito central das RI. Seria, portanto, de se esperar que Guelke se engajasse em um debate com os autores centrais das RI a respeito dos modos de tensionamento entre o *terrorismo* e os estados no *sistema internacional* ou de que forma o terrorismo ameaçaria a segurança dos estados em nível internacional. Essas preocupações estão de certa forma presentes, apesar de não serem centrais. O que falta na análise de Guelke é o diálogo com os teóricos de RI. Não há um estudo explícito dos clássicos da disciplina que fundamente as relações entre o terrorismo e o sistema internacional. Guelke dedica cinco capítulos à definição do terrorismo e de suas principais características. Apenas no nono capítulo, o penúltimo, o autor se coloca a problematizar a dimensão internacional do terrorismo e, nesse sentido, emprega a noção de "internacional" adjetivando o "terrorismo internacional" em sua acepção mais mundana, caracterizando um tipo de ação que envolva "the citizenry or territory of more than one country"¹³.

Essas duas exceções não se contrapõem ao argumento que pretendemos sustentar. Em primeiro lugar, porque a obra de um autor tão importante e debatido quanto Michael Walzer, ao tratar do tema, ainda na década de 1970, deveria despertar, no mínimo, o interesse de outros acadêmicos pela discussão trazida por ele. Especialmente quando nas próprias RI houve um debate aberto com as teses que Walzer defendeu em *Guerras justas e injustas*¹⁴. Em segundo lugar, no caso da pesquisa de Adrian Guelke, não podemos considerá-la um clássico da disciplina. Guelke jamais despontou como um texto a ser estudado entre internacionalistas.

A conclusão que se pode chegar é que o terrorismo foi velado pelas Relações Internacionais no século 20. O terrorismo não figurou como problema internacional a ponto de ser problematizado devidamente pelos clássicos da disciplina de RI, desde a década de 1910 – quando da criação da disciplina – até 2001 – quando dos ataques aos Estados Unidos. A partir desse dado empírico, o objetivo central de nossa tese é analisar justamente como

¹³ GUELKE, Adrian. Op. cit., p.143.

¹⁴ Cf. HOFFMANN, Stanley. **Duties beyond borders [1980]**. Nova Iorque: Syracuse UP, 1981.

este velamento se tornou possível nas RI, analisando como, após Onze de Setembro, o terrorismo se constitui como objeto legítimo de pesquisa e o que essa constituição do terrorismo como problema nos diz sobre a imaginação do que concebemos ser *segurança internacional*. Nossa intenção, portanto, se desdobra em duas dimensões: a análise das condições de possibilidade do velamento do terrorismo ao longo do século 20 nas Relações Internacionais e como o terrorismo se constitui, após o Onze de Setembro, em um problema legítimo de Relações Internacionais.

A pesquisa gira em torno de três questões centrais: 1) De meados da década de 1910 até o Onze de Setembro, como as RI estudaram o problema da segurança internacional e como estes estudos se articularam de modo a ignorar um problema político tão grave como o terrorismo? 2) Após o Onze de Setembro, como o terrorismo foi elevado a objeto de pesquisa legítimo nas Relações Internacionais?; 3) O que estes dois momentos dos estudos de Relações Internacionais – de segurança internacional, em específico –, de 1910-1945 e de 1945-2001, podem nos dizer sobre os modos de articulação dos discursos de verdade e falsidade e seus efeitos políticos e sociais?

Abordamos o problema a partir da política da verdade: a partir do "conjunto de procedimentos regulados pela produção, a lei, a repartição, a colocação em circulação e o funcionamento dos enunciados" presentes nas principais obras de RI e como estes procedimentos se relacionam com a circulação social de "sistemas de poder" que produzem e sustentam a verdade, bem como os "efeitos de poder que conduzem e reconduzem à verdade", ou seja, seus "regimes de verdade"¹⁵. Como são constituídos os problemas de segurança internacional nas Relações Internacionais como legítimos ou ilegítimos e verdadeiros ou falsos e quais são os efeitos políticos de suas verdades? Qual é a *função*, portanto, de uma disciplina acadêmica como as RI na constituição do que se pode considerar uma *ameaça à segurança*? Como são articulados os discursos de segurança internacional nas Relações Internacionais e quais são suas funções na constituição de saberes e conhecimentos que delimitam e constroem nosso modo de interpretarmos o mundo? Como as verdades acadêmicas operam, estrategicamente, a construção dos mundos possíveis e impossíveis da ação política de modo a vislumbrarmos o mundo a partir de suas lentes, de seus conceitos e preocupações? O que os discursos de segurança internacional têm a nos dizer a respeito das inseguranças políticas e sociais do mundo contemporâneo?

¹⁵ FOUCAULT, Michel. La fonction politique de l'intellectuel. In : _____. **Dits et Écrits (1954-1988): Volume II (1976-1988)**. Paris: Gallimard, 2001, pp.113-114.

Nosso problema de pesquisa, portanto, é o seguinte: Como se articulou o problema da segurança internacional nas Relações Internacionais ao longo do século 20 de modo a, primeiro, ignorar o fenômeno do terrorismo e, depois, incorporá-lo como objeto de pesquisa legítimo? Como se estruturou discursivamente o objeto *segurança internacional* nas Relações Internacionais de modo a incluir e excluir temas, conceitos e problemas como legítimos e ilegítimos? Quais são os efeitos desses jogos de verdade na constituição de saberes, conhecimentos e práticas políticas antes e depois do Onze de Setembro?

A hipótese central é que discursos de tragédia funcionaram (e funcionam) como operadores centrais em dois dispositivos de segurança, de 1910 a 2001: o dispositivo Guerra Total e o dispositivo Guerra Fria. O primeiro dispositivo foi constituído ao longo das primeiras décadas da criação da disciplina de Relações Internacionais e teve força até o final da Segunda Guerra Mundial. Esse primeiro dispositivo de segurança circula discursos e práticas de segurança que se legitimam com base na possibilidade da guerra como loucura; como uma prática a ser evitada respeitando-se alguns critérios de racionalidade política, pois a Guerra Total (como passa a ser concebida após 1914) põe em risco não apenas a segurança dos estados em termos de derrotas militares, mas em termos da existência de suas *populações*. A defesa das populações se torna o objeto da segurança internacional nesse momento. O segundo dispositivo, o dispositivo Guerra Fria, se constituiu especialmente após Hiroshima e Nagasaki. Através desse dispositivo circularam os discursos da segurança internacional entre 1945 e 2001 (com um *interregno* entre 1989 e 2001). Nesse dispositivo a guerra deixa de ser acessada com base nos discursos de tragédia como loucura e passa a ser acessada como extinção. O que está em jogo na possibilidade de uma guerra nuclear entre as duas superpotências não é apenas a segurança ou a sobrevivência de populações em alguns estados, mas a existência da espécie humana como um todo. O discurso da tragédia opera como um discurso catastrófico e escatológico que limita a imaginação internacional da disciplina de Relações Internacionais e da segurança internacional, em específico. Essa limitação se dá através de regimes de verdade particulares e será sentida nos eventos do dia 11 de setembro de 2001. Sustentamos, portanto, que os discursos de segurança internacional articulados pela disciplina de Relações Internacionais no século 20 operaram através de dois dispositivos de segurança fundamentados em discursos de tragédia que efetuaram o velamento do terrorismo como questão de segurança.

Compreendemos um discurso, junto a Foucault, "as a series of discontinuous segments whose tactical function is neither uniform nor stable": "it is in discourse that power

and knowledge [saber/savoir] are joined together"¹⁶. Os discursos circulam através de dispositivos. No nosso caso, de dispositivos de segurança. São os dispositivos que os tornam parte de uma estratégia de poder específica, pois os discursos em si não *têm* o poder de funcionar estrategicamente. Não existem discursos *aceitos* e discursos *não aceitos*. A potencialidade de um discurso funcionar de modo estratégico, legitimando, sustentando, instituindo e constituindo relações de poder, controle e repressão, silenciando outros discursos, é dependente do contexto em que são proferidos; é dependente de quem os profere, quando os profere e como os profere:

It is this *distribution* that we must reconstruct, with *the things said and those concealed*, the enunciations required and those forbidden, that it comprises; with the variants and different *effects* – *according to who is speaking, his position of power, the institutional context in which it happens to be situated* – that it implies; and with the shifts and reutilizations of identical formulas for contrary objectives that it also includes¹⁷ (nossos itálicos).

Entre as décadas de 1910 e 1940, no momento de surgimento da disciplina, de sua positivação, a tragédia informa as preocupações acerca da segurança internacional tendo os traumas civilizacionais da Primeira Guerra Mundial como limite da ação política internacional racional. A Guerra Total faz da guerra como instrumento da política uma loucura. A partir das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, a tragédia será mobilizada diferentemente. O Terror Nuclear servirá como limite absoluto da ação política internacional racional. A guerra concebida até então deixará de ser um instrumento válido de política racional. Não se trata apenas de mais uma tragédia como loucura, mas de uma tragédia com riscos de extinção da humanidade. No dispositivo Guerra Fria, o discurso da extinção biológica da espécie humana por armas nucleares servirá para ordenar discursos e práticas de segurança internacional. Com o Onze de Setembro, esses discursos encontrarão seus limites programáticos. O terrorismo finalmente será incorporado como problema de relações internacionais e como problema de pesquisa nas Relações Internacionais. Novos discursos serão articulados e novas práticas de segurança internacional serão introduzidas. Contudo, a tragédia continuará operada em discursos de segurança internacional. A ameaça terrorista – assim como as demais ameaças à segurança internacional anteriores: a Guerra Total e a Guerra Nuclear – precisarão ser vinculadas a uma tragédia para se legitimar como objeto

¹⁶ FOUCAULT, Michel. **History of sexuality, vol.1: an introduction**. Nova Iorque: Vintage, 1990, p.100. Sobre a concepção de discurso em Foucault e como ela varia ao longo de sua obra, ver: FRANK, Manfred. Sur le concept de discours chez Foucault. In: RENCONTRE Internationale. **Michel Foucault philosophe**. Paris: Seuil, 1989, pp.125-134.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 1990, p.100.

legítimo de pesquisa e preocupação nas RI. O novo dispositivo Guerra Global ao Terror precisará de uma ameaça que seja não apenas local mas escatológica para se legitimar politicamente. De modo a se articular como ameaça internacional, o terrorismo será concebido como ameaça apenas na medida em que ele pode vir a se tornar terrorismo nuclear, ou seja, que terroristas venham a adquirir Armas de Destruição em Massa.

O primeiro capítulo da tese será dedicado à análise da positivação das Relações Internacionais como disciplina, nas décadas de 1910 a 1940. Por positivação compreendemos o processo de formação de uma disciplina, de um campo de conhecimento. De que forma a disciplina se positiva? Como as relações internacionais – as relações entre estados propriamente ditas, a materialidade de suas relações de força – se positivam discursivamente como Relações Internacionais, como disciplina acadêmica?¹⁸ Como é constituído o campo de conhecimento *Relações Internacionais*? Em quais outros campos de conhecimento a nascente disciplina se inspirará para se legitimar? Como são articulados os enunciados das RI a partir da Ciência Política, da História e também da Física e da Biologia de modo a constituir um novo campo de saber legítimo? Quais serão suas categorias fundamentais?

Uma vez que as RI são aqui abordadas como *prática discursiva*, ou seja, como uma "prática constitutiva, cujos efeitos podem ser traçados nos mais remotos interstícios da vida cotidiana" ¹⁹ e como "processos discursivos de saber como poder"²⁰, temos que levar em consideração que o surgimento de uma disciplina responde também a demandas políticas e sociais específicas. Toda teoria, conhecimento, saber ou disciplina é sempre para alguém e serve sempre a algum propósito²¹. Apesar dessa relação entre conhecimento, saber, poder e interesses ser um "truísmo prosaico"²², nas palavras de Edward Said, ela é frequentemente velada e, por isso mesmo, esquecemos que os conceitos com que lidamos, as teorias com

¹⁸ Ao longo da tese, empregaremos a grafia padrão na disciplina e nos referiremos às relações internacionais, às relações políticas, econômicas e sociais etc. entre os estados propriamente ditas, em letras minúsculas (relações internacionais) e à disciplina que estuda as relações internacionais (Relações Internacionais, RI), em letras maiúsculas.

¹⁹ WALKER, Robert B. J. **Inside/outside**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p.6.

²⁰ GEORGE, Jim. Understanding International Relations after the Cold War: probing beyond the Realist legacy. In: SHAPIRO, Michael e ALKER, Hayward R. (edits). **Challenging boundaries**. Minnesota: Univ. of Minnesota Press, 1995, p.70.

²¹ Sobre as teorias de RI e uma interpretação de seus propósitos, ver: COX, Robert. Social forces, states and world orders. In: COX, Robert W. & SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. Cambridge: CUP, 2001, pp.85-123: "Theory is always *for* someone and *for* some purpose" (p.87) (itálicos no original).

²² SAID, Edward. **Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world (Updated and with a new Introduction by the author)**. [1981]. Londres: Vintage, 1997, p.165.

que interpretamos o mundo e as disciplinas em que trabalhamos pouco têm de neutras ou não respondem, necessariamente, aos critérios de *cientificidade* e *objetividade* que esperaríamos. Metodologicamente, o *internacional* tem de ser pensado como na provocação poética de Fernando Pessoa: "O mundo exterior existe como um ator num palco: está lá, mas é outra coisa"²³.

Seguindo uma perspectiva crítica a respeito da constituição social do conhecimento, num terceiro momento do Capítulo 1, nos perguntamos: Qual era a função da disciplina de RI nas décadas de 1910 e 1920 que possibilitou sua disseminação pela Europa e pelos EUA? Quais eram, portanto, as condições de possibilidade do surgimento das RI? Não nos interessam suas condições de possibilidade lógicas, internas aos discursos teórico-filosóficos que a teriam legitimado, mas as condições de possibilidade de certa ordem do real, de certas demandas políticas e sociais que exigiram a emergência de um conhecimento particular sobre *o internacional*. As verdades de uma disciplina não são, necessariamente, verdades logicamente estabelecidas, mas verdades discursivamente sustentadas; verdades que se impõem em relações de força externas à lógica formal dos enunciados com outras verdades. A verdade de um discurso é resultado da força, mais do que da razão e da lógica. Em poucas palavras: qual foi a função política da tragédia no dispositivo Guerra Total nessas décadas?

Analisamos, portanto, no primeiro capítulo, os *critérios de formação do objeto* "Relações Internacionais" – e, mais precisamente, do objeto "segurança internacional"; analisamos os *critérios de transformação* (as condições em que a disciplina se tornou possível) e os *critérios de correlação* (das relações entre os novos discursos das Relações Internacionais com os discursos de outras disciplinas). Como esses discursos foram articulados? A partir de quais enunciados se constituíram os problemas da paz e da guerra no que denominaremos *espectro da ação política racional*, nas “regras da arte política”²⁴? A partir de qual racionalidade se constitui tal espectro político? Qual horizonte de racionalidade política foi constituído pelas RI, pelas teorias de segurança internacional, nas décadas de 1920 a 1940, e qual foi a função política da tragédia nesse horizonte de racionalidade entre a paz e a guerra?

Nosso objetivo no primeiro capítulo é, portanto, descrever o *a priori histórico* das Relações Internacionais, as condições de seu aparecimento e desenvolvimento, sua

²³ PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.354.

²⁴ MORGENTHAU, Hans J. **Scientific man versus power politics**. Chicago: UCP, 1946, p.222.

regularidade histórica e seu arquivo: "a lei do que pode ser dito [...], o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares". É o arquivo que "diferencia os discursos em sua múltipla existência e os especifica em sua própria duração"²⁵. É em torno desse *a priori histórico* e desse arquivo que girará a disciplina de RI pelo menos até Hiroshima e Nagasaki.

No segundo capítulo, estudamos a primeira grande transformação nos discursos de segurança internacional nas RI. Essa transformação foi imposta pelas bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945. É a partir desse evento que a imaginação política internacional da disciplina, as percepções acerca da segurança internacional, se reestruturarão. É o evento nuclear de Hiroshima e Nagasaki que opera a inauguração da tragédia absoluta como limite da racionalidade – e da irracionalidade – política. A partir daquele evento, o horizonte da racionalidade política, articulado até então na disciplina – horizonte este descrito no primeiro capítulo – se transformará radicalmente. Será sustentado, por alguns autores clássicos da disciplina que a guerra como historicamente concebida deixa de ser possível. É essa transformação radical no espectro da ação política que se estende da paz à guerra que condicionará o velamento do terrorismo nas RI e, depois, sua incorporação como questão legítima.

No segundo capítulo, analisamos como a tragédia do Terror Nuclear²⁶ opera nos discursos de segurança internacional de modo a condicionar os objetos legítimos e ilegítimos acerca da segurança. Iniciando com a análise dos efeitos de Hiroshima e Nagasaki na reestruturação dos discursos de segurança internacional – especificamente como a noção clássica de *equilíbrio de poder* passou a funcionar como *equilíbrio do terror* – passamos a analisar como se deu o processo de institucionalização das Relações Internacionais nos Estados Unidos, como ela se torna uma "ciência social norte-americana"²⁷? Nesse sentido, como as Relações Internacionais ajudaram a constituir o que passaremos a chamar "Guerra Fria"?

²⁵ FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge and The Discourse on Language**. Nova Iorque: Pantheon, 1972, p.129.

²⁶ Ao contrário do que interpretam muitos pós-estruturalistas, não é a anarquia que é constitutiva da ordem interna, mas o terror. A anarquia é *incorporada* às possibilidades políticas. Essa incorporação se dá pela Escola Inglesa ao conceber o conceito de *Sociedade Anárquica*. A anarquia não é mais algo indomável, perigoso ou insuperável, mas passa a fazer parte do sistema das possibilidades políticas dos estados no sistema internacional.

²⁷ HOFFMANN, Stanley. International Relations: An American Social Science. In: _____. **Janus and Minerva**. Boulder: Westview, 1987, p.3-24.

A "Guerra Fria", argumentamos, será constituída como dispositivo de segurança. Ou seja, a Guerra Fria (assim como a Guerra Total) não será tratada aqui como "contexto histórico", mas como dispositivo. Compreendemos um dispositivo conforme as formulações de Foucault, mas que foram bem sintetizadas por Gilles Deleuze: um dispositivo é um "regime de luz" que "distribuindo o visível e o invisível, faz nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela"; é um "regime de enunciados" que "são enviados às linhas de enunciação sobre as quais se distribuem as posições diferenciais de seus elementos" e, portanto, uma ciência, por exemplo, "se define precisamente pelos regimes dos enunciados que a fizeram nascer"²⁸. E esses "regimes" são os "regimes de verdade" a serem analisados aqui²⁹. Os regimes, portanto, tem como função "incluir as práticas não discursivas (as relações de poder) na formação dos saberes"³⁰.

O dispositivo *Guerra Fria* funciona de modo a operar uma ligação entre as práticas discursivas – o conjunto de discursos sobre segurança internacional, relações internacionais, a guerra, a paz, o terror nuclear e todos os saberes e conhecimentos que se entrelaçam nesses discursos – e as práticas não discursivas – as relações de poder de fato entre os estados, os líderes políticos, as instituições, as fundações e organizações internacionais, universidades e editoras, suas técnicas e estratégias de poder. O dispositivo *Guerra Fria* funciona, taticamente, no interior da "Guerra Fria", no interior das relações internacionais e através das Relações Internacionais, ligando e constituindo práticas discursivas e não discursivas, numa densa rede de regimes de verdades políticas. A "Guerra Fria", as relações de força entre os estados, se trava através da Guerra Fria como dispositivo. A "Guerra Fria" é, portanto, problematizada "as a part of a larger process [a constituição de um dispositivo] of constructing identity in Western modernity, one that privileges a particular way of life as International Relations"³¹.

²⁸ DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: RENCONTRE Internationale. **Michel Foucault philosophe**. Paris: Seuil, 1989, p.185-186.

²⁹ Interessante notar que Deleuze não usa a palavra "verdade" ao descrever o dispositivo e essa lacuna foi imediatamente notada por M. Karkeits durante o Colóquio do qual se extrai o texto supracitado. Deleuze responde afirmando: "La vérité désigne l'ensemble des productions qui se font à l'intérieur d'un dispositif. Un dispositif comprend des vérités d'énonciation, des vérités de lumière et de visibilité, des vérités de force, des vérités de subjectivation. La vérité, c'est l'effectuation des lignes qui constituent le dispositif". DELEUZE, Gilles. Op. Cit., 1989, p.193.

³⁰ CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.337.

³¹ GEORGE, Jim. Understanding International Relations after the Cold War: probing beyond the Realist legacy. In: SHAPIRO, Michael e ALKER, Hayward R. (edits). **Challenging boundaries**. Minnesota: Univ. of Minnesota Press, 1995, p.66. Essa passagem de Jim George é a síntese da interpretação de Bradley Klein sobre o discurso estratégia/segurança próprio do realismo presente em: KLEIN, Bradley. How the West was one: representational politics of NATO. **International Studies Quarterly**, 34, 1990, pp.311-325.

Interpretar a Guerra Fria como dispositivo implica, também, analisá-la na especificidade discursiva e, portanto, histórica e arqueológica, em que ela se desenvolveu. O que nós ocidentais compreendemos ser a "Guerra Fria" não significou o mesmo evento para os soviéticos, por exemplo. Para eles, e para as populações do leste europeu e para os milhões de intelectuais que se identificavam com as ideias do comunismo e do socialismo, a ideia *Guerra Fria* faz sentido como "um termo que define a *política hostil* dos Estados imperialistas do Ocidente relativamente à União Soviética e aos outros países socialistas no período do pós-guerra"³². "A aceitação de uma simetria básica de perspectivas [seria] infundada", segundo intelectuais soviéticos³³.

Ou seja, para estes, a Guerra Fria é um *período* de agressão capitalista contra a URSS e o mundo socialista. Da mesma forma, há uma corrente bastante expressiva de intelectuais norte-americanos que vê a Guerra Fria e suas origens na agressividade soviética e nas políticas de expansão stalinistas após a Segunda Guerra Mundial³⁴. Assim, houve várias "Guerras Frias", várias significações acerca das relações de força em jogo naqueles anos e como aquelas relações de força foram constituídas em saberes, conhecimentos, práticas e técnicas de poder. Desenvolveremos mais esse argumento ao longo do segundo capítulo.

Concebendo a Guerra Fria como dispositivo, nos indagamos ainda no segundo capítulo, como os autores clássicos³⁵ das Relações Internacionais do período vislumbraram o mundo internacional, o espectro da ação política internacional e seus problemas de segurança. De que forma os principais autores das RI pensaram os problemas internacionais e como os enunciados são perpassados pelo signo da tragédia? Como o Terror Nuclear se articula como problema limite em seus escritos?

Metodologicamente, é importante salientar que não consideramos os *autores* como "produtores de discursos". Não estamos preocupados com as "conversas" entre Hans Morgenthau e Arnold Wolfers ou entre Kenneth Waltz e Robert Keohane, por exemplo, como na metodologia desenvolvida por Brian C. Schmidt³⁶ em sua história disciplinar.

³² **DICIONÁRIO DE POLÍTICA INTERNACIONAL**. Lisboa: Avante, 1988; LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. (edits.). **Ending the Cold War: interpretations, causations and the study of International Relations**. Londres: Palgrave/Macmillan, 2004, p.3.

³³ MEDVEDEV, Roy; MEDVEDEV, Zhores. A URSS e a corrida armamentista. In: THOMPSON, Edward (et ali). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.165.

³⁴ NOLAN, Cathal J. **The Greenwood Encyclopedia of International Relations (4 vols)**. Westport: Greenwood, 2002, p.310.

³⁵ Para a lista de autores clássicos de RI estudados na tese e suas obras, ver o Anexo I.

³⁶ SCHMIDT, Brian. **The political discourse of anarchy**. Nova Iorque: SUNY, 1998, p.1.

Seguindo o marco teórico da semiótica foucauldiana, nos preocupamos com os modos pelos quais os autores são perpassados por discursos; com os modos pelos quais discursos, práticas discursivas e não discursivas, condicionam o pensamento com regras de enunciação e com jogos de verdade e como estas condições de possibilidade do pensamento internacionalista, no caso, condicionam o que pode e o que não pode ser dito e o que deve e não deve ser silenciado. Nós nos preocupamos, em suma, com os modos pelos quais a política da verdade atua delimitando nossos horizontes de ação e pensamento. Todo discurso é "uma violência que fazemos às coisas"³⁷. Os autores de RI são, portanto, *autores-função*. Suas vozes nos interessam na medida em que funcionam dentro de formações discursivas específicas. As vozes de Hans Morgenthau, Kenneth Waltz, Edward H. Carr, Norman Angell ou John Mearsheimer nos interessam menos como as vozes de "autores realistas" ou "autores liberais", etc., mas como *loci* de autoridade e de validação de discursos particulares sobre a guerra, a paz, a soberania, as organizações internacionais, a justiça, o terror e o terrorismo. Os autores são "marcas inseridas em discursos" que "devem ser recebidos como enunciados de verdades demonstradas"³⁸. Apesar de não serem os "fundadores de disciplinas", ou "fundadores de discursividades", são assim que eles são normalmente considerados por estudantes e pelo público que os lê. São os autores "clássicos", os "grandes nomes" das escolas teóricas que impulsionam as disciplinas como campos de conhecimento válidos e verdadeiros³⁹.

Não objetivamos a qualquer crítica particular do realismo, do liberalismo ou de quaisquer outras teorias particulares de Relações Internacionais. Não concebemos esta ou aquela teoria de RI como mais ou menos adequada para se interpretar o mundo político. Da mesma forma, não interpretamos os discursos de tragédia nas RI como uma propriedade do realismo, por exemplo, apesar do realismo ser um *locus* privilegiado nas RI para se pensar a tragédia. Argumentamos que a tragédia perpassa *todo o conhecimento de Relações Internacionais desde sua institucionalização*, desde sua positivação. A tragédia é uma

³⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002, p.53.

³⁸ FOUCAULT, Michel. What is an author? In: _____. **Aesthetics, method and epistemology**. Nova Iorque: The New Press, 2010, p.212.

³⁹ "[...] so many authors who know or do not know one another, criticize one another, invalidate one another, pillage one another, meet without knowing it, obstinately intersect their unique discourses in a web of which they are not the masters, of which they cannot see the whole, and of whose breadth they have a very inadequate idea – all these various figures and individuals do not communicate solely by the logical succession of propositions that they advance, not by the recurrence of themes, nor by the obstinacy of a meaning transmitted, forgotten, and rediscovered, they communicate by the form of positivity of their discourse, or more exactly, this form of positivity (and the conditions of operation of the enunciative function) defines a field in which formal identities, thematic continuities, translations of concepts, and polemical interchanges may be deployed. Thus positivity plays the role of what might be called a *historical a priori*". FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge and The Discourse on Language**. Nova Iorque: Pantheon, 1972, p.126-127.

condição de possibilidade do pensamento internacionalista como um todo. Os regimes de verdade que circulam nas RI e que são articulados pela tragédia perpassam todos os textos clássicos e delimitam a imaginação internacional da disciplina. Isso ocorre independente da escola de pensamento, da orientação política do autor, da aproximação ou não de um acadêmico com algum *establishment* político.

O terceiro capítulo funcionará como um *interregno*. Ele servirá para desenvolvermos as condições discursivas imediatamente anteriores ao Onze de Setembro. Analisamos como os discursos de segurança internacional se articularam com o final da "Guerra Fria", com o final do que o mundo considerava mundanamente ser a "Guerra Fria" – o embate entre o bloco liderado pelos norte-americanos e o bloco liderado pelos soviéticos. O final da "Guerra Fria" não significa o final do dispositivo Guerra Fria.

Analisamos pontualmente duas teorias que se tornariam hegemônicas na década de 1990: a teoria do *Fim da História*, de Francis Fukuyama e a teoria do *Choque de Civilizações* de Samuel Huntington⁴⁰. A partir dessas duas teorias hegemônicas, como se articularam novos discursos de segurança internacional? Podemos perceber a rearticulação de novos discursos? Os objetos da segurança internacional se modificaram? Foi nesse momento que o terrorismo passou a fazer parte das Relações Internacionais? Qual a função do signo da tragédia nesse momento?

O final da "Guerra Fria" abre novas perspectivas intelectuais e registra novas preocupações e novos interesses na área de Relações Internacionais. É inegável que a disciplina de RI se oxigenou profundamente na década de 1990. O chamado Terceiro Debate trouxe novas preocupações e novas metodologias à disciplina. Isso acarretou, na área de segurança internacional, uma maior preocupação com novos desafios de segurança. Em certa medida, uma das inovações metodológicas desse período foi a teoria da securitização, de Ole Weaver e Barry Buzan.

É nesse *interregno* que começamos a analisar o terrorismo. Nossa intenção é posicionar nossa preocupação com o terrorismo no mesmo contexto em que o terrorismo "poderia" ter se tornado um problema de Relações Internacionais, como problema central da segurança internacional. "Poderia" na medida em que o final da "Guerra Fria" passara a resignificar na imaginação acadêmica (o *conhecimento* de RI) e popular (os *saberes* do *internacional*) os "novos desafios" da segurança internacional. É na década de 1990 que os

⁴⁰ FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Nova Iorque: Avon, 1992; HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

discursos hegemônicos da segurança internacional começam a busca por "novos inimigos", por "novas ameaças". Uma vez que o inimigo soviético desaparecera do discurso hegemônico, quem os EUA e os líderes das democracias ocidentais passariam a enfrentar? Aos poucos, começam a surgir os candidatos a novos inimigos do ocidente: líderes genocidas, estados falidos, traficantes, terroristas, etc. São cunhadas novas expressões como *narco-terrorismo*; volta-se a falar em "crimes de guerra", "guerras étnicas" e "limpezas étnicas"; líderes genocidas são caçados e levados a julgamento no Tribunal Penal Internacional; as forças de paz da ONU se intensificam. É nesse momento, também, que outras questões internacionais passam a vigorar com mais legitimidade na disciplina: as questões de meio ambiente, pobreza, migrações, refugiados, desenvolvimento do Terceiro Mundo e a própria situação epistemológica e ontológica das Relações Internacionais. E nos estudos de segurança internacional o terrorismo passa então a figurar com a relevância que mereceria? Nos estudos de segurança internacional, notadamente nos estudos sobre a "securitização"⁴¹, o objeto *terrorismo* ganha espaço?

Mesmo com uma resposta negativa a estas duas últimas perguntas, passamos neste capítulo a analisar o terrorismo como problema de pesquisa. Como defini-lo? Ou melhor: como se dá a política de definição do terrorismo? Quais os problemas da política da verdade que se manifestam na definição do fenômeno? Para tanto, não traçamos uma narrativa do "surgimento e desenvolvimento" do terrorismo desde meados da década de 1890, como é comum encontrarmos na bibliografia sobre o tema. Partimos do pressuposto metodológico já esclarecido no primeiro capítulo, de que as próprias narrativas de início e fins, de definições e indefinições, estão elas mesmas carregadas de jogos de verdade, de jogos de força entre o que pode ser dito e o que não pode ser dito. Seria inadequado, metodologicamente, buscar um lugar isento, um ponto arquimediano legítimo e neutro do qual poderia se falar do terrorismo. Consideramos que tais exercícios discursivos já fazem parte de uma relação de força, de uma relação de poder entre sujeito e objeto, entre um sujeito que se pretende produtor de verdades com uma voz soberana e autorizada e objetos de estudos passivos e passíveis de serem desvendados. O terrorismo – assim como o estado, as RI, a soberania, a segurança internacional ou a Guerra Fria –, em si mesmo, não existe.

⁴¹ BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, Co.: Lynne-Rienner, 1998.

Ele existe apenas como discurso, como prática. Utilizamos o "Diretório Mundial de Organizações Terroristas"⁴² para analisarmos o terrorismo sob esta perspectiva.

No quarto e último capítulo, analisamos os efeitos de verdade daqueles dispositivos de segurança (da Guerra Fria, mais especificamente) no Onze de Setembro. Como o pensamento de segurança internacional desenvolvido pela Guerra Fria encontra seus limites programáticos? Primeiro, analisamos algumas ironias políticas que, em grande medida, servem como pontos de reflexão para pensarmos os efeitos de verdade do dispositivo Guerra Fria naquele dia. Uma vez que os efeitos de verdade não condizem com os fins almejados com a elaboração e sustentação dessa verdade, demonstramos que é no desenrolar dos acontecimentos daquelas três ou quatro horas que todo o imaginário político da segurança internacional constituído na Guerra Fria, bem como as práticas de defesa nacional impostas por este dispositivo, demonstra sua fragilidade e fantasia. Não seria irônico que precisamente no dia 11 de setembro de 2001 a força aérea norte-americana estivesse realizando um exercício militar em parceria com a força aérea canadense que simulava a invasão do espaço aéreo norte-americano por aeronaves militares russas? Não seria também irônico que a força aérea norte-americana dispusesse no 11 de setembro apenas seis caças em toda a costa leste dos EUA e que nenhum deles estava armado? Como interpretar os discursos de defesa nacional e de terror nuclear, de ameaça soviética, de ameaça russa a partir dessas ironias? Como interpretar o fato de que os poucos caças americanos a decolarem naquele dia rumaram para o leste, em direção ao Oceano Atlântico? O que o plano de voo padrão seguido pelos caças nos diz sobre o dispositivo Guerra Fria? De onde vinham as ameaças naquele dia? Como interpretar as relações entre *dentro* e *fora* que constituem os discursos da Guerra Fria e das relações internacionais a partir dessa ironia? Que tipo de significados podem ser mobilizados nas relações entre os conceitos de *amigo* e *inimigo* quando se descobriu que todos os dezenove sequestradores dos aviões eram de "países aliados e amigos" dos Estados Unidos - Arábia Saudita e Iêmen? O que esta ironia nos diz sobre a construção das estratégias de defesa nacional e sobre os conceitos de área de influência e alianças, constitutivos do imaginário tradicional das teorias de segurança internacional? O que pode nos dizer o fato da CNN – a principal rede de notícias norte-americana – ter empregado a palavra "terrorismo" apenas duas horas depois de iniciados os acontecimentos e ter preferido ficar em dúvida, não definindo os acontecimentos como

⁴² O título completo do documento é: "The World Directory of Extremist, Terrorist, and Other Organizations Associated with Guerrilla Warfare, Political Violence, Protest, Organized Crime and Cyber-crime". In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., 2011, pp.355-442.

terrorismo, optando pelo termo mais vago "falta intencional" (*foul play*)? O que a palavra "terrorismo" carrega de tão especial? O que nos diz sobre a economia política da guerra o fato da operação do Onze de Setembro ter custado em média trezentos mil dólares e ter causado prejuízos literalmente incalculáveis à economia norte-americana?

Cabe nesse momento indagarmos-nos acerca das possibilidades e impossibilidades de pensarmos as Relações Internacionais fazendo uso de algumas problematizações próprias do pensamento de Michel Foucault. As possibilidades e as impossibilidades de pensarmos as Relações Internacionais através de Foucault dizem respeito a algumas características próprias do pensamento do filósofo francês como também à disciplina de Relações Internacionais e suas condições de possibilidade.

É notória a influência de Foucault em centenas de trabalhos importantes desde meados da década de 1980. Autores como R. B. J. Walker, Richard Ashley, Michael J. Shapiro, Jens Bartelson, William Connolly, J. Ann Tickner, Michael Dillon, James Der Derian, só para citarmos alguns poucos, mas cujos textos seminais não são apenas numerosos como teórica e filosoficamente impactantes, interpretaram problemas de RI à luz da governamentalidade, do saber/poder, da biopolítica e dos dispositivos, bem como a partir das críticas à modernidade, à constituição das subjetividades modernas, aos processos de disciplinamento e aos usos das verdades e de seus regimes nas sociedades contemporâneas. Michael Shapiro, por exemplo, propunha estudar a segurança internacional como "prática discursiva":

To take such a perspective, we have to overcome the disabling view of discourse as transparent communication *between* subjects *about* things, a view within which the value of the statements of a discourse is wholly absorbed in a statement's truth value. This view of discourse [a visão de Foucault] alerts us to the political content sequestered in the subjects (kinds of persons), objects, and relationships about which we speak. It shows that statements can be evaluated as political resources for discourse is [...] an 'asset'⁴³.

Na mesma perspectiva, Rob B. J. Walker sustenta que Foucault é instrutivo para as RI na medida em que ele se apresenta como "uma entrada particularmente desafiadora e sensível" "into ways of thinking about language, identity and power that seems to be indispensable for

⁴³ SHAPIRO, Michael J. Textualizing global politics. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. **International/intertextual relations**. Lexington: Lexington Books, 1989, pp.11-22.

thinking about politics in the late twentieth-century"⁴⁴. Jens Bartelson também parte de indagações tipicamente foucaultianas para descrever a relação entre a soberania – conceito central para as RI – e o conhecimento

as it occurs within three chronologically distinct logical spaces, the assumptions of the autonomy and primacy of discourse will guide these descriptions; but since its secondary aim is to relate these three discourses to each other, we must envisage a way of accounting for the interrelationship and the succession of logical spaces in time⁴⁵.

Desde meados da década de 1980, portanto, Foucault tem sido um dos pensadores mais acessados e citados na disciplina, sendo praticamente impossível mapear a extensão de sua influência.

Contudo, a incorporação de Foucault às RI não se fez de modo pacífico. Houve muita resistência de acadêmicos quanto à aplicabilidade de suas teses às Relações Internacionais⁴⁶. Em primeiro lugar, a pergunta mais evidente de todas sobre a possibilidade de Foucault servir de fundamento para teorizações na área de Relações Internacionais diz respeito a uma suposta ignorância de Foucault quanto às RI: Foucault dedicou-se, em algum ponto de sua carreira a estudar as dinâmicas da política internacional? Fez parte das preocupações de Foucault estudar as peculiaridades do pensamento internacionalista? Foucault teria ignorado as RI como disciplina acadêmica? As Respostas a estas três perguntas não são respostas simples e diretas. Ao mesmo tempo em que Foucault jamais dialogou diretamente com acadêmicos das Relações Internacionais ou se dedicou a problematizar abertamente as questões da política internacional⁴⁷, Foucault incluiu importantes discussões sobre a soberania, a guerra, o equilíbrio de poder e a razão de estado no *corpus* de suas problematizações da biopolítica e dos processos de constituição das dinâmicas de governamentalidade do estado liberal contemporâneo. Em pelo menos quatro de seus cursos no *Collège de France*, Foucault se debruçou sobre longas reflexões acerca daqueles conceitos e suas implicações na constituição das subjetividades modernas. Tais

⁴⁴ WALKER, Robert B. J. Op. cit., 2001, p.23.

⁴⁵ BARTELSON, Jens. **A genealogy of sovereignty [1995]**. Cambridge: CUP, 1996, p.72.

⁴⁶ A melhor crítica ao pensamento pós-moderno nas RI e à aplicação de Foucault em particular pode ser encontrada em: JARVIS, Darryl S. L. **International relations and the challenge of postmodernism**. Columbia: U. South Carolina Press, 2000.

⁴⁷ Foucault escreveu bastante para jornais e revistas e se posicionou criticamente a respeito de acontecimentos contemporâneos. Digna de nota foi sua posição polêmica a respeito da Revolução Iraniana de 1979 e seus desdobramentos no debate público da época. Mesmo se tratando de um tema caro à política internacional, Foucault jamais o abordou como tal, preferindo tratar da revolução em andamento a partir do enfoque tradição/modernidade, verdade/falsidade, muito mais próximos de suas preocupações político-filosóficas. A esse respeito, ver: AFARY, Janet; ANDERSON, Kevin B. **Foucault e a revolução iraniana: as relações de gênero e as seduções do islamismo [2005]**. São Paulo: Realizações, 2011.

reflexões podem ser encontradas nos cursos *Em defesa da sociedade* (1975-76), *Segurança, território, população* (1977-78) e *O nascimento da biopolítica* (1978-79) e *O governo dos vivos* (1980-81), pelo menos. Não cabe aqui, contudo, traçar o conteúdo dessas críticas porque, primeiro e mais importante, não somos advogados de Michel Foucault. Não pretendemos *defender* a validade das teses de Foucault ou sequer refutá-las. Utilizamos Foucault instrumentalmente, fazendo uso de suas indagações sobre a função positivadora dos dispositivos de saber/poder, em especial.

A partir dessas indagações, tentamos construir nosso objeto de pesquisa. Como construímos esse objeto e como lidamos com os problemas teórico, empíricos e metodológicos que dele emanam dizem respeito às nossas próprias indagações. Não seguimos à risca o mesmo rumo dos argumentos de Foucault a respeito da constituição de um novo discurso histórico em meados do século 17 e como esse discurso constituiu regimes de verdade que circularam a partir de então nas práticas e no léxico político em regimes de saber/poder. Foucault tem em mente a análise da constituição de uma sociedade liberal a partir de meados do século 18 e as condições de possibilidade que ela dissemina; como a dinâmica política liberal da governamentalidade tensiona a dinâmica de soberanias; como são constituídos a partir daquela dinâmica horizontal da governamentalidade novas subjetividades e novos discursos políticos; como o corpo é constituído foco de disciplinamento institucional; como o controle social se dissemina capilarmente pelas instituições, pelos corpos e discursos; como a vida das populações e sua administração se constituem numa biopolítica que tenta domar, controlar, domesticar e exercer poder de direito sobre a vida e a morte; enfim, como Foucault desenvolveu um projeto de pesquisa a partir do qual construímos o nosso próprio objeto, mas isso não significa que apliquemos suas problematizações à nossa pesquisa. Quais seriam, então, as análises de Foucault que nos interessariam, particularmente?

Em primeiro lugar, como já dissemos, as análises da positivação do conhecimento (*connaissance*) em regimes de verdade são nosso ponto de partida. Como se constituem os discursos? Como são positivados os campos de conhecimento, no caso, as RI? Mais ainda: como as disciplinas são constituídas por discursos de verdade e como elas também fazem circular discursos de verdade; como se constituem mutuamente as práticas, os discursos, as instituições, as verdades, os códigos de acesso ao conhecimento validado? Como circula a verdade pelos textos acadêmicos? Quais seriam os efeitos dessas verdades? Os desdobramentos teóricos e metodológicos dessas indagações são enormes. Não é nossa

intenção dar conta de todos eles. De forma alguma. Nossa pesquisa é um longo labirinto que percorremos sem a menor pretensão de encontrarmos uma saída; seja esta qual for. Nos admiramos com as novidades que aparecem em cada novo corredor, com seus desafios e possibilidades. Muitos desses desafios são enfrentados recorrendo a Foucault; outros, não.

Em segundo lugar, as reflexões de Foucault a respeito da guerra são relevantes para a problemática da constituição dos saberes e das dinâmicas de subjetivação na medida em que a guerra, segundo o autor, perpassa todas as relações de poder percebidas na política. Foucault opera uma inversão da célebre formulação de Carl von Clausewitz de que *a guerra é a política realizada por outros meios*. Foucault percebe que a formulação de Clausewitz foi ela mesma uma inversão da percepção presente em Boulainvillers de que *a política é a guerra por outros meios*. Em qual momento histórico, ou melhor, quais as condições sócio-históricas determinaram que houvesse a necessidade de se perceber a guerra como uma continuação da política? Quais as condições da política no início do século 19 tornaram necessárias e possíveis pensar a guerra como uma continuação da política e não mais a política como uma continuação da guerra? Foucault percebe que a política é guerra. Que a dinâmica da guerra está inserida e inscrita no discurso político pelas dinâmicas de inclusão/exclusão, de amigo/inimigo, vitória/derrota:

O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força mediante *uma espécie de guerra silenciosa*, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros⁴⁸ (nossos itálicos).

Trata-se de um discurso histórico-político que inscreve a guerra nas lutas sociais, nas relações de força; um discurso que divide o campo social em dois e faz aflorar os choques, os conflitos. Há sempre um vencedor. As relações sociais são relações de força nas quais um dos lados precisa se afirmar sobre o outro. A vitória é sempre necessária; uma vitória partidária. Discursos e práticas estão sempre em choque. Práticas discursivas circulam de modo a estabelecer posições estratégicas de combate frente a outras práticas discursivas. Discursos de verdade servem como fortificações. Ocupam posições estratégicas nos campos de batalha socio-políticos.

[...] a *verdade* só é procurada na medida em que puder efetivamente se tornar uma *arma* na *relação de força*. Ou a verdade fornece a força ou a

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b, p.23.

verdade desequilibra, acentua as dissimetrias e finalmente faz a vitória pender mais para um lado do que para outro⁴⁹.

Nesse sentido, nos indagamos a respeito da posição dos intelectuais de RI nos dispositivos de segurança que circulam na disciplina entre 1910 e 2001. Por isso, nos interessa a problematização dos autores de RI como "autores-função"; assim como também nos interessa pensar a tragédia como um operador discursivo que está disseminado pela disciplina sendo, portanto, improdutivo, nesse momento, pensar a disciplina em termos de escolas de pensamento ou debates. A função do operador do discurso é "intensificar o poder"⁵⁰.

Não seria interessante pensar como diferentes perspectivas representadas cada uma delas por uma escola de pensamento em RI se chocam em guerras pela verdade? Não seria produtivo e condizente com nossa pesquisa problematizar a capilaridade dessas guerras nos textos clássicos? Sim, seria. Contudo, por ora, analisamos como a tragédia opera como constituinte das condições de possibilidade de imaginarmos a segurança internacional. Essa análise já é um grande desafio. Acreditamos que *aplicar* Foucault seria *trair* Foucault. Preferimos utilizar suas categorias como *ferramentas analíticas* de modo a dar conta de nosso objeto de pesquisa em específico. Utilizamos o corpus conceitual de Foucault como uma "caixa de ferramentas", como ele próprio uma vez se referiu aos seus trabalhos:

"Tous me livres [...] sont, si vous voulez, des petites boîtes à outils. Si les gens veulent bien les ouvrir [seus livros], se servir de telle phrase, telle idée, telle analyse comme d'un tournevis ou d'un desserre-boulon pour court-circuiter, disqualifier, casser les systems de pouvoir, éventuellement ceux-là mêmes dont mès livres sont issus... eh bien, c'est tant mieux!"⁵¹.

Ao longo da tese, outros autores serão evocados para analisarmos nosso objeto, sempre respeitando seus limites e possibilidades quanto à semiótica que nos guia.

Há mais duas ressalvas a serem feitas. Esta não é uma tese sobre terrorismo ou sobre Relações internacionais. Trata-se de uma tese sobre a verdade, sobre as condições de possibilidade do que podemos ou não podemos dizer e/ou pensar. Mais ainda: trata-se de uma tese sobre o papel do conhecimento científico – que se arvora de verdades para se legitimar – e que funciona dentro de dispositivos de poder de modo a sustentar e legitimar

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2002b, p.62.

⁵⁰ Ibidem, p.77.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. Des supplices aux cellules. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits (1954-1988): Volume I (1954-1975)**. Paris: Gallimard, 2001, p.1588.

relações de poder e dominação. Em segundo lugar, esta tese não almeja, de modo algum, conclusões definitivas ou quaisquer tipos de *fechamentos*. Objetivamos aberturas. Aberturas para uma longa e profunda pesquisa a respeito da função discursiva da tragédia nas Relações Internacionais e seus modos de operação nos dispositivos de segurança internacional. Nossa pesquisa está apenas começando. A presente tese engendrou um mapeamento significativo do problema e dos questionamentos necessários para abordá-lo. Anos serão necessários ainda para termos uma visão mais adequada das implicações do caminho que foi iniciado aqui. Se conseguirmos provocar mais reflexões a respeito dos discursos de tragédia nas Relações Internacionais nossos objetivos terão sido plenamente atingidos.

CAPÍTULO 1

RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

A POSITIVAÇÃO DE UMA DISCIPLINA E A POLÍTICA DO “INTERNACIONAL” (1910-1945)

[...] so many authors who know or do not know one another, criticize one another, invalidate one another, pillage one another, meet without knowing it obstinately intersect their unique discourses in a web of which they are not the masters, of which they cannot see the whole, and of whose breadth they have a very inadequate idea – all these various figures and individuals do not communicate solely by the logical succession of propositions that they advance, not by the recurrence of themes, nor by the obstinacy of a meaning transmitted, forgotten, and rediscovered, they communicate by the form of positivity of their discourse, or more exactly, this form of positivity (and the conditions of operation of the enunciative function) defines a field in which formal identities, thematic continuities, translations of concepts, and polemical interchanges may be deployed. Thus positivity plays the role of what might be called a historical a priori (nossos itálicos).

FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge and The Discourse on Language**. Nova Iorque: Pantheon, 1972, p.126-127.

You never know what will come of writing a book.

SHELLING, Thomas C. Preface to the 1980 edition. In: _____. **The strategy of conflict [1960]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1980, pp.vi-vii.

Whatever my share in starting this business [RI], I do not know that I am particularly proud of it. [...]. What is this thing called international relations in the English speaking countries [senão] the study about how to run the world from positions of strength?

Carta de E. H. Carr a Stanley Hoffmann. 30 de setembro de 1977. Apud: COX, Michael. Introduction. In: CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the study of International Relations [1939]**. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001, p.xiii.

But think of it, man! The butchery's over, and you and I and everybody else will soon be human beings again. Human! All too human!.

DOS PASSOS, John. **Three soldiers [1921]**. Nova Iorque: Penguin, 1997, p.235.

Whenever we speak of 'lifespan' or 'moral limits' or 'reach of knowledge', a picture, a metaphor, guides our thinking.

MALEUVRE, Didier. **The horizon: a history of our finite longing**. Berkeley: University of California Press, 2011, p.xviii.

1.1. Os Autores, os Clássicos e o Conhecimento: As Fundamentações Teóricas da Pesquisa.

Nas duas últimas décadas, pelo menos, houve uma crescente preocupação por parte de internacionalistas com o estudo do surgimento e do desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais (RI), com sua história e sociologia. O volume de novos estudos é tão expressivo que torna bastante difícil fazer uma seleção minimamente satisfatória que represente as várias abordagens e problematizações do tema. O que há em comum entre eles é a vontade de analisar, de pensar e problematizar o campo que passamos a denominar "internacional"⁵².

Nosso objetivo neste primeiro capítulo é descrever e analisar as condições de possibilidade do pensamento político internacional, da teoria política internacional. A questão que se apresenta é a de saber como a disciplina de RI tenta se legitimar como ciência entre as demais Ciências Humanas nas primeiras décadas do século 20. Como a teoria política internacional se positiva como teoria "do internacional" e, em que medida, ela expressa demandas políticas do momento? Como sintetizou perfeitamente Clifford Geertz:

Political theory, which presents itself as addressing universal and abiding matters concerning power, obligation, justice, and government in general and unconditional terms, the truth about things as at bottom they always and necessarily are, in fact, and inevitably, *a specific response to immediate circumstances*. However cosmopolitan it may be in intent, it is, like religion, literature, historiography, or law, driven and animated by the demands of the moment: a guide to perplexities particular, pressing, local, and at hand⁵³ (nossos itálicos).

Ao contrário de muitas "histórias das RI" e da grande maioria das dezenas de manuais de "Introdução às Relações Internacionais" não nos interessamos pelas divisões dos autores em "escolas de pensamento" ou em "teorias". Interessa-nos muito pouco se Alfred Zimmern era um "liberal" ou um "utópico" ou se Goldsworthy Lowes Dickinson era um "realista". Pouco nos interessam os quase infinitos enquadramentos teóricos em que são trancafiados e disciplinados os pensamentos de cada um dos "autores clássicos". Não situamos nossa análise naquelas divisões entre *Primeiro*, *Segundo* e *Terceiro Debates* (e até *Quarto* e *Quinto Debates*). As perguntas que nos colocamos ao longo da tese não se

⁵² TICKNER, Arlene; WEAVER, OLE (Edit.). **International relations around the world: worlding beyond the West**. Londres: Routledge, 2009; TICKNER, Arlene & BLANEY, David (eds.). **Thinking international relations differently**. London: Rutledge, 2012; TICKNER, Arlene & BLANEY, David (eds.). **Claiming the international**. Londres: Routledge, 2013.

⁵³ GEERTZ, Clifford. **Available light: anthropological reflections on philosophical topics**. Princeton: Princeton University Press, 2001, p.218.

beneficiariam de classificações baseadas em diferenças e/ou semelhanças entre realismo e idealismo, realismo clássico e realismo estrutural, neofuncionalismo e funcionalismo liberal, construtivismo realista e construtivismo liberal, pós-modernismo e pós-estruturalismo etc. A classificação do pensamento em escolas ou teorias bem como a própria confusão deste ou daquele pensador como "autor de RI" nos interessam mais como sintomas do que aqui estudamos do que como soluções metodológicas e heurísticas ao nosso problema. Isso não significa, contudo, que não existam diferenças entre os princípios políticos e filosóficos adotados por cada autor ou que não existam várias teorias distintas. Apesar de situarmos nossa análise em outro nível, quando se mostrar necessário e pertinente, nós evocaremos as escolas de pensamento e as teorias de RI a que alguns autores "pertencem".

Toda ciência (social ou dura) deve partir de *classificações, sistematizações, definições, delimitações*, para construir e problematizar objetos de pesquisa. Não existe ciência sem que exista também reflexão e problematização; sem que se exija o emprego de categorias e conceitos que respeitem algumas regras, sistemáticas ou não, de um paradigma científico. Contudo, para nós, num quadro de uma arqueologia do saber internacional, mostra-se mais importante tomar os esforços de *delimitação, enquadramento, sistematização, definição* como parte das regras de enunciação impostas pelos jogos de verdade em torno dos quais gravita esta tese.

O pensamento de homens (sempre homens!) como Alfred Zimmern, E. H. Carr, Norman Angell, Goldsworthy Lowes Dickinson, Hans Morgenthau, Raymond Aron, Kenneth Waltz, Robert Keohane, Joseph Nye e o de todos os demais com os quais trabalharemos nos interessam na medida em que expressam as regras dos jogos de verdade, dos regimes de verdade, que constituem, constroem e colocam em funcionamento a teoria política internacional, as perspectivas da segurança internacional. O pensamento de cada um desses autores é problematizado a partir dos enunciados e das leis que os perpassam. O que Hans Morgenthau ou Robert Keohane afirmaram em um momento, em uma obra, não será interpretado como exemplo ou manifestação do realismo clássico ou do neoliberalismo nas RI. O que aqueles autores disseram e como e quando o disseram será analisado dentro dos contextos discursivos de suas falas. Nosso foco são as *funções* de seus enunciados dentro dos jogos de verdade, dos jogos de veridicção, dos regimes de verdade, constitutivos das RI. Nosso objetivo, neste primeiro capítulo, são os enunciados que perpassam os *autores-função* e como esses enunciados constituem o mundo internacional representado no espectro da ação política racional das décadas de 1910 a 1940.

Mas quais são esses "autores de RI" dos quais falamos? Em que medida as RI servem como identidade acadêmica que absorva todos eles? Podemos falar de uma *comunidade epistêmica*, nesse caso?

Nem todos os autores com que trabalhamos foram profissionais atuantes especificamente na área de RI. Na verdade, especialmente no que diz respeito a essas primeiras décadas do século 20, quando a disciplina ainda estava se consolidando, é difícil encontrar acadêmicos com formação específica na área. Muitos eram juristas, historiadores (E. H. Carr, David Mitran), sociólogos (Raymond Aron), jornalistas (Norman Angell), economistas (Maynard Keynes), cientistas políticos (Hans Morgenthau, Goldsworthy Lowes Dickinson, Quincy Wright), filósofos (Leonard Woolf), políticos profissionais (Woodrow Wilson). O que os une e os tornam relevantes são suas preocupações em teorizar, pensar e formular soluções para um campo em comum que todos percebiam como "internacional". Alguns nutriam íntimas amizades (Angell e Wilson) ou públicas inimizades (Carr e Zimmern). Todos eles atuaram profissionalmente na emergente área de "Relações Internacionais" e produziram obras que se tornariam *clássicos*.

Os *clássicos* nos interessam não por seu "conteúdo universal" ou porque eles nos colocam em contato com "as origens e com os modelos que serviram de inspiração ao que de melhor se produziu no campo [de RI, no caso]"⁵⁴, mas sim porque os *clássicos* possuem uma função específica nos jogos de verdade que constituem uma disciplina acadêmica. São os *clássicos* que nos fornecem as *vozes autorizadas* da área; eles nos situam nos debates, nos problemas, nos temas e nos usos dos conceitos e categorias que *devem* ser empregados por uma comunidade intelectual. Enfim, são os *clássicos* que informam os jogos de verdade e tensionam as relações de força, de saber/poder, entre os iniciados e os iniciantes em uma disciplina, limitando e constringendo o que *pode ser dito* e o que *não pode ser dito*, separando e definindo *o que é verdadeiro* e *o que é falso*, *o que pode ser pensado* e *o que não pode ser pensado* legitimamente em uma disciplina: "The consequence of the U.S. system is that only the elite in the IR field, a handful of 'experts' located in the most respected U.S. universities, are 'agents'", sustenta acertadamente Vendulka Kubáľková e conclui: "what is published in the main scholarly journals (with editorial boards 'manned' by

⁵⁴ SATO, Eiti. Prefácio à nova edição brasileira. In: CARR, Edward H. **Vinte anos de crise (1919-1939)**. Brasília/São Paulo: UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p.xxx.

the same group) and by the main publishing houses is controlled by these experts. The rest of the field is left simply to instruct students in mainstream wisdom"⁵⁵.

Veremos, ao longo da tese, como essas autorizações entre o que pode ser dito e o que não pode ser dito delimitou o pensamento sobre segurança internacional especialmente no que diz respeito ao terrorismo e seus efeitos no Onze de Setembro⁵⁶.

Um dos problemas que enfrentamos ao analisar a emergência da disciplina de RI e a constituição do espectro da ação política racional por essa disciplina é a apreensão do jogo entre diferença e identidade: na busca pelo ordenamento e pela coerência, as diferenças são suprimidas e o Mesmo se impõe. Autores cujos pensamentos sofreram mudanças, transformações e adaptações e que também foram incoerentes e contraditórios, consigo mesmos, ao longo de décadas de trabalho, são normalmente apresentados como expressões de vozes coerentes, focos de verdades e, portanto, autoritativas. A "monarquia do autor"⁵⁷ sobre o significado de sua produção e sobre o controle do significado de sua obra é imposta para dar coerência e identidade a pensamentos que são – pela natureza mesma do ato de pensar –, fugidios, contraditórios, incoerentes e transitórios. Quando a análise é feita dessa forma, obras e autores são sempre iguais a si mesmos. Norman Angell é sempre um *liberal* ou um *utópico*; E. H. Carr é sempre um *realista*, Joseph Nye é um *neoliberal*. Esse tipo de perspectiva não permite o contraditório e as incoerências.

Da mesma forma, análises que salientam as incongruências e as contradições, muitas vezes ignoram ou não fazem perceber que em meio a várias vozes e pensamentos de um mesmo autor e de vários autores, há princípios e regras comuns que regem seus pensamentos, mesmo quando esses pensamentos são conscientemente formulados para serem críticos e antagônicos entre si. Por mais que Alfred Zimmern tenha criticado abertamente a obra de E. H. Carr isso não significa que não exista uma série de princípios,

⁵⁵ KUBÁLKOVÁ, Vendulka. Reconstructing the discipline: scholars as agents. In: KUBALKOVA, Vendulka.; ONUF, Nicholas; KOWET, Paul. **International Relations in a constructed world**. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998, p.199.

⁵⁶ Selecionamos para análise as obras mais representativas dos debates sobre relações internacionais das décadas de 1910 a 1940 (Ver ANEXO). Tomamos o maior cuidado possível com as publicações, privilegiando a leitura nos idiomas originais e as edições que condiziam com os períodos analisados. Contudo, grande parte desses textos não existe em bibliotecas regionais ou nacionais. Eles fazem parte de um acervo pessoal adquirido ao longo de mais de uma década de pesquisa. Algumas obras como *Vinte Anos de Crise*, de Carr, e *Política Entre as Nações*, de Morgenthau, tiveram várias edições e seus textos sofreram algumas modificações. Sempre que estas modificações tiveram impacto no argumento central do autor ou foram representativas de imposições editoriais ou históricas e influenciaram em nosso argumento, nós tentamos chamar atenção para o fato.

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. Prefácio à segunda edição de *A História da Loucura* [1972]. In: _____. **História da Loucura na Idade Clássica [1961]**. São Paulo: Perspectiva, 1991, p.vii-viii.

regras e imagens comuns entre ambos no que diz respeito ao *internacional*. É entre estas duas formas de analisar que nos moveremos. Ao mesmo tempo em que analisamos e buscamos a peculiaridade de algumas vozes, analisamos e buscamos também as regras, princípios e imagens que as constituem uniformemente. Para exemplificar melhor estas colocações metodológicas, dois autores, suas obras e pensamentos, nos servem perfeitamente: Norman Angell e Edward H. Carr.

Em qualquer aula introdutória ao estudo das RI, em qualquer manual de RI, Angell e Carr são referências obrigatórias. Eles são também indiscutivelmente classificados como expressões claras e inconfundíveis das teorias liberal (ou utópica) e realista das RI, respectivamente. De cada um deles é selecionado sempre o mesmo texto: de Angell *A Grande Ilusão*⁵⁸ e de Carr *Vinte Anos de Crise*⁵⁹. Esta seleção arbitrária e insuficiente de suas obras já atesta as limitações do recorte.

A Grande Ilusão, publicada em 1910, foi um dos livros mais lidos e debatidos antes e após a Primeira Guerra Mundial. Depois que H. N. Brailsford escreveu uma bela resenha elogiosa do texto, ele se tornou rapidamente um *Best-seller*, a ponto de Angell poder largar seu emprego como jornalista e se dedicar a dar palestras e se envolver em debates sobre o livro. A Garton Foundation foi estabelecida, em 1912, e o jornal *War and Peace* foi fundado, em 1913, com o propósito de debater as ideias de Angell⁶⁰. Entre 1910 e 1913, *A Grande Ilusão* teve cinco edições e dez reimpressões, apenas no Reino Unido. Já em 1913 ela havia sido traduzida em 25 idiomas, incluindo o árabe, urdu, tâmil, bengali e híndi, em 15 países, como China, Índia, Japão e Rússia. Em 1933, Angell seria agraciado com o Prêmio Nobel da Paz: "For authoring *The Great Illusion* and for being a supporter of the League of Nations as well as an influential publicist and educator for peace in general"⁶¹.

Para muitos de seus intérpretes, a obra seria representativa do pensamento liberal na medida em que sua tese principal giraria em torno de uma condenação explícita do uso da guerra como instrumento da política internacional e haveria também, por parte de Angell, a esperança de que certa paz ou harmonia internacional se estabelecesse a partir de uma mudança de percepção por parte dos líderes mundiais quanto ao novo contexto das relações

⁵⁸ ANGELL, Norman. **The Great Illusion: a study of the relation of military power to national advantage**. Nova Iorque: The Knickerbocker Press, 1913.

⁵⁹ CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the study of International Relations [1939]**. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001.

⁶⁰ ASHWORTH, Lucian. **Creating international studies: Angell, Mitrany and the liberal tradition**. Aldershot: Ashgate, 1999, p.45.

⁶¹ Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1933/press.html. Acesso: 21/04/2013.

internacionais. Sua condenação da guerra como instrumento de política externa e sua crença no progresso da humanidade pelo uso da razão seriam suficientes para classificá-lo como representante do pensamento liberal em Relações Internacionais.

James Dougherty e Robert Pfaltzgraff, em um dos mais usados manuais de introdução às RI, sustentam que Angell via a guerra como um "anacronismo sem benefícios" e que Angell fora "um racionalista que acreditava que a guerra podia ser eliminada pela progressiva aplicação da razão humana às questões internacionais":

não restavam dúvidas a Angell de que quando os seres humanos tivessem compreendido na plenitude a irrelevância do poder militar para obtenção, promoção e preservação da propriedade ou bem-estar socioeconômico, então as guerras políticas acabariam, como acontecera no Ocidente com as guerras de religião, muito tempo atrás. (nossos itálicos)⁶².

Num tom mais generalizante, o *Penguin Dictionary of International Relations* afirma que o "lado negro do liberalismo" nas RI é sua "chronic inability to come to terms with the use of force for particular and specific ends"⁶³.

É verdade que no pensamento de Angell podemos encontrar várias passagens que condenam a guerra e o militarismo, especialmente em *A Grande Ilusão*. Nesse texto, Angell descreve os homens que advogavam a guerra como meio de crescimento econômico como "desafortados bebedores de sangue humano"⁶⁴. Esses homens não teriam percebido que o mundo estava em nítida mudança e que não se podia mais fazer "como fizeram os romanos e os normandos": "a conquista [era, então] impossível"⁶⁵ e a "mentalidade beligerante" era, portanto, o "hipnotismo de uma terminologia antiquada"⁶⁶.

No que respeita Norman Angell, os estudos de Lucian Ashworth demonstraram como suas posições a respeito da guerra, da paz e da organização internacional mudaram através dos anos, especialmente com a chegada de líderes fascistas ao poder na Europa⁶⁷. Com a ascensão de Hitler e Mussolini ao poder, Angell passou a defender abertamente o uso de intervenções militares por parte das democracias contra aqueles regimes. Em *Peace with the Dictators*, de 1938, Angell defende uma intervenção militar contra a Alemanha e a Itália. Não era admissível para as democracias ocidentais permanecerem de braços cruzados diante

⁶² DOUGHERTY, James E. PFALTZGRAFF, Robert L. **Relações Internacionais: as teorias em conflito**. Lisboa: Gradiva, 2003, p.264-65.

⁶³ SPENCE, J. E. **Dictionary of International Relations**. Londres: Penguin, 1998, p.305-306.

⁶⁴ ANGELL, Norman. **A grande ilusão [1910]**. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p.5.

⁶⁵ *Ibidem*, p.102.

⁶⁶ *Ibidem*, p.35.

⁶⁷ ASHWORTH, Lucian. *Op. cit.*, 1999, p.43.

das agressões de ditadores irracionais. A guerra deveria ser usada como *força policial* para ensinar líderes irresponsáveis que o mundo democrático não toleraria sua agressividade: “Torne a guerra uma guerra da Liga, uma guerra internacional, uma guerra policial, e a pessoa guiada pela guerra não a quererá”⁶⁸. Assim, o pensamento de Angell se posicionou em outra parte do espectro político que o pacifismo. De fato, em *Peace with the dictators?* Angell ataca abertamente as teses pacifistas e pelo desarmamento. O uso da força no pensamento do Segundo Angell⁶⁹ se dá de modo funcional e pragmático. A força policial da Liga das Nações obedece à funcionalidade da pacificação da comunidade internacional contra agressão ou ameaça de agressão por parte de líderes irresponsáveis. Angell e a maioria dos liberais flertarão aberta e explicitamente com as teses da guerra preemptiva⁷⁰ e da guerra policial.

Apesar de toda sua argumentação em torno da igualdade das nações e da necessidade de segurança internacional, outro tema polêmico no pensamento de Angell é o imperialismo. Angell trata das conquistas europeias como conquistas com fins policiais, com fins de pacificação de áreas *selvagens e desorganizadas*, para “manter a ordem pública”. Neste sentido, “o papel das armas foi justo e benéfico”:

Onde quer que as condições sociais prevalecentes impossibilitem a cooperação econômica dos outros países com o território afetado podemos esperar que exista uma *intervenção militar*, não devido a uma ilusão anexionista, mas como consequência normal e necessária das forças sociais que levam à *sustentação da ordem*. Tal é a história da Inglaterra no Egito, e também, essencialmente, na Índia⁷¹ (nossos itálicos).

O pensamento de Angell é um pensamento imperialista e etnocêntrico. Lucian Ashwort percebeu, acertadamente, que Angell "assumed that what was good for Western interests would be good for the world as a whole"⁷².

Outro pensador que tem seu pensamento enquadrado de forma simplista é Edward Hallett Carr. Carr também é referência obrigatória em qualquer manual de

⁶⁸ ANGELL, Norman. **Peace with the dictators?** Londres: Hamish Hamilton, 1938, p.256.

⁶⁹ ASHWORTH, Lucian. Op. cit., 1999.

⁷⁰ Desde o Onze de Setembro, a noção *preemptive war* tomou o léxico das Relações Internacionais. *Preemptive* significa, literalmente, *preemptiva(o)* e deriva do substantivo *Preempção*. O adjetivo e o substantivo, em português, referem-se a dois contextos diferentes. *Preempção* refere-se ao direito de precedência de compra de uma propriedade por alguém em uma situação especial. *Preemptivo* é derivado da linguagem da computação e refere-se à possibilidade de se alocar mais tempo de execução a alguns processos computacionais dependendo de sua prioridade. Ou seja, tanto o *adjetivo preemptivo* quanto o substantivo *preempção* referem-se a uma *possibilidade de executar uma ação*, a uma possibilidade de *agência*. A expressão *guerra preventiva*, a nosso ver, não possui essa carga de *agência*, pois a noção de *prevenção* denota *defesa, cautela, cuidado, abstinência*. Por isso preferimos usar o termo *guerra preemptiva*.

⁷¹ ANGELL, Norman. Op. cit., 2002, pp.108-109.

⁷² ASHWORTH, Lucian. Op. cit., 1999, p.132.

introdução às RI. Como no caso de Angell, Carr tem apenas uma de suas obras citadas como referência de seu pensamento: *Vinte anos de crise*, publicado em agosto de 1939, um mês antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial e que em pouco mais de três semanas já havia vendido mais de oito mil exemplares⁷³. Segundo Hans Morgenthau, *Vinte anos de crise* foi um dos dez livros que mais informou o público em geral sobre Relações Internacionais após a Segunda Guerra Mundial⁷⁴.

Carr é classificado quase que invariavelmente como um "autor realista", como um "realista convicto"⁷⁵. Para alguns intérpretes, "a obra de Carr foi importante por demonstrar que o descaso da análise liberal-idealista para com as relações de poder entre os estados tornava-a insuficiente como teoria das relações internacionais"⁷⁶. Outros, ainda, interpretam *Vinte anos de crise* como um "esforço de interpretação de uma realidade conturbada e perturbadora que [fora] o mundo dos anos do entre-guerras [1919-1939]"; a obra se referiria à "crise da ordem política e econômica do século 19"⁷⁷ e seria, ainda, a tentativa de Carr na "busca de um pensamento realista, nos moldes clássicos de Maquiavel"⁷⁸.

Michael Cox, numa das interpretações mais ricas e detalhadas do pensamento de Carr, sustenta que *Vinte anos de crise* "was never read with any great care, particularly by those who seemed more intent on legitimizing a particular way of thinking about the world rather than studying what Carr actually said": "The epic tale of Carr the impaler, confronting and finally defeating the beast of idealism, was repeated so often that few questioned what to later writers looked like a gross simplification"⁷⁹.

De fato, Carr jamais foi o "empalador" do idealismo. Não são necessárias leituras muito aprofundadas de *Vinte anos de crise* para se perceber isso. Logo no primeiro capítulo, onde Carr apresenta um esboço de como seria o *início de uma ciência* – a ciência das Relações Internacionais que estava em sua "infância" – ele deixa claro a necessidade de um *equilíbrio* entre um pensamento realista e um pensamento utópico. Ambos teriam

⁷³ COX, Michael. From the first to the second editions of *The twenty-years' crisis: a case of self-censorship?* In: CARR, Edward H. Op. cit., 2001, pp.lxxii.

⁷⁴ HASLAM, Jonathan. **A necessidade é a maior virtude: o pensamento realista nas relações internacionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.314.

⁷⁵ BEDIN, Gilmar. O realismo político e as RI. In: BEDIN, Gilmar (*et alli*). **Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000, p.113.

⁷⁶ GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.51.

⁷⁷ SATO, Eiti. Op. cit., 2001, pp.xv e xxxv, respectivamente.

⁷⁸ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2012, p.127.

⁷⁹ COX, Michael. Introduction. In: CARR, E. H. Op. cit., 2001, pp.xiii e xxxix, respectivamente.

qualidades e defeitos. O pensamento realista é muitas vezes "cínico" e enfatiza forças em que ele insiste são inalteráveis e permanentes. A política de poder entre os estados se impõe com frequência para líderes mundiais e há muito pouco que eles possam fazer a respeito. Carr, ao explicar o fracasso das conferências para o desarmamento na década de 1930, salienta o retorno ao "círculo vicioso" da "política de poder" quando as forças aliadas se negaram a se desarmar e deram à Alemanha de Hitler mais um motivo para continuar se armando, alimentando o desejo em vários outros países:

The failure of the Allied Powers to carry out their promise to disarm justified, or at any rate explained, the rearmament of Germany. This rearmament necessarily led to increased apprehension and increased armaments in other countries; and *the vicious circle which statesmen of 1919 had hoped to break was once more complete* (nossos itálicos)⁸⁰.

O pensamento utópico, por sua vez, seria um pensamento que não conceberia a realidade como ela se apresenta, optando por tentar transformar o mundo quando nem sempre estas transformações são possíveis ou impor seus valores ao mundo quando estes não respondem necessariamente às demandas políticas. Carr demonstrou essa crítica em várias de análises da política mundial. Sobre o Tratado de Versalhes, assinado entre as potências ocidentais e a Alemanha, Carr criticou a insistência do presidente Woodrow Wilson em fundamentar o tratado – e a recém-criada Liga das Nações – em seus *quatorze pontos*. As consequências desastrosas da forma como a paz foi assinada atestam "the discrepancies between principle and practice" e o uso de um "genuine idealism" para lidar com questões políticas complexas que acabaram por dar legitimidade à insatisfação alemã sobre o modo como o tratado lhe fora imposto⁸¹.

Assim, o pensamento *realista* teria os pés no chão; ele compreenderia algumas facetas importantes da vida política como a luta pelo poder entre os estados, ao passo que o *pensamento utópico* seria um pensamento jovem, vivo e disposto a realizar mudanças e propor alternativas ao mundo. Carr finaliza o primeiro capítulo deixando bem claro que:

Thought which rejects purpose altogether [o pensamento realista] is the thought of old age. Mature thought *combines* purpose with observation and analysis. *Utopia and reality are thus the two facets of political science*. Sound political thought and sound political life will be found only where both have their place⁸² (nossos itálicos).

⁸⁰ CARR, Edward H. **International relations since the peace treaties**. Londres: Macmillan, 1940, p.190.

⁸¹ CARR, Edward H. Op. cit., 1940, pp.5-6.

⁸² CARR, Edward H. Op. cit., 2001, p.10.

O engessamento do pensamento de qualquer autor em "escolas" ou "teorias" precisa ser compreendido – como aqui o é – nos termos de uma economia política dos discursos própria do Iluminismo. A divisão do pensamento em "disciplinas" e a subdivisão das disciplinas em "escolas" ou "teorias" domestica o pensamento. As disciplinas acadêmicas podem ser interpretadas no contexto discursivo do nascimento do homem iluminista, do Homem liberal, e na necessidade de controle e domesticação desse homem. Quando o Homem se torna o objeto maior da preocupação da produção, do capital, do controle estatal sobre a produção e controle das populações, nasce também a necessidade de disciplinar e controlar o conhecimento de modo a melhor aplicá-lo e de extrair desse pensamento – aplicado ao homem e sua produção – um maior poder de controle e eficiência. Dessa demanda política e econômica do estado surge a necessidade das disciplinas acadêmicas – da Sociologia, da Ciência Política, da Economia e, bem mais tarde, das RI. O surgimento das RI nas primeiras décadas do século 20 – ou seja, a necessidade da positivação de um novo campo de conhecimento nas Ciências Humanas – se torna necessário na medida em que o mundo político de então demandava uma disciplina que explicasse e analisasse as relações entre os estados de forma específica e particular. Naquelas décadas, as elites de países como o Reino Unido e os Estados Unidos⁸³, mais especificamente, sentiram a necessidade de explicar e pensar o mundo, de produzir e reproduzir um pensamento disciplinado que apresentasse o mundo de um modo particular e com características bem específicas. A nova disciplina de RI nos Estados Unidos e no Reino Unido respeita uma política de controle e disciplinamento de populações.

Modern social sciences, like modern sovereign states, make claims to authority on the basis of authorizations of discriminations, and discriminations among authorizations. The claim to know authoritatively and the claim to have political authority have much in common [...]⁸⁴ (nossos itálicos).

⁸³ Temos fortes motivos para considerá-la uma disciplina norte-americana, especialmente depois do final da Segunda Guerra Mundial, como sugere Stanley Hoffmann (HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987). Cf. também: PORTER, Brian. Appendix 1: Holders of the Woodrow Wilson Chair. In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, p.369: "lack of stress on languages has not only given the subject as taught in this country [Reino Unido] an *overwhelmingly Anglo-American bias*, but also a *severely restricted* scope of research" (nossos itálicos), p.369. A barreira da língua como modo de internacionalizar a produção intelectual de RI também foi ressaltada por A. J. R. Groom: "In the post-war world, the study of IR in France was largely self-contained in the sense that it did not cross the linguistic boundaries of the francophone world. In part, this was due to that world being largely self-sufficient in intellectual terms and in part because of the inability or unwillingness of French, Britons and Americans to speak the others' language". GROOM, A. J. R. *International Relations in France: a view from across the channel*. **European Political Science**, vol.8, 2009, p.165.

⁸⁴ WALKER, R. B. J. **After the globe/before the world**. New York: Routledge, 2009, p.102

O mundo internacional constituído nessa nova disciplina acadêmica terá características claras e marcantes que servirão como poderosas metáforas e analogias temporais e espaciais. Estas metáforas e analogias permanecerão inquestionáveis por décadas. As condições de possibilidade discursivas da constituição do pensamento internacional estão longe de respeitar qualquer tipo de lógica formal do discurso ou qualquer lógica política – se é que isto existe.

O pensamento internacional será constituído em universidades britânicas e norte-americanas pelo pensamento liberal dominante naqueles países justamente nas décadas em que o pensamento liberal se encontrava em crise. Esse paradoxo será ainda mais marcante pelo fato do pensamento político alemão servir como fundamento do princípio de soberania que delimitará, em grande medida, todas as demais categorias e imagens da nascente disciplina – da paz à guerra, do funcionamento das organizações internacionais ao equilíbrio de poder, da paz universal à anarquia internacional. Pensadores alemães como Johan Casper Bluntschli, Max Weber, Friedrich Meinecke, Leo Strauss e, mais tarde, Hannah Arendt, Hans Morgenthau, Arnold Wolfers, entre tantos outros, e, ainda, autores norte-americanos que estudaram por anos na Alemanha, seriam muito influentes na formação da Ciência Política norte-americana. O nascimento do pensamento político dos Estados Unidos e do Reino Unido é indissociável das contribuições da filosofia política alemã. Em ambos os países, a Ciência Política e as Relações Internacionais fariam "with a thick German accent"⁸⁵.

Dois autores marcaram decisivamente o pensamento internacionalista nos Estados Unidos e no Reino Unido, embora nem sempre de forma explícita: Max Weber e Friedrich Meinecke. No que diz respeito a Max Weber a apreensão de seu pensamento pelas Relações Internacionais é naturalmente posterior à sua apreensão pela Ciência Política e pela Sociologia. Sendo um dos intelectuais mais influentes do século 20, tal influência nas Ciências Sociais em geral não é surpreendente. Não obstante, não é lugar aqui traçar um mapa de suas influências. Cabe, por ora, salientar que Weber marcou presença nas RI com sua clássica definição do estado:

[O] estado é a aquela comunidade humana em que no interior de um determinado território – o conceito de 'território' é essencial à definição – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima. Porque o específico de sua ação é que às demais associações ou pessoas individuais somente lhes será concedido o direito da coação física na medida em que o

⁸⁵ BULL, Hedley. The theory of international politics (1919-1969). In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, p.39.

estado as permite. Este se considera, portanto, como fonte única do 'direito' à coação⁸⁶.

Os dois elementos constitutivos dessa definição (o exercício do poder pela força legítima e o território) constituirão o princípio fundante da política moderna: a soberania. Este princípio funda *positivamente* a teoria política moderna: os estados *possuem* soberania e, a partir dela, garante ordem, justiça, leis e paz. Este mesmo princípio fundará *negativamente* as relações internacionais, a política internacional, uma esfera onde não há ordem, justiça, leis ou paz. Ou se cada um desses atributos pode ser identificado (como no caso da ordem e da paz) eles são resultado da política de poder ou de uma paz armada, mas jamais de um *contrato social* fundante e que alteraria substancialmente as relações entre o poder político e a sociedade. A teoria política internacional pode ser pensada tão somente como um *déficit* em relação à teoria política, "a tradition imagined as the twin of speculation about the state to which the name 'political theory' is appropriated [and, in this sense] does not, at first sight, exist"⁸⁷.

Friedrich Meinecke, por seu turno, foi marcante para a formulação dos novos conceitos da disciplina de Relações Internacionais e para a incorporação de várias concepções e princípios da filosofia política alemã: "Todos os realistas importantes que se seguiram, conscientemente ou não, construíram seus edifícios sobre os alicerces que ele preparou"⁸⁸. O parágrafo de abertura de seu clássico *Machiavellism*, de 1924, é um exemplo marcante de sua influência sobre a percepção da política como uma *física política* e do estado como um *ente orgânico*, vivo; dimensões que analisaremos logo a seguir. A citação é longa, mas imprescindível:

Raison d'état is the *fundamental principle of national conduct*, the State's first *Law of Motion*. It tells the statesman what he must do to preserve the *health and strength of the State*. The State is an *organic structure* whose full power can only be maintained by allowing it in some way *to continue growing*; and *raison d'état* indicates both the path and the goal for such a growth. This path and this goal cannot be chosen quite at random; but neither can exactly the same ones be prescribed for all States. For the State is also an *individual structure* with its *own characteristic way of life*; and the *laws general to the species* are modified by a *particular structural*

⁸⁶ WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México, D.F. : Fondo de Cultura Económica, 1999, p.1056.

⁸⁷ WIGHT, Martin. Why is there no international theory? In: DER DERIAN, James (edit.). **International theory: critical investigations**. Londres: Macmillan, 1995, p.15.

⁸⁸ HASLAM, Jonathan. Op. cit., 2006, 307. A ressalva que faríamos a esta interpretação de Haslam é que a visão de mundo da filosofia política alemã não ficaria relegada apenas aos autores realistas, mas perpassaria toda a visão de mundo das RI, inclusive do realismo. Na próxima parte, analisamos como essa confluência de discursos aparentemente díspares possuem princípios e regras comuns no que respeita a imaginação internacional.

pattern and a particular environment. So the 'intelligence' of the State consists in arriving at a proper understanding both of itself and its environment, and afterwards in using this understanding to decide the principles which are to guide its behavior. These principles are always bound to be at the same tie both individual and general, both constant and changeable. They will change subtly as alterations take place in the State itself and its environment. But they must always tally with what is lasting in the structure of the individual State, as well as with that which is permanent in the laws governing the life of all States. Thus from the realm of what is and what will be, there constantly emerges, through the medium of understanding, a notion of what ought to be and what must be. The statesman must, if he is convinced of the accuracy of his understanding of the situation, act in accordance with it in order to reach his goal. The choice of path to the goal is restricted by the particular nature of the State and its environment. Strictly speaking, only one path to the goal (i.e. the best possible one at the moment) has to be considered at any one time. For each State at any particular moment there exists one ideal course of action, one ideal raison d'état. The statesman in power tries hard to discern this course, and so too does the historian surveying the past in retrospect. Any historical evaluations of national conduct are simply attempts to discover the true raison d'état of the State in question⁸⁹ (nossos itálicos).

A disciplina de RI se constituirá aberta e publicamente como um projeto inovador e progressista. Nos Estados Unidos, as primeiras cátedras de RI surgem com o objetivo explícito de apreender sobre as relações internacionais das quais os Estados Unidos faziam parte. Do mesmo modo, no Reino Unido, o primeiro curso de Relações Internacionais surgirá na universidade galesa de Aberystwyth com a Cátedra Woodrow Wilson com o intuito de honrar os alunos da universidade mortos na Grande Guerra e fundar uma cátedra que estudasse explicitamente a guerra e os modos de evitar futuras tragédias.

The field of international relations was born out of the moral concern with the problem of war and the conditions that would be necessary and sufficient to bring something akin to universal peace⁹⁰ (nossos itálicos).

No discurso inaugural da Cátedra, Charles C. K. Webster, seu professor titular, se expressava quanto à normatividade da recém criada disciplina e da novidade que ela representava, enfatizando a necessidade de se repensar os conceitos da política internacional que haviam sido empregados até então á luz dos catastróficos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial:

This is the first Chair of International Politics founded in this country, and though in other countries there are professors whose duties are akin to mine, there is no general acceptance of the principles of the study. Indeed, even if such principles had existed before the Great War, that event has so sapped the foundations of international order, and changed so remorselessly our conceptions of International Relations, that a recasting

⁸⁹ MEINECKE, Friedrich. **Machiavellism: the doctrine of Raison D'état and its place in modern history [1924]**. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1988, p.1.

⁹⁰ HOLSTI, Kal J. Solving the peace and war puzzles? **International Studies Review**, Vol. 11(2), 2009, p.371.

*of our ideas would be necessary. But, of course, no ordered and scientific body of knowledge did exist in 1914. Perhaps, if it had, the catastrophe might have been averted; for its mere existence would have been proof that men were thinking about very different things than actually were occupying their attention*⁹¹ (grifos nossos).

Contudo, há mais um paradoxo que não pode ser ignorado. O sucesso da Revolução Soviética na Rússia deu nova força ao *internacionalismo* que, até então, desde meados do século 19, havia sido uma força das esquerdas – da Segunda Internacional –, em contraposição às forças nacionalistas, notadamente burguesas e defensoras do capital e da nação⁹². A resistência da disciplina de Relações Internacionais em incorporar os estudos e as preocupações próprias do marxismo em seu léxico como a exploração colonial e imperialista, as revoluções, a miséria e os movimentos populares, para citar apenas alguns, atestam um cisma no trato da dimensão "internacional" entre os internacionalistas das Relações Internacionais e os internacionalistas marxistas. Não se pode deixar de lado, assim, o papel da nova disciplina de Relações Internacionais em servir como novo locus de discursos burgueses e conservadores, tentando se apropriar de uma expressão tradicionalmente das esquerdas (o internacionalismo) e dando a esta expressão um novo referencial, assim como todo um novo léxico, produzindo, enfim, um novo objeto "internacional". Após a Segunda Guerra Mundial esse novo objeto será apropriado prática e inquestionavelmente pela direita, até meados da década de 1990⁹³.

Contudo, como nos ensina Foucault: "Le réel ne contient pas en lui-même la raison d'être du discours"⁹⁴. Assim, as RI que se apresentam como inovadoras, progressistas e alternativas operarão de modo conservador e hegemônico, funcionando como limite e constrangimento de todo pensamento alternativo quanto aos problemas internacionais. A força da disciplina será exercida de tal forma que complexos problemas humanos passarão a ser vistos ou como problemas "internos" aos estados – tratados pela Sociologia, pela Ciência Política, pela Economia, etc. – ou como desafios "externos" aos estados – sendo tratados por outras disciplinas, dentre elas as RI. Situa-se precisamente nesse arbitrário binarismo

⁹¹ Apud: OLSON, William. The growth of a discipline. In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, p.10.

⁹² ANDERSON, Perry. Internacionalismo: um breviário. **Revista Anos 90**, vol.12(21/22), 2005, pp.13-42.

⁹³ Acerca das relações entre as RI e o marxismo há, pelo menos, três trabalhos a serem consultados: BERKI, R. N. On Marxian thought and the problem of international relations. **World Politics**, vol.24(1), 1971, pp.80-105; KUBÁLKOVÁ, Vendulka & CRUICKSHANK, Albert. **Marxism and International Relations**. Oxford: OUP, 1989; HALLIDAY, Fred. **Rethinking international relations**. Vancouver: UBC Press, 1994.

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. **Subjectivité et vérité. (Curso no Collège de France 1980-1981)**. Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2014, p.237.

discursivo entre interno/externo a força disciplinadora da disciplina. Esse binarismo também condicionará, em certa medida, o velamento e a apropriação do terrorismo pelas Relações Internacionais.

1.2 A Física Política e o Antropomorfismo das Relações Internacionais

Imaginemos um dia entrarmos em uma sala de aula e vemos um quadro com desenhos e conexões entre expressões como *sistema, polos, polarização, polaridade, estado, força, choque de forças, esferas, equilíbrio, sobrevivência, evolução, lei do mais forte, razão, racionalidade, humanidade, indivíduos*. Provavelmente imaginaríamos que ali teve lugar uma aula de física e mais provavelmente uma aula das leis da física mecânica misturada a uma aula de biologia evolucionista. Mas também poderia ter sido uma aula de Relações Internacionais. O mundo internacional e sua dinâmica são expressões de uma física mecânica aplicada às relações de poder entre os estados que se comportam biologicamente como entidades vivas e racionais: "in the Anglo-American context, academic IR has been portrayed as being on a par with natural sciences such as biology or physics, of universal relevance"⁹⁵.

Tanto a política *interna* aos estados como a política *externa* aos estados será vislumbrada a partir de uma mecânica do poder e das relações de força desenhada a partir de linhas de inclusão e exclusão entre um *dentro* e um *fora*⁹⁶. "The modern experience of spatial differentiation stands out precisely for the sharpness of its lines of demarcation"⁹⁷. As décadas de 1910 a 1945 marcarão o nascimento da disciplina de RI e serão o palco de discussões sobre o que é o *internacional*, como ele se constitui, quais são as forças em jogo, enfim, como seria este mundo no qual agiria esta nova ciência.

O mundo internacional das RI nutrirá cinco características principais. É importante salientar que a apresentação e análise realizadas aqui de cada uma dessas características é tão somente referencial e esquemática. Isso significa que é uma

⁹⁵ KUBÁLKOVÁ, Vendulka. Reconstructing the discipline: scholars as agents. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka.; ONUF, Nicholas; KOWET, Paul. **International Relations in a constructed world**. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998, p.196.

⁹⁶ Para a melhor discussão sobre os processos históricos, políticos e filosóficos que levaram às concepções de um *dentro* e de um *fora* da política, às concepções mesmas de *política interna* e de *política externa*, ver: WALKER, Robert B. J. Op. cit., 2001; WALKER, R. B. J. Op. cit., 2009.

⁹⁷ WALKER, R. B. J. Op. cit., 2009, p.85.

apresentação e uma análise que têm como propósito situar o leitor no debate e o próprio debate nas implicações de cada uma dessas características para a constituição da imaginação política internacional da disciplina de RI.

Em primeiro lugar, o mundo internacional será representado como um *mundo plano*, um mundo *mercatorial*, por assim dizer, ou o que Yale Fergusson e Richard Mansbach denominaram as "dimensões horizontais da política"⁹⁸. A representação do mundo como um espaço contínuo, plano e sem estrias é uma herança do pensamento renascentista que se estendeu, pelo menos, até o final do século 19 e início do século 20, quando artistas modernistas passaram a questionar essa representação e a física de Albert Einstein desafiou as teorias newtonianas do espaço absoluto⁹⁹.

A função política da imagem plana do sistema internacional se desdobra em vários níveis. Primeiramente, um mundo plano localiza sem ambiguidades a posição de cada um dos atores do sistema e reforça indireta, mas claramente, as propriedades de autoridade e legitimidade de cada um deles: se eles podem ser representados num mesmo espaço (no mapa político do mundo) é porque eles são *iguais* em suas características políticas: todos são soberanos e se reconhecem mutuamente. Toda teoria política das RI emana dessa imagem. Essa imagem é constitutiva da teoria política de RI. Isso significa que ao mesmo tempo em que esta imagem condiciona como as teorias de RI pensarão as relações internacionais, as relações internacionais constituídas por essas teorias constituirão as teorias de RI. Não há como pensar as noções de soberania, esfera de influência, equilíbrio de poder, autoridade e, é claro, paz e guerra sem referência à espacialidade plana do estado moderno. Escapar a esta tautologia é um dos desafios à imaginação política contemporânea.

Outra função política dessa imagem seria a de estabelecer com nitidez as distâncias, as possibilidades e as impossibilidades de contatos entre cada unidade do sistema. As relações entre elas *podem ser medidas matematicamente* – e também temporalmente – com base em sua localização. Discursos políticos podem ser mobilizados quanto à distância que se está de um inimigo: se ele está perto ou longe das fronteiras estatais e sobre o que pode ser feito para se estar seguro contra ele. Da mesma forma, discursos estratégicos e econômicos podem fazer referência às distâncias, às dimensões

⁹⁸ FERGUSON, Yale H.; MANSBACH, Richard W. **Politics: authority, identities and change**. Columbia: University of South Carolina Press, 1996, p.382.

⁹⁹ Para uma excelente descrição dos processos de formação do espaço moderno e sua transição para concepções de espaço pós-moderno, Cf. HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004, p.218-235.

espaciais de modo a legitimar práticas de exploração ou conservação, mobilidade ou proteção. Muitas ideologias geopolíticas das relações internacionais se fundamentam nessas medidas matemáticas da distribuição espacial. "Mapear o mundo é produzir o mundo"¹⁰⁰.

Um dos clássicos no estudo das relações internacionais dos Estados Unidos, *America's strategy in world politics* de Nicholas J. Spykman, publicada em 1942, em meio à Segunda Guerra Mundial, inicia com a representação de um mapa político do mundo intitulado *Hemisphere defense*. Esse mapa contém como elementos as bases navais dos Estados Unidos: as bases navais que o autor sugere, bem como as possíveis zonas de combate da frota naval americana em oposição às áreas sob a dominação do Eixo:

in geography lies the clues to the problems of military and political strategy. [...]. Geography is the most fundamental factor in the foreign policy of states because it is the most permanent. [...]. All descriptions of the power position of a state must, therefore, begin with the analysis of its geography¹⁰¹.

O mundo plano serve ainda como analogia ao *sistema internacional*. O sistema internacional é o meio em que se dão as disputas entre os estados. Em grande medida, o mapa político e o sistema internacional se convertem na mesma entidade. A noção de sistema, é verdade, é bem mais explorada por autores realistas do que por autores liberais. Problematizado academicamente a partir das décadas de 1930 e 1940, o *sistema internacional* se tornaria parte do léxico realista e jornalístico por décadas. Liberais preferem falar em *comunidade internacional*, *comunidade de nações*, etc., pois enfatizam a noção de *harmonia de interesses* entre estados e se concentram em estudar os mecanismos de negociação das organizações internacionais. Todavia, a percepção de que tanto o sistema internacional ou alguma forma de comunidade de estados é possível ou imaginada paga tributo à espacialidade plana e não estriada do mundo.

Em segundo lugar, o mapa plano do mundo é dividido em *unidades* bem definidas, iguais a si mesmas e inconfundíveis: os estados. "The basic unit of all international intercourse, international law, and organized international cooperation is the

¹⁰⁰ FERGUSON, Kennan. Unmapping and remapping the world: foreign policy as aesthetic practice. In: SHAPIRO, M. & ALKER, H. (edits.). **Challenging boundaries**. Minneapolis: Minnesota Press, 1996, pp.167.

¹⁰¹ SPYKMAN, Nicholas John. **America's strategy in world politics: The United States and the Balance of Power**. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Co., 1942, p.41.

national state", escrevia Pitman Potter em *Introduction to the study of international organization*, em 1929¹⁰².

Em aulas de geografia, aprendemos a pintar cada país com uma cor diferente, delimitando perfeitamente os limites de cada um deles e afirmando suas delimitações territoriais. Cada unidade é, assim, um átomo: uma parte indivisível, uma mônada leibnitziana. A transição do mundo universalista da Renascença para a visão particularista da Modernidade marca a imaginação internacional profundamente¹⁰³.

O princípio da indivisibilidade do estado será incluído em todas as constituições políticas contemporâneas. O estado não pode ser dividido, repartido ou ter suas partes cedidas, como uma pessoa. O estado é, portanto, uma pessoa, um indivíduo, um *magnum homo*. Passando pelo individualismo da Renascença e pela teoria política dos séculos 17 e 18, o estado foi paulatinamente ganhando forma pela analogia da *personificação*. A antropomorfização do estado foi fundamental para a constituição de um direito internacional público, pois igualava essa nova entidade política, o estado, às pessoas e resolvia um grave problema jurídico na avaliação de questões de guerra, paz, propriedade e transmissão de heranças, etc. que havia se perdido desde a fragmentação do Império Romano¹⁰⁴. Assim, na perspectiva das RI, o estado é considerado uma pessoa, uma unidade que vive em sociedade e que é dotada de consciência e inteligência, de determinar suas ações com poder de agência.

When we consider that a State is essentially *a unit among other units of like kind*, forming a society and governed by law, of which it is the embodiment; that it is a union of forces having a definite object, and organized for the accomplishment of that object; that it is endowed with a *public consciousness of itself, of its purpose and of its relations*; that it is *capable of determining its actions by the power of choice inherent in its collective will*; in short, that *it is not only an organized unit, but possesses intelligence and voluntary power of action, through its constituted organs of expression*, it does not seem altogether fantastic to think of it as *belonging to the class of beings known as 'persons'*, rather than to the class of beings known as 'things'¹⁰⁵ (nossos itálicos).

No que diz respeito à guerra, a personificação do estado igualou a guerra a um duelo entre homens iguais, responsáveis e capazes¹⁰⁶. A guerra pode se tornar uma atividade legítima, digna, heroica e, muitas vezes, necessária. Nesta necessidade se localizaria grande

¹⁰² POTTER, Pitman B. **An introduction to the study of international organization**. Londres: G. Bell and Sons, 1929, p.23.

¹⁰³ BARTELSON, Jens. **Visions of world community**. Cambridge: CUP, 2009, especialmente o Capítulo 4.

¹⁰⁴ SCHMITT, Carl. Op. cit., 2003, p.143.

¹⁰⁵ HILL, David Jayne. **World organization as affected by the nature of the modern state**. Nova Iorque: Columbia UP, 1911, p.36.

¹⁰⁶ SCHMITT, Carl. Op. cit., 2003, p.143.

parte do *ethos* político das monarquias europeias que vislumbraram por muito tempo a *guerra como um esporte dos reis*, vinculada a direitos, normas e costumes que a instrumentalizavam.

[A guerra] pode ser vista como um estado legal e uma forma de conflito envolvendo *um alto grau de paridade legal*, de hostilidade e de violência nas relações de grupos humanos organizados ou, de forma mais simples, como *condição legal* que permite igualmente a dois grupos hostis empreenderem um conflito através da força armada¹⁰⁷ (nossos itálicos).

A guerra respeita valores comuns, regras, normas, costumes. A guerra é uma atividade cultural e, ao mesmo tempo, uma forma de violência.

[Há] *solidariedade social na comunidade de nações* na qual ambos beligerantes e os neutros são *membros* para se permitir um *reconhecimento geral das atitudes e padrões apropriados à situação de guerra*. Embora a guerra revele a fraqueza da comunidade de nações, *evidencia também a existência dessa comunidade*¹⁰⁸

Veremos, mais adiante, como se articulou uma crítica a esta noção de guerra no início do século 20 e como essa percepção ainda inserida e legitimada por certa racionalidade política deixou de ser possível uma vez que a guerra passou a ser guerra nuclear ou guerra de extinção¹⁰⁹.

Todos os momentos históricos em que alguma unidade política ou algum estado foi dividido ou teve algumas de suas partes cedidas a outros estados foram momentos de crise política. É possível afirmar – seguindo com a analogia da física atômica que fundamenta esta imagem – que momentos de tensão se equivalem à fissão nuclear¹¹⁰. As guerras civis e as crises políticas são, nessa analogia física, a expressão política da fissão nuclear. O vocabulário acadêmico, político e jornalístico emprega com frequência a analogia da "explosão" de uma guerra entre dois ou mais estados.

O individualismo estatal presente na imagem política das relações internacionais tem a função de servir como lócus de autoridade e legitimidade à autoridade política soberana exercida, ou melhor, reivindicada por cada estado no sistema internacional. É a partir desta perfeita e inconfundível divisão do mundo em estados que a noção de poder

¹⁰⁷ WRIGHT, Quincy. **A guerra [1942; c.1964]**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988, p.5.

¹⁰⁸ WRIGHT, Quincy. Op. cit., 1988, p.5.

¹⁰⁹ Acerca da passagem da guerra possível à guerra total e à guerra absoluta, ver a análise da evolução da teoria do partizan de Carl Schmitt (**The theory of the partisan [1962]**). Nova Iorque: Telos Press, 2007).

¹¹⁰ O termo "fissão" foi cunhado pelo físico alemão Otto Frish que desvendou o processo e assim o nomeou fazendo alusão ao processo biológico de divisão celular. SIRACUSA, Joseph M. **Nuclear weapons: a very short introduction**. Oxford: Oxford Press, 2008, p.14.

político pode ser aplicada às relações internacionais. Já na década de 1920, o poder político que dominava as RI era aquela sintetizada no conceito do político por Carl Schmitt: o critério para a definição do político se situaria na diferenciação, na oposição política, entre amigo e inimigo¹¹¹. Tratava-se de um critério binário e apenas operacional em ambientes – como o *internacional* – nos quais os atores pudessem ser perfeitamente distinguíveis. A respeito desse conceito de poder nas RI, Hans Morgenthau, em 1933, afirmava que ele já "servia como a base para uma metafísica da função de forças elementares nas relações internacionais"¹¹².

A terceira características do mundo internacional diz respeito às forças do sistema. Estas forças respeitam as leis da mecânica, são forças mecanizadas. Spykman inicia sua descrição das relações entre política de poder e guerra com a seguinte analogia: "Without mechanical power – the ability to move mass – there can be no technology. Without political power – the ability to move men – technology cannot serve a social purpose. All civilized life rests, therefore, in the last instance on power"¹¹³.

Essa analogia do poder político como uma analogia das leis da física acompanha o pensamento filosófico desde meados do século 16, passando pelos textos político-filosóficos de Thomas Hobbes no século 17 e dos Iluministas nos séculos 18 e 19. Ao mesmo tempo, as leis da física se transformavam com os experimentos e as novas conclusões de Isaac Newton (amigo de Hobbes e com quem mantinha frequente correspondência) e as formulações de sua mecânica¹¹⁴. "The dynamics of politics and the dynamics of physics are more or less contemporaneous"¹¹⁵. O *Leviatã*, por exemplo, numa interpretação acertada é "um laboratório em que se deve definir um problema de medida, [ele é] uma física das forças"¹¹⁶. É notável como esta obra influenciou as concepções de mundo das relações internacionais, especialmente entre realistas, mas também entre liberais, sendo tal influência impossível de ser superestimada. Para um pensador político alemão do século 19, era aceitável pensar que "a lei dos fortes na vida política desempenha uma função

¹¹¹ SCHMITT, Carl. **The concept of the political [1932]**. Chicago: Chicago University Press, 1996.

¹¹² MORGENTHAU, Hans J. **The concept of the political [1933]**. Hampshire: Palgrave-Macmillan, 2012, p.108.

¹¹³ SPYKMAN, Nicholas John. Op. cit., 1942, p.11.

¹¹⁴ Quanto ao Iluminismo, foi Voltaire quem difundiu as ideias de Newton na França depois de conhecê-las mais a fundo quando de seu exílio na Inglaterra entre 1727 e 1730. Cf. BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J. C. **Breve história da ciência moderna, vol 3: das Luzes ao sonho do Dr. Frankenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.46.

¹¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Security, territory, population (Lectures at the Collège de France, 1977-1978)**. Londres: Palgrave/Macmillan, 2007, p.296.

¹¹⁶ ANGOULEVENT, Anne-Laure. **Hobbes e a moral política**. São Paulo: Papyrus, 1996, p.26.

semelhante à lei da gravidade no mundo físico"¹¹⁷. Descrevendo a necessidade de se estabelecer uma nova ciência das relações internacionais, em 1937, Frederick Schuman afirma que "the phenomenon of international politics can be dealt with more fruitfully if they are envisaged as aspects of the whole pattern of political behavior and power relations which has developed in Western civilization" e esses "padrões" se baseiam em "*contacts between the states of the western world*"¹¹⁸. Esses contatos são descritos em termos nitidamente hobbesianos por Goldworthy Lowes Dickinson num dos primeiros livros a popularizar a noção de anarquia nas RI:

Mutual fear and mutual suspicion, aggression masquerading as defense and defense masquerading as aggression, will be the protagonists in *the bloody drama*; and there will be *what Hobbes truly asserted to be the essence of such situation, a chronic state of war*, open or veiled. For peace itself will be a latent war; and the more the States arm to prevent a conflict the more certainly will it be provoked, since to one or another it will always seem a better chance to have it now than to have it on worse conditions later. [...]. Thus, not only in Europe but on the larger stage of the world the international rivalry is pursued. But it is the same rivalry and it proceeds from *the same cause*: the mutual aggression and defense of beings living in a 'state of nature'¹¹⁹ (nossos itálicos).

Em termos bastante análogos, o eminente professor de Chicago, Quincy Wright, definia o conflito como um termo de "broad connotations in the *physical, biological, philosophical, and social worlds*":

Conflicts of material bodies and of animals of the same or different species, as well as conflicts of ideological, philosophical, or religious systems, may all provide approaches to the study of conflict between persons or social groups;

Armies, like physical entities moving toward one another, seek to occupy the same place at the same time, each attempting to annihilate or capture the other (nossos itálicos)¹²⁰.

A teoria do equilíbrio de poder, "the most honored, enduring and widely disputed of all theoretical perspectives on international relations"¹²¹, a teoria por excelência

¹¹⁷ Von ROCHAU, Ludwig. *Grundsätze der Realpolitik angewendet aus die staatlichen Zustände Deutschlands*. [1853]. Apud: HASLAM, Jonathan. Op. cit., 2006, p.305.

¹¹⁸ SCHUMAN, Friedrich. **International Politics: an introduction to the Western state system [1937]**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1937, p.xii-xii.

¹¹⁹ DICKINSON, Goldworthy L. **The European anarchy [1916]**. Charleston: Bibliobazaar, 2008, p.9-11.

¹²⁰ WRIGHT, Quincy. The value for conflict resolution of a general discipline of international relations. **Journal of Conflict Resolution**, vol.1, 1957, pp.3-4.

¹²¹ ASHLEY, Richard K. **The political economy of war and peace: the sino-soviet triangle and the modern security problematique**. Nova Iorque: Nichols Publishing Co., 1980, p.234.

da política internacional¹²², “uma fórmula recente, mas uma ideia tão antiga quanto o mundo”¹²³, se fundamenta precisamente numa *mecânica das relações de força* entre os estados. Cada estado tem um peso, um tamanho e uma forma. Colocando um estado após o outro numa balança é possível medir o equilíbrio de forças no sistema internacional. São os líderes políticos de cada estado que servem como "condutores de força" entre eles¹²⁴. Apesar de não existir uma teoria unificada e coerente do equilíbrio de poder¹²⁵, as forças que constituem ou que levam ao equilíbrio são fundamentadas em uma perspectiva mecanicista.

O argumento ou a analogia da física social também perpassa os textos de Norman Angell, supostamente um *liberal*. Há uma “lei da aceleração” do progresso das ideias devido ao progresso das condições sociais de vida tais como os meios de comunicação e de transporte. Aceleração da dependência mútua entre os estados. Uma lei da aceleração “do tempo social e político” e que pode ser notada na rapidez com que a civilização deixou de levar em consideração o “fator força” para se desenvolver¹²⁶.

A quarta característica do mundo internacional é que cada unidade do sistema é uma *unidade viva*. Todo estado tem sua história: eles nascem, se desenvolvem e morrem. O fio condutor da teoria política internacional será justamente a *sobrevivência* dos estados. A ideia de sobrevivência perpassa todo o pensamento internacionalista, todas as "escolas" e "teorias" das RI.

A antropomorfização do estado, ou seja, a representação do estado como um corpo, como um organismo que se assemelha ao homem – ou a outros seres vivos ou mitológicos que se assemelham morfológicamente ao homem – possui uma longa história na teoria política. Da Grécia Antiga, passando pelo Renascimento até o Iluminismo vários pensadores representaram o estado ou a política em termos de um "corpo político", de um organismo ou um meio que funcionam com "vida" e cujos órgãos possuem, cada um, uma função específica¹²⁷. Num dos textos políticos mais influentes da década de 1930, Carl

¹²² "If there is any distinctively political theory of international politics, balance-of-power theory is it". WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979, p.117.

¹²³ ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB, 2002, p.173.

¹²⁴ LEBOW, Richard Ned; HERRMANN, Richard K. What was the Cold War? When and why did it end? In: LEBOW, Richard Ned; HERRMANN, Richard K. (edits.). **Ending the Cold War: interpretations, causations and the study of International Relations**. Londres: Palgrave/Macamillan, 2004, p.15.

¹²⁵ WALTZ, Kenneth. Op. cit., 1979, p.117.

¹²⁶ ANGELL, N. Op. cit., 2002, pp.126, 131, 166, 222 e 287, respectivamente. Para uma análise mais aprofundada sobre as implicações da velocidade e da aceleração desses processos sobre a política, ver: VIRILIO, Paul. **Un paisaje de acontecimientos**. Buenos Aires: Paidós, 1999.

¹²⁷ Sobre a longa história das relações entre a biologia e a ciência política ou sobre o uso das analogias animais para representar a política, o estado, o "meio natural" da política, etc., Cf.: SCHMITT, Carl. **The Leviathan in the state theory of Thomas Hobbes: meaning and failure of a political symbol [1938]**. Chicago: Chicago

Schmitt chama atenção para as fábulas clássicas de La Fontaine e Esopo servirem para ilustrar as "forças elementares" na teoria política do estado, pois os estados (os *leviatãs*) aparecem sempre como "grandes animais". Nesse momento, as leis da física encontram a biologia: os estados não são apenas representados como animais ou organismos vivos, mas são dotados de "forças elementares" que os tornam também "grandes máquinas": "Because they command tightly centralized command mechanisms that confront one another, mechanisms that are amply equipped with human intelligence and are able to assume pivotal postures by activating a mere switch on the switchboard, they appear as huge machines"¹²⁸.

Assim, o Leviatã de Hobbes é representado como um homem, como um soberano, que empunha uma lança e um cetro e era composto dos corpos individuais de todos seus súditos – como pode ser observado no famoso frontispício da edição original da obra em questão. Numa representação semelhante, um século mais tarde, Jean-Jacques Rousseau falará do "corpo político" e das funções de cada um de seus órgãos em perfeita analogia ao corpo humano:

Considerado individualmente, o ente político pode ser considerado como um organismo vivo, semelhante ao do homem. O poder soberano representa a cabeça; as leis e costumes são o cérebro, fonte dos nervos, sede da compreensão, da vontade e dos sentidos, do qual juízes e governantes são os órgãos; comércio, indústria e agricultura são a boca e o estômago que preparam a subsistência comum; as finanças públicas são o sangue, que no exercício das funções cardíacas uma economia *prudente* [itálico no original] distribui por todo o seu corpo, para proporcionar-lhe nutrição e vida; os cidadãos são o corpo e os membros que fazem com que *a máquina se movimente, viva e trabalhe* [itálicos nossos]. E se a condição geral é saudável, nenhuma parte dessa máquina pode ser ferida sem que isso provoque instantaneamente uma impressão dolorosa no cérebro. [...]. [Se] o homem está morto, o estado se dissolve¹²⁹.

Na teoria política internacional, a antropomorfização do estado funciona de modo a legitimar o pensamento do "internacional" no rol das Ciências Humanas, dando vida e, portanto, coerência, significado, mobilizando preocupação e cuidado com uma dimensão da vida, a vida política "internacional" e a uma unidade de análise – o estado – que não existem em si mesmas. É essa anátomo-política, para usarmos a expressão de Foucault, que

UP, 2008, pp.48-50; DERRIDA, Jacques. **The beast and the sovereign, vol.1 [2001-2002]**. Chicago: UC Press, 2009; DERRIDA, Jacques. **The beast and the sovereign, vol.2 [2001-2002]**. Chicago: CUP, 2011.

¹²⁸ SCHMITT, Carl. Op. cit., 2008, p.49-50.

¹²⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Tratado sobre a economia política. In: _____. **Rousseau e as relações internacionais**. Brasília, D.F.: Universidade de Brasília/Imprensa do Estado de São Paulo, 2003, pp.6-7.

funcionará de modo a colocar o estado como entidade viva no centro das preocupações humanas¹³⁰.

É através do discurso da *vida dos estados*, da *sobrevivência dos estados*, sua preservação, seu desenvolvimento e seu bem-estar, que uma prática discursiva como as RI se legitima e se reproduz, funcionando estrategicamente para sustentar, legitimar e produzir, em seus termos, relações de força que perpassam todo o tecido social, vertical e horizontalmente. Nas palavras de Spykman:

In international society *all forms of coercion are permissible*, including wars of destruction. This means that *the struggle for power is identical with the struggle for survival*, and the improvement of the relative power position becomes the primary objective of the internal and the external policy of states. [...]. *Power means survival* [...]. In this kind of world, *states can survive only by constant devotion to power politics*¹³¹ (nossos itálicos).

Também Norman Angell paga tributo ao naturalismo nas relações internacionais, primeiro, a criticando como corolário militarista que "proíbe a humanidade de obedecer ao conselho de oferecer ao agressor a outra face e veda à natureza humana aceitar esse ideal", pois assim os mais fortes sempre venceriam. Contudo, para Angell, há de se admitir que a luta pelo poder e o uso da força pelo mais forte na arena internacional é inevitável, é uma *lei da natureza*. A luta pelo poder é incontornável e admitir que ela existe é uma questão de *responsabilidade* e garante a *sobrevivência*:

Since struggle is the *law of life*, and a *condition of survival* as much with nations as with other organisms, pugnacity, which is merely *intense energy in struggle*, a readiness to accept struggle in its acutest form, must necessarily be a *quality marking those individuals successful in the vital contests*¹³² (nossos itálicos).

O espectro da ação política nas RI contem esse outro elemento proveniente da antropomorfização do estado: *a racionalidade*. As ações dos estados – tomadas sempre pelos seus mais respeitáveis representantes: os líderes, os diplomatas e os soldados – têm de ser racionais. Toda ação política tem de se enquadrar no espectro de modo a respeitar algumas regras de conduta. Estas regras são constituídas e reformuladas historicamente. É a história do país, do sistema internacional, das relações entre estados, que dá os exemplos a serem seguidos pelos líderes responsáveis nos contextos em que atuam.

¹³⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** (*Lectures at the Collège de France, 1975-1976*). São Paulo: Martins Fontes, 2002b, p.289.

¹³¹ SPYKMAN, Nicholas John. Op. cit., 1942, p.18.

¹³² ANGELL, Norman. Op. cit., 1913, p.167.

O quinto princípio é o tempo. O tempo é unidirecional. Ele é compreendido como uma seta entre o passado (história pedagógica), o presente (ação política) e o futuro (incertezas e expectativas). A função pedagógica do passado é acessada por quase todos os autores de RI. Os exemplos seriam bastante abundantes. Se fôssemos tratá-los em termos de *escolas* de pensamento, notaríamos que tanto realistas como liberais acessam o passado como fonte de exemplos históricos que sirvam de fundamentos às experiências políticas do presente. Líderes mundiais apreenderiam bastante se os exemplos de grandes líderes do passado fossem seguidos.

James Bryce, um dos responsáveis pela institucionalização da Ciência Política nos Estados Unidos e que teria forte influência nos intelectuais de Relações Internacionais nas primeiras décadas do século 20¹³³, foi responsável pela "Americanização" da Ciência Política e de seu distanciamento das teorias do direito e do legalismo. Em 1909, durante seu discurso como presidente da Associação Americana de Ciência Política, Bryce defendeu as relações pedagógicas da História para com a Ciência Política; da História como *fornecedora* de fatos para a Ciência Política: "Political Science takes all the facts that history gives us":

History takes the form of a record of facts and tendencies as they have occurred or shown themselves in past times. Political Science assumes the form of a systematic statement of the most important facts belonging to the political department of history, stringing these facts (so to speak) upon the thread of the principles which run through them. (nossos itálicos).

E conclui:

*They are so disposed and arranged as to enable us more easily to comprehend what we call the laws that govern human nature in political communities, so that we can see these laws as a whole in their permanent action and can apply what we have learned from history to the phenomena of today and tomorrow*¹³⁴ (nossos itálicos).

Em 1919, D. P. Heatley expressava perfeitamente esta visão historicista do tempo ao contrabalancear a mútua importância da História e da Ciência Política: "Political Science without History, it has been said, has no root; and History without Political Science has no fruit". Ele continua afirmando que:

History does not give much encouragement to the promulgators of schemes of Perpetual Peace. [...] The historian of international policy will add all the weight of his knowledge and authority to the school of caution and pre-

¹³³ SCHMIDT, Brian. Op. cit., 1998, p.96-97.

¹³⁴ BRYCE, James. The Relations of Political Science to History and to Practice. Presidential Address, Fifth Annual Meeting of the American Political Science Association, **The American Political Science Review**, Vol. 3(1), 1909, p.3.

*cautions in statesmanship. But the lessons he draws, or merely permits to disclose themselves, from the past are not sunk in gloom so deep that he may not say with Tocqueville, 'I will not believe in the darkness merely because I do not clearly see the new day that is to arise'*¹³⁵. (nossos itálicos).

A história dá os exemplos; exemplos não muito encorajadores na direção da Paz Perpétua. A cautela e a precaução continuam sendo as melhores qualidades dos líderes políticos. Mas mesmo esses ensinamentos negativos da história não devem se colocar como limites absolutos *mergulhados em obscuridade* frente às esperanças e expectativas de progresso – *o novo dia que nasce*.

Essa perspectiva pedagógica da experiência humana gravada na História, na Ciência Histórica, perpassará a mentalidade epistemológica das Relações Internacionais profundamente até os dias atuais, não sendo difícil encontrá-la em autores contemporâneos¹³⁶. Em 1990, escrevia John Mearsheimer sobre o papel dos teóricos em RI: "Our task, then, is to decide which theories best explain the past, and will most directly apply to the future; and then employ these theories to explore the consequences of probable scenarios"¹³⁷.

Se o passado serve como uma fonte heurística de fatos e princípios para a ação política, o presente se apresenta como a elaboração desse aprendizado. O líder responsável e racional *deve* aprender com esses fatos e com as leis históricas apresentadas a ele pela História. Assim ele será julgado pelos seus pares e pela sociedade. Muito comum será a crítica de que este ou aquele líder ou este ou aquele político "não aprendeu nada com a História" ao tomar suas decisões políticas. Não nos esqueçamos das palavras de Meinecke citadas logo acima: "*Any historical evaluations of national conduct are simply attempts to discover the true *raison d'état* of the State in question*"¹³⁸ (nossos itálicos).

¹³⁵ HEATLEY, D. P. **Diplomacy and the study of international relations**. Oxford: Oxford UP, 1919, p.viii.

¹³⁶ "Only by going back and forth in history we can avoid mistakes" e "We can get some idea of where we are heading by looking back at the past of the developed world. [...] [...] historical analogies help us understand some of the forces that will shape world politics in the twenty-first century", nos diz Joseph Nye, em 2007. Cf. NYE Jr., Joseph. **Understanding international conflicts**. Nova Iorque: Pearson Longmann, 2007, p.xiii e 235, respectivamente.

¹³⁷ MEARSHEIMER, John. Back to the future: instability in Europe after the Cold War. **International Security**, vol.15(1), 1990, p.9.

¹³⁸ MEINECKE, Friedrich. Op. cit., 1988, p.1

1.3 A Primeira Guerra Mundial e o espectro da ação política racional: a Guerra Total e a função política da tragédia

Os estados – essas unidades vivas e com as quais somos educados a nos preocupar enquanto cidadãos – possuem também *códigos de conduta*, códigos morais, a partir dos quais eles devem se relacionar. Esses códigos morais constituem o que chamamos aqui de *espectro da ação política racional*. Esse espectro é a própria teoria política internacional. Compreendidos para além de suas significações como "teoria", como "abstração", a teoria política internacional é o horizonte mesmo das práticas políticas possíveis e impossíveis. A teoria política internacional constitui as práticas políticas e é ela mesma constituída por essas práticas. A teoria política internacional é uma prática discursiva. É ela que informa os horizontes das ações políticas racionais. É dentro desses horizontes que líderes, políticos, acadêmicos e leigos tomam suas decisões e vislumbram as possibilidades da ação política. A política racional respeita as regras do *regime de verdade* em exercício. As regras do jogo político são as mesmas regras que condicionam a verdade dos *discursos possíveis*.

Esta imagem do mundo internacional parece mais própria do realismo que do liberalismo. Contudo, isso não significa que o liberalismo não a empregue. Na verdade, as guerras no espectro da ação política racional servem como limite definitivo para o liberalismo. Ou seja, as características do mundo internacional *descrito* nas RI pela teoria política internacional é incontornável para os liberais. Kant já o admitia, sendo ele próprio um hobbesiano.

O estado de paz entre os homens que vivem juntos *não é um estado de natureza, o qual é um estado de guerra*, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre, no entanto, uma *ameaça constante*. Deve, portanto, *instaurar-se o estado de paz*; pois a omissão de hostilidades não é ainda a garantia de paz e *se um vizinho não proporciona segurança* a outro (o que só pode acontecer num estado legal), *cada um pode considerar como inimigo que quem lhe exigiu segurança*¹³⁹. (nossos itálicos).

Da mesma forma, Leonard Woolf expressava essa dimensão quase incontornável da guerra:

Now, if you look at the world of human beings as a whole, and as far back from to-day as the mists of history allow, you will see that *so far we have only discovered two methods of regulating the relations of individuals and groups*. One is *by force*: a dispute or disagreement due to contradictory

¹³⁹ KANT, Immanuel. *À paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2004, p.126-127.

wills of two or more individuals or groups, arising whether in the sphere of sexual relations or in that of international polity, may be subjected to the arbitrament of force. [...] But there is another method discovered by man, noble in reason, and widely applied by him to his relationships. This method may be defined broadly as *government and organization*, which is conscious government. It consists in the regulation of relations according to general rules, which to a greater or less extent are understood vaguely to embody the idea in the community of what the right relations ought to be¹⁴⁰.

É necessário agora deixar mais claro o que compreendemos por *espectro da ação política racional* e como este espectro foi constituído e, também, qual sua função – tanto em nossa análise como na constituição do pensamento internacionalista sobre segurança internacional no século 20. Como deixamos claro na Introdução, a tese interpreta dois grandes espectros da ação política racional: o primeiro, das décadas de 1910 a 1945 e, o segundo, de 1945 ao Onze de Setembro. Cada um desses espectros condicionará e constrangerá um tipo particular de mundo internacional. Cada um deles apresentará um mundo específico no que diz respeito às possibilidades e impossibilidades da ação política racional sobre a paz e a guerra e sobre o que se considera paz e guerra, enfim, sobre a segurança internacional. O modo de se pensar a guerra e a paz a partir de certos critérios de racionalidade ou irracionalidade em cada um desses espectros da ação política racional condicionará o velamento do terrorismo como problema internacional na teoria política de RI. O espectro da ação política racional informa não apenas o programa possível da ação política como informa as possibilidades ontológicas da disciplina.

Nesse primeiro momento, portanto, nos preocupamos com a interpretação do espectro da ação política racional entre 1910 e 1945 e com os regimes de verdade mobilizados através dele sobre a segurança internacional.

Primeiramente, é preciso compreender que nenhum espectro da ação política é inteiramente diferente de seu antecessor. Os modos de pensar o mundo internacional – ou o que se pode conceber como *internacional* – não mudou muito desde que a humanidade se pôs a pensar um âmbito *fora* das fronteiras das comunidades políticas. Desde a Grécia Antiga, passando pelo Império Romano e pela Idade Média até a Modernidade e o que se convencionou chamar de pós-modernidade, a imagem do *internacional* foi pensada em termos bastante semelhantes. O espectro da ação política racional não variou muito entre os dilemas da paz e da guerra. Ou seja: os limites da ação política foram colocados, há séculos, entre os extremos da paz e da guerra: "*A distinção entre a guerra e a paz é o fundamento da*

¹⁴⁰ WOOLF, Leonard. **The framework of a lasting peace**. Londres: George Allen & Unwin, 1917, p.13.

vida civilizada e sua observância depende de padrões políticos e morais comuns"¹⁴¹ (nossos itálicos).

Tradicionalmente, a paz é algo a ser almejado e desejado e a guerra algo a ser evitado. Mesmo assim, muito foi escrito sobre os perigos de uma paz absoluta entre as unidades políticas; uma paz que se configuraria como um Império que tudo dominaria, não deixando espaço para a autonomia e autodeterminação de cada unidade. De forma análoga, muito se escreveu sobre a necessidade de se fazer a guerra em momentos decisivos da vida política dos estados; sobre como a guerra pode salvar uma república e defender um povo ou, ainda, ser empregada para salvaguardar o equilíbrio de poder entre os estados. Nenhum dos dois polos extremos do espectro é, portanto, necessária e claramente positivo ou negativo. Essa ambivalência da polaridade do espectro da ação política racional foi demonstrada na década de 1910, por Goldsworthy Dickinson:

One will endeavor to acquire supremacy over the others for motives at once of security and of domination, the others will combine to defeat it, and history will turn to *the two poles of empire and the balance of power*. So it has been in Europe, and so it will continue to be, until either empire is achieved, as once it was achieved by Rome, or a common law and a common authority is established by agreement¹⁴² (nossos itálicos).

Apesar dos dois polos extremos do espectro serem há séculos representados pelos signos da paz e da guerra, isso não significa que a paz e a guerra tenham sempre sido percebidas da mesma forma ao longo da história. Mudanças nos modos de se fazer a guerra e de se estabelecer a paz condicionaram e foram condicionados por discursos os mais variados sobre o que elas significavam, sobre como se legitimava e sustentava cada um dos polos. É possível mobilizar discursos diametralmente diferentes empregando as mesmas palavras. Ou seja: discursos de paz e de guerra são dependentes dos regimes de verdade, dos arquivos, em que circulam. Falar em paz e guerra não significou a mesma coisa entre 1910 e 2001 e depois. As mudanças nos *arquivos da guerra* impuseram formas diferentes de se pensar e legitimar a racionalidade política e condicionaram, de várias formas, modos particulares de se conceber a segurança internacional, como demonstraremos.

Outra ressalva metodológica é que essas diferenças entre cada uma das formas de se conceber o espectro da ação política racional não é algo que os autores e pensadores saibam *conscientemente*, são os "efeitos não intencionais de suas atividades principais" que

¹⁴¹ WIGHT, Martin. **A política do poder [1946]**. Brasília: UnB, 1985, p.113.

¹⁴² DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The European anarchy [1916]**. Charleston: Bibliobazaar, 2008, p.10.

se mostram relevantes¹⁴³. Muitas vezes, não há uma percepção clara das mudanças do mundo político. Nem sempre o arquivo da ação política se transforma tão nitidamente aos olhos de seus intérpretes. Casualmente, não é o que ocorre logo após a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial – e, certamente, não é o que ocorrerá após o Onze de Setembro. A Primeira Guerra Mundial não foi como outro conflito qualquer entre as potências europeias. Não foi necessário ser um analista político treinado, um militar ou um acadêmico para perceber que a guerra travada entre 1914 e 1918 representou um claro divisor de águas entre um mundo que deixava de existir e um mundo novo que se abria, dramaticamente: um "momento da transposição de uma fronteira histórica – uma daquelas raras datas da periodização da civilização humana"¹⁴⁴. Praticamente nenhum intelectual do período deixou de expressar seu espanto sobre os horrores da guerra e as mudanças que ela impunha nas percepções da vida política e social dos europeus. Erich Maria Remarque, John dos Passos, Ernest Hemingway, James Joyce, entre tantos outros intelectuais e escritores, registraram sua angústia perante os desenvolvimentos da guerra e o que ela significava para a civilização. A vida social do pós-guerra não seria a mesma, "tão insidiosos e insípidos eram os dedos da guerra europeia" na vida cotidiana, nas palavras de Virginia Woolf¹⁴⁵.

O *olhar sobre o mundo atual* era um olhar que demandava questionamentos sobre transformações e permanências¹⁴⁶. Um olhar traumatizado e espantado com a carnificina vivida por todos os europeus. Os que foram "alegremente massacrar e ser massacrados", em 1914, em defesa de nacionalismos extremados, constatou Eric Hobsbawm, jamais voltariam a ter esta posição política¹⁴⁷. A Primeira Guerra Mundial ensinou aos europeus e ao mundo que uma nova experiência da guerra havia começado: a experiência da Guerra Total. O "processo trágico" do maquiavelismo na política europeia, descrito por Meinecke, ganharia um novo tom com os acontecimentos de 1914 a 1918; um processo que se abria em todo seu "pavor"¹⁴⁸. Na síntese brutal de Nicholas Spykman, um dos principais teóricos das RI à época: "*Total war is the combination and integration of military, political, economic and ideological tactics in one great war effort. [...]. No state can think any longer of preparation for national defense merely in terms of preparation for a*

¹⁴³ KUBÁLKOVÁ, Vendulka. Reconstructing the discipline: scholars as agents. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka.; ONUF, Nicholas; KOWET, Paul. **International Relations in a constructed world**. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998, pp.195.

¹⁴⁴ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.450.

¹⁴⁵ WOOLF, Virgínia. **Mrs. Dalloway**. Porto Alegre: L&PM, 2005, p.50.

¹⁴⁶ VALERY, Paul. **Regards sur le monde actuel [1931]**. Paris: Gallimard, 1945.

¹⁴⁷ HOBBSAWM, Eric. Op. cit., 1988, p.450.

¹⁴⁸ MEINECKE, Friedrich. Op. cit., 1988, pp.21-22.

future conflict. The struggle is waged continuously. Total war is *permanent war*"¹⁴⁹ (nossos itálicos). No mesmo sentido, escrevia Quincy Wright: "a capacidade de destruição, grandemente ampliada, de todas as armas modernas e o desaparecimento da distinção entre forças armadas e população civil, nas operações militares" caracteriza a Guerra Total: "a população civil, os centros militares e de transportes tornaram-se alvos militares"¹⁵⁰. A *guerra permanente* da Guerra Total informará as possibilidades políticas daquele momento em diante como *tragédia*.

A criação da Liga das Nações se impõe perante os europeus como uma instituição incontornável. O símbolo da paz ganha nítida precedência sobre o signo da guerra e do confronto. Por toda a Europa, as organizações pacifistas se multiplicam; autores pacifistas ganham os holofotes; e os debates sobre a paz se intensificam. É o momento de criação da disciplina de Relações Internacionais precisamente com o propósito de encontrar "as vias da paz", como vimos logo acima; tratava-se do momento de se criar "outra ciência, a política internacional – a ciência das relações políticas entre os grupos humanos" e o objetivo dessa ciência deveria ser a formulação de mecanismos que garantissem a paz¹⁵¹. Também é o momento de homens como Norman Angell ganharem voz e de obras como *The Great Illusion* e *The fruits of victory*, ambas de Angell, e *Europe in convalescence*, de Alfred Zimmern se tornarem *best-sellers*. As mesmas editoras que lançariam essas obras de paz também publicariam os clássicos de Kant, Bentham e outros. A dedicatória de Zimmern em *Europe in convalescence* expressava esse sentimento pacifista: "[A] todos aqueles em cada país europeu que tem a coragem de olhar adiante". Referência explícita à esperança da comunhão de todos os povos europeus para a concretização de um futuro melhor¹⁵².

A partir daquele momento, a guerra passou a ser uma alternativa política que flertou com a *loucura*, sendo este um dos decisivos *critérios de transformação* da perspectiva internacional da disciplina que surgia. É o primeiro momento em que a materialidade da guerra, com seus desenvolvimentos tecnológicos experimentados nos campos de batalha e a capacidade jamais vivenciada de matar milhares de homens em poucos minutos confrontam os discursos da guerra como uma prática nobre e heroica. A guerra, aos poucos, deixava de ser percebida em sua nobreza, para ser percebida em sua

¹⁴⁹ SPYKMAN, Nicholas John. Op. cit., 1942, p.38.

¹⁵⁰ WRIGHT, Quincy. **A guerra [1942; c.1964]**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988, p.61.

¹⁵¹ ANGELL, N. **A grande ilusão [1912]**. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p.300.

¹⁵² "Dedicated to all those in every European country who have the courage to look forward". ZIMMERN, Alfred. **Europe in convalescence**. Londres: Mills & Boon, 1921.

frieza técnica, mortífera e insana: “os oficiais são especialistas em ciências; os soldados são simples operários. O exército é uma máquina; as batalhas são ‘operações táticas’; as cargas de cavalaria saíram de moda. Um pouco mais e a guerra terá se convertido na menos romântica de todas as atividades”¹⁵³. Essa percepção pacifista e crítica da guerra ganhará força na disciplina de RI e jamais se mostrará de acordo com as posições do "misticismo bélico" dos "bucaneiros profissionais" do fascismo alemão da década de 1930, criticado magistralmente por Walter Benjamin ou da apoteose estética da guerra elogiada pelo futurismo de Marinetti¹⁵⁴.

O espectro da ação política racional encurtava. A guerra deixava de ser uma possibilidade racional ou, pelo menos, deixava de ser uma possibilidade justificada tão somente em termos racionais. O critério até então adotado para uma política racional que possibilitava usar a guerra em algumas situações, logo após a Primeira Guerra Mundial, perdeu legitimidade. A guerra já não significava apenas a possibilidade de perdas militares em campos de batalha, mas configurava-se como a certeza de tragédias populacionais, como Guerra Total, como guerra entre populações.

Um dos textos mais influentes das Relações Internacionais, *Politics among nations*, de Hans Morgenthau, publicado em 1949, afirmaria que a guerra em seu tempo havia se tornado guerra total por ter se tornado uma *guerra de populações* por quatro motivos: "(1) the fraction of the population completely identified in its emotions and convictions with the wars of its nation, (2) the fraction of the nation participating in war, (3) the fraction of the population affected by war, (4) the objective pursued by war"¹⁵⁵.

¹⁵³ ANGELL, N. **A grande ilusão [1912]**. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, pp.225-227.

¹⁵⁴ BENJAMIN, Walter. Teorias do fascismo alemão: Sobre a coletânea *Guerra e guerreiros* editada por Ernst Jünger. In: _____. **Magia, técnica, arte e política**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986, pp.62 e 69, respectivamente. Vide a Passagem de Marinetti (citada em: BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia, técnica, arte e política**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986, pp.165-196): "Há vinte e sete anos, nós futuristas contestamos que a afirmação de que a guerra é antiestética. Por isso, dizemos: a guerra é bela, porque inaugura a metalização onírica do corpo humano. A guerra é bela, porque enriquece um prado florido com as orquídeas de fogo das metralhadoras. A guerra é bela, porque conjuga numa sinfonia os tiros de fuzil, os canhoneios, as pausas entre as duas batalhas, os perfumes e os odores de decomposição. A guerra é bela, porque cria novas arquiteturas, como a dos grandes tanques, dos esquadrões aéreos em formação geométrica, das espirais de fumaça pairando sobre as aldeias incendiadas e muitas outras. Poetas e artistas do futurismo, lembrai-vos desses princípios de uma estética da guerra, para que eles iluminem vossa luta por uma nova poesia e uma nova escultura!".

¹⁵⁵ MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1949, p.287.

A partir da Primeira Guerra Mundial, o discurso da tragédia, informado pela loucura da possibilidade de um conflito entre as grandes potências, toma a frente nos escritos de Relações Internacionais.

O arquivo de Guerra Total será a marca das RI entre 1910 e 1945. É sob o discurso da tragédia – não mais uma tragédia dos campos de batalha, mas uma tragédia possivelmente que se podia sentir em seus aspectos humanos e populacionais – passa a servir como limite da opção belicista como via política. Talvez não seja um exagero afirmar que esta percepção traumatizada a respeito da guerra como possibilidade política tenha sido o maior obstáculo para líderes ocidentais e seus formadores de opinião em perceberem realisticamente a ameaça da ascensão de Hitler na Alemanha na década de 1930. Em seu *Diário de Berlim*, William Shirer escreve sobre a criação de um exército conscrito por Hitler num desafio direto aos Tratados de Versalhes e do modo como a população aclamava e saudava o *Führer* sempre que ele aparecia em público. Shirer estava certo que se tratava de um "terrible blow" aos aliados: "What Will London and Paris do? *They could fight a 'preventive' war and that would be the end of Hitler*". Mas Shirer sabia que esta via não seria tomada. Termina seus escritos naquele dia melancolicamente frustrado: "To bed tired, and sick at this Nazi triumph"¹⁵⁶ (nossos itálicos).

O arquivo, não nos esqueçamos, é a lei daquilo que pode ser dito e do que não pode ser dito, é o sistema que rege os enunciados¹⁵⁷. Assim, entre 1910 e 1945, os problemas internacionais foram colocados essencialmente em termos das possibilidades de se alcançar uma paz duradoura, especialmente na Europa. Não havia espaço discursivo para se pensar os problemas internacionais sob outros termos. Pelo menos não em termos suficientemente legítimos. Foi necessária a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, especialmente, e das aventuras coloniais de Mussolini na Itália e do Japão na Manchúria e na China para que as possibilidades de um discurso político da paz se modificassem novamente. A obra de Norman Angell é, mais uma vez, um notório caso nessa mudança de atmosfera discursiva já no final da década de 1930.

Em *Peace with the dictators?*, Angell expressa perfeitamente a necessidade de se criticar o discurso da paz e de aumentar o espectro da ação política em direção à guerra. O espectro da ação política que após a Primeira Guerra Mundial e até o início da década de

¹⁵⁶ SHIRER, William. **Berlin diary: the journal of a foreign correspondent (1934-1941)**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1941, p.31.

¹⁵⁷ FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge and The Discourse on Language**. Nova Iorque: Pantheon, 1972, p.129.

1930 havia diminuído nitidamente em direção à paz e à manutenção da Liga das Nações, agora aumentava e dava espaço para discursos mais belicosos e que clamavam por intervenções e ações contra as agressões fascistas. Nesse momento mostra-se interessante analisarmos o problema do espectro da ação política à luz das categorias do realismo e do idealismo (ou utopismo/liberalismo).

Como é tradicionalmente demonstrado, os realistas partem do pressuposto de que a guerra é uma realidade aceitável, necessária, mas perigosa e que deve ser empregada com cautela e pragmatismo. A guerra pode ser a *prima ratio* para alguns autores ou a *ultima ratio*, para outros. Isso não importa. O que importa é que a guerra é sempre uma possibilidade. Por esse motivo, qualquer paz perpétua internacional é inatingível e, portanto, utópica. A racionalidade e a engenhosidade das políticas externas dos países no sistema internacional os levam a considerar os cálculos dos demais em termos de poder e de influência dentro do sistema. Os ganhos de uns significam perdas para os demais. Para evitar que a guerra se alastre pelo sistema ou que ela se torne, pelo menos temporariamente contornável, um sistema de equilíbrio de poder se impõe. O equilíbrio de poder, para os realistas, em linhas gerais – pois não existe uma única teoria do equilíbrio de poder¹⁵⁸ –, delinea os limites da possibilidade da ação política. Jamais as teorias realistas vislumbram um horizonte de ação política tão longínquo quanto a paz. A paz, quando existente, não passa, no fundo, de uma paz armada. O equilíbrio de poder entre as potências do sistema é sempre frágil e tenderá sempre a ceder lugar para a guerra generalizada, cedo ou tarde: "a perpetual effort to get the better of the balance; and as this effort is prosecuted on both sides, the ultimate issue is war. All history shows this, for every balance has ended in war"¹⁵⁹. Esta conclusão de Goldsworthy Dickinson, em 1926, será ecoada pelas RI no século 20, especialmente entre autores realistas, mas se apresentará como uma verdade quase incontornável para o pensamento liberal e suas derivações. Uma das mais célebres aquiescências ao pensamento realista e a sua teorização sobre os limites da ação política, especialmente no que diz respeito à natureza incontornável da guerra e do militarismo nas relações internacionais, será feita por Robert Keohane e Joseph Nye na segunda edição de *Power and interdependence*, em 1989, e por Keohane em *After Hegemony*, em 1986¹⁶⁰.

¹⁵⁸ FRITZ, Paul; SWEENEY, Kevin. The (de)Limitations of Balance of Power Theory. **International Interactions**, vol.30(4), 2010, pp.285-308.

¹⁵⁹ DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The International Anarchy (1904-1914)**. NY: Century Co., 1926, p.6.

¹⁶⁰ KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. **Power and interdependence [1977]**. Nova Iorque: Harper Collins, 1989; KEOHANE, Robert. **After hegemony [1984]**. Princeton: Princeton UP, 2005.

A concepção liberal do sistema internacional é um tanto mais positiva quanto otimista. Os liberais também admitem que a guerra é um obstáculo à paz internacional, mas a guerra não é incontornável. Pelo contrário, grande parte dos autores liberais não encara a guerra como um obstáculo intransponível – sendo que alguns sequer a consideram perene na história humana –, mas como um problema que pode ser contornado pelo comprometimento mútuo dos estados do sistema e pelo uso da racionalidade política de líderes responsáveis. A crença no progresso da humanidade é uma das marcas do pensamento liberal. O progresso é garantido e medido pela educação das populações. Lembremos que a fundação da Cátedra Woodrow Wilson de Relações Internacionais fundada em Aberystwyth em 1919 fora um projeto liberal e pacifista.

O comprometimento de líderes responsáveis e de povos educados para a paz pode fomentar o surgimento e a manutenção de instituições e/ou organizações internacionais sirvam para resolver controvérsias as mais diversas pacificamente. Através de mecanismos de gerenciamento de conflitos, as organizações internacionais podem conter ânimos exacerbados e minimizar o alcance de conflitos internacionais, limitando seu alcance e gravidade. A paz internacional para os realistas é uma utopia e para os liberais uma realidade frágil, mas desejável e merecedora de oportunidade e comprometimento. Rejeitar o melhor porque não é perfeito envolve a aceitação do que é pior, argumentava Angell:

Peace will not come by sporadic, partial, piece-meal *refusals to fight* about anything at all; *by refusing to be moved by any meanness or any horror*. Nor will it come by arming in panic without knowing to what end. It will come when men are clearer as to what Right is, and decide that their force shall be the instrument of naught else but that purpose. *There is no refuge but in the maintenance of that purpose*. To surrender it, to bargain it away for a momentary immunity from the violence of those who would destroy it is, in the end, to destroy ourselves¹⁶¹.

São essas as últimas palavras de Angell em *Peace with the dictator's*, publicado ao final de 1938, pouco menos de um ano antes da invasão da Polônia pela *Wehrmacht* que daria início à Segunda Guerra Mundial.

Nas décadas de 1920 a 1940, o espectro da ação política racional foi, primeiramente, fomentado pelo trauma da Primeira Guerra Mundial e pelo fantasma da Guerra Total para, posteriormente, logo ao final da década de 1930, começar a dar lugar a discursos de *guerra policial* e de envolvimento pragmático dos estados democráticos europeus numa luta contra o fascismo.

¹⁶¹ ANGELL, Norman. **Peace with the dictators?** Londres: Hamish Hamilton, 1938.

A disciplina de Relações Internacionais que acabara de nascer, que estava em sua “infância”, para usar a analogia orgânica de E. H. Carr, funcionava para disseminar discursos de guerra e paz, de organização internacional bem como de equilíbrio de poder pelas sociedades europeias e norte-americanas. As vozes dos autores de RI, dos autores clássicos que analisamos neste capítulo, funcionavam de modo a autorizar estes discursos e delinear o tom dos debates; o tom do que poderia ser dito e do que não poderia ser dito na disciplina, e, mais ainda, do que poderia ser pensado e problematizado e do que poderia – e até deveria – permanecer esquecido e não problematizado. Lembremos das palavras de Carr que nos serviram de epígrafe: "Whatever my share in starting this business [a disciplina de Relações Internacionais], I do not know that I am particularly proud of it. [...]. What is this thing called international relations in the English speaking countries [senão] *the study about how to run the world from positions of strength?*"¹⁶².

As vozes autorizadas dos autores de Relações Internacionais, dos *autores-função*, como aqui os consideramos, serviram, num primeiro momento, para guiar discursos de paz e de harmonia internacional quando da criação da Liga das Nações. Não apenas autores liberais estavam comprometidos com essas ideias, como vimos, mas também autores que não nutriam os mesmos princípios. Grande parte deles dividia a preocupação com a paz e com a manutenção de um sistema que evitasse, acima de tudo, uma carnificina como a que a Europa acabara de viver. Dickinson, por exemplo, longe de ser um autor liberal, afirmava que "nothing but a complete and radical reform in international relations can prevent the danger [of war] from becoming a reality"¹⁶³. Dickinson, portanto, apresentava uma "convicção" de que a anarquia internacional poderia ser reformada¹⁶⁴.

Dos escritos de Goldsworthy Dickinson, passando por Norman Angell e Alfred Zimmern, até E. H. Carr e Nicholas Spykman, todos eles seguiram os princípios e os cânones da disciplina de RI; todos obedeceram aos mesmos *critérios de formação* para a disciplina. Todos eles pensaram um mundo plano e homogêneo, dividido em estados ou nações iguais a si mesmos e inconfundíveis. A noção de guerra obedecia a estes mesmos critérios. A noção de guerra moderna permeou a ciência política alemã durante todo o século 19, em especial, e perpassou a disciplina de RI no século 20. Nas palavras de Carl Schmitt, um dos mais importantes pensadores da ciência política contemporânea e que influenciou

¹⁶² Carta de E. H. Carr a Stanley Hoffmann. 30 de setembro de 1977. Apud: COX, Michael. Op. cit., 2001, p.xiii.

¹⁶³ DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The choice before us**. Nova Iorque: Dodd, Mead and Co., 1917, p.viii.

¹⁶⁴ SCHMIDT, Brian. Op. cit., 1998, p.160-161.

gerações de internacionalistas, notadamente realistas como Morgenthau, Wolfers e Herz, explicitou a história da noção moderna de guerra:

The traditional European bracketing of wars between states emerged after the 18th century from specific concepts of *bracketed war* and *just enemy* derived from the age of monarchy. These concepts were interrupted by the French Revolution, but the Congress of Viena reaffirmed them and they became thereby much stronger. But they became legalized between states only when belligerent states – both internally and externally – adhered to them in equal measure, i.e., when their domestic and foreign policy concepts of regularity and irregularity, legality and illegality became substantively congruent or at least more or less homogeneous in structure. Otherwise, instead of a demand for peace, war regulations between states were successful only in that they provided pretexts and slogans for reciprocal accusations. The simple truth is that this has been acknowledged gradually since World War I¹⁶⁵.

A guerra moderna, essa guerra fechada (*bracketed war*), limitada pelas noções de estado, amigo/inimigo e pensada nos termos do direito internacional como tendo um início nas declarações formais e um fim na assinatura de tratados de paz, estava claramente se modificando, precisamente no período em que as RI se desenvolviam como disciplina. Mas isso não evitou que essa noção perpassasse o saber internacional da época e o conhecimento formulado na nova disciplina política internacional. Schmitt acertadamente percebe que os estados tem interesse em empregar "conceitos clássicos" como guerra, mesmo que sejam ignorados como "obsoletos e reacionários", pois eles normalmente se recusam a confirmar o surgimento de uma "imagem reconhecível de uma nova realidade" por motivos ideológicos¹⁶⁶.

Dos teóricos liberais aos teóricos mais nitidamente realistas, o estado permaneceu sendo a unidade de análise das relações internacionais e nas Relações Internacionais. Todos aqueles autores vislumbraram um mundo em que o mundo internacional nutria em sua estrutura o germe do conflito e da guerra. Das correlações possíveis com a Ciência Política alemã, com a física e com adaptações do darwinismo, discursos sobre a guerra e a paz foram articulados e disseminados pelos autores de RI. Discursos que constituíram os mundos possíveis e impossíveis da segurança internacional.

A Ciência Política tradicional, especialmente sua vertente alemã, informou as RI sobre a necessidade do estado forte, viril, racional e protetor. As palavras de Meinecke a este respeito são inequívocas e ressoaram pelas Relações Internacionais por décadas. Houve

¹⁶⁵ SCHMITT, Carl. **The theory of the partisan [1962]**. Nova Iorque: Telos Press, 2007, pp.35-36.

¹⁶⁶ SCHMITT, Carl. Op. cit., 2007, p.36.

quem as confrontasse, mas a força do estado como agente central e protetor das populações no sistema internacional permaneceu uma realidade discursiva fortíssima. O mundo da física política e das forças mecanizadas do sistema internacional foi outro *critério de correlação* nitidamente constituinte das condições de possibilidade de legitimação das RI. O poder é uma força mecânica que move nações, estados, e líderes. Ele impulsiona os estados rumo a seus objetivos, como falou Spykman. É o poder que faz pesar cada um dos estados na "balança" de poder. Poder é força motriz e massa. Analogamente, os escritos de Angell e Zimmern também pagam tributo a esta perspectiva mecanizada do poder na medida em que a opinião pública educada para a paz é também uma "força social" para o progresso. O progresso histórico é, ele mesmo, um deslocamento temporal impulsionado pela força da educação.

A *correlação* se dá também com a Biologia, outro saber com o qual as RI se comunicaram. O saber biológico da época, do final do século 19 e início do século 20, alimentado e distorcido por versões do darwinismo social, constituíram vários discursos acerca da paz e da guerra, da segurança internacional, do colonialismo e do imperialismo nas RI das décadas de 1910 a 1945. O discurso da "sobrevivência" ou "morte" dos estados foi decisivo para a fundação e legitimação das RI. Sempre que a necessidade da guerra foi colocada em questão ou a necessidade da sobrevivência de um estado em relação aos demais estados foi cogitada foram articulados discursos com ênfase na biologia, na antropomorfização do estado como forma de dar força ao discurso da guerra, da separação, da vitória, da hierarquia e da raça, de uns sobre os outros¹⁶⁷.

Como vimos, esse discurso perpassa autores das mais diversas escolas de pensamento. Nitidamente presente em vários autores está o discurso da "sobrevivência" ou "morte" dos estados que informará o grande propósito normativo das Relações Internacionais: salvar os estados é salvar o mundo. O projeto das RI nas décadas de 1910 a 1940 é um projeto de salvação, primeiro, dos estados, e, depois, das populações. Ao final da Segunda Guerra Mundial, esse projeto normativo ganhará outros elementos, como veremos, mas permanecerá forte e incisivo. Quando Alexander Wendt apresentar os modos de neorealistas e neoliberais abordarem as relações entre agentes (estados) e estruturas (a anarquia internacional), quase sete décadas mais tarde, ele salientará que ambos os grupos

¹⁶⁷ Sobre as relações entre a biologia, as hierarquias sociais e políticas e o racismo, Cf.: FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2002b, pp.306-310.

(aos quais poderíamos incluir também os realistas e liberais clássicos das décadas de 1910 a 1944) tomam o "estado autointeressado" como ponto de partida para suas teorias¹⁶⁸.

Mas a novidade do arquivo da Guerra Total não foi a proteção do estado. O que há de original na forma de pensar a segurança internacional nas décadas de 1920 a 1940, o que há de original na transformação dos critérios de verdade da nova disciplina para o saber internacional de até então, não é o estatismo que, na verdade, faz parte de discursos "internacionais" há séculos. O que há de original no arquivo da Guerra Total, e isto precisa ficar claro, é a inclusão do problema da ameaça à existência das populações pela possibilidade da guerra. O espectro da ação política racional não deveria se preocupar com a guerra nos mesmos termos que líderes e políticos e até a opinião pública haviam se preocupado até então. O que estava em jogo na possibilidade da guerra a partir da Primeira Guerra Mundial era a ameaça às populações inteiras. O elemento *população* passou a constituir os discursos da guerra como nunca antes. Um elemento de vida, de vida biológica das populações, de existência e sobrevivência, passou a operar como o limite da ação política racional:

Thus, while becoming more united, the world becomes less stable as tensions increase. This situation, *gives the human race more capacity*, if it wishes to exercise it, *to control its future through orderly processes*. On the other hand, its eggs all being in one basket, if it cannot agree to exercise *the controls now possible, its capacity to annihilate itself is also augmented*¹⁶⁹.

É este o novo horizonte da racionalidade, do *controle da razão*, constituído pelas RI sobre o mundo internacional. Um horizonte que coloca a vida dos estados, sua sobrevivência, em termos de vida e sobrevivência de suas populações. A tragédia da guerra agora será populacional. As RI terão a função política de prevenção e de dar voz aos conceitos e problemas legítimos de serem pensados e estudados. A segurança internacional ganha uma nova morada.

No próximo capítulo, explicitaremos como a física política e o antropomorfismo permaneceram como regras de formação dos discursos de Relações Internacionais num novo arquivo, num novo dispositivo de segurança que se articulará ao final da Segunda Guerra Mundial. Assim como a tragédia da Primeira Guerra Mundial informou os discursos de

¹⁶⁸ WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, vol.46(2), 1992, p.392. "International politics remains a realm of self-help where states face security dilemmas and force plays a considerable role". Esta frase poderia ter sido retirada de um texto de Kenneth Waltz, mas é de Joseph Nye. Cf. NYE Jr., Joseph. Op. cit., 2007, p.261.

¹⁶⁹ WRIGHT, Quincy. Population and international relations. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol.188, 1936, pp.326-327.

Relações Internacionais nas primeiras décadas da institucionalização da disciplina, também as tragédias de Hiroshima e Nagasaki informarão os discursos de Relações Internacionais no mundo pós-Segunda Guerra Mundial. O impacto daqueles eventos será tão forte nas concepções de segurança internacional que reverberarão até o Onze de Setembro, com efeitos marcantes e decisivos.

CAPÍTULO 2

GUERRA FRIA E SEGURANÇA INTERNACIONAL: TERROR E TRAGÉDIA NA TEORIA POLÍTICA INTERNACIONAL (1945-1990)

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: _____. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.17.

If, however, the world is conceived as the scene of a tragic struggle between good and evil, reason and passion, the mere advice to follow the commands of reason will not measure up to the nature of the problems to be solved. Without the recognition of these tragic antinomies of human existence, the counsel of reason becomes the counsel of unreason, the promise of success turns into the certainty of failure. The goodness of the virtuous unmask itself as the self-righteous egotism of the hypocrite; and education is reduced to the 'objective' communication of facts, unable to distinguish between right and wrong, good and evil, true or false.

MORGENTHAU, Hans J. **Scientific man versus power politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1946, p.209.

The way we describe the world, the words we use, shape how we see the world and how we decide to act. [...]. The Cold War has always been a discourse, a conflict of words, 'capitalism' versus 'socialism'. Both left and right used the same words. They disagreed about which word was good and which was bad.

KALDOR, Mary. After the Cold War. **New Left Review**, 180, 1990, p.25.

Nenhum leitor deixará de entender que quando o Ministério de Educação de um grande país ocidental se dedica ao estudo da arte da guerra, o desenvolvimento da técnica militar ocidental que se adquire a tal preço é sinônimo da destruição de nossa civilização ocidental.

ARNOLD TOYNBEE. **Guerra y civilización**. Madrid: Alianza, 1976, p.145.

A filosofia da supremacia é muito diferente da filosofia da decadência

HASLAM, Jonathan. **A necessidade é a maior virtude: o pensamento realista nas relações internacionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.350.

If it is not love, than is the bomb, the bomb, the bomb, the bomb, the bomb, the bomb that will bring us together.

THE SMITHS.

No dia 2 de agosto de 1939 – apenas um mês antes da Alemanha invadir a Polônia e dar início à Segunda Guerra Mundial – Albert Einstein envia uma carta ao então presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt alertando-o sobre a recente descoberta do processo de fissão nuclear pelo físico alemão Otto Frisch. O processo em questão poderia ser empregado para a construção de uma nova geração de "superbombas" com potencial de destruição ainda não imaginado pelo homem e que seria certamente explorado pelos nazistas. Rapidamente persuadido pelos argumentos do renomado cientista, em outubro, Roosevelt ordena a formação de um comitê de cientistas com o objetivo de desenvolver o novo armamento. A competição com a Alemanha¹⁷⁰ e o com o Japão para o desenvolvimento da bomba atômica mobilizou esforços tremendos dos Estados Unidos e, em 1942, o ultra-secreto Projeto Manhattan já se encontrava em pleno andamento e mobilizava quase dois bilhões de dólares em investimentos federais. No dia 23 de abril de 1945, o presidente Harry S. Truman que sucedera Roosevelt era informado por seu Secretário de Guerra Henry L. Stimson e pelo general Leslie Groves de que "within four months, we shall in all probability have completed the most terrible weapon ever known in human history, one bomb that could destroy a whole city". Cabia ao presidente tomar a decisão sobre quando e onde utilizá-la; uma decisão que "no man in history has ever had to make". Em agosto de 1945 – exatamente seis anos após o recebimento da carta de Einstein – a força aérea americana lançava duas bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki¹⁷¹. Após o lançamento da primeira bomba sobre "a base militar de Hiroshima", o presidente Truman advertia os japoneses:

Estamos agora preparados para *fazer desaparecer, com mais rapidez e mais completamente*, até a última empresa de produção que possam ter os japoneses em terra, em qualquer cidade. Destruiremos seus diques, suas fábricas e seus meios de comunicação. Que não fique dúvida que destruiremos completamente a capacidade bélica do Japão. [...]. Se não aceitarem nossas condições, deverão preparar-se para uma chuva de destruição pelo ar, *como nunca se viu na terra*. Após desses ataques aéreos, seguirão forças marítimas e terrestres em tal quantidade e poderio como nunca se viu e com a qualidade combativa que os japoneses já conhecem¹⁷² (nossos itálicos).

¹⁷⁰ Na Alemanha, todos esforços foram mobilizados para a obtenção da "arma secreta" de Adolf Hitler. Não se sabe, com certeza, porque os físicos alemães não conseguiram desenvolver a bomba antes dos americanos. Cf. BULLOCK, Alan. **Hitler and Stalin: parallel lives**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1992, p.816.

¹⁷¹ SIRACUSA, Joseph M. **Nuclear weapons**. Oxford: Oxford Press, 2008, pp.12-15.

¹⁷² "Ameaçado o Japão de destruição completa pela 'bomba atômica'". **Folha da Manhã**, 7 de agosto de 1945, Capa.

A partir desse exemplo e da incapacidade das civilizações humanas em dominarem seu ímpeto em desenvolver técnicas de destruição, teve início definitivamente uma corrida pela aquisição de armas nucleares mais sofisticadas tanto pelos Estados Unidos como pela União Soviética¹⁷³. Em menos de uma década, uma nova geração de armas de destruição em massa estariam disponíveis (a bomba de hidrogênio) e fariam parte dos arsenais das duas superpotências. Tinha início, a era da guerra nuclear¹⁷⁴.

As consequências das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki para a política seriam tremendas. Um novo paradigma político tinha início com aquele evento ou, como argumentamos, um novo dispositivo de segurança. Esta era a percepção generalizada. Todas as formas de se fazer a guerra conhecidas pela humanidade por séculos se tornaram obsoletas diante do novo armamento e da possibilidade, dali em diante, daquela tecnologia voltar a ser empregada. Não apenas as estratégias e as táticas militares teriam de ser repensadas, como a própria forma de se fazer e de se pensar a política precisariam ser enquadradas em um modelo diferente. A disciplina de Relações Internacionais se tornaria um dos *loci* centrais para a rearticulação de um novo conhecimento sobre a guerra e a paz e sobre os limites da ação política num mundo confrontado pela ameaça da guerra nuclear.

Nesse capítulo, exploramos os modos a partir dos quais foram constituídos novos conhecimentos sobre a segurança internacional à luz da guerra nuclear, de uma nova percepção sobre os limites da racionalidade política. Num primeiro momento, avaliamos as relações entre o estado norte-americano, as universidades e algumas fundações – especialmente a Fundação Rockefeller – para a constituição de um novo conhecimento

¹⁷³ Em uma reunião com o presidente Truman, seu Secretário de Guerra Stimson sugeriu que a tecnologia nuclear logo que descoberta fosse compartilhada com a URSS, pois a bomba não era "apenas mais um armamento devastador a ser assimilado aos nossos padrões de relações internacionais". Se o fosse, o "velho costume de segredos e de superioridade nacional poderia ser seguido". A invenção da bomba atômica "constitui um novo passo no controle do homem sobre as forças da natureza", um passo "revolucionário demais para ser enquadrado em velhos conceitos". Por esse motivo, os EUA deveriam demonstrar confiança nos soviéticos e "dividir" os segredos da tecnologia nuclear. Tratava-se de uma questão "da mais vital importância na evolução do progresso humano". Cf.: HANHIMÄKI, Jussi M. & WESTAD, Odd Arne (edits.). **The Cold War: a history in documents and eyewitness accounts**. Londres: Oxford, 2004, p.32-34. Winston Churchill em seu famoso discurso "The sinews of peace" ("A Cortina de Ferro), em 1947, na universidade de Indiana, critica a ideia de Stimson alegando que o mundo era demasiadamente instável e que não se poderia confiar em regimes totalitários. A União Soviética, em 1942, já possuía seu projeto nuclear. Stalin teria dito a seus subordinados: "Peçam o que vocês quiserem! Nada será recusado!". A União Soviética obteve sua bomba atômica apenas quatro anos após os americanos, em 1949. BULLOCK, Alan. **Hitler and Stalin: parallel lives**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1992, pp.902-03.

¹⁷⁴ Paul Nitze, assessor do governo norte-americano durante a Guerra da Coreia, sustentou que a guerra nuclear durante aquela guerra era ainda uma possibilidade. "At that time we would have risked general war". Mas agora, em 1954, o limite estava traçado: "Now we do not know. We are not alone in having thermonuclear weapons. There is the H-Bomb". Fala de Paul Nitze. CONFERENCE On International Politics. May 7-8, 1954 (Appendix 1). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, p.250.

acerca do "internacional", em geral, e da segurança internacional, em particular. Partimos da premissa já esclarecida em nossa Introdução de que um dispositivo é uma rede que integra e faz circular o poder através de discursos e práticas específicas desenhadas estrategicamente com esse propósito. O dispositivo Guerra Fria é – assim como o dispositivo Guerra Total – uma rede na qual relações entre o poder político do estado, os conhecimentos científicos e os saberes gerais nutrem relações imanentes. O dispositivo Guerra Fria constitui o regime de verdade a partir do qual – e através do qual – a guerra e a política poderão ser pensadas pelas RI. Nessa parte, analisamos como a disciplina *otaniza* os discursos de segurança internacional, ou seja, como os discursos acerca da segurança internacional constituem um conhecimento de segurança voltado para a interpretação, problematização e descrição da guerra nuclear como problema central das relações internacionais, concebendo a segurança internacional, portanto, nos termos das preocupações próprias dos países membros da OTAN. No segundo momento, nos indagamos sobre as relações entre a racionalidade e a violência na constituição dos discursos acerca dos limites da guerra e da paz pelas RI. Como os autores de RI interpretaram a novidade da guerra nuclear e como esta nova experiência serviu para constituir um novo arquivo de segurança internacional que constituiria, por seu turno, um novo dispositivo de segurança? No terceiro momento, analisamos como se dá a politização da tragédia no processo da *Segunda Guerra Fria*, na década de 1980 e como esse processo potencializa a tragédia nuclear através do *exterminismo*. O objetivo nesta parte é explicitar o terror nuclear funcionando como signo da tragédia no dispositivo Guerra Fria. Esta função será problematizada no quarto e último momento deste capítulo quando interpretaremos o espectro da ação política racional na Guerra Fria e como se articula o signo da *extinção* como limite absoluto da ação política racional e suas implicações no dispositivo de segurança que permanecerá hegemônico nas Relações Internacionais até o Onze de Setembro.

2.1 A Otanização da Segurança Internacional: A Fundação Rockefeller e a Conferência Sobre Teoria (1954).

Hiroshima e Nagasaki, portanto, condicionaram os modos das RI pensarem a guerra e os limites da ação política racional. Os eventos trágicos de Hiroshima e Nagasaki condicionaram também os modos dos Estados Unidos, em particular, mas do ocidente, em geral, encararem os problemas de segurança internacional dali em diante. Discursos de

segurança foram rearticulados de modo a acomodar o elemento da guerra nuclear na política internacional. Nesse momento, como bem interpretou Hans Morgenthau, os Estados Unidos não podiam mais se imiscuir da política internacional. Não havia como continuar proclamando ou sustentando o isolacionismo de décadas passadas: “Now it stands outside the enclosures of its continental citadel, taking on the whole of the political world as friend or foe. It has become dangerous and vulnerable, feared and afraid”¹⁷⁵. Os contrastes entre a política internacional dos anos 1920 e 1950 eram evidentes demais para se seguir os mesmos princípios¹⁷⁶. A posição da disciplina de Relações Internacionais nesse dispositivo conforme desenvolvida nos Estados Unidos nessa *era de ambivalência* foi fundamental, assim como a função de seus principais autores. Pensar as RI a partir de discursos de capacidade e vulnerabilidade, poder e impotência.

É difícil discordar de Stanley Hoffmann quando ele caracteriza as RI como uma "ciência social norte-americana", especialmente depois da Segunda Guerra Mundial¹⁷⁷. Hoffmann sustenta que a disciplina de RI se americanizou nitidamente nas décadas de 1940 e 1950 devido a três fatores institucionais preponderantes: primeiro, o sistema de governo americano que coloca os acadêmicos "na cozinha do poder". A partir da década de 1960, segundo Hoffmann, acadêmicos foram considerados peças-chave na formulação de políticas governamentais, sendo incorporados ao *establishment* político como "policy scientists"¹⁷⁸. O segundo fator são os laços entre "as cozinhas do poder" e os "salões acadêmicos", ou seja, o conjunto de fundações que alimentavam as RI com dinheiro para pesquisa após a Segunda Guerra Mundial. Quadros de diretores de algumas instituições e fundações eram – e são, ainda – frequentemente compostos por políticos e acadêmicos¹⁷⁹. O terceiro fator se refere às universidades norte-americanas: mais flexíveis e livres de regulamentações públicas, o que facilitava a pesquisa e a liberdade de se produzir conhecimento internacionalista

¹⁷⁵ MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 1ª Edição. Nova Iorque: McGraw & Hill, 1949, p.8.

¹⁷⁶ HOLSTI, Kalev. The study of international politics during the Cold War. In: DUNNE, Tim, COX, Michael & BOOTH, Ken. **The Eighty Year's Crisis (1919-1999)**. Cambridge: CUP, 1999, p.17.

¹⁷⁷ HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987.

¹⁷⁸ HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987, p.12.

¹⁷⁹ Na lista dos diretores do *Council on Foreign Relations*, por exemplo, aparecem George H. W. Bush (1977-79); George P. Schultz (1980 – c.1985), Alan Greenspan (1982 – c.1985), David Rockefeller (1949 – c.1985), o que atesta a proximidade do Conselho com os mais altos escalões do poder nos EUA. Dentre os membros de destaque do *Conselho* ainda se encontram acadêmicos proeminentes e de grande influência internacional: Daniel Bell, Peter Berger (sociólogo da Universidade de Chicago), Luigi Einaudi (célebre editor italiano), Clifford Geertz (antropólogo da Universidade de Chicago), Samuel Huntington (sociólogo), Henry Kissinger, Robert MacNamara, Paul Nitze, Joseph Nye, Thomas Skidmore e Arthur Schlesinger. Cf. DREIFUSS, René. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p.300-301.

propriamente dito, mais distante das simples análises diplomáticas tradicionais de muitos centros europeus, por exemplo¹⁸⁰.

Não fazemos objeção a esta interpretação de Hoffmann¹⁸¹, apenas a ampliamos. Pensamos que as RI não apenas se americanizaram – notadamente sobre as questões de segurança – como se *otanizaram*, ou seja, passaram a considerar como problemas de segurança internacional tão somente aqueles problemas que significavam ameaças à segurança dos países do centro do sistema, dos países da OTAN. E as ameaças a esses países se traduziam em dilemas reais e potenciais oriundos da União Soviética e de seus aliados: as guerras, em geral, e a guerra nuclear, em particular. Em grande medida, as RI que se desenvolveram entre 1945 e meados da década de 1970 diziam respeito aos dilemas de segurança anglo-americanos.

A maioria dos autores clássicos da disciplina são norte-americanos e britânicos, com pouquíssimas exceções de australianos (Hedley Bull) e franceses (Raymond Aron¹⁸²). É necessário um grande esforço de memória para lembrar de algum autor clássico da disciplina que fuja destas quatro nacionalidades: "[The] vitality and appeal of the subject was not matched outside the English-speaking world, except, possibly in Geneva [the Institut Universitaire des Hautes Études Internationales]"¹⁸³.

Mais do que a ênfase nas universidades norte-americanas ou britânicas como grandes centros, os Estados Unidos e o Reino Unido são relevantes para a constituição do dispositivo Guerra Fria na medida em que a guerra nuclear e a possibilidade tornada sempre iminente de uma tragédia nuclear se abater sobre o mundo condicionou os modos da disciplina pensar os problemas de segurança internacional.

¹⁸⁰ "[A] career foreign service with its own training programs perpetuates the tendency to look at international relations as if it were still traditional diplomacy". HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987, p.13.

¹⁸¹ Concordamos com Hoffmann no que diz respeito à preponderância dos Estados Unidos nas RI e na forma como essa preponderância se constitui nas décadas de 1950 a 1970. Chamamos atenção, tão somente, para a classificação das RI como "ciência social *norte-americana*", como se as RI fossem equivalentes aos modelos hegemônicos de ciências sociais nos Estados Unidos naquele momento, como a Ciência Política, a Sociologia, a Psicologia Social e até a Economia, com caráter nitidamente behaviorista e quantitativista. Como veremos, a seguir, as RI norte-americanas resistiram o behaviorismo e o quantitativismo, mas acabaram por incorporá-los.

¹⁸² Marcel Merle, Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin praticamente não são citados na literatura anglo-americana. Duroselle e Renouvin, em especial, fazem parte de outra cultura de Relações Internacionais muito mais ligada à tradição que se desenvolve em países francófilos como Suíça, Espanha e Portugal e que dá ênfase a estudos de política externa sob a perspectiva das *forças profundas*, dos fatores geográficos, demográficos e econômicos sobre a conduta dos estados. Cf. DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo imperio perecerá: teoría sobre las relaciones internacionales** [1992]. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1998; RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introducción a la historia de las relaciones internacionales**. Mexico, DF: FCE, 2001.

¹⁸³ OLSON, William. Op. cit., 1972, p.13.

Logo na década de 1950, o estado norte-americano já percebera a necessidade de se articular uma nova visão da política internacional. "In a country blessed with the climate of empiricism"¹⁸⁴, havia a necessidade de se colocar algumas questões relevantes de política internacional ao grande público. Havia a necessidade de se explicar ao grande público quais seriam os desafios da América a partir de então. Quais os objetivos de sua política externa? Quais eram os novos atores mundiais? Quem era o inimigo? Que tipo de ameaça este inimigo representava? O que poderia ou deveria ser feito para fortalecer a América diante das ameaças da política mundial? As íntimas e promíscuas relações entre o estado, a academia, as fundações e as editoras universitárias começam a se desenvolver logo nessa década. Contudo, é importante esclarecer que a disciplina de RI não foi "criada", "estruturada" como uma simples porta-voz de uma ideologia estatal norte-americana. Os autores de RI não foram simples *intelectuais orgânicos* num grande processo de manipulação do estado norte-americano para impor seus valores e sua visão de mundo. Os laços entre a academia e o estado norte-americanos existem e são expressivos até os dias atuais. Acadêmicos de RI são frequentemente requisitados como assessores da presidência e desenvolvem inúmeras funções em governos: "a sedução de Washington era, e continua sendo, difícil de resistir – principalmente quando os influentes vêm bater à porta", nos assegura Jonathan Haslam¹⁸⁵. Praticamente todos os autores clássicos de RI ocuparam cargos como assessores, consultores ou inclusive posições mais altas na administração pública nos Estados Unidos e no Reino Unido. É impossível supervalorizar as ligações entre o *establishment* político desses países e os acadêmicos de RI. Mesmo assim, com todos esses laços, não é possível dizer que os autores aqui estudados sejam *intelectuais orgânicos* a serviço do estado. É possível afirmar que muitos deles participavam de governos por acreditarem na validade de seus próprios trabalhos e por acreditarem nas políticas que poderiam ajudar a programar. As RI foram, como vimos no Capítulo 1, desde sua fundação, uma disciplina com forte cunho normativo. As ciências sociais nos Estados Unidos são perpassadas e encaradas com um forte viés normativo e espera-se de acadêmicos que participem dos governos, tornando úteis suas expertises. Isso não significa que muitos acadêmicos não sejam críticos ao governo norte-americano ou britânico. Mais uma vez Hans Morgenthau desponta como um caso emblemático.

¹⁸⁴ WOLFERS, Arnold. Theory of international politics: its merit and advancement (Appendix 6). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, p.282.

¹⁸⁵ HASLAM, Jonathan. Op. cit., 2006, p.344.

Morgenthau produziu o texto que mais sintetizou a ideia de Guerra Fria que o estado norte-americano pretendia disseminar. Trata-se da obra *Politics Among Nations*, publicado em 1948 e que teve seis edições e está traduzido em mais de 20 idiomas. Morgenthau fora "escolhido" como o grande intérprete da Guerra Fria na medida em que *Politics Among Nations* era um livro fácil de ler e fora produzido especificamente para um público universitário de graduação¹⁸⁶. Em pouco tempo, as ideias de Morgenthau se tornaram opinião corrente entre acadêmicos e o grande público: "Dr. Morgenthau's concepts, theories and applications have become part of current thinking and a conceptual framework for a multitude of American citizenry. The Morgenthau influence is profound and pervasive for today and for future generations"¹⁸⁷. *Paz e guerra entre as nações* de Raymond Aron, por exemplo, outra obra de fôlego sobre a política internacional jamais conseguiu a notoriedade e a amplitude de influência que a obra de Morgenthau atingiu. Isso se deve, em parte, pela maior complexidade e academicismo da obra de Aron. *Paz e guerra entre as nações* é muito extensa e bastante complexa, além de privilegiar uma linguagem bastante técnica e profissional¹⁸⁸.

Pontualmente, a *Conferência sobre Teoria* de 1954 foi decisiva para a "eleição" de Hans Morgenthau como autor-referência de política internacional e de sua obra *Politics among nations* como o grande guia para se interpretar a realidade da Guerra Fria. A conferência aconteceu entre 7 e 8 de maio de 1954 em Nova Iorque e reuniu acadêmicos, jornalistas e políticos já renomados, dentre eles Walter Lippmann e James B. Reston (jornalistas do New York Times), Reinhold Niebuhr (Reitor do Union Theological Seminary, em Nova Iorque), Paul Nitze (Presidente do Foreign Service Educational Foundation), Dean Rusk (Presidente da Fundação Rockefeller) Don K. Price (Diretor Associado da Fundação Ford), Robert Bowie (da Equipe de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado), Kenneth W. Thompson (Consultor em Relações Internacionais da Fundação Rockefeller), William T. R. Fox (do Instituto para Estudos da Guerra e da Paz, Universidade de Columbia), Arnold Wolfers (professor em Yale) e Hans J. Morgenthau (do Centro para o Estudo da Política Externa Americana, em Chicago)¹⁸⁹.

¹⁸⁶ COX, Michael. Op. cit., 2001, p.xxxvii.

¹⁸⁷ HOTZ, Alfred J. Morgenthau's influence on the study of international politics. In: THOMPSON, Kenneth & MYERS, Robert J. *Truth and Tragedy: A tribute to Hans Morgenthau (with an intellectual autobiography by Hans Morgenthau)*. Washington, D.C.: The New Republic Book Co., 1977, p.321.

¹⁸⁸ HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987,p.7.

¹⁸⁹ A única mulher presente fora Dorothy Fosdick, mas dela não são dadas referências de cargo, ocupação ou instituição. Uma pesquisa posterior indicou que Dorothy Fosdick foi a primeira mulher a ocupar uma posição proeminente no Departamento de Estado americano, onde serviu como assessora de senadores e trabalhou em

O objetivo da conferência fora pensar, entre outras questões, as relações entre teoria e prática, mas mais detidamente em que medida as teorias (ou seja, o papel dos acadêmicos) poderia ser útil para as práticas políticas (para o fazer diário dos tomadores de decisões): "What is the role of theory in this business? How does theory help us to make such discriminations?"; "Is it possible to construct a theory which has more content than that which would be of general application?", provocava o mediador Dean Rusk¹⁹⁰. Há diferenças de ênfase no papel da teoria entre os participantes. Há também divergências a respeito de como se elaborar uma teoria e, em que medida, ela pode ser útil aos tomadores de decisão. Morgenthau e Wolfers se distanciam claramente das posições de Niebuhr, por exemplo. Ao passo que Morgenthau sustenta uma nítida separação entre os objetivos do *interesse nacional* de um país específico dos objetivos morais gerais da humanidade, Niebuhr sustenta uma necessária confluência ou um necessário reconhecimento de que o *interesse nacional* deve ser guiado, até certo ponto, pelos interesses da humanidade. Segundo Niebuhr, a questão primordial de uma teoria política seria: "How the good of the nation may fit into a more general and universal scheme of value"¹⁹¹.

Porém, todos os participantes da conferência concordavam em pelo menos dois pontos gerais que não apenas definiam suas aspirações pessoais como definiam suas inclinações a respeito do significado da teoria para o campo das RI. Em primeiro lugar, as RI deveriam se afirmar como disciplina independente da Ciência Política. Deveria ser colocado em prática de forma clara e definitiva um "trabalho de delimitação" (*boundary work*¹⁹²) das fronteiras entre RI e Ciência Política. Deveria ser definido um campo de investigação independente e com uma teoria, com métodos e conceitos próprios. Em parte, deste esforço demarcatório provém a segunda inclinação daqueles acadêmicos: distanciar-se do empirismo behaviorista que começara a *contaminar* a Ciência Política e a Economia nos Estados Unidos. Acadêmicos de RI se tornaram críticos do positivismo das ciências sociais norteamericanas enfatizando o caráter particular da racionalidade política em oposição à racionalidade científica. Um dos pontos de convergência entre os pensadores de RI que compareceram à *Conferência sobre Teoria* é que a racionalidade política possui uma lógica

várias comissões do Senado, sempre envolvida com temas de política externa. Sua perspectiva teórica seguia o realismo cristão de Reinhold Niebuhr. Ela faleceu em 1983.

¹⁹⁰ CONFERENCE On International Politics. May 7-8, 1954 (Appendix 1). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, pp.244-246.

¹⁹¹ NIEBUHR, Reinhold. The moral issue in international relations (Appendix 3). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, p.270.

¹⁹² GIERYN, Thomas. **Cultural boundaries of science: credibility on the line**. Chicago: Chicago UP, 1999.

própria e que esta não respeita necessariamente a lógica matemática que guia o quantitativismo das ciências behavioristas.

I have little patience with those *behaviorist theories* which maintain that *there is no such thing as a better or worse decision* in foreign affairs and that the proper subject for the student of international affairs is merely what decisions were in fact made and why. *Almost invariably value judgments remain in this type of analysis* but in implicit rather than explicit form. *It would seem much better to get necessary value judgments out into the open* where they can be looked at than to have them obscured in a *pseudo-scientific approach*.¹⁹³ (nossos itálicos).

Morgenthau, Niebuhr, Wolfers, Fox, Nitze e outros sustentavam que para se compreender as dinâmicas da política internacional seria suficiente compreender os padrões de racionalidade em processos decisórios específicos e como essas decisões se comunicavam com padrões de tomada de decisão históricos: "theoretical assumptions which are always present beneath the surface of historical events [...] provide the standards for their selection and [...] give them meaning"¹⁹⁴. Notamos aqui a expressão daquele *critério de formação* da disciplina de RI já presente entre as décadas de 1910 e 1945 tratado no Capítulo 1 que toma a história como um recurso heurístico, como uma pedagogia para a ação política racional. Em certa medida, eles discordavam sobre o que as RI deveriam ser, mas concordavam quanto ao que elas *não* deveriam ser: "IR theorists conceived of their discipline as a modern *counterenlightenment*"¹⁹⁵.

Ao final da conferência, parecia claro que a voz de Morgenthau estava mais de acordo com o que os Estados Unidos como superpotência mundial pretendiam apresentar sobre a política internacional. Um dos principais motivos para a simpatia do *establishment* americano por Morgenthau diz respeito a sua visão dicotômica da política, herdada de Carl Schmitt, como vimos: a política internacional era um jogo entre amigos e inimigos. Tratava-se de um jogo no qual a luta pelo poder, pela sobrevivência e pelo reconhecimento de que medidas drásticas poderiam e até deveriam ser tomadas pelos líderes mundiais caso se mostrassem necessárias. Morgenthau já havia sintetizado esta sua convicção num texto anterior a *Politics among nations*, mas que não teve o mesmo alcance público:

Neither science nor ethics can resolve the conflict between politics and ethics into harmony. We have no choice between power and the common

¹⁹³ NITZE, Paul. The implications of theory for the practice in the conduct of foreign affairs (Appendix 5). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). op. cit., 2011, p.279.

¹⁹⁴ MORGENTHAU, Hans J. The theoretical and practical importance of a theory of International Relations (Appendix 2). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, p.263.

¹⁹⁵ GUILHOT, Nicholas. The realist gambit: postwar American political science and the birth of IR theory. In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, p.132.

good. To act successfully, that is, according to the rules of the political art, is political wisdom. To know with despair that the political act is inevitably evil, and to act nevertheless, is moral courage. To choose among several expedient actions the least evil one is moral judgment. In the combination of political wisdom, moral courage and moral judgment, man reconciles his political nature with his moral destiny. That this conciliation is nothing more than a *modus vivendi*, uneasy, precarious, and even paradoxical, can disappoint only those who prefer to gloss over and to distort the *tragic contradictions of human existence* with the soothing logic of a specious [ilusório] concord¹⁹⁶ (nossos itálicos).

Essas "trágicas contradições da existência humana" serviam ao discurso hegemônico do estado norte-americano na Guerra Fria na medida em que funcionavam como alerta para medidas de exceção que poderiam ser – ou seriam – tomadas caso a política agressiva da URSS ou um de seus satélites exigissem. Morgenthau reabilitou a *razão de estado* dos séculos 17 e 18 e trouxe consigo o maquiavelismo tão necessário aos argumentos ideológicos de uma superpotência em guerra contra outra superpotência. A função de um autor como Morgenthau, ou os demais autores de RI, com suas posições institucionais, seu prestígio público e acadêmico, era dar autoridade aos discursos de Relações Internacionais, autorizar práticas políticas, com a marca da intelectualidade e do conhecimento. Entrecruzavam-se, através dos intelectuais, discursos de guerra, política internacional, saber, conhecimento, política e razão que eram acionados a partir das vozes autorizadas de cada um daqueles autores. Suas vozes funcionam dentro do dispositivo de modo a garantir a verdade dos discursos políticos do *establishment*, estabelecendo o que pode ser dito – afinal, está sendo dito por *especialistas* – e o que não pode ser dito – afinal, não está sendo dito por estes especialistas. Regimes de verdade se estabelecem através destas autorizações, destas relações entre o poder político e o conhecimento acadêmico. Conhecimento/poder se constitui mais amplamente em saber/poder, ou seja: a força do dispositivo é disseminar um conhecimento acadêmico como discursos de verdade pelo tecido social de modo a garantir que este conhecimento se impregne como saber, como consenso, como verdade e condição de possibilidade de se pensar o que pode ser pensado, estabelecendo relações de dominação, dividindo e hierarquizando o que pode ser dito e pensado e o que não pode ser dito ou pensado.

¹⁹⁶ MORGENTHAU, Hans J. Op. cit., 1946, p.203.

2.2 Hiroshima e Nagasaki: Racionalidade, Violência e os Limites da Guerra e da Paz.

Os trágicos eventos de Hiroshima e Nagasaki não precisaram de especialistas para serem reconhecidos como marcos históricos incontestáveis. Não foram apenas historiadores, sociólogos ou acadêmicos em geral que os interpretaram como divisores de água na história humana. A ideia de Alan Bullock de que teria levado anos para líderes e acadêmicos conseguirem formar um "julgamento realista" sobre os impactos das armas nucleares na política internacional, não se confirma¹⁹⁷. As primeiras opiniões de acadêmicos e líderes mundiais sobre a relevância e a natureza das armas nucleares apareceram imediatamente após as detonações no Japão. Como vimos, o Secretário de Guerra de Truman havia alertado o presidente norte-americano da natureza da nova arma mesmo antes de seu uso. Os esforços de Hitler e Stalin e do governo norte-americano em obter a arma e a atmosfera de segredo que pairou sobre os projetos atestam o conhecimento do que as armas nucleares significariam para a política internacional. Por parte da academia, já em 1946, obras e artigos que foram escritos após as detonações as mencionavam como marcos históricos decisivos.

Uma conclusão indireta de todas essas conclusões a respeito da não instrumentalidade da guerra direta entre potências nucleares pela impossibilidade de se tirar ganhos satisfatórios da vitória – o que seria irracional – Martin Wight, entre outros, mas de forma bastante clara, asseverava que a impossibilidade da guerra entre potências nucleares não significava, de forma alguma o fim da guerra ou que esse processo acenasse para um mundo mais pacífico.

É frequentemente argumentado que a invenção das armas nucleares transcendeu o predicamento hobbesiano, ao transferir nosso medo do inimigo para a própria guerra. Mas um momento de reflexão demonstrará que toda grande potência [...] tem *menos* [grifo no original] medo da guerra atômica do que das *consequências de não usá-la em determinadas circunstâncias contra um inimigo potencial*. O motivo do ganho pode de fato ter sido enfraquecido, os motivos do medo e da convicção doutrinária continuam a fazer parte de nossa experiência diária. [...] [Quanto] mais supormos que as armas nucleares reduziram as chances de choques militares diretos entre grandes potências, mais temos de supor que os conflitos internacionais tomarão forma de subguerras revolucionárias, lutas guerrilheiras, terrorismo e propaganda. *A guerra é inevitável, mas determinadas guerras podem ser evitadas*. Isso significa viver em meio a infinitas incertezas e crises.¹⁹⁸ (nossos itálicos).

¹⁹⁷ BULLOCK, Alan. Op. cit., 1992, p.904.

¹⁹⁸ WIGHT, Martin. Op. cit., 1985, p.114. Os capítulos que compõem *A política do poder*, de Wight, não foram escritos todos no mesmo período. Originalmente, tratava-se de um pequeno texto de setenta e oito páginas.

A irracionalidade da guerra nuclear não significava a redenção da razão humana ou a chegada a um mundo internacional não hobbesiano. A interpretação de Wight assinalava para um mundo em que as guerra menores ainda eram possíveis e que as guerras tomariam um caráter *subestatal*, disseminando-se pelo cotidiano da vida civil em revoluções, guerras civis, terrorismo e propaganda. Na mesma direção apontava Michael Howard, sustentando que as guerras do futuro consistiriam cada vez mais em "subversão, insurreição e revolta civil"¹⁹⁹. Se estas conclusões de Wight e Howard (entre tantos outros) podem ser consideradas adequadas – e, pelo que a história da "Guerra Fria" nos testemunha, elas se mostraram adequadas – permanece uma incógnita os motivos que teriam levado uma disciplina acadêmica tendo chegado a esse diagnóstico sobre o futuro dos conflitos internacionais – considerando dentre eles o terrorismo – permanecer em silêncio sobre seus efeitos na política internacional.

Escrevendo especificamente sobre as relações entre as guerras e as mudanças na política internacional, no final da década de 1970, Robert Gilpin relacionaria a guerra com as mudanças na medida em que a guerra seria um dos meios utilizados por estados como forma de mudança no *status quo*. Segundo Gilpin, a tentativa de mudança no *status quo* seria iniciada por aquele ator que percebesse benefícios com essas mudanças: "A precondition for political change lies in a disjuncture between the existing social system and the redistribution of power toward those actors who would benefit most from a change in the system"²⁰⁰. Ao longo de quase duzentas e cinquenta páginas, não há menção ao impacto de guerras subnacionais como guerras civis, revoluções ou o terrorismo como sendo capazes de causar mudanças estruturais na política internacional. Esses tipos de guerras "function to force political change", mas não há desenvolvimento sobre o tema²⁰¹. Os limites da guerra e da paz estariam ainda condicionados ou seriam acessados tão somente se afetassem "vital interests" desses grandes sujeitos internacionais, os estados. Nesse caso, mesmo as guerras

Com os anos, novos capítulos foram incluídos, partes foram reescritas e/ou subtraídas. O capítulo aqui citado *Guerra* foi incluído na edição de 1978, pois dele só havia alguns manuscritos. Em seu lugar, foi republicado um texto de Wight de 1955, *War and International Politics*. Sobre esses detalhes, ver a *Introdução* da obra elaborada pelos Editores.

¹⁹⁹ HOWARD, Michael. War as an instrument of policy. In: BULL, Hedley; BUTTERFIELD, Herbert (Edits.). **Diplomatic investigations: essays on the theory of international politics**[1966]. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1968, p.199.

²⁰⁰ GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge UP, 1981, p.9.

²⁰¹ GILPIN, Robert. Op. cit., 1981, p.214.

nucleares seriam possíveis: "The avoidance of such a situation must be a major responsibility of contemporary statesmanship"²⁰².

as we know from happy experience, nuclear weapons moderate the behaviors of their possessors and render them cautious whenever crises threaten to spin out of control²⁰³.

One has to look to the rational way of doing a certain thing. A rational solution may be the moral solution²⁰⁴.

Arnold Wolfers, durante a *Conferência Sobre Teoria*, em 1954 se questionava a respeito do lugar da violência frente aos valores morais. Uma teoria moral da política internacional deveria debater e problematizar o lugar e o momento da violência na política externa: "There is the assumption that the *status quo* is better than the resort to violence". Mas a ameaça de Hitler? E a crise de Danzig? E a defesa das colônias americanas? "*We need a hierarchy of values* to tell us what is worth a world war"²⁰⁵ (nossos itálicos).

Num mundo onde a guerra havia mudado definitivamente de natureza, uma das questões que precisavam ser respondidas dizia respeito à utilidade da guerra: poderia a guerra ser empregada ainda como um *instrumento* de política externa? O que aprendemos a respeito da racionalidade na era nuclear diz respeito aos limites da ação política e ao referente de segurança internacional. Em todos os autores estudados – e não apenas nos autores de RI, o que atesta o poder do dispositivo Guerra Fria e de seu alcance social – é que a racionalidade da política passou a considerar não apenas o estado ou as populações como referentes da segurança internacional. Ao passo que a guerra havia sido temida pela humanidade como uma tragédia e que havia sido reproblematicada como Guerra Total entre as décadas de 1910 e 1945, tomando as populações como referentes – como vimos no Capítulo 1 – a partir de Hiroshima e Nagasaki a guerra se torna uma tragédia humana, uma tragédia marcada pela *extinção* da humanidade. Não mais se trataria da tragédia com a possibilidade de aprendizado ou redenção, como depois das tragédias humanas até então²⁰⁶. Entrara-se no momento histórico do "fim da tragédia"²⁰⁷.

A mudança do referente da segurança internacional é significativa no dispositivo Guerra Fria. É com a marca da *extinção da civilização humana* e da vida na terra que o

²⁰² GILPIN, Robert. Op. cit., 1981, p.218.

²⁰³ WALTZ, Kenneth. Structural realism after the Cold War. **International Security**, vol.25(1), 2000, p.36.

²⁰⁴ Fala de Arnold Wolfers. CONFERENCE On International Politics. May 7-8, 1954 (Appendix 1). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). Op. cit., 2011, p.252.

²⁰⁵ Fala de Arnold Wolfers. CONFERENCE On International Politics. Op. cit., 2011, p.247.

²⁰⁶ EAGLETON, Terry. **Doce violência: a ideia do trágico [2003]**. São Paulo: Unesp, 2012.

²⁰⁷ NANCY, Jean-Luc. Após a tragédia. **Terceira Margem**, n.27, 2013, pp.81-107.

dispositivo Guerra Fria se articula como biopolítica. A percepção de Foucault sobre a Guerra Fria é emblemática a este respeito:

The atomic situation is now at the end point of this process: the power to expose a whole population to death is the underside of the power to guarantee an individual's continued existence. The principle underlying the tactics of battle – that one has to be capable of killing in order to go on living – has become the principle that defines the strategy of states. But the existence in question is *no longer the juridical existence of sovereignty; at stake is the biological existence of a population*. If genocide is indeed the dream of modern powers, this is not because of a recent return of the ancient right to kill; it is because *power is situated and exercised at the level of life, the species, the race, and the large scale phenomena of population*²⁰⁸ (nossos itálicos).

Mudaríamos a ordem dos referentes apresentados por Foucault. Não seria a população o "fenômeno de larga escala", mas a "vida". É a extinção da "vida" na Terra que marca o dispositivo Guerra Fria de modo trágico e dramático e que funcionará estrategicamente para estabelecer, sustentar e disseminar relações de dominação e poder de modo imanente no ocidente. Afirmamos, juntos a Foucault, que o dispositivo Guerra Fria condicionou, através do conhecimento (*connaissance*) de RI, as formas de se conceber a segurança internacional. A otanização da disciplina de RI estabeleceu os limites da racionalidade política na Guerra Fria e condicionou os discursos de verdade a partir dos quais se poderia pensar a segurança internacional. Estes discursos de verdade apresentavam as dicotomias políticas da época com base nas oposições amigo/inimigo, paz/guerra, dentro/fora, seguro/inseguro, etc. São os discursos fundamentados nessas dicotomias que marcam o período. Mas não apenas isso, pois essas dicotomias são tão antigas quanto a humanidade. O que as tornam particulares no dispositivo Guerra Fria, ou seja, o que as tornam particulares nos discursos de tragédia da segurança internacional no dispositivo Guerra Fria é a marca da extinção, que os faz funcionar estrategicamente. Nesse sentido, argumentamos: mais do que a problemática da anarquia funcionando como constituinte do que concebemos ser o "internacional" e do que concebemos ser o "doméstico", como muitos intérpretes notáveis argumentam; vemos a tragédia – e particularmente a tragédia marcada pela extinção – como a marca de inteligibilidade própria do dispositivo Guerra Fria e, portanto, do modo de pensarmos e acessarmos o "internacional". Mesmo assim, a Guerra Fria passaria ainda por um momento de maior radicalização e politização da tragédia. Um momento em que a extinção da vida na Terra ganharia contornos ainda mais evidentes e serviria estrategicamente para legitimar

²⁰⁸ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 1990, p.137.

posições políticas do ocidente sobre o mundo socialista. Trata-se do momento da Segunda Guerra Fria.

2.3 A Segunda Guerra Fria e o Exterminismo: A Politização da Tragédia Nuclear

A segunda metade da década de 1970 até o final da década de 1980 foi um período marcado pela intensificação da Guerra Fria. O período em questão ficou conhecido como *Segunda Guerra Fria*²⁰⁹. Segundo Halliday, o contexto se caracterizou pela intensificação das lutas políticas, ideológicas e da corrida armamentista entre as duas superpotências²¹⁰. A breve contenção e convivência pacífica logo após a Crise dos Mísseis de Cuba e o início da década de 1970 parecia ter ficado no passado. Os pronunciamentos oficiais dos líderes ocidentais enfatizavam o confronto e o enfrentamento entre os dois blocos. O dispositivo Guerra Fria passou a disseminar a possibilidade da iminência da guerra nuclear, da possibilidade real da guerra nuclear entre as superpotências. Os cálculos racionais que teriam levado à convivência pacífica e à contenção foram superados por discursos belicosos e pela prática da corrida armamentista. Em poucos anos, os arsenais nucleares dos Estados Unidos e da URSS não apenas se modernizaram como se multiplicaram expressivamente. A chegada ao poder de Margareth Thatcher no Reino Unido, em 1979, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, apenas um ano mais tarde, evidenciou uma escalada nos discursos belicosos e anticomunistas nos dois países. Discursos que se disseminaram pública e academicamente.

Na disciplina de RI, o signo da tragédia nuclear ganha contornos cada vez mais dramáticos e urgentes. Ao contrário do que seria politicamente esperado após o iminente confronto nuclear entre as duas superpotências durante a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962, ou seja, um reconhecimento mútuo de que a racionalidade política tinha limites claros e que uma tragédia nuclear poderia acontecer por cálculos equivocados, por decisões mal tomadas ou, simplesmente, pela não compreensão das intenções dos agentes envolvidos, o

²⁰⁹ O termo *Segunda Guerra Fria* foi cunhado por Fred Halliday em seu estudo homônimo e compreendeu o período entre 1975 e 1983 (HALLIDAY, Fred. **The making of the Second Cold War [1983]**. Londres: Verso, 1984). Halliday publicou essa tese em 1983, quando o momento por ele descrito ainda estava em andamento. Contudo, a partir dos critérios apresentados pelo próprio autor, podemos considerar que a *Segunda Guerra Fria* se estendeu até o final da Guerra Fria propriamente dita com a derrubada do Muro de Berlin (1989).

²¹⁰ HALLIDAY, Fred. Op. cit., 1984.

início da década de 1980 foi marcado pela retomada dos discursos da paz e da não proliferação nuclear a partir dos estudos da ética internacional²¹¹.

Dois autores dão o tom das preocupações acerca das responsabilidades dos estados em nível internacional e o que seria necessário fazer para se assegurar a paz, são eles: Joseph Nye e Stanley Hoffmann, ambos acadêmicos de Harvard e declaradamente liberais.

Tanto Hoffmann como Nye admitiam a urgência de se pensar para além de certas lentes realistas da política internacional. Hoffmann criticava a perspectiva realista e neorrealista de que a estrutura anárquica do sistema internacional condicionava e limitava as ações dos estados. Para ele, havia sempre a possibilidade de se fazer *escolhas* entre a guerra e a paz, entre ações positivas e em defesa de um bem maior e comum e as escolhas de uma pura política de poder. Haveria diferença entre o que os realistas chamavam de *auto-interesse (self-interest)* e egoísmo (*selfishness*)²¹². A guerra não seria inevitável e nem uma consequência ditada pelas forças da estrutura. Na mesma linha de raciocínio, Joseph Nye dissertava sobre a "ética nuclear". Ele inicia seu argumento com a seguinte passagem:

*The prospect of a nuclear war is horrifying. It brings us face to face not only with death, but with destruction of the civilization that makes our life meaningful. It might even destroy our species. There is no precedent for the challenge that nuclear weapons present to our physical and moral lives*²¹³ (nossos itálicos).

O mundo de 1986 estava tão decisivamente marcado pela possibilidade da guerra nuclear e pela presença de armas nucleares no centro da política internacional que somente seria possível pensar politicamente através de uma "ética nuclear", ou seja, uma ética que levasse a sério a possibilidade real da extinção humana e da vida na Terra pela hecatombe nuclear. Esse sentimento perpassava não apenas os esforços intelectuais de Joseph Nye ou Stanley Hoffmann; não eram apenas os liberais que estavam engajados em criticar as bases nas quais a política internacional estava sendo conduzida. Não podemos pensar que autores realistas tinham uma visão muito diferente. Como temos tentado demonstrar ao longo de nosso argumento, os dispositivos que analisamos não operam diferentemente entre as teorias de RI; eles as perpassam de forma radical e uniformemente. Os discursos de tragédia são as condições de possibilidade de se pensar as relações internacionais, a política internacional, pelas RI, desde sua fundação. As RI funcionam como

²¹¹ HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1981.

²¹² HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1981, p.16.

²¹³ NYE Jr., Joseph. **Nuclear ethics [1986]**. Nova Iorque: Macmillan/Free Press, 1988, p.ix.

o lócus da tragédia. Não há diferenciação aqui entre as teorias. Todas elas, de algum modo, disseminam a tragédia e constituem a tragédia.

No período da Segunda Guerra Fria, a tragédia ganha contornos ainda mais graves, como já afirmamos. Assim começa o Prefácio de uma das publicações mais importantes do período e que reuniu boa parte da intelectualidade de esquerda europeia engajada no desarmamento nuclear:

O advento da época das armas nucleares, anunciada ao mundo em Hiroshima e Nagasaki, transformou irreversivelmente a natureza da guerra. Hoje em dia, a aceitação dessa verdade é praticamente universal, mesmo que tenha sido mínima uma atuação correspondente a ela. Mas *a nova possibilidade de um holocausto mundial alterou, de modo igualmente permanente, as bases e os termos da perspectiva do socialismo*, tornando-o absolutamente mais urgente, ainda que, em termos práticos, mais difícil do que nunca. *Apenas um planeta libertado da divisão de classes e da exploração imperialista, onde a liberdade e a igualdade sejam realidades internacionais comuns, poderia se constituir em um ambiente pacífico para a raça humana. Mas a própria existência de enormes máquinas militares aglomeradas em torno de armas de destruição em massa dá às atuais estruturas políticas e econômicas uma terrível inércia*, impedindo o livre desenvolvimento dos amplos movimentos sociais necessários para tornar mais próxima uma sociedade sem classes – movimentos cuja própria atividade pode por em risco o *'equilíbrio de terror'* em que parece se basear a paz precária e parcial que ainda conhecemos²¹⁴ (nossos itálicos).

Nesse primeiro parágrafo do Prefácio encontram-se muitos dos elementos necessários para compreendermos a Segunda Guerra Fria, o exterminismo e a politização da tragédia. Em primeiro lugar, os editores da *New Left Review* deixam claro que não é possível fazer política sem se engajar numa luta pelo desarmamento nuclear. A própria revista nasceu com o propósito de servir como meio de propagar as ideias em torno do desarmamento. Segundo os autores, o desarmamento seria necessário não somente pela ameaça que a guerra nuclear significava em si mesma, mas pelo uso político do "terror", da tragédia nuclear sempre iminente, pelas estruturas de poder capitalistas. Segundo os editores, o "equilíbrio do terror" funcionava politicamente de modo a suprimir qualquer tipo de revolta ou alternativa ao sistema, criando uma atmosfera de medo e de tragédia iminente.

Edward Thompson, no ensaio mais provocativo do volume, sustenta que a época em questão era caracterizada pelo *externinismo*. Thompson entendia o exterminismo como não "uma intenção ou uma previsão criminosa nos atores principais", mas as "características de uma sociedade – expressas em diferentes graus, em sua economia, em sua política e em

²¹⁴ EDITORES DA *NEW LEFT REVIEW*. Prefácio. In: THOMPSON, Edward P. *et alli*. **Exterminismo e Guerra Fria [1984]**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.7.

sua ideologia – que a impelem em uma direção cujo resultado deve ser o extermínio de multidões": "o resultado será o extermínio, mas isso não ocorrerá acidentalmente, mas como a consequência direta de atos anteriores da política, da acumulação e do aperfeiçoamento de meios de extermínio, e da estruturação de sociedades inteiras de modo a estarem dirigidas para esse fim"²¹⁵. O exterminismo não seria politicamente intencional, como se um agente estivesse conspirando por detrás do palco para atear fogo ao circo. O exterminismo seria intrínseco às lógicas de desenvolvimento tecnológico para a destruição. A dinâmica de competição armamentista estabelece uma dinâmica própria que não pode ser freada se a mesma lógica for aplicada. Não se freia o exterminismo com o combate a um inimigo. "Os armamentos certamente são coisas. Seu incremento não é independente de decisões políticas. A política, ela mesma, pode ser militarizada: e as decisões sobre o armamentismo impõem hoje as escolhas políticas de amanhã. *Os armamentos, assim se revela, são também agentes políticos*"²¹⁶ (nossos itálicos).

O exterminismo, sua lógica, precisava ser compreendida como uma consequência da incapacidade dos agentes humanos em domarem seu ímpeto pelo poder, sua vontade de poder, rumo ao progresso. O progresso técnico almejado pela modernidade iluminista parecia estar cobrando o preço pela incapacidade humana de conter sua vontade de poder. O triunfo da razão sobre as forças da natureza tão alardeada e glorificada nos séculos 18 e 19 confrontava a humanidade com seu fim absoluto. Controlar a natureza pela racionalidade instrumental utilitarista do iluminismo se mostrava mais fácil do que domnar o próprio homem por através dessa mesma racionalidade. Quem convenceria os líderes políticos de que mais segurança viria com menos armamentos? Como desativar todo um dispositivo de segurança que se retroalimentava justificando a necessidade de garantir a segurança pela modernização incessante do complexo industrial-militar? Qual líder estaria disposto a seguir o conselho do Secretário da Guerra norte-americano Henry L. Stimson quando este sugeriu a Truman que dividisse o conhecimento técnico da bomba atômica o quanto antes com os soviéticos como única forma de garantir a paz mundial? De fato, Winston Churchill, um líder que acabara de viver a maior carnificina da história humana foi quem ridicularizou a proposta de Stimson em seu célebre discurso da "Cortina de Ferro". A "grande ilusão" do militarismo há décadas combatido por Norman Angell e tantos outros continuava iludindo atavicamente os discursos e as práticas políticas. Como o espectro da

²¹⁵ THOMPSON, Edward. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In: THOMPSON, Edward (et alli). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.43.

²¹⁶ THOMPSON, Edward. Op. cit., 1985, p.24.

ação política racional poderia considerar a guerra nuclear como uma alternativa política? Se a guerra nuclear estava sendo nítida e publicamente politizada pelas forças em choque, como o espectro da ação política racional poderia lidar com uma possibilidade de conflito dessa magnitude?

2.4 O Espectro da Ação Política Racional e a Guerra Fria: a Função do Terror Nuclear no Discurso da Tragédia

O paradoxo da política moderna entre razão e violência atinge seu ponto máximo em Hiroshima e Nagasaki, na possibilidade da guerra nuclear. Uma vez que a modernidade percebeu que a origem da violência se situava na falha da razão, a guerra nuclear é, paradoxalmente, o ápice da racionalidade técnica ocidental em sua mais perfeita forma e especialidade (a técnica de matar) e, ao mesmo tempo, o limite do político, pois é a tragédia final, a tragédia absoluta.

a guerra geral e total [a guerra nuclear], como ocorreria (ou como a imaginamos) é considerada uma catástrofe irremediável. Traria a liquidação recíproca dos beligerantes; destruiria as instalações que sustentam a civilização do vencedor e do vencido, deixando assim de ter sentido para ambos²¹⁷ (nossos itálicos).

Após Hiroshima e Nagasaki, como bem interpretou Hannah Arendt, gerações passaram a viver sempre à sombra do juízo final²¹⁸. Assim, com a guerra nuclear a humanidade chegaria ao fim de suas tragédias. Não haveria mais o "após a tragédia"; nada mais a ser reconstruído. Chegaríamos à impossibilidade de uma nova Fênix. Seria a extinção.

O fim da tragédia significaria o fim do aprendizado para a humanidade. A história humana, as narrativas históricas da humanidade são indissociáveis da tragédia. Nessas narrativas, a guerra tem um lugar de destaque. São as guerras que apontam os fins e os inícios das eras vividas pelas populações e pelos povos. São as guerras que demarcam o surgimento e o desaparecimento de impérios, estados e tribos. As narrativas de processos de purificação de povos onde os mais fracos são substituídos pelos mais fortes se fundamentam

²¹⁷ ARON, Raymond. Pode-se limitar a guerra na era atômica? [1955]. In: _____. **Estudos políticos**. Brasília: UnB, 1985, pp.489-502.

²¹⁸ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência [1969]**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1994, p.

nas guerras. A guerra seria a "continuação da política com a entremistura de outros meios"²¹⁹ ou apenas uma "cultura e um modo de vida"²²⁰. Pela guerra se estabeleceria o direito e a possibilidade de justiça dentro de estados. Da mesma forma, externamente, uma polícia mundial poderia atuar disciplinando populações e estados que não se adequassem aos padrões de valores e regras estabelecidos pela sociedade internacional. Há guerras justas e guerras injustas. Há guerras que põe fim a todas as demais guerras – até a deflagração da próxima guerra. O equilíbrio de poder pode ser garantido por guerras pontuais e instrumentais, sustentando-se o *status quo*²²¹. Príncipes, reis e líderes de todos os tipos são legitimados no poder a partir de seus sucessos em batalhas. São eles que controlam os destinos e as vidas das populações sob seu mando, como pais protetores e responsáveis. O heroísmo é indissociável das honras e orgulhos nacionais. Tributos são prestados a Marte. A guerra é constitutiva do nacionalismo, das hierarquias sociais, do direito, da justiça e da paz.

Violência e tragédia não são a mesma coisa. Não informam da mesma forma a racionalidade política das Relações Internacionais. Na política moderna, a violência aparece também como possibilidade de se evitar a tragédia: a menor violência curadora. A violência menor que cura, que nos protege da violência maior; da violência da guerra total, da guerra nuclear. O liberalismo nas RI dissemina esse discurso da *violência menor* através da violência policial no sistema internacional. Alguns estados autorizados seriam encarregados de levar ordem, justiça, democracia, paz e segurança ao sistema como um todo e a cada estado individualmente. Há uma economia de autolegitimação duvidosa e, em si mesma, violenta nessa aspiração liberal.

A política deve ser racional. Ser racional é ser *não violenta*. Ser racional é também calcular. Se houver violência, que seja calculada. A calculabilidade é a medida da violência menor, da violência necessária, da violência legítima. Medir riscos; medir perdas e ganhos. Cálculos utilitaristas de força e morte. Violência e razão só se encontram enquanto resultados de uma medida, de um cálculo de utilidade e necessidade. E esse cálculo autoriza a ação de alguns em detrimento de outros.

Loucura e extinção não são conceitos nas RI. Loucura e extinção não são problematizadas pelos autores de RI. Elas não são explicitadas ou sistematizadas. Não há

²¹⁹ Tal seria a tradução adequada do aforismo tradicional de Clausewitz ("a guerra é a continuação da política por outros meios"). Cf. KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.18.

²²⁰ KEEGAN, John. Op. cit., 2006, p.25.

²²¹ BULL, Hedley. Op. cit., 1977.

debates sobre loucura e extinção nas RI, entre 1910 e 2001. Loucura e extinção são referentes dos discursos de tragédia em cada um dos dispositivos de segurança da Guerra Total e da Guerra Fria. Isso significa que loucura e extinção informam os discursos possíveis acerca da segurança internacional em cada um daqueles dispositivos. Quando são pensadas as guerras, a paz, a segurança, os modos de agir e de pensar politicamente, os limites da racionalidade política, são mobilizados vários discursos que acionam a tragédia através da loucura ou da extinção. No Capítulo 1, vimos como os limites da ação política racional no que respeita as possibilidades ou impossibilidades de se fazer a guerra acionam a loucura da ação política que visa a guerra como um instrumento válido ou inválido da política internacional. Entre as décadas de 1910 e 1940, mas especialmente após a tragédia da Primeira Guerra Mundial, a guerra passou a ser considerada uma ameaça às populações e, portanto, engajar-se impensadamente e impulsivamente em empresas guerreiras seria considerada loucura por parte de qualquer líder; seria uma política irracional, seria, enfim, trágico. A loucura se opõe ao racional. Isso não significa evidentemente que a loucura seja teorizada tecnicamente. Trata-se, tão somente, de um referente. A guerra como opção neste período era pensada como *guerra policial* idealizada especialmente pelos liberais, mas mais especificamente por Norman Angell em *Peace with thre dictators?*²²². A guerra policial poderia ser feita apenas como uma "guerra da Liga", uma guerra multilateral e com a missão pontual de pôr fim aos regimes fascistas agressivos, de Hitler e Mussolini, no caso. No mesmo sentido se expressava Alfred Zimmern

The ideal that I would aim at is an arbitral court in which any nation could make complaint against any other nation, and if the complaint is found by the court to be within its jurisdiction, the nation complained against should be summoned, the issue framed by pleadings, and the matter disposed of by judgment. It would, perhaps, *sometimes require an international police force to carry out the judgment*, but the public opinion of nations would accomplish much. With such a system we would count on a gradual abolishment of armaments and a feeling of the same kind of security that the United States and Canada have to-day which makes armaments and navies on our northern border entirely unnecessary²²³ (nossos itálicos).

Da mesma forma, nas páginas acima, vimos como a extinção serviu como referente da racionalidade política no dispositivo Guerra Fria. É a extinção que condiciona o agir e o pensar político na Guerra Fria. A tragédia da extinção da espécie humana funciona

²²² ANGELL, Norman. Op. cit., 1938.

²²³ ZIMMERN, Alfred. **The League of Nations and the Rule of Law (1918-35)**. Londres: Macmillan, 1936, p.123.

no dispositivo Guerra Fria de modo a legitimar e sustentar um regime de verdade que impõe à imaginação internacional a guerra nuclear, a tragédia nuclear, como limite da ação política e também como único referente da segurança internacional. É o medo da extinção que legitima a segurança internacional e a ação dos estados, especialmente no que diz respeito à adoção de medidas excepcionais para o combate ou a contenção da guerra nuclear. A guerra deixara de ser uma opção política. Lembremos da declaração de Paul Nitze na *Conferência sobre Teoria* em 1954: "Agora há a Bomba-H". Um limite havia sido traçado. Um limite para a ação política racional. A racionalidade política tomava a partir de então como referente a segurança não apenas das populações norte-americanas, europeias, etc., mas a própria existência da espécie humana e da vida na Terra. Se a guerra fosse usada de agora em diante o seria apenas como uma analogia às práticas passadas, como certa metáfora do que havia sido; uma metáfora para o enfrentamento. A guerra tomará a forma da ação policial e se cercará do vocabulário da legalidade.

A função do terror nuclear no dispositivo Guerra Fria será, portanto, a de fazer circular a tragédia pelas práticas, discursos e técnicas de modo a legitimar, estrategicamente, as relações de força entre dominadores e dominados em todas suas dimensões. É o terror nuclear que autoriza as exceções políticas na Guerra Fria através do dispositivo que a ativa. Apenas com referência a uma política trágica se legitimam exceções à lei, às leis dos estados e às leis das nações. Um dos efeitos do terror nuclear como tragédia foi velar o terrorismo como problema de segurança internacional. Nos estudos de RI, a tragédia nuclear funcionou de modo a velar o terrorismo, um problema mais palpável, presente e urgente do que os mísseis nucleares que jamais saíram de seus silos. A política da verdade em exercício pelo dispositivo Guerra Fria estabeleceu o que era digno e indigno de ser pesquisado; o que era verdadeiro e o que era falso em termos de segurança internacional. Apenas a tragédia civilizacional foi capaz de exercer a função política da exceção legítima.

CAPÍTULO 3

INTERREGNO: O MUNDO PÓS-GUERRA FRIA: TRIUNFALISMO, PESSIMISMO, RENOVAÇÃO E ATAVISMO

(1990-2001)

Who will be the new ‘other’ to legitimize military spending? [...]. Are nuclear weapons, tanks and aircraft appropriate to confront the ‘fanaticists’?.

KALDOR, Mary. After the Cold War. **New Left Review**, 180, 1990, p.35-36.

But everyone can see it is time: the disaster of sovereignty is sufficiently common, to steal anyone's innocence.

NANCY, Jean-Luc. **Being singular plural**. Stanford: Stanford University Press, 2000, p.142.

[The] nuclear threat authorizes the generalized power of the police.

NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. *Empire*. Cambridge.: Harvard University Press, 2001, p.346.

Nosso mundo vai talvez rumo a um cataclismo demográfico ou a uma guerra atômica que exterminará três quartos da humanidade.

LEVI-STRAUSS, Claude. **A antropologia diante dos problemas do mundo moderno [1986]**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.36.

The persistence of war and military competition among nations is thus, paradoxically, a greater unifier of nations. Even as war leads to their destruction, it forces states to accept modern technological civilization and the social structures that support it.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Nova Iorque: Avon, 1992, p.76.

Fala-se de uma crise global de governabilidade. A ascensão das corporações transnacionais que produzem bens econômicos está cada vez mais igualada pela ascensão de máfias criminosas transnacionais, cartéis de drogas e gangues terroristas que estão atacando violentamente a Civilização.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações [1996]**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p.409.

O presente capítulo funciona como um *interregno* entre dois arquivos: o arquivo da Guerra Fria e o arquivo da Guerra Global ao Terror (ou, simplesmente, Guerra ao Terror). Fazemos esse *interregno* por razões metodológicas, apesar de o mundo ter sentido esses anos de forma bastante análoga. A razão metodológica diz respeito às possibilidades, às condições de possibilidade, dos discursos centrais ao dispositivo Guerra Fria terem mudado com o fim da Guerra Fria, da Guerra Fria mundana. Com o fim do conflito entre o mundo capitalista e o socialista e uma aparente "vitória" do capitalismo dos Estados Unidos, seria de se esperar que o dispositivo Guerra Fria passasse por uma nítida transformação entre a década de 1990 e o Onze de Setembro. Mas não foi o que aconteceu. Este capítulo serve, metodologicamente, para problematizar a continuidade do dispositivo Guerra Fria após o fim da Guerra Fria.

Os anos que sucederam o final da Guerra Fria – da Guerra Fria mundana – foram anos de incerteza, mas também de euforia e triunfalismo. Parecia que o mundo havia chegado a um momento decisivo de sua "rota progressiva" e que as forças da liberdade, do livre mercado e da democracia haviam vencido a ameaça comunista, o Império do Mal. Havia também um “medo diminuído de Armageddon”²²⁴. Um cenário de esperança motivava novas interpretações sobre as relações internacionais e sobre a política de modo geral. Como se expressava Noam Chomsky, sentia-se que *uma nova geração estabelecia os limites* da ação política²²⁵. O vocabulário jurídico dos direitos humanos bem como o signo da justiça e da manutenção de uma ordem internacional diferente daquela da Guerra Fria colaborava para esta percepção. Nas palavras do então presidente norte-americano George W. H. Bush em seu discurso anual ao Congresso: "The end of the cold war has been a victory for all humanity"²²⁶.

A Guerra do Golfo, em 1991, colocara lado a lado inimigos históricos em uma decisão unânime e rápida do Conselho de Segurança da ONU em intervir no Kuwait contra as forças invasoras de Saddam Hussein. A evocação de defesa dos Direitos Humanos e da manutenção da integridade física de um estado agredido, juntamente com discursos legalistas, parecia sinalizar uma Nova Ordem Internacional; uma ordem internacional que não mais toleraria abusos de Direitos Humanos por parte de líderes irresponsáveis. O Subsecretário Geral da ONU à época, Brian Urqhart, afirmaria que a resolução que dera

²²⁴ LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. What was the Cold War? When and why did it end? In: LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. (edits.). **Ending the Cold War: interpretations, causations and the study of International Relations**. Londres: Palgrave/Macmillan, 2004, pp.1.

²²⁵ CHOMSKY, Noam. **Uma nova geração define o limite**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

²²⁶ BUSH, George W. H. **The State of the Union Address**. 29 de Janeiro de 1991.

permissão para o uso da força contra Saddam Hussein seria "the first exercise in the unanimous collective security that we've been talking about since the days of Woodrow Wilson" e, no mesmo tom, o chanceler soviético Eduard Shevardnadze afirmaria que, finalmente, a ONU estava "se comportando como Nações Unidas, estabelecendo uma nova forma de pensar a política mundial"²²⁷.

Algumas poderosas vozes de autoridade na disciplina de Relações Internacionais como Kenneth Waltz e John Mearsheimer, contudo, sustentaram com veemência e insistiram no fato de que o mundo pós-Guerra Fria não seria estruturalmente diferente ou, pelo menos, não seria tão pacífico quanto esperavam os otimistas. Segundo Mearsheimer, atestada a falência do mundo bipolar (que, concordando com Kenneth Waltz, é sistemicamente mais estável que as estruturas multipolares) e feita uma redistribuição do poder militar pela Europa após o término do Pacto de Varsóvia e da OTAN (que acabou não acontecendo), a Europa, em especial viveria momentos de mais instabilidade e mais violência que desde 1945²²⁸. Waltz sustentaria que a estrutura do sistema não havia mudado; ele continuava sendo um sistema anárquico e, portanto, constringia os estados de formas idênticas àquelas da Guerra Fria: "The answer commonly given is that international politics is being transformed and realism is being rendered obsolete as democracy extends its sway, as interdependence tightens its grips, and as institutions smooth the way to peace"; Contudo, concluía Waltz, "transformation awaits the day when the international system is no longer populated by states that have to help themselves"²²⁹.

Poucos anos se passariam para que o mundo percebesse que aquela Nova Ordem se parecia bastante com a ordem que acabara de ruir. O mundo não se tornara mais pacífico com o fim da Guerra Fria e com o colapso da União Soviética, em 1992. De fato, como já havia sido previsto, a derrocada do regime em Moscou afetaria dramaticamente seus países satélites e os países que antes dependiam financeira ou politicamente do Kremlin. Guerras civis se multiplicaram pelo mundo, especialmente na África, na Ásia e na, então, Iugoslávia. Os motivos dos conflitos eram conhecidos: o vazio de poder, aliado a populações armadas e com ressentimentos históricos mantidos sob o controle de estados repressores e violentos. Uma vez que o influxo de capital, a influência política e as armas pararam de chegar de Moscou, líderes das oposições de quase todos os países antes sob a égide soviética

²²⁷ Apud: PATRIOTA, Antonio Aguiar. **O Conselho de Segurança da ONU após a Guerra do Golfo**. Brasília: Instituto Rio Branco/FUNAG/Centro de Estudos Estratégicos, 1998, p.38.

²²⁸ MEARSHEIMER, John. Op. cit., 1990, p.6.

²²⁹ WALTZ, Kenneth. Op. cit., 2000, pp.6 e 39. Cf., também, o Novo Prefácio, escrito em 2001, em: WALTZ, Kenneth. **Man, the state and war [1954]**. Nova Iorque: Columbia UP, 2001, xi.

reivindicaram reconhecimento político e social e, acima de tudo, reivindicaram reconhecimento humano, evocando uma política de identidade tão perigosa e sectária quanto os embates ideológicos próprios da Guerra Fria²³⁰.

Infelizmente, o Ocidente triunfante na Guerra do Golfo contra Saddam Hussein, através de um mandado exemplar das Nações Unidas, não se mostrou disposto a se engajar decisivamente na defesa de populações, regimes ou regiões que julgavam não ter decisiva relevância no "tabuleiro" da política internacional. Nos frios cálculos de interesses políticos e estratégicos por parte das potências ocidentais os genocídios em países distantes só mereciam sua atenção quando os telejornais passavam a insistir sobre o absurdo de uma não intervenção. O tempo das decisões políticas não é o tempo dos massacres. Entre a tomada de decisão por parte do Conselho de Segurança da ONU ou da OTAN, milhões de africanos, bósnios, croatas e sérvios morreriam. Aquele mundo de paz, progresso e prosperidade que acabara de se abrir após a derrubada do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética rapidamente passaria a lembrar daquele velho mundo das disputas hipócritas entre potências hegemônicas, onde a defesa da integridade física de pessoas de carne e osso fora relegada ao segundo plano.

Este *interregno* problematiza precisamente os modos de articulação e rearticulação dos discursos da Guerra Fria e da segurança internacional nessa "nova" fase. Afinal, o que houve de novo no mundo pós-Guerra Fria? Apesar da Guerra Fria mundana ter sido superada, será que os discursos de segurança internacional articulados no espectro da ação política racional entre 1945 e 1990 ganharam novas funções e novas significações? Quais discursos circularam nesse *interregno* de modo a constituir uma nova percepção do mundo internacional? Como a disciplina de Relações Internacionais encarou esse momento? Ela se oxigenou com novos métodos, perspectivas e objetos ou permaneceu atrelada a antigos cânones acadêmicos? Qual o lugar do terrorismo nos novos discursos de segurança internacional, se caso ele teve algum lugar?

²³⁰ KALDOR, Mary. **New and old wars**. Stanford: Stanford UP, 1999.

3.1 As Narrativas Hegemônicas do *Interregno: O Fim da História e O Choque de Civilizações*

Imediatamente antes e após a derrubada do Muro de Berlim apareceram duas teses que dividiram opiniões a respeito de como o mundo internacional seria definido dali em diante.

A primeira tese foi a do *Fim da História*, de Francis Fukuyama, sustentada em um artigo na revista *The National Interest*, ainda em 1989, quando o Muro de Berlim ainda estava em pé e a Guerra Fria era uma realidade, mesmo que frágil²³¹. A segunda tese foi a do *Choque de Civilizações*, de Samuel Huntington, um pouco mais tardia, publicada em 1995, e que pretendia ser uma resposta direta a Fukuyama²³². Ambas as teses foram publicadas em livro e se tornaram best-sellers mundiais, o que colaborou para que se constituíssem como discursos válidos sobre uma "nova realidade". Ambas sofreram uma enxurrada de críticas por parte de intelectuais e acadêmicos de todas as correntes políticas, ideológicas e teóricas²³³. Não obstante, elas figuraram entre os debates públicos sobre o mundo pós-Guerra Fria e foram evocadas com frequência para sustentar ou criticar as opiniões mais variadas.

Teoricamente orientado na direção da importância das ideias e da cultura como determinantes nos modos das sociedades progredirem ou declinarem, o artigo de Francis Fukuyama *The end of history*, publicado na *The National Interest* no verão de 1989 e escrito sob encomenda do editor Owen Harris, sustentava a tese que, a partir da década de 1970, com a perda de legitimidade das ditaduras de direita e de extrema direita na África, na

²³¹ FUKUYAMA, Francis. The end of history. **The National Interest**, Verão, 1989. Em 1992, o artigo se transformaria em livro (Op. cit., 1992) e Fukuyama se tornaria "the new favourite author of the neo-liberal Right" in KALDOR, Mary. After the Cold War. **New Left Review**, 180, 1990, p.26.

²³² HUNTINGTON, Samuel. Op. cit., 1997.

²³³ Para as críticas a Fukuyama ver, especialmente: ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992; McCARNEY, Joseph. Shaping ends: reflections on Fukuyama. **New Left Review**, 202, 1993, pp.36-53; MILIBAND, Ralph. Fukuyama and the socialist alternative. **New Left Review**, 193, 1992, pp.108-113. Para a resposta de Fukuyama a seus críticos: FUKUYAMA, Francis. A reply to my critics. **The National Interest**, Fall, 1989. Anos mais tarde, o próprio Fukuyama revisaria sua tese, a nosso ver, de forma equivocada, pois muito de sua tese anterior se sustentava: FUKUYAMA, Francis. Second thoughts. **The National Interest**, Junho, 1999. Para as críticas a Huntington, ver: **Revista Política Externa**, São Paulo, vol.2(4), mar.abr., 1994. Ao contrário de Fukuyama, Huntington não reviu suas posições, mas as reforçou, a nosso ver também de forma equivocada, após o Onze de Setembro: HUNTINGTON, Samuel P. Entrevista: A história provou que eu tinha razão. **Folha de São Paulo**, 12 de outubro de 2002, p.E3. Para nossa crítica a esta posição de Huntington, ver: AREND, Hugo. Midas e o Choque de Civilizações. **Folha da História**, Porto Alegre, ano IX, maio/junho, 2005, n.75, p.3 e AREND, Hugo. Terrorismo extremo e os tensionamentos nas democracias. **Ciências Sociais – Unisinos**, v.41, n.3, 2005, pp.151-162.

América Latina e na Ásia, bem como com o insucesso de regimes socialistas mundo afora para dar respostas aos problemas sociais e políticos enfrentados em seus países, o mundo havia chegado a uma "unabashed victory of economic and political liberalism"²³⁴:

The triumph of the West, of the Western *idea*, is evident first of all in *the total exhaustion of viable systematic alternatives to Western liberalism*. In the past decade, there have been unmistakable changes in the intellectual climate of the world's two largest communist countries, and *the beginnings of significant reform movements in both*. But this phenomenon extends beyond high politics and it can be seen also in *the ineluctable spread of consumerist Western culture* in such diverse contexts as the peasants' markets and color television sets now omnipresent throughout China, the cooperative restaurants and clothing stores opened in the past year in Moscow, the Beethoven piped into Japanese department stores, and the rock music enjoyed alike in Prague, Rangoon, and Tehran²³⁵ (nossos itálicos).

Politicamente, para Fukuyama, a democracia liberal se apresentava como a única alternativa que respondia às demandas das populações e, economicamente, a economia de livre mercado se mostrava a mais adequada para suprir necessidades e impulsionar mercados. Problemas sociais e políticos continuariam existindo, mas as soluções para todos eles deveriam passar pelas soluções já formuladas pelo liberalismo. Por esse motivo, pelo fato de não mais existir nenhuma ideologia que se apresentasse alternativamente ao liberalismo, o mundo havia chegado ao *fim da história*: "What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government"²³⁶.

A tese do *Choque de Civilizações* foi escrita explicitamente para se contrapor à tese de Fukuyama que Huntington julgava "claramente divorciada demais da realidade para ser um guia útil no mundo pós-Guerra Fria"²³⁷. A visão de Samuel Huntington era bem mais pessimista que a de Fukuyama. Para Huntington, os conflitos não apenas continuariam existindo como seriam ainda piores e mais ameaçadores que aqueles vividos durante a Guerra Fria. O mundo após 1989 estava longe de ser um mundo em que todos os problemas poderiam ter respostas prontas de antemão no liberalismo político e econômico. Para Huntington, os conflitos internacionais não se dariam mais com base em ideologias, como

²³⁴ FUKUYAMA, Francis. Op. cit., 1989.

²³⁵ Ibidem, p.1.

²³⁶ Ibidem, p.2.

²³⁷ HUNTINGTON, Samuel. Op. cit., 1997, p.33.

na Guerra Fria, mas em diferenças culturais entre os povos, mais precisamente entre civilizações.

Uma vez que as civilizações possuem valores e culturas diferentes, os choques entre elas seriam inevitáveis. A tendência, segundo Huntington, seria a ocorrência de choques nas *linhas de fratura* que dividem as civilizações. As *linhas de fratura* mais instáveis seriam aquelas entre os hindus e os muçulmanos (Índia e Paquistão), entre judeus e muçulmanos (Israel e palestinos, Israel e Líbano), entre cristãos ortodoxos e muçulmanos (Sérvia e Bósnia), etc. Estes conflitos ocorreriam entre dois ou mais estados, dependendo de suas posições geográficas e de suas fidelidades. Uma vez que cada civilização possui um *estado-núcleo*, os choques entre as civilizações tenderiam a ganhar grandes proporções.

Como a tese de Fukuyama, a tese de Huntington também foi alvo de duras críticas, sendo as mais contundentes aquelas sobre o uso de conceito tão em desuso como *civilização* e sobre seu expressivo etnocentrismo no trato dos problemas do mundo, julgando a civilização muçulmana, por exemplo, como a mais perigosa e a mais agressiva²³⁸. Concordando com Amartya Sen, o problema central da tese de Huntington é bem anterior à suposição de que as civilizações *estão se chocando* ou *se podem se chocar*; ele diz respeito à "suposición de la relevancia única de una clasificación singular", ou seja, que a humanidade possa ser classificada²³⁹.

Nenhuma das duas teses vislumbra o terrorismo como um problema a ser combatido. Nem Fukuyama nem Huntington consideram que o mundo mudou sensivelmente em termos políticos. Ambos continuam a apresentar o mundo segundo as lentes do estado moderno e do realismo político, Huntington, é verdade, de maneira bem mais clara e direta, apesar de admitir que ele "padece de sérias limitações"²⁴⁰:

Esse quadro 'realista' do mundo [apresentado por Huntington na Introdução de sua obra] é um ponto de partida muito útil para se analisar as relações internacionais e explicar grande parte do comportamento dos estados. Os estados são e continuarão sendo as entidades predominantes nos assuntos mundiais²⁴¹.

²³⁸ “[P]ara onde quer que se olhe ao longo do perímetro do Islã, os muçulmanos tiveram problemas para viver em paz com seus vizinhos”; “eles se envolveram mais em violências entre grupos do que os povos de qualquer outra civilização”. HUNTINGTON, Samuel. Op. cit., 1987, p.326. Para uma crítica sensata a esta posição de Huntington, Cf.: SAID, Edward. O choque de ignorâncias. **Folha de São Paulo**, 17 de outubro de 2001, p.A16; GEERTZ, Clifford. Op. cit., 2001, pp.222-223.

²³⁹ SEN, Amartya. **Identidad y violència: la ilusión del destino [2006]**. Buenos Aires: Katz, 2008, p.35.

²⁴⁰ Para uma crítica do excessivo estatismo na teoria de Huntington e em que medida ela peca ao considerar os problemas culturais em termos civilizacionais, ver: AREND, Hugo. Terrorismo, Cidades e Relações Internacionais na Crise das Fronteiras. **Territórios e Fronteiras**, v.6, 2005, p.3-46.

²⁴¹ HUNTINGTON, Samuel. Op. cit., 1997, p.35.

Apesar de serem diametralmente opostas em suas conclusões, a tese do *Fim da História* e a do *Choque de Civilizações* tiveram seus momentos de apogeu e de declínio nos discursos políticos e econômicos defendidos no *interregno* 1990-2001. Cada uma foi empregada de modo a sustentar e disseminar diferentes (mas muitas vezes nem tão diferentes) posições de poder no espectro político. Ambos os autores são marcadamente conservadores e fazem parte do *establishment* intelectual e político dos Estados Unidos. Tanto Fukuyama como Huntington são o que se convencionou chamar de *think tanks* da política interna e externa dos Estados Unidos. O que deve permanecer claro para nossa hipótese aqui desenvolvida é que ambos os discursos mobilizados por cada uma dessas teses serviram como instrumentos de legitimação e de operacionalização, primeiro, do triunfalismo ocidental sobre o mundo socialista e das esquerdas em geral (no caso do *Fim da História*) e dos cuidados que o mundo ocidental teria de adotar, mesmo tendo triunfado e sendo, portanto, superior aos demais *mundos possíveis*, quanto às novas ameaças de novos atores regionais e globais que o enfrentariam, notadamente o mundo muçulmano. Em grande medida, o *interregno* aqui abordado viveu um primeiro momento de euforia e triunfo e um segundo momento de cautela e incerteza sobre quem se tornaria *o novo inimigo* a ser combatido. As marcas desse momento são, portanto, a euforia triunfalista e a incerteza pessimista.

Cabe ainda percebermos o que significou esse interregno para as teorias de Relações Internacionais. Como ele foi percebido pelos especialistas? O que foi produzido de mais relevante nesse momento e como essa produção constituiu novos projetos para as RI?

3.2. Relações Internacionais e o Terceiro Debate: Renovação da Disciplina?

A década de 1990 foi bastante revigorante para a disciplina de Relações Internacionais. Já em 1989²⁴², é verdade, uma enxurrada de novas obras e correntes de pensamento inundou o mercado editorial e os debates acadêmicos. Novos autores munidos de ferramentas teóricas e metodológicas, bem como de percepções inovadoras acerca dos

²⁴² É necessário salientar que, em 1987, Alexander Wendt ainda enquanto aluno de pós-graduação publicou o artigo "The agent-structure problem in International Relations" (**International Organization**, vol.41(3), 1987, pp.335-370) no qual criticava dois grandes nomes das RI: Kenneth Waltz e Immanuel Wallerstein. Wendt propunha uma teoria da estruturação para substituir as supostas teorias estruturalistas de Waltz e Wallerstein.

problemas internacionais tomaram a disciplina no que se convencionou chamar o *Terceiro Debate* em Relações Internacionais. A quantidade de textos é bastante expressiva e dificilmente é possível fazer justiça a todas as contribuições. Contudo, algumas delas se sobressaem. Deve-se ter em mente, contudo, que todas as inovações não nasceram *após* o final da Guerra Fria. Elas já estavam ali bem antes da derrubada do Muro de Berlim e do colapso da União Soviética. Foi devido à força do dispositivo Guerra Fria e de suas estratégias de controle dos discursos acerca da verdade, dos regimes de verdade que circularam entre 1945 e 1990, que estas ideias demoraram a aparecer e a merecer atenção pelos alunos de Relações Internacionais. A supressão de ideias inovadoras é uma das funções dos dispositivos de saber/poder que se instauram socialmente, como temos tentado demonstrar.

As duas primeiras publicações que propuseram uma mudança de rumo nos modos da disciplina de RI pensar seus problemas e de reformular suas prioridades foram *World of our making: rules and rule in Social Theory and International Relations*²⁴³ de Nicholas Onuf e a compilação de artigos organizada por James Der Derian e Michael Shapiro *International/intertextual relations: postmodern readings of world politics*²⁴⁴. Ambas as publicações partiam de indagações políticas e filosóficas que, até então, não faziam parte dos debates da disciplina e inauguraram, em grande medida, os usos do construtivismo e do pós-estruturalismo nas RI, respectivamente.

O projeto – ambicioso – de Nicholas Onuf objetivava não apenas apresentar uma nova forma de interpretar as relações internacionais, mas "reconstruir" a disciplina²⁴⁵. Em parte, seu objetivo foi alcançado. A influência do construtivismo em RI se deve bastante à forma como ele o problematizou, não apenas em *World of our making*, mas em outras várias contribuições. No que diz respeito à segurança internacional, Onuf elaborou uma crítica à tendência dos acadêmicos em RI em se preocuparem demasiadamente com esta dimensão do mundo internacional. Onuf inicia o capítulo em que trata dessa discussão com as seguintes palavras:

People are rational. They have ends and make choices accordingly. Rules bound situations of choice by defining means and ends available to choosers. In the face of diverse ends, we order preferences, which requires us to compare possible states of affairs. There are three general possibilities

²⁴³ ONUF, Nicholas. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

²⁴⁴ SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. **International/intertextual relations**. Nova Iorque: Lexington, 1989.

²⁴⁵ ONUF, Nicholas. Op. cit., 1989, p.1.

yielding three generalized yet immediate ends common to humanity, or interests. With the help of several major writers, I identify these as standing, security and wealth²⁴⁶ (nossos itálicos).

Ao se preocuparem demasiadamente com a segurança, os autores de Relações Internacionais se esquecem da posição (*standing*) nos *rankings* do poder e com a riqueza como alguns dos fins dos agentes – sejam eles indivíduos ou agentes de estados: posição, segurança e riqueza são o que Onuf chama *controlling interests of humanity*:

We recognize them everywhere. They comprehend survival, whether in a fight or a snowstorm. They comprehend all other ultimate ends, no matter how trivial or bizarre. We make them the propositional content of speech and rules, and we impute them to our social arrangements, including preeminently in this modern world, *the state*. As reasons of state and the ends of statecraft, they constitute 'the national interest'²⁴⁷ (nossos itálicos).

Em linhas gerais, a tese de Onuf a respeito da segurança diz respeito ao papel que ela possui na exploração entre as classes proprietárias e as classes não proprietárias, não apenas no capitalismo, mas também no socialismo. Proprietárias e não proprietárias se referem ao acesso que essas classes possuem ou não possuem a recursos que as habilitam ou não a se constituírem como agentes. Os recursos são os mais variados: linguagem, domínio de técnicas de produção, capital, riqueza familiar, etc. Onuf sustenta que todo domínio (*rule*) é explorador. O estado é um provedor de segurança às classes proprietárias: “Capitalism is the source of wealth used to support a perverse security system and a professionally credentialed, organizationally oriented class of rulers”²⁴⁸. Assim, a segurança possui uma função; uma função garantidora de *status quo* em um sistema internacional dividido entre aqueles que possuem e aqueles que não possuem as capacidades para se tornarem agentes nesse sistema.

A coletânea de artigos organizada por Der Derian e Shapiro propunha uma crítica ainda mais radical aos cânones tradicionais da disciplina. A intenção dos organizadores e dos demais autores era precisamente prover "novas inteligibilidades e possibilidades alternativas", *iluminando* "the textual nature of the differences that produce and are sustained by international relations" e:

aiming at a dialogue, with neglected thinkers and forgotten footnotes, but also with the 'great' texts and traditional scholars, that is meticulously

²⁴⁶ Ibidem, p.258.

²⁴⁷ Ibidem, p.278.

²⁴⁸ Ibidem, pp.288-289.

attentive to *the constraints imposed by the past, critically interpretive of the dominant voices of the present, and openly speculative about what can – while soberly reflective about what cannot – be said and done in the world politics of the future*²⁴⁹ (nossos itálicos).

O objetivo de se engajar criticamente com o que pode (e com o que não pode) ser dito e feito nas Relações Internacionais é a marca desses autores. Uma marca nitidamente foucaultiana.

Os temas abordados envolviam a inclusão do problema do significado das RI na tradição do pensamento moderno; as representações do intertexto esporte/guerra; as estratégias textuais dos discursos de defesa nacional; o poder dos intertextos das intrigas internacionais em best-sellers ocidentais; uma interpretação semiótica das políticas de interesse nacional; e as questões ecológicas vistas sob a ótica da identidade nacional. Enfim, tratava-se de um volume que pretendia abalar os modos de se indagar a respeito de problemas internacionais, pois não apenas os modos de se perguntar sobre os dilemas internacionais estavam sendo colocados em jogo, mas também os próprios temas que a disciplina se envolvia até então. Uma nova linguagem interpretativa tributária de autores como Michel Foucault, Roland Barthes, Jacques Derrida, Julia Kristeva e outros estava sendo colocada em uso para desestabilizar cânones tradicionais. Havia toda uma gama de problemas relativos às RI que passavam à margem da disciplina e que não eram *iluminados* pelos holofotes empírico-racionalistas da tradição. Aqueles autores se colocaram a pensá-los de forma crítica e inovadora.

Pouco mais de seis anos passariam desde esta publicação de Shapiro e Der Derian para que outra coletânea organizada por Shapiro e, desta vez, por Hayward Alker fosse publicada. Trata-se da coletânea *Challenging boundaries* que, como o título já propõe, se colocara a problematizar o princípio mais desafiador e constituinte da modernidade. Mais textos *dissidentes* se fariam presentes nessa coletânea; textos produzidos entre 1993 e 1995. Num dos textos introdutórios à coletânea e que, de certa forma, sintetizava não apenas os debates em curso, mas as inquietações dos dissidentes, e atestava a resistência da disciplina de RI em se adaptar às mudanças e os efeitos desta resistência aos problemas globais, Jim George assevera que:

[...] *the silences and omissions* of realist theory have some frightening consequences in 'practice' for those excluded from the narrow agenda of

²⁴⁹ DER DERIAN, James. Boundaries of knowledge and power in IR. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. Op. cit., 1989, p.3-10.

orthodox 'reality' and by bearing in mind a range of contemporary issues that exist beyond the boundaries of the traditional agenda. [...] [...] the deep multifaceted problems [of the world] cannot be solved by recourse to a crude theology of power [...]]²⁵⁰ (nossos itálicos).

O que estava em jogo era precisamente reimaginar o mundo internacional para além das lentes tradicionais, modernas, totalizantes, teleológicas, das *grand theories* do Realismo e do Liberalismo. E essa tarefa deveria ser empreendida por intelectuais e políticos dos principais estados do sistema internacional – Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Rússia, China, Japão – de modo a compreender seus novos desafios no cenário internacional. A dicotomia prática/teoria e a presunção de onipotência do ocidente, em especial, em formular teorias de RI com o objetivo de prever as decisões políticas e de receitar seus remédios predefinidos para problemas globais complexos estavam no âmago de todas as decisões equivocadas tomadas nos últimos anos da Guerra Fria, em especial. A incapacidade de prever o final da Guerra Fria, por exemplo, foi um grande golpe nas grandes teorias. Na mais importante revista da área de segurança internacional dos Estados Unidos (*International Security*), até um mês antes do colapso do Muro de Berlim e dos processos que levariam à extinção da União Soviética, os *think tanks* americanos retratavam um mundo à beira de uma hecatombe nuclear e das ameaças dos Estados Unidos frente a uma *toda poderosa* União Soviética que estava, na realidade, colapsando internamente. Em grande medida, são os “silêncios e as omissões” impostos às outras vozes e às outras práticas e também às próprias vozes tradicionais que limitaram (e limitam) uma imaginação *internacional* alternativa. Os “silêncios e as omissões” não são apenas teóricos ou relativos a debates *epistemológicos e abstratos* (como muitos tradicionalistas gostam de pejorativamente os adjectivar), mas são também impostos institucionalmente em relações de força e poder entre os “estabelecidos” e os “iniciantes”, entre os “autorizados” pela disciplina de Relações Internacionais e os que os devem ouvir e seguir passivamente.

Na Edição Especial da *International Studies Quarterly* (da qual falaremos logo a seguir) Richard Ashley e Rob Walker falavam da resistência do *mainstream* não apenas em termos teóricos, mas como ameaças veladas por parte de alguns *gatekeepers* como o próprio presidente da *International Studies Association* (ISA) à época, Robert Keohane, ao afirmar que quem adotasse a perspectiva *reflexivista* (que segundo Keohane abarcava alguns

²⁵⁰ GEORGE, Jim. Understanding International Relations after the Cold War: probing beyond the Realist legacy. In: SHAPIRO, Michael e ALKER, Hayward R. (edits). **Challenging boundaries**. Minnesota: Univ. of Minnesota Press, 1995, pp.38-39.

construtivistas) corria o risco de não conseguir se situar no mercado de trabalho nas RI. As exatas palavras de Keohane foram:

Indeed, the greatest weakness of the reflective school lies not in deficiencies in their critical arguments but in the lack of a clear reflective research program that could be employed by students of world politics. *Waltzian neorealism has such a research program; so does neoliberal institutionalism*, which has focused on the evolution and impact of international regimes. *Until the reflective scholars or others sympathetic to their arguments have delineated such a research program and shown in particular studies that it can illuminate important issues in world politics, they will remain on the margins of the field, largely invisible to the preponderance of empirical researchers, most of whom explicitly or implicitly accept one or another version of rationalistic premises.* Such invisibility would be a shame, since the reflective perspective has much to contribute²⁵¹. (nossos itálicos).

A terceira contribuição naqueles anos foi o volume especial da revista *International Studies Quarterly*²⁵², editado pela *International Studies Association – ISA*, dos Estados Unidos, em 1990. A compilação foi organizada por dois autores que já haviam trilhado seus caminhos alternativos por dentro da disciplina como *dissidentes e críticos*: Robert B. J. Walker e Richard K. Ashley. Ashley já havia publicado uma série de artigos partindo de perspectivas críticas, tais como *Political realism and human interests*, *The poverty of neorealism* e *Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique*²⁵³. Do mesmo modo, Rob Walker havia traçado um caminho semelhante criticando as manifestações políticas da modernidade ocidental nos cânones das RI em um volume por ele editado (*Culture, ideology and world order*) em 1984, além de ter publicado, até então, pelo menos, um artigo muito influente: *History and structure in the theory of IR* (1989) e um livro notável *One world/Many worlds*²⁵⁴. Em 1993, Walker publicaria

²⁵¹ KEOHANE, Robert. International institutions: two approaches. **International Studies Quarterly**, vol.32(4), 1988, p.392. Para a crítica de Ashley e Walker, Cf.: ASHLEY, Richard; WALKER, R. B. J. Introduction: speaking the language of exile: dissident thought in international studies. **International Studies Quarterly**, vol.34(3), Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies, 1990, p.266.

²⁵² O artigo foi publicado originalmente no volume 34 da *International Studies Quarterly*, em 1990, mas é hoje mais facilmente no volume editado por Andrew Linklater: WALKER, R. e ASHLEY, R. Reading dissidence/writing the discipline. In: LINKLATER, Andrew. (edit.). **Critical concepts in Political Science**. Londres: Routledge, 2000, vol.1, pp.126-189.

²⁵³ ASHLEY, Richard K. Political realism and human interests. **International Studies Quarterly**, vol.25(2), 1981, pp.204-236; ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. In: Keohane, R. (ed.). **Neorealism and its critics**. Nova Iorque: Columbia, 1986, pp.255-300; ASHLEY, Richard K. Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique. **Millennium – Journal of International Studies**, vol.17(2), 1988, pp.227-262.

²⁵⁴ WALKER, R. B. J. (editor). **Culture, ideology and world order**. Boulder: Westview Press, 1984; WALKER, R. B. J. History and structure in the theory of IR (1989). In: DER DERIAN, James (edit.). **International theory: critical investigations**. Londres: Macmillan, 1995, pp.308-339; WALKER, R. B. J. **One world/Many worlds**. Boulder: Lynne Rienner, 1988.

*Inside/Outside*²⁵⁵, obra que se tornaria referência na disciplina sobre o caráter constituinte das imagens do *internacional* produzidas pela modernidade ocidental na construção dos limites e das possibilidades do pensamento político contemporâneo. No volume da *International Studies Quarterly* em questão, a intenção foi mapear a produção crítica na disciplina e diagnosticar o que se percebia então como uma *crise* na disciplina; uma crise que convidava todas essas vozes críticas ao mesmo tempo em que despertava a resistência dos *gatekeepers*, dos tradicionalistas, contra a renovação. O foco da crítica dissidente era precisamente o conceito de soberania que, para eles, seria estruturante da imaginação internacional. Em *Inside/Outside*, Walker sustentou que o conceito de soberania nos diz mais sobre os modos de pensarmos as RI do que as RI têm a noz dizer sobre o conceito de soberania²⁵⁶. Colocar a soberania como *questão* implicava problematizar todos os princípios das RI, todas as concepções que serviam como fundamento para o pensamento internacional: estado, poder, fronteiras, autoridade, geopolítica, guerra, paz, história, etc. A "atitude dissidente" colocava "a soberania como questão"²⁵⁷ e se posicionava "nas margens", "nas fronteiras" dos conceitos e da própria disciplina como estratégia crítica:

These postures indicate that such critical remarks belong *not at the center of the discipline* where its serious and productive work is proudly presented and logically weighed, but *at its boundaries, at its edges, at the thresholds or checkpoints of entry and exit*. They indicate, in the same stroke, that the *discipline's territorial boundaries are already marked, that the difference between outside and inside is already given, and that the discipline, the tradition, the 'everybody who knows and agrees with this reading' is already assuredly there* (nossos itálicos)²⁵⁸.

A coletânea incluía artigos de Jim George e David Campbell, James Der Derian, Bradley Klein, Michael Shapiro, William Chaloupka, Cynthia Weber, e dos próprios Ashley e Walker²⁵⁹. Como podemos notar pelos títulos de cada um dos capítulos, a intenção (sic!)

²⁵⁵ WALKER, Robert B. J. Op. cit., 2001.

²⁵⁶ "[...] theories of international relations tell us less about the character and consequences of state sovereignty than the principle of state sovereignty tells us about the categorical structures of international relations theory". WALKER, Robert B. J. Op. cit., 2001, p.23.

²⁵⁷ WALKER, R. e ASHLEY, R. Op. cit., 2000, vol.1, p.127.

²⁵⁸ WALKER, R. e ASHLEY, R. Op. cit., 2000, p.131.

²⁵⁹ **International Studies Quarterly**, 34, 1990 (Special Edition): GEORGE, Jim; CAMPBELL, David. Patterns of dissent and the celebration of difference: critical social theory and International Relations, pp.269-293; DER DERIAN, James. The (s)pace of International Relations: simulation, surveillance and speed, pp.295-310; KLEIN, Bradley. How the West was one: representational politics of NATO, pp.311-325; SHAPIRO, Michael. Strategic discourse/discursive strategy: the representation of 'security policy' in the video age, pp.257-340; CHALOUKKA, William. Immodest modesty: antinuclear discourse, lifestyle politics, and intervention strategies, pp.341-351; WEBER, Cynthia. Representing debt: Peruvian presidents Belaúnde's and García's reading/writing or Peruvian debt, pp.353-365; ASHLEY, Richard K.; WALKER, Rob B. J. Op. cit., 1990, pp.367-416.

dos autores era explorar as dinâmicas linguísticas, representacionais e discursivas da política internacional, abordando temas tradicionais das Relações Internacionais como espaço, segurança internacional (OTAN), política de segurança e antinuclear, dívida externa. Os temas eram tradicionais e *mainstream*, as abordagens eram inovadoras e dissidentes. Talvez por esse motivo nenhum dos autores tenha se dedicado a abordar *novos temas* ou a propor *novas agendas* de pesquisa.

O ano de 1992 viu aparecer dois excelentes trabalhos que trilharam dois promissores caminhos de pesquisa nas RI. O primeiro deles fez o feminismo ganhar ainda mais visibilidade nas Relações Internacionais com a publicação de *Gender in International Relations* de J. Ann Tickner²⁶⁰. Tickner levantou sérias críticas ao caráter machista, patriarcalista e opressor da forma como as RI eram pensadas, especialmente através das lentes do realismo: "Strength, Power, autonomy, independence, and rationality, all typically associated with men and masculinity, are characteristics we most value in those whom we entrust the conduct of our foreign policy and the defense of our national interest"²⁶¹. Por mais que discordemos de algumas das interpretações de Tickner sobre Hans Morgenthau – um de seus principais alvos –, é inegável que ela identificou estruturas de opressão contra a mulher que se prolongavam nitidamente nos preceitos realistas²⁶². A intenção de Tickner fora tornar as experiências das mulheres visíveis em RI no que diz respeito à segurança, mais propriamente. Segundo Tickner,

The] *achievement of peace, economic justice, and ecological sustainability* is inseparable from overcoming social relations of domination and subordination; genuine security requires not only the absence of war but also *the elimination of unjust social relations, including unequal gender relations*²⁶³ (nossos itálicos).

Em poucos anos, os estudos feministas e as questões de gênero em geral, se posicionariam com força na disciplina, tendo dezenas de publicações de peso todos os anos e se firmando nas principais associações como a *International Studies Association* e a *British International Studies Association*. As questões de gênero revolucionaram a maneira como a disciplina passou a tratar questões de segurança, pensando a guerra de baixo para cima,

²⁶⁰ TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**. Nova Iorque: Columbia, 1992.

²⁶¹ TICKNER, J. Ann. Op. cit., 1992, p.3.

²⁶² No Prefácio da 7ª Edição de *A política entre as nações*, de Hans Morgenthau, em 2006, os editores se desculparam por manter os *pronomes masculinos* que eram de praxe na época em que o texto foi originalmente escrito e esperam ser “entendidos que o texto se refere a ambos homens e mulheres”. THOMPSON, Kenneth; CLINTON, W. David. Preface. In: MORGENTHAU, Hans. Op. cit., 2006, p.v-vi.

²⁶³ TICKNER, J. Ann. Op. cit., 1992, p.128.

numa perspectiva micro, salientando as ameaças e violências sofridas por mulheres em tempos de guerra e que não eram contadas nas narrativas tradicionais da disciplina. O feminismo não diminuiu a importância do sofrimento dos soldados e dos homens nas guerras e nas várias formas de violência entre os e dentro dos estados, mas salientou os modos a partir dos quais o machismo, o patriarcalismo e as estruturas binárias de gênero entre masculino/feminino constituíam as identidades de gênero e funcionavam de modo a criar e sustentar relações de dominação.

E também em 1992 foi publicado um texto de um jovem pesquisador que inspiraria gerações e se tornaria um dos mais influentes teóricos de RI na década de 2000. Trata-se do texto *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics* de Alexander Wendt²⁶⁴. A contribuição de Alexander Wendt para o problema da segurança internacional é bem mais conservadora que a de Tickner, mas não menos influente. Em *Anarchy is what states make of it* Wendt promove uma reviravolta nos modos da disciplina interpretar um de seus princípios mais fundamentais. Wendt propunha que a anarquia internacional era antes resultado dos processos nos quais os estados se engajavam e não da estrutura do sistema em si:

There is no 'logic' of anarchy apart from the practices that create and instantiate one structure of identities and interests rather than another; structure has no existence or causal powers apart from process. Self-help and power politics are institutions, not essential features of anarchy. *Anarchy is what states make of it*²⁶⁵ (itálicos no original).

O impacto do construtivismo de Wendt para os estudos de segurança internacional foi significativo. Contudo, Wendt permaneceu ligado a posições e a perspectivas bem mais tradicionais e conservadoras do que autores como Walker, Ashley, Shapiro, Der Derian e Tickner. As teorias de Wendt foram sintetizadas, ampliadas e revistas para a publicação de *Social theory of international politics* em 1999 cujo título já demonstra sua intenção de dialogar com e ir além do clássico *Theory of international politics* de Kenneth Waltz, de 1979²⁶⁶. Apesar de revolucionar a forma como as RI vislumbravam questões relativas às construções de identidade e de interesses, o construtivismo de Wendt permaneceu flertando com problemas tradicionais de segurança internacional, pois permaneceu tomando os estados como objetos referentes e como sujeitos da política

²⁶⁴ WENDT, Alexander. Op. cit., 1992, pp.391-425.

²⁶⁵ WENDT, Alexander. Op. cit., 1992, pp.394-395.

²⁶⁶ WENDT, Alexander. **Social theory of international politics [1999]**. Cambridge: CUP, 2007. WALTZ, Kenneth. Op. cit., 1979.

internacional, inovando não somente em como os estados se relacionavam intersubjetivamente entre si para constituir suas identidades e seus interesses. Ou seja, apesar de clamar por um construtivismo em RI, Wendt coloca a ontologia antes do método permanecendo dentro da mesma matriz epistemológica tradicional na disciplina. Por esse motivo, Friedrich Kratochwil criticou Wendt por criar uma "nova ortodoxia" nas RI²⁶⁷.

Em meio ao debate sobre o fim da história e sobre o futuro do socialismo como alternativa política e ideológica, também estava em jogo o futuro do marxismo como ferramenta de análise nas Ciências Humanas. É nesse contexto que se insere o estudo de Fred Halliday sobre a função do materialismo histórico nas Relações Internacionais. Em *Rethinking International Relations*²⁶⁸, Halliday sustenta que há um "encontro necessário" entre o materialismo histórico e as RI. Apesar de esse encontro estar ainda em sua "fase inicial", ele serviria às RI na medida em que poderia redefinir a agenda de preocupações da disciplina, por um lado, e, por outro, expandir seu escopo teórico para abarcar a disciplina como um todo²⁶⁹. O emprego do materialismo histórico como método de análise às Relações Internacionais implicaria sérios desafios à disciplina. Muitos de seus conceitos e princípios tradicionais seriam radicalmente desafiados, uma vez que a análise de qualquer área da atividade humana precisaria ser vista a partir de seu contexto socioeconômico. Assim:

There is therefore *no state*, no belief, no conflict, no power in general, or independent of this context. By extension, there is no 'international system', or any component activity, be this war or diplomacy, abstracted from the mode of production. Indeed, International Relations is the study of the relations not between states but between social formations. *When this insight is applied to the issues of international relations, a definite shift of focus becomes visible. Thus the state is no longer seen as an embodiment of national interest or judicial neutrality*, but rather of the interests of a specific society or social formation defined by its socio-economic structure. [...]. *Sovereignty equally becomes not a generic legal concept* but the sovereignty of specific social forces. Its history is that of forms of social power and attendant legitimization within a formation. *Security is removed from the distinct theoretical sphere in which it has been placed* and becomes the security of specific social groups and for specific socio-economic reasons (nossos itálicos)²⁷⁰.

Apesar de todo seu esforço, o trabalho de Halliday não parece ter sido recompensado, infelizmente. O marxismo em geral permaneceu bastante alijado dentre os acadêmicos da área, pois, como estamos demonstrando, trata-se de uma área do

²⁶⁷ KRATOCHWIL, F. Constructing a new orthodoxy? Wendt's Social Theory of International Politics and the constructivist challenge. *Millennium*, vol.29(1), 2000, p.74.

²⁶⁸ HALLIDAY, Fred. **Rethinking international relations**. Vancouver: UBC Press, 1994.

²⁶⁹ HALLIDAY, Fred. Op. cit., 1994, pp.47-55.

²⁷⁰ Ibidem, pp.60-61.

conhecimento bastante conservadora e que enfrenta com muita ferocidade as novidades e as dissidências. Desafiar os princípios da centralidade do estado, do interesse nacional e do sistema internacional, bem como a soberania e as questões centrais da segurança internacional conforme vislumbrados pela tradição normalmente não é uma tarefa bem-vinda e recompensada. Pelo contrário, muitas vezes essa tarefa é não apenas resistida como abertamente combatida e menosprezada pelos *gatekeepers*.

Ainda em 1994, Alexander Wendt publicaria outro texto: *Identity formation and the international state*²⁷¹. Tão importante quanto *Anarchy is what states make of it*, *Identity formation* contribuiria bastante para popularizar o estudo das identidades nas Relações Internacionais. Não que as preocupações com identidades já não estivessem presentes. O tema já havia sido acessado por vários autores sob distintas perspectivas a ponto de se poder falar, já em 1995, de *um retorno dos temas culturais e de identidade* nas RI²⁷². Contudo, o trabalho de Wendt se mostrou mais fácil de ser assimilado por estudantes e por acadêmicos mais tradicionais, uma vez que Wendt mantinha a centralidade do estado como ator fundamental da política internacional e como categoria de análise.

Todas essas contribuições se engajaram, direta ou indiretamente, no chamado *Terceiro Debate* das Relações Internacionais. Este debate teria ocorrido entre as já tradicionais teorias neoliberais (ou neoinstitucionalistas) e neorrealistas (os neo-neos) e as perspectivas construtivistas e pós-estruturalistas. Mas assim como sobre os dois debates anteriores (entre realistas e idealistas, nas décadas de 1920 a 1940 e entre realistas e behavioristas nas décadas de 1950 a 1970) há muita discussão sobre se houve mesmo tal *debate* ou se se trata de um *terceiro*, de um *quarto* ou quinto debate²⁷³. Na verdade, como esclarecemos logo em nossa Introdução, a divisão por debates não nos interessa particularmente. Contudo, é interessante ter em mente que estas novas perspectivas de RI quando foram introduzidas e quando começaram a fazer parte da disciplina, sofreram resistência e foram atacadas fervorosamente. Na verdade, a disciplina se mantém, ainda,

²⁷¹ WENDT, Alexander. Identity formation and the international state. **The American Political Science Review**, vol.88(2), 1994, pp.384-396.

²⁷² "A swing of the pendulum toward culture and identity is strikingly evident in post-Cold War IR theory". LAPID, Joseph. Culture's ship: returns and departures in IR theory. In: LAPID, Joseph & KRATOCHWIL, Friedrich (edits.). **The return of culture and identity in IR theory**. Boulder: Lynne Rienner, 1995, p.3.

²⁷³ Sobre as dúvidas a respeito dos *Debates* em RI, se eles de fato aconteceram ou quantos são ou, ainda, se são relevantes, ver: WILSON, Peter. The myth of the 'First Great Debate'. In: DUNNE, Tim, COX, Michael & BOOTH, Ken. Op. cit., 1999, pp.1-16; ASHWORTH, Lucian. Did the realist/idealist debate really happen? A revisionist history of IR. **International Relations**, vol.16(1), 2002, pp.33-51; GEORGE, Jim. International Relations and the search for thinking space: another view of the Third Debate. **International Studies Quarterly**, Vol. 33(3), 1989, pp. 269-279.

bastante conservadora, apesar dos *novos* (e já nem tão novos) dissidentes e seus temas terem ganho bastante espaço em congressos, editoras e planos de ensino²⁷⁴.

Mesmo assim, a maioria dos autores que são referência entre profissionais de RI e que têm seus livros publicados pelo mundo afora continuam sendo praticamente os mesmos das décadas de 1970 e 1980. Em uma pesquisa realizada nos Estados Unidos entre professores de Relações Internacionais, em 2004, quando perguntados sobre quais acadêmicos tinham tido a maior repercussão na área nos últimos 20 anos, as sete primeiras posições ficaram com autores tradicionais: Robert Keohane (56%), Kenneth Waltz (41%), Alexander Wendt (33%), Samuel Huntington (21%), John Mearsheimer (18%), Joseph Nye (17%) e Robert Jarvis (15%)²⁷⁵. A única novidade seria Wendt, mas, como vimos, apesar de inovador, seu programa de pesquisa se fundamentou num dos mais tradicionais cânones da disciplina: o estatismo. Cânone que foi um dos mais criticados pelos autores verdadeiramente críticos e que não apareceram sequer entre os vinte e três acadêmicos citados na pesquisa. Quando aquela mesma pergunta foi feita sete anos mais tarde, em 2011, pouco variaram os autores citados, havendo mais a tomada de posições entre eles do que a inclusão de novos autores: Alexander Wendt (45%), Robert Keohane (41%) e Kenneth Waltz (26%), Joseph Nye (19%), John Mearsheimer (24%), James Fearon (20%), Samuel Huntington (10%), nos Estados Unidos; e os três primeiros autores com 53%, 36%, 22%, respectivamente, no Reino Unido²⁷⁶. Impressionante é notar que em praticamente todos os países pesquisados, as primeiras quatro ou cinco posições incluem os mesmos autores ou há poucas variações²⁷⁷. Os dois autores que despontam entre estas primeiras sete posições em alguns países (notadamente entre os países nórdicos, África do Sul, Brasil e Argentina) são Robert Cox e Barry Buzan: Cox sendo um gramsciano, neomarxista, e Buzan um dos principais teóricos das novas perspectivas em segurança internacional, que abordaremos logo a seguir.

²⁷⁴ MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael. **TRIP Around the World: Teaching, Research and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries [2011]**. Williamsburg, Virginia: Teaching, Research, and International Policy Project, 2012. Doravante, TRIP, 2012.

²⁷⁵ MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael. **Teaching and Research Practices, Views on the Discipline, and policy attitudes of IR Faculty at U.S. Colleges and Universities [2004]**. Williamsburg, Virginia: Teaching, Research, and International Policy Project, 2005, p.19. (Doravante, TRIP 2005). Essa pesquisa foi repetida e ampliada nos anos subsequentes. Conhecida pelo acrônimo TRIP, ela tem como objetivo mapear as RI quanto às questões presentes no título da pesquisa. A pesquisa de 2004 foi feita apenas com acadêmicos norte-americanos. A de 2006 inclui também canadenses. Em 2008 ela foi expandida para oito países de língua inglesa e em 2012 já incluía vinte países e cinco idiomas, inclusive o Brasil.

²⁷⁶ TRIP, 2012, p.49.

²⁷⁷ Os países pesquisados, além dos Estados Unidos e Reino Unido, foram: Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Irlanda, França, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia, Israel, Turquia, Hong Kong, Singapura, África do Sul, Argentina, Brasil, Colômbia e México.

Contudo, continua sendo expressiva a falta de qualquer teórico pós-estruturalista ou pós-positivista entre os vinte autores mais citados naquelas duas pesquisas. Mesmo em países como os Estados Unidos e o Reino Unido onde tais perspectivas se desenvolveram (e apesar de 20% entre os americanos e 36% entre os britânicos se declararem pós-positivistas²⁷⁸), trata-se de uma lacuna expressiva, um silêncio retumbante.

Ainda em 2012, as principais revistas acadêmicas da disciplina são aquelas publicadas nos Estados Unidos ou no Reino Unido: *International Organization*, *International Studies Quarterly*, *International Security*, *Foreign Affairs*, *American Political Science Review*, *World Politics*, *European Journal of International Relations*, *Journal of Conflict Resolution*, *Foreign Policy*, *Review of International Studies*, *Millennium*²⁷⁹. Ainda na linha das publicações, quando perguntados sobre as principais editoras na área, as mais citadas foram editoras dos Estados Unidos ou do Reino Unido: Cambridge UP, Oxford UP, Princeton UP, Cornell UP, Routledge, Palgrave Macmillan, Columbia UP, Lynne Rienner, Harvard UP, MIT²⁸⁰.

Esses dados sobre os principais autores da disciplina e sua extensa influência na área, uma influência que desafia a entrada de novos pensadores, a incorporação de novos problemas de pesquisa e de perspectivas distintas das tradicionais nos diz muito sobre os efeitos do dispositivo Guerra Fria nas RI. Da mesma forma, e com a mesma intensidade, nos diz muito sobre os efeitos do dispositivo Guerra Fria as principais editoras da área se situarem nos EUA e no Reino Unido, especialmente. Lembremos que E. H. Carr dizia não ter muito orgulho por ajudar a criar um campo de estudo que não passava de uma maneira de “comandar o mundo a partir de posições de poder”²⁸¹ e que Stanley Hoffmann criticamente demonstrava que as RI haviam se tornado *uma ciência social norte-americana*²⁸². A *otanização* da disciplina a que nos referimos no Capítulo II está, ainda na década de 1990, agindo com bastante força. O dispositivo Guerra Fria sobreviveu à Guerra Fria. A força das ideias, das instituições, das convicções, ou seja, dos objetos *segurança internacional e relações internacionais* e *Relações Internacionais* provaram-se mais duradouros que a concretude dos muros e das bandeiras levantados desde 1920. Na década de 1990, a dissidência não havia ainda conseguido penetrar as cidadelas fortificadas da tradição.

²⁷⁸ TRIP, 2012, p.32.

²⁷⁹ TRIP, 2012, p.52. Respectivamente: 65%, 42%, 39%, 33%, 23%, 23%, 20%, 15%, 13%, 11%.

²⁸⁰ TRIP, 2012, p.55. Respectivamente: 82%, 56%, 46%, 38%, 32%, 20%, 16%, 15%, 12%, 10%.

²⁸¹ Carta de E. H. Carr a Stanley Hoffmann. 30 de setembro de 1977. Apud: COX, Michael. Op. cit., 2001, p.xiii.

²⁸² HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1987, pp.3-24.

Veremos, a seguir, se os estudos de segurança internacional conseguiram superar este significativo atavismo.

3.3. Segurança Internacional: A Busca por Novas Perspectivas

Nenhum outro tópico em RI possui uma literatura tão extensa quanto os estudos de segurança internacional. Na verdade, é possível afirmar que estudos de Relações Internacionais são sobre segurança internacional, apesar de os Estudos de Segurança Internacional (*International Security Studies*) terem sido criados como subárea nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial com um propósito bem particular. Contudo, desde a década de 1910, o tema *segurança internacional* foi o principal objeto de preocupação²⁸³. A disciplina nasceu do interesse em teorizar o mundo internacional de modo a extinguir as guerras. Anos mais tarde, a disciplina renasceria com mais força nos Estados Unidos sob a égide da Guerra Fria e centralizaria ainda mais os problemas do mundo na linguagem da segurança internacional. Na verdade, o dispositivo Guerra Fria fez circular discursos sobre segurança internacional de modo a vincular todos os problemas internacionais ao problema da segurança internacional: tudo foi considerado *problema de segurança*, mesmo questões ecológicas, comerciais, de direitos humanos e financeiras, etc. Quando Barry Buzan e Lene Hansen afirmam que na década de 1980 não havia muito pensamento sobre o conceito de segurança internacional, eles estão bastante corretos no que diz respeito às problematizações da ideia, do conceito, de segurança, de seus objetos referentes²⁸⁴. Até então, segurança internacional era tida como algo autoevidente: um estado seguro era um estado que não estava em guerra com outros estados ou que não estava sendo ameaçado diretamente por outros estados. Tratava-se da noção de *paz negativa*. O que a década de 1980 inaugurou – e o que Buzan e a Escola de Copenhague ajudaram a fundar – foi a problematização da *construção social das ameaças*, passando de um modelo puramente objetivista e materialista, a um modelo construtivista e ideacional²⁸⁵.

²⁸³ BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Unesp, 2013.

²⁸⁴ BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. Defining-redefining security. In: DENEMARK, Robert (Edit). **The International Studies Encyclopedia**. Londres: Blackwell Publishing, 2010 (OnLine). (Acesso: 16 de julho de 2010).

²⁸⁵ BUZAN, Barry. New Introduction [2009]. In: _____. **People, states and fear: an agenda for international security studies for the post-Cold War era [1991]**. Colchester: ECPR Press, 2009, p.2.

Numa das primeiras contribuições para o estudo da segurança internacional no mundo pós-Guerra Fria, *People, states and fear*, de Barry Buzan, publicado em 1991, afirmou a necessidade de "habilitar o conceito de segurança" para o estudo das Relações Internacionais, pois, como ele afirma, o conceito jamais havia sido "desenvolvido apropriadamente": "[Until] the rise of economic and environmental concerns during the 1970s the concept of security was seldom addressed in terms other than the policy interests of particular actors, and right up to the end of the 1980s the discussion still had a heavy military emphasis"²⁸⁶ (nossos itálicos). Numa disciplina que focava há quase um século sobre o problema da paz e da guerra, uma afirmação como esta tinha implicações metodológicas e ontológicas bastante sérias. Essas implicações são sentidas, por exemplo, em *Peace and war: armed conflicts and international order (1648-1989)*, de Kalevi J. Holsti. Apesar de seu título bastante tradicional (abordando a segurança em termos de paz e guerra e de recortar temporalmente o problema desde a Paz de Vestfália (1648) até o final da Guerra Fria (1989)), Holsti propõe algumas críticas ao realismo sobre as causas das guerras. Ele argumenta que não é a busca pelo poder ou o equilíbrio de poder que causam as guerras, mas principalmente lutas que envolveram valores, crenças e afinidades²⁸⁷. Holsti permanece, contudo, atrelado a uma visão estatista da guerra, argumentando que uma visão estado-cêntrica do mundo ainda seria satisfatória²⁸⁸. Ao tratar das *questões do futuro*, Holsti não consegue pensar fora do estado como referente da segurança internacional: guerras poderão surgir de questões financeiras, ambientais, de migrações ou do envolvimento de estados em guerras civis, na luta contra barões do narcotráfico ou da luta contra o terrorismo²⁸⁹. O terrorismo é apenas mencionado como questão, mas não é problematizado.

Em outro texto, Holsti é um pouco mais inovador. Em *War, peace, and the state of the state*, um breve artigo publicado em 1995, ele argumenta que as guerras nos últimos cinquenta anos, ao contrário das teorias realistas, não ocorrem por motivos externos, pelo sistema internacional ou pelo dilema de segurança, mas por motivos internos, numa composição de legitimidade estatal e das características de estados fracos, fortes e falidos: "the tenets of realism and geopolitical analysis has blinded us to the continuing search for

²⁸⁶ BUZAN, Barry. Op. cit., 2009, p.26-27. *People, states and fear* foi originalmente publicado em 1983. O fim da Guerra Fria impôs aos editores e ao autor uma segunda edição. Buzan fez várias mudanças nos argumentos e nas formas como abordou alguns problemas para a segunda edição de 1991. A edição que usamos aqui é a terceira, de 2009, que é idêntica àquela de 1991.

²⁸⁷ HOLSTI, Kalevi J. **Peace and war: armed conflicts and international order (1648-1989) [1991]**. Cambridge: CUP, 1992, pp.330-331.

²⁸⁸ HOLSTI, Kalevi J. Op. cit., 1992, p.332.

²⁸⁹ Ibidem, p.325.

politically effective communities. [...] the European territorial state has not been a successful prototype for many non-Western communities", conclui ele²⁹⁰. Uma perspectiva como essa pode abrir novos horizontes para pesquisas que desafiem o estatismo e relativizem o poder da soberania nas RI.

Em 1992 é publicado um dos livros que se tornará um dos mais influentes não apenas na área de estudos de segurança internacional como também nos estudos de política externa²⁹¹: *Writing Security*, de David Campbell²⁹². Inspirando-se também nas perspectivas abertas pela semiótica de Michel Foucault, mas também em Julia Kristeva e Jacques Derrida, Campbell elabora uma série de estudos que tem como objetivo problematizar a política externa – no caso, a norte-americana – como uma *prática política* central à constituição, reprodução e manutenção da identidade política dos Estados Unidos²⁹³.

Campbell parte do princípio que os riscos à segurança não são objetivamente verificáveis e nem todos os riscos são interpretados como perigos. Ele cita o exemplo da epidemia da AIDS que, no final da década de 1980, era considerada um dos maiores perigos de saúde pública pelo governo dos Estados Unidos, apesar de doenças como diabetes, suicídios e doenças crônicas hepáticas resultarem em muito mais mortes que a AIDS. Do mesmo modo, a "guerra às drogas" era legitimada com base nos perigos que a cocaína, a heroína, o *crack*, entre outras, representavam para a saúde da população, apesar de drogas lícitas serem responsáveis por mais mortes que as drogas ilícitas. Seguindo esse argumento, Campbell cita o problema do "terrorismo" (sempre usado entre aspas por Campbell), considerado pelo governo dos Estados Unidos, na década de 1980, uma das principais ameaças à segurança nacional mesmo sua ocorrência dentro dos Estados Unidos ser mínima e sua "contribuição para a carnificina internacional ser menor"²⁹⁴.

²⁹⁰ HOLSTI, Kalevi J. War, peace, and the state of the state. *International Political Science Review*, vol.16(4), 1995, p.337.

²⁹¹ No Brasil, o melhor estudo já publicado sobre política externa teve inspiração direta na perspectiva desenvolvida por Campbell: RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

²⁹² CAMPBELL, David. **Writing security: US foreign policy and the politics of identity (Revised Edition)**. Minneapolis: Minnesota UP, 1998 [1992]. Utilizamos aqui a segunda edição revisada de 1998. Segundo Campbell, o texto da segunda edição permanece idêntico ao da primeira, exceto por algumas correções editoriais e pela exclusão de um capítulo que lidava com a representação do Japão percebido como ameaça econômica aos Estados Unidos. O que parecia uma possibilidade real no final dos anos 80, nos primeiros anos da década de 1990 essa possibilidade já havia se dissipado. A nova edição também conta com um epílogo.

²⁹³ CAMPBELL, David. Op. cit., p.8.

²⁹⁴ *Ibidem*, p.2.

Essa primeira menção do terrorismo por Campbell – e de todos os textos sobre segurança internacional aqui interpretados e produzidos entre 1990 e 2001 – é significativa. Campbell minimiza o impacto do terrorismo tanto na política externa dos Estados Unidos como seu impacto na política internacional. A menção acima citada possui uma nota de rodapé na qual se lê:

Although not a complete accounting of the deaths resulting from 'terrorism', this figure [2.143 mortes resultantes de explosões de aeronaves por terroristas entre 1960 e 1990] demonstrates – *in comparison* to the millions who have died in that time from civil war, preventable diseases, or starvation – that *the concern surrounding 'terrorism' does not correspond with its occurrence*²⁹⁵ (nossos itálicos).

É relevante perceber nessa passagem a colocação da questão do "terrorismo" *em comparação* com as mortes causadas por guerras civis, doenças evitáveis ou fome. No argumento de Campbell, essa colocação faz todo o sentido, pois ela atesta a construção dos medos e das ameaças por discursos de segurança internacional e nacional que constituem ameaças e perigos nem sempre condizentes com a objetividade da ameaça e do risco, ou seja, muitas ameaças são supervalorizadas, ampliadas, para legitimar políticas de segurança nem sempre condizentes com sua objetividade ou possibilidade. Contudo, precisamente sobre a questão do terrorismo, talvez essa colocação não se aplique, se assim exposta. Campbell minimiza o problema do terrorismo mesmo já tendo ocorrido, em 1998, a detonação das bombas no subsolo do World Trade Center em 1993. Aquele atentado foi interpretado apenas como *mais um* atentado terrorista pela maior parte dos especialistas. Isso sem falar na comunidade de internacionalistas que sequer passou a prestar atenção ao problema depois daquele evento. Foi o dromólogo francês Paul Virilio quem chamou atenção para a mudança de paradigma nas táticas terroristas que aquele atentado representava.

O atentado do World Trade Center é o primeiro depois da Guerra Fria. Sejam quem forem os seus autores, *inaugura uma nova era do terrorismo*, que nada tem em comum com as repetidas explosões que sacodem regularmente a Irlanda ou a Inglaterra, [pois o atentado ao WTC é] uma astuta combinação de uma forte dimensão simbólica e de um poder de demolição urbana que não necessita mais que uns poucos indivíduos que utilizem uma caminhonete para causar o terror²⁹⁶. (nossos itálicos).

²⁹⁵ Ibidem, p.229.

²⁹⁶ VIRILIO, Paul. Op. cit., 1999, p.58-59.

E conclui: "na época dos *cruise missiles* e dos vetores de lançamento nuclear mais sofisticados, admitamos que se trate de um exemplo surpreendente de economia política"²⁹⁷. Estávamos entrando na era de uma nova equação da guerra: um homem = uma guerra. A arquitetura urbana desenvolvida pelo ocidente se tornara uma armadilha mortal²⁹⁸. A intenção naquele ataque fora, evidentemente, derrubar o prédio sem qualquer aviso prévio ou sem qualquer possibilidade de evacuação dos milhares de pessoas que o frequentavam diariamente. Se isto tivesse ocorrido, estima-se que o número de vítimas teria sido três ou quatro vezes superior às vítimas no Onze de Setembro²⁹⁹.

Campbell tratará do terrorismo em quatro dos oito capítulos do livro, mesmo que, em todas as passagens, o problema seja abordado tão somente como um exemplo entre as "novas questões globais", como o meio ambiente, o tráfico de drogas, migração, doenças, etc. Concordamos com Campbell quando ele interpreta estas "novas questões globais" como se elas desafiassem "the long-standing and well-established modes of interpretation associated with the Cold War", mas que, na verdade, não se distanciam assim tão claramente daquelas representações das ameaças e perigos durante a Guerra Fria³⁰⁰ porque apesar de não estarem conectados à União Soviética eles permanecem mobilizados como ameaças localizadas frente a um ambiente anárquico e que ameaçam a vida doméstica da sociedade americana, frequentemente pelo recurso da violência. Ou seja, a constituição da identidade americana pela diferença, pela alteridade e pelos perigos se dá ainda, na mesma estrutura: "the representation of novel challenges in terms of traditional analytics, and the varied attempts to replace one enemy with (an)other"³⁰¹. Campbell ainda acessará o "terrorismo" em mais três passagens de seus textos, mas deixarei para problematizá-las no próximo capítulo por se relacionarem mais diretamente às questões que levantaremos logo a seguir. O que deve ficar claro aqui é que mesmo que Campbell tenha sido o único a tratar do problema nesse interregno da segurança internacional ele não conseguiu perceber o terrorismo como um problema digno de atenção acadêmica, enfatizando, inclusive, uma suposta supervalorização do problema nos discursos identitários de política externa norte-americana.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ AREND, Hugo. Terrorismo extremo e os tensionamentos nas democracias. **Ciências Sociais – Unisinos**, v.41, n.3, 2005, pp.151-162; AREND, Hugo. Terrorismo, Cidades e Relações Internacionais na Crise das Fronteiras. **Territórios e Fronteiras**, v.6, 2005, p.3-46.

²⁹⁹ Um dos responsáveis por colocar a bomba e que foi preso semanas depois dos atentados ainda nos Estados Unidos, afirmou que a intenção era matar duzentas e cinquenta mil pessoas. Apesar desse número ser claramente exagerado, ele comprova a nova mentalidade desenvolvida pela Al Qaeda: vitimar o maior número de pessoas possível. Cf. **9/11 COMMISSION REPORT, The**. Op. cit., 2004, p.72.

³⁰⁰ CAMPBELL, David. Op. cit., p.8.

³⁰¹ Idem.

Quase ao final da década de 1990, Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap de Wilde publicam um estudo que se tornará referência na área dos Estudos de Segurança Internacional: *Security: a new framework for analysis*³⁰². Buzan que já possuía uma obra significativa na área de segurança internacional à época e que após a publicação desse livro terá ainda mais visibilidade³⁰³, afirma que este está entre seus livros mais importantes e mais vendidos. Como o título deixa claro, a intenção dos autores é reformular os quadros de análise a respeito da segurança internacional. Buzan, Weaver e Jaap propõem redimensionar o escopo das abordagens sobre segurança internacional introduzindo análises através de *setores* – militar, ambiental, econômico, societário e político. Na verdade, esta intenção já vinha sendo objetivo da Escola de Copenhague da qual eles fazem parte, apesar de existirem diferenças entre os modos de pensar a segurança entre Buzan e Weaver, especialmente. Eles pretendem se posicionar entre os dois campos principais das teorias da segurança: os tradicionalistas e os ampliadores (*wideners*).

Os tradicionalistas sustentam uma ideia de segurança ligada essencialmente às questões militares, à guerra e à paz e que envolvem diretamente os atores estatais, sejam estados individualmente, ou alianças e o sistema, em grande medida. Os ampliadores defendem justamente a ampliação das preocupações sobre segurança e incluem como problemas de segurança as questões ambientais, financeiras, comerciais, humanas, individuais etc. A crítica dos tradicionalistas aos ampliadores diz respeito aos efeitos de uma ampliação do escopo pelo perigo de se perder o sentido da própria noção de segurança internacional e da subárea de Estudos de Segurança. Buzan, Weaver e Jaap concordam em parte com esta crítica tradicionalista ao mesmo tempo em que sentem a necessidade de se ampliar o escopo. A solução encontrada e sugerida por eles é ampliar os estudos de segurança para incluir outros objetos referentes (meio ambiente, mercado, finanças, indivíduos, etc.), mas tão somente na medida em que essas ameaças à segurança sejam "staged as existential threats to a referent object by a securitizing actor who thereby generates endorsement of emergency measures beyond rules that would otherwise bind"³⁰⁴. O que há de essencial nessa nova abordagem é a perspectiva existencial da ameaça e a *securitização* do problema em termos de medidas excepcionais ao ordenamento jurídico. Essa definição de segurança como *securitização* e seu caráter intersubjetivo será a grande contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. Voltaremos

³⁰² BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. Op. cit., 1998.

³⁰³ Como vimos logo acima, Barry Buzan está ao lado de Robert Cox como um dos teóricos de RI mais citados e influentes do mundo.

³⁰⁴ BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. Op. cit., 1998, p.4-5.

à análise da securitização no próximo capítulo. Por ora, é suficiente salientar que apesar de Buzan, Weaver e Jaap terem se debruçado especificamente sobre o escopo dos problemas de segurança internacional, sobre os modos de estudar a segurança internacional a partir de lentes e perspectivas mais inovadoras e de trazer outras questões e outros objetos referentes a esses estudos, o terrorismo jamais configurou como problema de pesquisa em suas publicações.

Em 1999, um importante estudo sobre as guerras foi publicado pela professora da London School of Economics and Political Science Mary Kaldor. Em *New and old wars*³⁰⁵, Kaldor teoriza a respeito da nova natureza das guerras após o final da Guerra Fria. Tendo feito sua pesquisa em campo, viajado para as zonas de conflito, e observado as dinâmicas das guerras que estavam sendo travadas na então Iugoslávia e na África, ela conclui que tais dinâmicas estavam mudando e já não mais condiziam com as "guerras antigas". Tampouco os conceitos de "guerras de baixa intensidade" ou "guerras de guerrilha" seriam suficientes para abarcar essas novas realidades próprias dos processos de globalização. Kaldor interpreta as "novas guerras" como

*a blurring of the distinctions between war (usually defined as violence between states or organized political groups for political motives), organized crime (violence undertaken by privately organized groups for private purposes, usually financial gain) and large scale violation of human rights (violence undertaken by states or politically organized groups against individuals)*³⁰⁶ (nossos itálicos).

A característica fundamental das *novas guerras* é seu aspecto confuso, indefinido, entre guerra, crime organizado e ampla violação de direitos humanos. Trata-se de uma "revolução nas relações sociais" da guerra³⁰⁷. Elas são fruto dos processos de globalização das décadas de 1980 e 1990:

[...] the wars epitomize a new kind of global/local divide between those members of a global class who can speak English, have access to faxes, e-mail and satellite television, who use dollars, deutschmarks or credit cards, and who can travel freely, and those who are excluded from global processes, who live off what they can sell or barter or what they receive in humanitarian aid, whose movement is restricted by roadblocks, visas and the cost of travel, and who are prey to sieges, forced famines, landmines, etc.³⁰⁸.

³⁰⁵ KALDOR, Mary. Op. cit., 1999.

³⁰⁶ Ibidem, p.2.

³⁰⁷ Ibidem, p.3.

³⁰⁸ Ibidem, p.4. Essa visão de Kaldor é corroborada por vários repórteres e estudiosos que usaram o método etnográfico que ela, que testemunharam as dificuldades das populações locais em se comunicarem com o mundo do lado de fora de suas cidades sitiadas, em conseguirem se locomover ou em obter alimentos e as

Assim, essas novas guerras, segundo Kaldor, se expressam por lógicas e dinâmicas sociais, políticas e econômicas distintas dos séculos 18, 19 e 20, especialmente. As novas dinâmicas sociais das guerras incluem o terror às populações civis, a destruição de seus acervos culturais e identitários como museus, bibliotecas, monumentos e cidades como práticas corriqueiras e necessárias. A economia das novas guerras se comunica com o crime organizado, as máfias locais e internacionais como fontes de financiamento e alianças paramilitares. Politicamente, os atores nas novas guerras são agentes de governos, criminosos comuns e membros de gangues, grupos paramilitares e mercenários de todos os tipos e nacionalidades. Em linhas gerais, as novas guerras se manifestam em dinâmicas horizontais, pulverizadas e de difícil definição, se contrapondo às dinâmicas verticais e estatais das guerras de séculos anteriores.

Assim como no restante da bibliografia sobre segurança internacional publicada entre o fim da Guerra Fria e o Onze de Setembro, Kaldor também não trata especificamente do terrorismo. Ela menciona o terrorismo como uma das táticas dos grupos envolvidos nessas guerras para expulsar as populações civis de suas cidades nos processos de limpeza étnica que caracterizaram tanto as guerras na Iugoslávia como na África³⁰⁹.

Em nenhuma dessas contribuições para a renovação das abordagens de segurança internacional, portanto, o terrorismo foi problematizado. Há, é verdade, algumas menções ao problema na obra de Campbell e Kaldor, mas mesmo assim, são menções esporádicas; elas não fazem parte do problema central. Veremos, no próximo capítulo, como algumas dessas obras – e de outras mencionadas no Capítulo I – continham os pressupostos e aberturas para se pensar novas teorizações sobre a segurança internacional e como esses pressupostos e aberturas poderiam ter sido acessados desde a década de 1930, no mínimo, para se teorizar um problema como o terrorismo que já se mostrava desafiador no cenário internacional.

3.4. Problematizando o terrorismo: O "Diretório Mundial de Organizações Extremistas e Terroristas".

mínimas condições de vida. Para outro relato nessa perspectiva, Cf.: SACCO, Joe. **Área de segurança Gorazde: a guerra na Bósnia Oriental**. São Paulo: Conrad, 2005.

³⁰⁹ KALDOR, Mary. Op. cit., 1999, pp.2, 97 e 115.

Até o momento não falamos de terrorismo. Como deixamos claro na Introdução, essa não é uma tese *sobre* terrorismo. Terrorismo não é nosso *tema*. Um dos pontos que queremos esclarecer agora é precisamente este: estudar o terrorismo é uma tarefa que demandaria um conhecimento que não temos e que, na verdade, a maior parte dos estudiosos sobre terrorismo não têm. Esse conhecimento diz respeito ao acesso às fontes para o estudo do problema. Elas são de difícil acesso. Produzir dados sobre o fenômeno a partir de fontes primárias diretas como entrevistas com terroristas, líderes e membros de grupos atuantes; visitar locais onde foram perpetrados os atos; entrevistar vítimas, policiais e agências de governo; ter acesso a informações de estado que muitas vezes são sigilosas e restritas a alguns poucos pesquisadores com permissões especiais, é para poucos. Por esses motivos, o terrorismo é aqui tratado como discurso. Nos interessamos pelos discursos sobre o terrorismo, ou seja, como o terrorismo pode funcionar de modo a legitimar e sustentar discursos e práticas excepcionais, especialmente em sociedades democráticas. Na realidade, nos interessamos pelos processos de velamento do terrorismo como problema internacional até a década de 2000. Como uma prática tão corriqueira e dramática como o terrorismo permaneceu silenciada na disciplina que se propunha a estudar precisamente a segurança internacional? Como esta prática ganha força após o Onze de Setembro? como esta nova atenção se tornou possível?

De modo a demonstrarmos esta dificuldade e de nos situarmos dentro do debate sobre o terrorismo, sobre os estudos do terrorismo, nos últimos anos, selecionamos um documento. O documento em questão se chama: *World Directory of Extremist, Terrorist and Other Organisations Associated with Guerrilla Warfare, Political Violence, Protest, Organised Crime and Cyber-Crime* (doravante, WDTO)³¹⁰. Trata-se de um documento longo, com quase noventa páginas, que apresenta uma lista alfabética de países com aqueles principais tipos de organizações. Na seleção, constam 6.400 organizações criadas e/ou atuantes desde 1988 até 2009. Como muitas delas têm vida curta, algumas já podem ter deixado de existir ou, ainda, terem se fundido com outras organizações, é difícil quantificá-las precisamente.

Um dos primeiros desafios a qualquer estudioso do terrorismo diz respeito à definição do problema. Não existe uma definição oficial de terrorismo aceita internacionalmente. A ONU não possui uma definição. Durante a Guerra Fria,

³¹⁰ JONGMAN, Albert J. *World Directory of Extremist, Terrorist and Other Organisations Associated with Guerrilla Warfare, Political Violence, Protest, Organised Crime and Cyber-Crime* (Appendix 6.2). In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., 2011, pp.355-442.

especialmente, uma definição conjunta da ONU, por exemplo, esbarrou nas implicações políticas de uma definição, pois, como já se tornou jargão entre os pesquisadores do tema, os cavaleiros da liberdade de uns são os terroristas de outros. Dentre os principais estados envolvidos na chamada *Guerra ao Terror* não há uma definição comum. Nos Estados Unidos, a definição do FBI é diferente da definição do Departamento de Estado e ambas as definições são abrangentes o suficiente para que qualquer tipo de crime ou manifestação possa ser enquadrado como terrorismo.

Academicamente, também há muita discussão sobre o que é e o que não é terrorismo. Joseph Easson e Alex Schmid conseguiram mapear mais de duzentas e cinquenta definições de terrorismo, desde o antigo ditado chinês de data desconhecida "mate um, amedronte milhares", passando por Robespierre, em 1794, os anarquistas russos de finais do século 19, a Convenção da Liga das Nações para Prevenção e Repressão do Terrorismo de 1937 até as últimas definições de Richard English e Judith Tinnes, em 2009 e 2010³¹¹. A maioria sequer emprega elementos comuns para definir o problema.

A não definição do terrorismo por agências governamentais, por organizações internacionais e por alguns estados é uma *estratégia política*. A indefinição ou a maleabilidade das definições disponíveis permite que crimes comuns ou atos criminosos em geral possam ser enquadrados judicialmente como terrorismo de modo a remover o acusado da segurança jurídica que o aparato legal o garante+. Assim, o acusado fica temporariamente, pelo menos, mas indefinidamente, em alguns casos, alijado de garantias jurídicas. Ele fica prisioneiro de uma regra de exceção. A função política do terrorismo, do discurso de segurança *terrorismo* é acessar medidas *ad hoc* ou extraordinárias em nome da segurança nacional, especialmente³¹². O discurso *terrorismo* é, portanto, um dos principais bastiões da *securitização*.

O título do documento analisado atesta esta flexibilidade no emprego do termo e de sua mobilidade discursiva para perto de outros tipos de crimes que, social e politicamente, tem pouco a ver com o terrorismo. No título do WDTO, vemos lado a lado as *organizações extremistas*, as *organizações terroristas*, os grupos engajados em *guerras de guerrilha*, *violência política*, *protestos*, *crime organizado* e *crime cibernético*. Poderia existir certa proximidade quanto às práticas de *organizações terroristas* e grupos guerrilheiros, mas colocar ambos os grupos na mesma lista de grupos envolvidos em

³¹¹ EASSON, Joseph J.; SCHMID, Alex P. Appendix 2.1: 250-Plus Academic, Governmental, and Intergovernmental Definitions of Terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., 2011, pp.99-157.

³¹² CITAR THE WAR ON OUR FREEDOMS.

protestos e crime cibernético é alargar demais o espectro e os critérios de seleção. No espectro da ação política organizado por Alex P. Schmid, por exemplo, – e que não se relaciona com o espectro da ação política racional que problematizamos aqui – a ação política se estende do estado de paz ao estado de guerra civil. Os protestos estariam apenas no segundo estágio político (o estágio das *pressões políticas*) junto a ações extraparlamentares como greves, boicotes, desobediência civil, não-cooperação, etc. O terrorismo estaria presente apenas no penúltimo estágio, *a política violenta*, no qual o terrorismo perpetrado por organizações desse tipo poderiam (e, em muitos casos, são) reprimidos pelo terrorismo de estado³¹³. O critério a ser empregado, no caso, seria a vitimação. O terrorismo e as guerras de guerrilha vitimam milhares de pessoas mundo afora, anualmente. Protestos e crimes cibernéticos normalmente atingem propriedade privada e o patrimônio público. Se forem incluídos como práticas criminosas – e os protestos o são com frequência em regimes ditatoriais – são crimes sem vítimas fatais ou crimes nos quais a vitimação não era, na maioria das vezes, o objetivo da ação, sendo mais frequentemente resultado de circunstâncias que fugiram ao controle.

Lendo um documento como o WDTO é muito difícil saber se um país possui várias organizações terroristas ou organizações envolvidas com guerrilha e/ou o crime organizado. Fica difícil saber a qual categoria as organizações listadas fazem parte. Somos levados a pensar que em países como Afeganistão, Argélia, Indonésia e Rússia tais organizações abundam, pois são mencionadas 83, 65, 67 e 109 organizações desse tipo, respectivamente. Da imensa maioria delas, jamais ouvimos falar nos noticiários de TV ou em periódicos. O problema da definição e da inclusão de organizações tão díspares como grupos terroristas, guerrilhas e de protestos fica mais claro quando analisamos a entrada para o Brasil.

O Brasil, surpreendentemente, possui dezoito entradas. Nenhuma delas pode ser referentes a *grupos terroristas*, apesar de o termo poder ser aplicado a algumas delas se a definição for larga o suficiente. Tais são os casos do *Comando Vermelho*, *Esquadrão da Morte*, *Meninos de Ouro*, *Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar*, *Thundercats*, *Spiritu Santo* e *Terceiro Comando*. Alguns destes grupos são o que chamamos de *esquadrões da morte* e seu papel em comunidades carentes é aterrorizar as populações de modo a extorquir dinheiro. Isso é uma forma de terrorismo, mas também de crime organizado. A linha que

³¹³ MARSDEN, S. V.; SCHMID, A. P. Typologies of terrorism and political violence. In: SCHMID, Alex P. (edit.). Op. cit., 2011, p.161.

divide o crime organizado do terrorismo, neste caso, é bastante tênue e, talvez, inexistente, mas deve nos colocar a pensar. É certo que as milícias e grupos de extermínio “aterrorizam” populações e causam “terror” especialmente em comunidades carentes. No caso brasileiro, pelo menos, se fôssemos optar por uma tipologia do terrorismo, especialmente pelo tipo de terrorismo em prática na segunda metade do século 20, é o caráter indiscriminado de seus atos uma de suas marcas. Não se difere entre as vítimas e o medo é socialmente generalizado. Todas pessoas em uma sociedade ameaçada pelo terrorismo se sentem inseguras, independente de credo, etnia ou posição social. É verdade que algumas etnias e credos são alvos mais direcionados de alguns grupos. No caso do Brasil, dos grupos de extermínio e das milícias, o terror é social e geograficamente mais localizado e pontual. Esses grupos jamais atuam com os mesmos propósitos e intensidade nas áreas nobres das grandes cidades.

A inclusão de outras organizações chama mais a atenção e é bem mais surpreendente. Tal é o caso da *Liga Operária Camponesa*, do *MST* e do *Movimento Corumbiara*. Todas elas têm características de movimentos de protesto e de reivindicação social, com algumas ações que poderiam ser consideradas violentas. Mas a entrada que mais impressiona o leitor da lista é a inclusão da *Igreja Universal do Reino de Deus*. Não há nenhuma explicação em nota de rodapé ou na introdução ao anexo que explique a inclusão. Talvez a considerem um tipo de crime organizado ou a considerem envolvida em atos de violência contra práticas de outras religiões, como as afro-brasileiras.

O que transparece ao lermos essa lista de organizações brasileiras tão distintas em seus objetivos e escopo e, mesmo assim, incluídas na mesma fonte, é a dificuldade em acessarmos objetivamente o terrorismo como problema. Que certeza nós podemos ter sobre as informações das listas sobre o Afeganistão, a Argélia ou a Indonésia de que aquelas tantas organizações incluídas sejam organizações terroristas ou violentas? Jamais ouvimos falar de organizações como o *Al-Houda* ou os *Razagars*, do Afeganistão, o *AL-Djazaara* e as *Brigadas Al-Aouhel*, da Argélia, ou a *Irmãdade Betawi*, da Indonésia. E se ouvimos falar de alguns grupos, como sabemos se ainda estão ativos? Como sabemos se são ou não são responsáveis pelos ataques que a mídia ocidental nos diz que eles são responsáveis? Há autores como Fawaz A. Gerges (que dedicou boa parte de sua vida acadêmica entrevistando e convivendo com pessoas envolvidas com organizações terroristas no Oriente Médio, na Ásia Central e na África) que contestam muitas interpretações de estudiosos sobre a Al Qaeda, especialmente as conclusões de uma das principais vozes no assunto nos Estados

Unidos, Rohan Gunaratna. Para Gerges, a Al Qaeda não existe mais como organização. O que há é um discurso oficial sobre a Al Qaeda que produz políticas de segurança que dão vazão a demandas jurídicas excepcionais de modo a limitar as liberdades individuais por fins políticos: "This divide between perception and reality foments unnecessary fear and lubricates a costly national security-industrial complex that includes nearly one million individuals with high security clearances"³¹⁴.

Assim, apesar de todas as tentativas de inovação teórica e de buscas por novos objetos de referência para a segurança internacional, desde organizações internacionais, passando por um pluralismo no que diz respeito às estruturas de decisão das políticas externas dos estados até indivíduos e mulheres, a disciplina de RI manteve-se fiel à *organização* dos dilemas de segurança. A década de 1990 foi palco de inúmeras mudanças significativas no cenário internacional. As reviravoltas políticas e ideológicas com a retomada de discursos nacionalistas e da política de identidade em países do leste europeu e na África, especialmente, atestavam que a história não havia acabado, conforme triunfara Fukuyama, e as fidelidades políticas entre estados não respeitaram suficientemente a teoria do choque de civilizações de Huntington. O mundo permanecia complexo demais para metateorias totalizantes conseguirem dar conta. Os esforços de teóricos construtivistas e especialmente as críticas dos dissidentes pós-estruturalistas também foram incapazes de vislumbrar o fenômeno do terrorismo como uma ameaça digna de ser estudada. A rede discursiva que perpassava o arquivo da Guerra Fria, do dispositivo Guerra Fria, nas redes que ligavam a produção do conhecimento (*connaissance*) intelectual das RI, as universidades norte-americanas e britânicas, as instituições públicas e privadas que financiavam as pesquisas e as publicações, as editoras acadêmicas, circulou um saber muito homogêneo e persistente entre as décadas de 1910 e 2001. O arquivo das RI se transformou entre 1910 e 1945, passando do arquivo da Guerra Total ao arquivo do Equilíbrio do Terror. Ambos arquivos constituíram o dispositivo hegemônico das RI que perpassou toda a produção intelectual que colaborou para o esquecimento do problema do terrorismo. Os regimes de verdade da disciplina sustentaram um tipo de saber (*savoir*) internacional que insistiu em ver o mundo nos termos do estado soberano moderno e de interpretar as ameaças a esse mundo a partir de cânones tradicionalistas que vinham desde a Ciência Política alemã

³¹⁴ GERGES, Fawaz A. **The rise and fall of Al Qaeda**. Nova Iorque: Oxford, 2011, p.192.

do século 19, passavam por interpretações da física política e da biologia neodarwinista e que se consolidaram como os fundamentos da política internacional.

O espectro da ação política racional vislumbrou a guerra e a paz de acordo com estes arquivos, de acordo com esta *política da verdade*. Os efeitos dessa política da verdade foram a institucionalização das ameaças de segurança internacional em termos de guerra total ou de terror nuclear. Ambos os arquivos alimentaram discursos que vislumbraram as ameaças ao estado como referente último das relações internacionais. Nesses dispositivos – sendo o dispositivo Guerra Fria o mais relevante para nossos propósitos – as ameaças ao estado foram sentidas, pela primeira vez em termos biológicos, em termos de extinção da vida na terra. As ameaças de segurança não eram mais consideradas em termos unicamente estatais, mas em termos civilizacionais. O pior que poderia acontecer até então, a Guerra Total, ainda não era o pior; a trágica possibilidade da extinção nuclear se tornara o pior de todos os eventos; uma possibilidade que se concretizasse anularia toda e qualquer outra possibilidade civilizacional³¹⁵.

Contudo, apesar de o referente da segurança ter passado do *estado* para a *existência da vida na terra*, em última instância, ainda era o estado o agente responsável a dar conta dessa ameaça; ainda eram os líderes mundiais, os diplomatas e os soldados – no recorte realista de Raymond Aron no clássico *Paz e guerra entre as nações* de Raymond Aron, como vimos, mas também do "típico dinossauro liberal" Stanley Hoffmann em *Duties beyond borders*³¹⁶ – os machos responsáveis pelas garantias de sobrevivência da espécie humana. Sua tarefa se tornara ainda mais grandiosa e heroica: não se tratava apenas de salvar seus próprios estados da agressividade de líderes irresponsáveis de outros estados, como na visão de Norman Angell, Goldsworthy Dickinson e Friedrich Spykman nas décadas de 1920 e 1940, mas de salvar *a espécie humana e a vida na terra* de uma hecatombe nuclear sempre possível e cada vez mais próxima, como podemos ver nos escritos de vários autores nos anos finais da década de 1980, nas páginas da *International Security*.

A disciplina de RI permaneceu responsável pela disseminação desses discursos de *tragédia civilizacional* entre o mundo acadêmico e o grande público, entre o conhecimento (*connaissance*) e o saber (*savoir*). Abrir um livro de RI significava entrar em contato com as ameaças internacionais mais significativas e trágicas e perceber que as soluções para essas ameaças passavam pelas decisões racionais de soldados e diplomatas. O

³¹⁵ Lembremo-nos das palavras de Edgar em *King Lear*: "the worst is not / So long as we can say 'This is the worst'" (O pior não é isso / Enquanto ainda pudermos dizer "Isto é o pior").

³¹⁶ HOFFMANN, Stanley. Op. cit., 1981, p.7-8.

saber se alimentava de um conhecimento autorizado, de verdades autorizadas por clássicos, por acadêmicos chancelados por todo aquele dispositivo institucional que unia universidades, editoras e instituições de fomento. O papel da mídia, apesar de não ter sido tratado aqui diretamente, era evidentemente importante, pois reportava todos os dias, nos telejornais e na mídia impressa, a iminência de uma tragédia civilizacional. A política da tragédia alimentava as animosidades entre os estados ao mesmo tempo em que alimentava a crença que apenas estados responsáveis e racionais seriam capazes de salvar a humanidade da hecatombe.

E, então, chegou o dia 11 de setembro de 2001...

CAPÍTULO 4

LOUCURA E EXTINÇÃO:

**DISCURSOS DE TRAGÉDIA, SEGURANÇA INTERNACIONAL E EFEITOS DE
VERDADE NO *ONZE DE SETEMBRO* (1910-2001)**

Everything they thought they knew about the nature of reality, about how things worked and what things were, was wrong, the iron mullah said. That was the first thing for the true warrior to understand.—*Yes, Shalimar the clown thought, that's right, everything I thought I knew about her was a mistake.*—The visible world, the world of space and time and sensation and perception in which they had believed themselves to be living, was a lie.—*Yes, that's so.*—Everything that seemed to be, was not.—*Yes.*—By crossing the mountains they had passed through a curtain and stood now on the threshold of the world of truth, which was invisible to most men.—*Thank God, thought Shalimar the clown. Truth. At last. Truth that endures. Truth that will never become a lie.*—In the world of truth, the iron mullah preached, there was no room for weakness, argument, or half measures. Before the power of truth, every knee must bow, and then truth will protect you. Truth will keep your soul safe in the palm of its mighty hand.—*In the palm of its hand.*—Only the truth can be your father now, but through the truth you will be fathers of history.—*Only the truth can be my father.*—Only the truth can be your mother now, but when the truth has won its victory all mothers will bless your names.—*Only the truth can be my mother.*—Only the truth can be your brother, but in the truth you will be a brother to all men.—*Only the truth can be my brother.*—Only the truth can be your wife.— *Only the truth can be my wife.*

RUSHDIE, Salman. **Shalimar, The Clown.** Nova Iorque: Random House, 2005, pp.265-266 (itálicos no original).

Quem teria pensado em usar facas plásticas para sequestrar os aviões que foram jogados contra os edifícios?.

RUMSFELD, Donald. Talebã não desistirá. **Folha de São Paulo, Caderno Mais!**, 26 de outubro de 2001, p.A12.

But everyone can see it is time: the disaster of sovereignty is sufficiently common, to steal anyone's innocence.

NANCY, Jean-Luc. War, right, sovereignty: techné. In: _____. **Being singular plural.** Stanford: Stanford University Press, 2000, p.142.

Americans and Westerners are fed a constant diet of catastrophic scenarios and scare tactics. Like the Cold War era, mainstream politicians and analysts neither challenge the dominant terrorism narrative nor educate the Western public about al Qaeda's self-limiting challenge – more a security irritant than a strategic threat.

GERGES, Fawaz. **The rise and fall of Al Qaeda.** Nova Iorque: Oxford, 2011, p.193.

Os ataques aos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001 foram imediatamente referendados por acadêmicos e pela intelectualidade como marcos históricos incontestáveis. O historiador britânico Eric Hobsbawm, em sua autobiografia, definiu os acontecimentos como uma "drástica e inegável cesura na história do mundo"³¹⁷. Na mesma esteira se exprimiram o historiador francês Jacques Le Goff (se tratava do "início da história"), o fotógrafo Sebastião Salgado (havia "começado uma nova era") e o internacionalista brasileiro Ricardo Seitenfus (o Onze de Setembro significava um "ponto de ruptura")³¹⁸. Na perspectiva de Paul Virilio, tratava-se de "um ato de guerra histórico", equivalente ao assassinato de 28 de junho de 1914 em Sarajevo e que dava início a uma "declaração de guerra global que nada [teria] a ver com a tradição clausewitziana"³¹⁹. Um novo marco histórico, o primeiro ato de uma nova tragédia: a "primeira guerra mundial do século 21"³²⁰; o "Pearl Harbor do século 21"³²¹ ou, simplesmente, o início do próprio século 21³²². Essa percepção de "cesura", "ruptura", sensação de "início" e de "fim" de uma era foi também verbalizada por quem estava assistindo aos eventos *ao vivo*. Um especialista do FBI entrevistado pela rede de TV CBS sentia-se vivendo um dia em que, daquele momento em diante, "as coisas não [seriam] mais as mesmas nos Estados Unidos da América", especialmente no que se referia à segurança³²³. Outras interpretações viram o Onze de Setembro como marco nas novas relações de poder nas relações internacionais. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos viu o Onze de Setembro como o surgimento de "novos antagonismos"³²⁴; antagonismos que abriam uma "nova guerra mundial" que "abrangeria a derrubada de diversos regimes, em partes diferentes do mundo, por meio de ofensivas militares decisivas ou de golpes, com o uso da máxima força necessária"³²⁵. Nas palavras de Demétrio Magnoli, havia uma reconfiguração de forças no mundo internacional:

³¹⁷ HOBBSAWM, Eric J. **Tempos interessantes: uma vida no século 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.447. A autobiografia já estava pronta para impressão quando do Onze de Setembro. Hobsbawm ligou às pressas para a editora e pediu que a impressão fosse cancelada. Os acontecimentos demandavam reflexão e seriam imprescindíveis em sua Coda.

³¹⁸ LEGOFF, Jacques. O início da história. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, 14 de abril de 2002, p.14-17; SALGADO, Sebastião. Quando se vê a morte através da lente. **Folha de São Paulo**, 15 de Setembro de 2001, p.16 (especial); SEITENFUS, Ricardo. As novas relações internacionais. **Folha de São Paulo**, 25 de Setembro de 2001, p.A3.

³¹⁹ VIRILIO, Paul. Entrevista a Octavio Martí. **Folha de São Paulo**, 25 de Setembro de 2001, p.8, Caderno Especial.

³²⁰ CASTELLS, Manuel. Guerra das redes. **Folha de São Paulo**, 21 de Setembro de 2001, p.8 (especial).

³²¹ WOODWARD, Bob. **Bush em Guerra**. São Paulo: Arx, 2003, p.62.

³²² AUSTER, P. 2001. E assim começa o século 21. **Folha de São Paulo**, 16 de set., p.16.

³²³ **FOX NEWS. 9/11 AS IT HAPPENED**. Disponível em: www.youtube.com. Acesso: 14/03/2013. 09hs58mins.

³²⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos antagonismos. **Folha de São Paulo**, 19 de Setembro de 2001, p.A3.

³²⁵ MAGNOLI, Demétrio. A nova guerra mundial. **Folha de São Paulo**, 13 de Setembro de 2001, p.A3.

"os novos inimigos dos EUA não serão mais países [como na Guerra Fria]", mas grupos terroristas "movidos pelo ódio" incluía Luis Carlos Bresser Pereira³²⁶. Os Estados Unidos estariam diante de uma "chamada para despertar" que exigia uma "abordagem nova" de sua política externa, segundo o político e historiador ultraconservador Henry Kissinger³²⁷. Essa nova abordagem deveria considerar que os "novos inimigos" não seriam mais "países [como na Guerra Fria]", mas "movimentos sociais indefinidos" ou até "países marginalizados, naqueles em que pode se desenvolver esse tipo de fermento perverso que criou o que pode estar por detrás dos atentados"³²⁸. Poderia se tratar, ainda, de uma "nova forma de Guerra Fria que restabeleceria o papel de liderança dos EUA no mundo inteiro"³²⁹. O que todos esses intelectuais e acadêmicos pareciam dizer e concordar era que o evento não tinha "precedentes" e que seria uma reconfiguração da história, de nossa percepção de tempo e também uma reconfiguração das forças políticas do sistema internacional. O triunfalismo do *interregno* e suas incertezas quanto aos rumos históricos e políticos do mundo pós-Guerra Fria pareciam ter, finalmente, chegado a um momento indiscutivelmente liminar, um demarcador claro entre um "antes" e um "de agora em diante". A sensação de ruptura exigiria novas resignificações históricas e políticas: o Onze de Setembro produziu uma "crise de significados e representações que davam sentido ao mundo e aos Estados Unidos"³³⁰.

Segundo essas interpretações, a partir daquele dia, uma nova era não apenas da política internacional, mas uma *nova* era da história humana tinha início. O que ficava definitivamente para trás era a lógica da Guerra Fria e a década de indecisão na política internacional que a seguiu, o *interregno*, entre 1991 e o Onze de Setembro. As diferenças, contudo, não estavam claras: o que seria da suposta hegemonia norte-americana? Os Estados Unidos usariam de diplomacia e multilateralismo como respostas aos ataques ou empregariam as velhas políticas do unilateralismo de superpotência? Como se comportariam o mundo e os aliados norte-americanos no caso de realinhamentos necessários para uma *Guerra ao Terror* que se delineava? Qual seria o papel da ONU e das demais organizações internacionais frente ao problema do terrorismo? O mundo estaria mesmo diante de um *choque de civilizações*, conforme preconizara Samuel Huntington?

³²⁶ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Uma política contra o ódio. **Folha de São Paulo**, 17 de Setembro de 2001, p.A3.

³²⁷ KISSINGER, Henry. Ataque terrorista exige nova resposta. **Folha de São Paulo**, 20 de Setembro de 2001, p.6 (especial).

³²⁸ FURTADO, Celso. Entrevista. **Folha de São Paulo**, 14 de Setembro de 2001, p.18 (especial).

³²⁹ FURTADO, Celso. Op. cit.

³³⁰ RESENDE, Erica Simone A. Op. cit., 2012, p.21.

Nesse último capítulo, problematizamos o velamento do terrorismo pelas RI, pelas perspectivas de segurança internacional, mais precisamente, desde 1910 até 2001 e, em que medida, este velamento de um fenômeno tão presente nas relações internacionais e ausente nas Relações Internacionais esteve diretamente condicionado pelos efeitos de verdade dos discursos da tragédia. Indagamo-nos pontualmente sobre como esses discursos da tragédia constituíram o que entendemos por *segurança internacional* desde 1910 até 2001 e como a constituição de nossa imaginação política internacional, na teoria política internacional, no espectro da ação política racional, velou o problema do terrorismo.

Neste capítulo, problematizamos especificamente os efeitos de verdade dos discursos de tragédia na segurança internacional. Iniciamos o percurso interpretando tais efeitos a partir de três ironias que se desdobraram tragicamente nas duas ou três horas dos eventos de 11 de setembro de 2001. Como esses efeitos de verdade condicionaram os modos de ser e fazer a segurança dos Estados Unidos e possibilitaram, em grande medida, a ação dos terroristas? Como os discursos de tragédia articulados especialmente durante a (ou melhor, através do dispositivo) Guerra Fria condicionaram os modos dos Estados Unidos em garantir sua segurança até aquele dia? O que estas ironias nos dizem sobre os discursos da tragédia? Num segundo momento, nos indagamos sobre as constituições das subjetividades internacionais tornadas possíveis pelos discursos da tragédia. Quais eram os referentes da segurança internacional? Quem deveria estar protegido? Quem deveria proteger? Como se constituíram, através dos discursos de tragédia, os papéis dos heróis, das vítimas e das questões internacionais? Que lugar o sujeito deve ocupar para ser sujeito legítimo de segurança internacional? O terceiro momento será dedicado às relações entre a tragédia e a segurança internacional no que diz respeito à crítica do estado e, em que medida, podemos ir além da crítica ao estado nas RI através de uma interpretação dos discursos de tragédia na disciplina. Em que medida, uma interpretação da tragédia nas RI nos possibilita uma releitura do papel do estado, da segurança internacional, enfim, das condições de possibilidade do "internacional"? No quarto momento, nos indagamos sobre a racionalidade e os limites da política nos discursos de segurança internacional. De que forma se articulam e foram articulados os signos da loucura, da extinção e da tragédia nas RI desde a década de 1910 até 2001? O que os signos da loucura e da extinção nos dizem sobre a racionalidade política da segurança internacional? Como a loucura e a extinção são ligados aos discursos de tragédia nas RI? A partir da interpretação desses signos nos discursos de segurança internacional, no último momento do capítulo, propomos algumas leituras dos clássicos de

modo a percebermos neles algumas aberturas para o tratamento do terrorismo nas Relações Internacionais. Nosso argumento é que o terrorismo não foi problematizado ao longo de um século de teoria política de segurança internacional não devido à falta de conceitos, categorias, teorias ou perspectivas; todas essas ferramentas analíticas e essas perspectivas existiam. Em vários autores, das mais variadas escolas de pensamento, havia brechas, aberturas, possibilidades de se pensar o terrorismo como problema de segurança internacional. O que chama atenção é que o terrorismo não foi problematizado. Na última parte do capítulo, portanto, pensamos essas aberturas em autores como Norman Angell, E. H. Carr, Raymond Aron e, especialmente, em Barry Buzan e Ole Weaver.

4.1. Segurança Internacional e Efeitos de Verdade: As Ironias do Onze de Setembro

A primeira ironia no Onze de Setembro diz respeito às indefinições de responsabilidades entre as esferas civil e militar no desenrolar do processo. Na manhã do dia 11 de setembro de 2001, o NORAD (*North American Aerospace Defense Command*) se preparava para um exercício militar que compreendia a interceptação de quatro caças russos que invadiam o espaço aéreo norte-americano. O exercício estava começando quando às 08hs38min a FAA (*Federal Aviation Agency*) notifica o NORAD sobre o possível sequestro de um avião comercial que estaria se dirigindo à Nova Iorque. O militar que recebe a ligação mostra-se incrédulo – o último sequestro de aeronaves nos EUA fora em 1993³³¹ – e pergunta se se tratava de exercício ou de “mundo real”. Para sua surpresa, tratava-se de “mundo real”. Prontamente, todo centro de comando passa a monitorar os acontecimentos, comunicando-se diretamente com a FAA e com as demais autoridades responsáveis, civis e militares.

O que há de irônico nesses acontecimentos é o fato dos militares estarem se preparando para um exercício contra uma ameaça típica da lógica da Guerra Fria – a invasão do espaço aéreo dos Estados Unidos por caças russos – ao passo que no “mundo real” os acontecimentos se desenrolavam numa lógica de segurança diferente; uma lógica que turvaria as fronteiras entre o que se concebia como mundo civil e mundo militar e que dificultaria a percepção das distinções entre o “dentro” e o “fora”, colocando em questão as

³³¹ Em fevereiro de 1993, um avião da Lufthansa fora sequestrado e desviado de sua rota original entre Frankfurt e o Cairo e levado até Nova Iorque. Depois de onze horas de impasse, o sequestro acabou sem maiores problemas ou vítimas.

principais noções de *nacional e internacional* que estruturavam os discursos e as práticas da segurança internacional.

Ao contrário do exercício militar em andamento no NORAD, a ameaça à segurança dos EUA não foi detectada primeiro pelos militares, mas pelos civis, pelos controladores de voo de Boston. Às 08hs32min foi ouvida uma “transmissão de rádio suspeita” e, a partir de então, o voo 11 da American Airlines passou a ser monitorado. Ao perceberem que se tratava de um sequestro, o centro de controle de Boston comunica à FAA e esta aos militares do NORAD e os procedimentos-padrão passam a ser seguidos: o caminho da aeronave é liberado, esperando-se que a aeronave pousasse em algum aeroporto de Nova Iorque ou New Jersey, onde supostamente iniciariam as negociações com os terroristas³³².

Os procedimentos padrão quanto ao sequestro de aeronaves fora adotado tanto pelas agências civis de aviação como pelos militares, mas também pelos terroristas. A partir da análise das comunicações entre os pilotos terroristas e a tripulação e os passageiros fica claro que estava nos planos dos terroristas acalmarem as pessoas a bordo afirmando que se tratava de um sequestro comum aos moldes de outras dezenas de sequestros de aeronaves comerciais desde as décadas de 1970 e 2000. Numa das gravações, ouve-se Mohammed Atta (piloto terrorista do voo 11 da American Airlines) pedir aos passageiros que mantivessem a calma, pois o voo seria redirecionado ao aeroporto mais próximo. Também no voo 93 da United, o piloto terrorista adverte a tripulação e os passageiros de que havia uma bomba a bordo e que nem os tripulantes nem os passageiros deveriam fazer "nada estúpido" que colocasse a segurança do avião em risco. A aeronave estaria voltando ao aeroporto mais próximo onde as negociações teriam início³³³. Quando o avião desapareceu nos céus de Manhattan, às 8hs42min, já era tarde. Segundos depois, ele atingiria a torre norte do World Trade Center (WTC). Pouco mais de quinze minutos passariam até o segundo avião (o voo 175 da United) ser jogado contra a torre sul. O tempo entre os dois impactos foi de muita confusão, incerteza e informações desencontradas entre as autoridades civis e as militares. Os limites de suas responsabilidades e atribuições estavam sendo desafiados. Foi o segundo impacto que, por instantes, desconcertou o mundo e, logo em seguida, assegurou a todos de

³³² Três dos terroristas que embarcaram no aeroporto Dulles, em Washington, levantaram suspeitas ao realizarem o *check-in*. Dois deles não falavam inglês e um deles estava sem um documento com foto. O procedimento-padrão adotado foi esperar que os três embarcassem para, então, colocar suas malas no avião. De acordo com este procedimento, não poderia haver uma bomba em suas malas. **The 9/11 Commission Report**. Op. cit., p.3.

³³³ *Ibidem*, p.6.

que se tratava de um ataque deliberado, de um ataque terrorista “inimaginável”³³⁴. O dia 11 de setembro de 2001 se tornava o “*Onze de Setembro*”.

Já não restavam dúvidas: o primeiro avião não se chocara por acidente. Aeronaves civis estavam sendo deliberadamente usadas como mísseis. Sobre quem estava a responsabilidade pela defesa e segurança naqueles momentos de caos? Sobre a FAA ou sobre a Força Aérea? Uma vez que se sabia que havia outras aeronaves sequestradas, quais seriam os procedimentos de conduta? A ordem para abatê-las deveria partir do presidente ou o vice-presidente também possuía tais atribuições? A decisão estava fora das mãos dos militares? No caso de uma invasão do espaço aéreo norte-americano por caças russos, como no exercício que seria realizado naquela manhã, não existiria qualquer dúvida quanto às atribuições do exército, da força aérea, da presidência ou das agências civis: os caças invasores seriam imediatamente abatidos caso não desviassem suas rotas após serem advertidos. Não haveria confusão quanto às atribuições, afinal, dentre os agentes responsáveis da política internacional estavam soldados e militares, segundo Raymond Aron.

É irônico que anos de preparação contra ameaças militares vinda da antiga União Soviética em tempos de Guerra Fria de nada serviram contra um ataque perpetrado por dezenove homens desarmados à maior potência mundial. De que serviram quase seis décadas de preparação militar, de acúmulo de armas de destruição em massa, da construção do mais poderoso aparato militar que a história humana tem conhecimento?

Contudo, foi uma tragédia civil/militar que se abateu sobre os Estados Unidos. Um rombo, talvez, entre as fronteiras entre o civil e o militar, entre a vida nas cidades e a vida nas zonas de guerra. No Onze de Setembro *nenhum* armamento militar foi empregado para causar destruição. Dezenove homens portando apenas estiletos e pequenas facas de cozinha sequestraram e tomaram o comando de quatro aviões comerciais, mataram quase quatro mil pessoas e destruíram dois arranha-céus, cinco prédios comerciais de grande porte, um hotel, uma estação de metrô, um *shopping center* e destruíram parcialmente um prédio militar – o maior prédio do mundo em área construída. A ação do Onze de Setembro foi tão fantástica que, muitas vezes, ao descrevê-la, são feitas referências apenas aos “ataques ao World Trade Center e ao Pentágono” para caracterizá-la e é esquecido o avião derrubado na Pensilvânia. Até então, explodir aviões era considerado o ato terrorista mais extremo. As

³³⁴ Às 9hs05mins, o Presidente Bush foi discretamente avisado por um de seus assessores: “Um segundo avião atingiu o WTC. A America está sob ataque”. Ibidem, p.38.

ações do Onze de Setembro contra o WTC e o Pentágono eclipsaram na imaginação de muitas pessoas a derrubada de um avião comercial como ato terrorista.

Daquele momento em diante, a partir daquele exemplo, se tornava possível levar pânico, destruição e morte em larga escala usando apenas o que está à disposição na vida civil cotidiana. A capacidade de destruição ou vitimação em massa deixava de ser monopólio das Forças Armadas. Esta é uma das inovações do Onze de Setembro³³⁵: a possibilidade de matar milhares de pessoas e causar pânico a milhões fazendo uso tão somente do que havia à disposição na vida civil e da arquitetura de nossas metrópoles.

Não mais se trata da guerra clássica, do conflito entre estados que tanto mobilizou a imaginação internacional das RI. Não há como se perceber o Onze de Setembro com as lentes e os conceitos das Relações Internacionais tradicionais. Todos aqueles conceitos e categorias que imaginavam o mundo de estados soberanos bem-definidos no espaço horizontal dos mapas escolares ficaram em suspenso na interpretação do Onze de Setembro. Como lançar mão de conceitos como equilíbrio de poder, aliança, área de influência, sistema internacional, política internacional, etc., para interpretar o que estava acontecendo? Na imaginação da segurança internacional do século 20, como vimos, as ameaças viriam de estados e seriam ameaças catastróficas que gerariam a hecatombe da civilização humana, em último grau, na Guerra Fria. Como interpretar o Onze de Setembro a partir das noções de amigo/inimigo quando amigos e inimigos são representados tão somente por estados ou coalizões de estados? Como lançar mão da noção "aliados" tão presente nos discursos estratégicos e diplomáticos quando todos os terroristas responsáveis pelo Onze de Setembro eram indivíduos de nacionalidades "aliadas" dos Estados Unidos – Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Egito?³³⁶ A noção "aliados" trataria tão somente de pactos entre "estados" e garantiria apenas as fidelidades a tratados e acordos firmados na Alta Política, mas não teriam lastro algum de legitimidade perante as populações dos estados que os próprios tratados visavam proteger? Se assim for, qual o propósito, afinal, de tais acordos e garantias entre os estados? De que serve a política externa e seus rituais jurídicos e diplomáticos se não forem para garantir a segurança e o bem estar das pessoas, em última instância? Mais uma vez, como se articulam as esferas civil e militar (considerando, claro,

³³⁵ O único filósofo a perceber esta novidade, antes do Onze de Setembro foi Paul Virilio. Cf. VIRILIO, Paul. Op. cit., 1999; dentre os historiadores, o perspicaz Eric Hobsbawm também percebera o decisivo movimento na lógica terrorista já na década de 1990. Cf. HOBBSAWM, E. op. cit., 1996, pp.539-541.

³³⁶ Apenas o piloto do voo 93, Ziad Jarrah, era Libanês. Coincidentemente, era o membro do grupo mais ocidentalizado e que, ao longo da operação, demonstrou não estar seguro que a queria levar adiante. Também foi o único a deixar um bilhete emotivo a um familiar, sua namorada alemã, Aysel Senguen. Cf. **The 9/11 Commission Report**. Op. cit., p.168.

que a divisão em tais esferas seja possível para se interpretar as complexidades humanas da vida em sociedade) nos discursos da diplomacia e da Alta Política? Mesmo não respondendo diretamente a estas perguntas, cabem tais indagações com o propósito de provocar a reflexão quanto àquela trágica ironia do Onze de Setembro.

A segunda ironia no Onze de Setembro diz respeito às percepções formuladas pela Guerra Fria quanto à *espacialidade das ameaças*. Durante a Guerra Fria, o inimigo fora imaginado vindo *de fora*. A constituição do Outro como ameaça foi articulada a partir da oposição entre capitalismo, de um lado, e comunismo, de outro. A imaginação dos "lados" na Guerra Fria foi essencial para a legitimação e sustentação dos discursos de segurança internacional. Demonstramos, no Capítulo 1, que esta imaginação espacial plana e com unidades bem definidas não foi inaugurada pelas RI. As RI, como área do conhecimento, deu um lugar institucional a esta imaginação e, como tal, sustentou sua legitimidade como verdade. A função de uma disciplina acadêmica, como vimos, é justamente servir de lócus de disseminação de discursos de verdade, de conhecimento (*connaissance*) que, por diversos canais sociais e institucionais, tornar-se-ão saberes (*savoirs*) socialmente aceitos e tomados por verdadeiros e científicos. Dessa forma, a constituição da ameaça comunista como o Outro do capitalismo se deu na diferenciação espacial entre um "nós aqui" e um "eles lá". No Onze de Setembro, esta imaginação permeou uma de suas ironias.

O NORAD havia contemplado o uso de aviões comerciais para ataques suicidas antes do Onze de Setembro. Contudo, tais ataques ocorreriam com aeronaves sequestradas *fora* dos EUA e seriam interceptadas antes de chegar ao *território* norte-americano. A conduta do NORAD estava tão permeada por esta imaginação internacional tradicional que no dia dos ataques, os caças F-16 enviados para interceptar os voos sequestrados seguiram os planos de voo padrão, saindo das bases na Virgínia e rumando direto para o leste, para o mar, perdendo preciosos minutos até que o erro fosse percebido³³⁷. Da mesma forma, durante o exercício militar que estava em andamento, mencionado logo acima, a ameaça vinha de *fora*, da Rússia sobre o espaço aéreo do Alaska. No depoimento de um dos pilotos de caça norte-americanos:

I reverted to the Russian threat ... I'm thinking cruise missile threat *from the sea*. You know, you look down and see the Pentagon burning and I thought the bastards snuck one by us. [...]. You couldn't see any airplanes, and no one told us anything³³⁸ (nossos itálicos).

³³⁷ **The 9/11 Commission Report**. Op.cit., p.27.

³³⁸ *Ibidem*, p.45. Os pilotos sabiam que sua missão era interceptar aeronaves, mas não que a ameaça vinha de aviões sequestrados.

Também durante a transmissão dos acontecimentos, um dos repórteres da FOX se questionou acerca das origens dos aviões³³⁹. De onde eles estavam vindo? Ele mesmo especulou que era provável que estivessem vindo do Canadá, pois aquela era a rota normal entre o Canadá e várias cidades da costa leste norte-americana. Com o passar dos minutos, veio a confirmação de que os voos haviam saído de aeroportos nacionais, dentro dos Estados Unidos (Boston, Newark e Washington). A ameaça iniciara dentro do espaço norte-americano. Essa mentalidade de defesa está em concordância com muitas das perspectivas internacionalistas que permeiam as Relações Internacionais

Mais marcante ainda nesta mesma ironia foi o efeito do *interregno* sobre a imaginação de defesa dos Estados Unidos. Os dez anos da década de 1990 até 2001 significaram o relaxamento da defesa dos Estados Unidos em relação a inimigos estatais. Se, por um lado, a Guerra Fria – e especialmente a Segunda Guerra Fria, como vimos – foi marcada por uma paranoia generalizada quanto à iminência de um ataque soviético – nuclear ou convencional –, por outro lado, com o desaparecimento da União Soviética do jogo internacional, os Estados Unidos deixaram de se preocupar com a defesa nacional em termos de ataques militares em grande escala. É evidente que exercícios militares continuaram sendo realizados, pois compõem a rotina e o treinamento de novos quadros bem como fazem parte da constituição da identidade dos militares como relevantes para a defesa nacional. Mas o irônico é que no dia 11 de setembro de 2001, havia apenas seis caças disponíveis para defender toda a costa leste norte-americana – e todos eles estavam desarmados. E essa ironia retumba em oposição às imagens de invulnerabilidade, impenetrabilidade e superpotência disseminadas durante mais de seis décadas.

A terceira ironia diz respeito à economia política da guerra. Durante a Guerra Fria, especialmente, circulou o discurso referente à necessidade dos Estados Unidos se armarem militarmente de modo a se prepararem para um ataque – sempre iminente – das forças soviéticas. O maior complexo industrial-militar já visto se desenvolveu em pouco menos de duas décadas – entre 1947 e 1960. A corrida armamentista foi a marca da Guerra Fria. A corrida armamentista fez parte do dispositivo Guerra Fria e se justificou através de discursos e práticas, técnicas e instituições que circularam e se legitimaram através desse dispositivo, como vimos. Fazer guerra significava se preparar não apenas militarmente, mas

³³⁹ FOX NEWS. 9/11 AS IT HAPPENED. Disponível em: www.youtube.com. Acesso: 14/03/2013. 09hs25mins.

também social e economicamente. E se preparar para a guerra significava investir bilhões de dólares em armamentos todos os anos. O crescimento do complexo industrial-militar foi tão avassalador para a economia e sociedade norte-americanas que logo na década de 1960 ele foi denunciado pelo então presidente Eisenhower em um célebre discurso ao povo americano três dias antes de terminar seu mandato presidencial.

[We] have been *compelled to create a permanent armaments industry of vast proportions*. Added to this, three and a half million men and women are directly engaged in the defense establishment. We annually spend on military security more than the net income of all United States corporations. *This conjunction of an immense military establishment and a large arms industry is new in the American experience. The total influence – economic, political, even spiritual – is felt in every city, every State house, every office of the Federal government*. We recognize the imperative need for this development. Yet we must not fail to comprehend its grave implications. *Our toil, resources and livelihood are all involved; so is the very structure of our society*. In the councils of government, *we must guard against the acquisition of unwarranted influence, whether sought or unsought, by the military-industrial complex. The potential for the disastrous rise of misplaced power exists and will persist. We must never let the weight of this combination endanger our liberties or democratic processes. We should take nothing for granted. Only an alert and knowledgeable citizenry can compel the proper meshing of the huge industrial and military machinery of defense with our peaceful methods and goals, so that security and liberty may prosper together*³⁴⁰ (nossos itálicos).

Há uma nítida simetria, portanto, entre *os modos das RI pensarem a segurança internacional* e *as formas de governos e políticos pensarem a segurança internacional*. A imaginação internacional da disciplina também é a imaginação internacional do *establishment* político, especialmente, mas não exclusivamente, nos EUA. Os estudos internacionais durante a Guerra Fria pensaram o mundo internacional precisamente a partir dos dilemas da segurança internacional considerados como tal pelos governos ocidentais. É possível afirmar que a lente realista das RI é a lente favorita do *status quo* por retratar um mundo adequado às elites políticas: o mundo em preto-e-branco, da ordem *versus* o caos, dos homens bons *versus* os homens maus, enfim, um mundo dividido em “nós” e “eles”.

No ímpeto político para garantir a segurança desse "nós" nacional, a mobilização de recursos econômicos para a manutenção do complexo industrial-militar foi fenomenal. O Pentágono, desde meados da década de 1960, já possuía um orçamento maior que o PIB de alguns países. Ao longo dos anos, seu orçamento jamais diminuiu. Pelo contrário, qualquer tipo de tentativa de diminuição orçamentária ou de sua capacidade de influenciar o

³⁴⁰ Public Papers of the Presidents. Dwight D. Eisenhower, 1960. pp.1035-1040. Disponível em: <http://coursesa.matrix.msu.edu/~hst306/documents/indust.html>. Acesso: 30/04/2015.

andamento de coisas da política norte-americana foram sempre vistos como ameaças pelos burocratas e militares em seu comando.

Economicamente, as guerras mobilizam recursos cada vez maiores. A especialização das forças armadas, o alto custo das operações e de sua logística, bem como a aquisição pelo estado de armamentos produzidos pelo setor privado norte-americano, conferem às guerras contemporâneas uma vida econômica à parte. Isso significa que fazer guerra hoje em dia é uma arte possível para poucos estados. Possuir forças armadas modernas e bem equipadas e bem treinadas a ponto de fazer frente às forças armadas dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, é um privilégio de poucos. Desde a época da Guerra Total inaugurada ao longo da Primeira Guerra Mundial, as guerras já não são mais empresas que mobilizam tão somente o setor militar. As décadas de 1960 e 1970 conferiram àquela lógica já antiga uma maior especialização na construção dos armamentos bem como a seu uso. Hoje, pilotos de aviões de combate e de tanques, e mesmo soldados de infantaria, têm que ser muito bem treinados não apenas nas artes dos combates, mas também nos conhecimentos de informática e tecnologias da informação em geral. Tudo isso, segundo a lógica de segurança posta em prática pelo Pentágono, especialmente, garante a segurança dos Estados Unidos e o sucesso de suas forças armadas nas mais variadas missões mundo afora³⁴¹.

Contudo, toda essa tecnologia e todo esse investimento, à disposição no Onze de Setembro, foi incapaz de prevenir ou minimizar os ataques. Todo o extenso aparato de inteligência dos Estados Unidos, espalhado pela Europa, Oriente Médio, Ásia e África, foi incapaz de monitorar, interceptar ou interpretar quais seriam as intenções dos terroristas. Apesar de existirem inúmeros relatórios que indicavam que os "alarmes estavam piscando" (*the system was blinking red*³⁴²), não foi possível, com todo aquele aparato militar e de inteligência prever ou evitar os ataques, nem tampouco fazer frente a eles quando postos em

³⁴¹ "Transformation has unquestionably been marked by a fascination with new machines and technologies that promise to deliver firepower precisely, overwhelmingly, and to great strategic effect. The armies of the United States, Britain and France were thus inspired to acquire new fighting platforms and to reshape their organizations and mind sets to exploit them. They have sought a new generation of medium-weight vehicles that promise to provide mobility, intelligence and firepower in one go; the organization of these forces in 'modules' smaller than the traditional, more unwieldy, army division; and the organization of the logistical skill to project this force outside the national territory. This cannot be done in isolation so armies, navies and air forces have been encouraged to further develop 'joint' ways of war. Joint doctrine has largely been effects-based: it focus on delivering force in order to achieve certain political-military spin-off effects that would support the campaign goal. And fashion followed: observers talked first of the Revolution in Military Affairs and then on Transformation". FARRELL, Theo; RYNNING, Sten; TERRIFF, Terry. **Transforming military power since the Cold War: Britain, France and the United States (1991-2012)**. Cambridge: CUP, 2013, p.295-296.

³⁴² **The 9/11 Commission Report**. Op. cit., p.254.

prática. Lembremos que o primeiro avião foi jogado contra o WTC às 8h42 e o voo 93 da United foi derrubado por uma revolta de passageiros e da tripulação por volta das 10hs03mins, na Pensilvânia. Com mais de uma hora para agir, a toda poderosa força aérea norte-americana foi incapaz de identificar ou interceptar qualquer uma das aeronaves. A Força Aérea sequer sabia que o voo 93 da United era um sequestro quando este foi derrubado e os caças mais próximos do voo estavam a 15 minutos de distância.

Estima-se que os ataques do Onze de Setembro tenham causado prejuízos na ordem de vários bilhões de dólares. A bolsa de valores de Nova Iorque permaneceu fechada por três dias (assim como o espaço aéreo norte-americano), representando prejuízos quase incalculáveis para a economia dos Estados Unidos e do mundo³⁴³. Tanto a United como a American Airlines precisaram ser temporariamente estatizadas para que suas falências fossem evitadas. Os prejuízos econômicos e comerciais à cidade de Nova Iorque foram igualmente incalculáveis. Estima-se que toda a operação do Onze de Setembro tenha custado entre quatrocentos e quinhentos mil dólares e o custo operacional de toda a rede da Al Qaeda girasse em torno de trinta milhões de dólares³⁴⁴.

A ironia disso tudo está no fato de todo um complexo industrial-militar ter sido política e economicamente estruturado ao longo de seis décadas de Guerra Fria e a economia dos Estados Unidos ter sido tão dramaticamente afetada por dezenove homens desarmados. O Onze de Setembro significou, assim, uma dramática mudança na economia-política da guerra, como bem observou Paul Virilio. Essa mudança, segundo Virilio, na verdade, já havia se estabelecido quando do primeiro ataque ao WTC em 1993. A intenção dos terroristas à época em derrubar as torres já atestava uma mudança de paradigma na lógica da guerra. A arquitetura das grandes cidades se apresentava, já então, como uma armadilha mortífera às populações. Em prédios-cidades como o WTC nos quais trabalham ou circulam mais de 50 mil pessoas todos os dias, atentados terroristas tinham o potencial de vitimar milhares e causar prejuízos econômicos e comerciais quase incalculáveis: "Na época dos *cruise missiles* e dos vetores de lançamento nuclear mais sofisticados; admitamos que se trata de um exemplo surpreendente de economia política"³⁴⁵. Em depoimento, o então secretário de Estado, Donald Rumsfeld, desabafou acerca da assimetria entre os gastos dos EUA com segurança e os custos de operações terroristas:

³⁴³ Note-se que um dos impactos mais imediatos do Onze de Setembro na economia brasileira se deu pelo cancelamento de centenas de viagens de negócios e turismo nas semanas imediatas aos ataques. Esses cancelamentos levaram à falência várias agências de turismo brasileiras.

³⁴⁴ **The 9/11 Commission Report**. Op. cit., p.170-172.

³⁴⁵ VIRILIO, Paul. Op. Cit., 1999, p.58.

Are we capturing, killing or deterring and dissuading more terrorists every day than the madrassas and the radical clerics are recruiting, training and deploying against us? Does the US need to fashion a broad, integrated plan to stop the next generation of terrorists? The US is putting relatively little effort into a long-range plan, but we are putting a great deal of effort in trying to stop terrorists. *The cost-benefit ratio is against us! Our cost is billions against the terrorists' costs of millions*³⁴⁶ (nossos itálicos).

Essas três ironias do Onze de Setembro nos abrem uma série de perguntas sobre os pressupostos da segurança internacional constituídos pelas teorias de segurança internacional e que perpassaram dispositivos de segurança desde a Primeira Guerra Mundial, passando pela Guerra Fria e pelo *interregno*. Cabe agora, interpretar as subjetividades constituídas pela imaginação da segurança internacional através daqueles dispositivos. Quais são os atores, os agentes e os objetos de segurança internacional constituídos pelos discursos da tragédia? Como essas subjetividades se manifestaram no Onze de Setembro? Como elas foram acessadas naqueles momentos e o que elas nos dizem sobre a relação entre o trágico e a segurança internacional?

4.2. Tragédia e Segurança Internacional: A Constituição das Subjetividades Internacionais

Nos Capítulos 1 e 2, vimos como se constituíram dois dispositivos de segurança na teoria política internacional desenvolvida na área de RI. Os dois dispositivos foram nomeados como dispositivo Guerra Total e dispositivo Guerra Fria. Essa denominação se deu, conforme argumentamos, a partir dos respectivos *operadores* a partir dos quais se constituíram os saberes e os conhecimentos acerca do internacional em cada um daqueles períodos (de 1910 a 1945 e de 1945 a 1990, respectivamente). Cada um daqueles dispositivos mobilizou diferentes racionalidades políticas, constituiu diferentes saberes e conhecimentos sobre a guerra e, também, constituiu distintos modos de subjetivação e objetivação acerca dos problemas de segurança internacional, particularmente. Cabe, agora, deixar mais claro as implicações de cada um daqueles dispositivos sobre os modos de subjetivação e objetivação nas Relações Internacionais no que respeita a segurança internacional e como esses modos de subjetivação se relacionaram, primeiro, com o velamento do terrorismo como problema de segurança internacional no século 20 e,

³⁴⁶ **The 9/11 Commission Report.** Op. cit., p.375.

segundo, como eles se relacionaram com a elevação do terrorismo à problema de segurança internacional incontornável no pós-Onze de Setembro.

Seguindo as formulações de Michel Foucault sobre os processos de subjetivação nas sociedades modernas, entendemos os modos de subjetivação como os processos a partir dos quais são constituídos os sujeitos (e seus objetos) a partir de dispositivos específicos. Nessa perspectiva, portanto, é empreendida uma forte crítica à subjetividade moderna, à *subjetividade cartesiana*, às percepções modernas do sujeito que o tomam como uma substância, uma forma, sempre igual a si mesma; uma substância e uma forma que respeitam a também moderna e metafísica lógica identitária do "consigo mesmo ele mesmo o mesmo" (A é A)³⁴⁷. A humanização das ciências humanas foi possível pela desumanização do homem.

Segundo esta percepção, os sujeitos são as fontes do conhecimento, do poder sobre as coisas, os objetos e a natureza e, claro, sobre os demais homens. Esse sujeito Todo-Poderoso da modernidade europeia e ocidental foi (e ainda é, em grande medida) o homem branco, civilizado e culto. Esse sujeito moderno é o paradigma do homem que detém o poder soberano de observar, compreender e explicar, mas também de domesticar e dominar as forças sociais e a natureza a partir da observação dos métodos e das técnicas que a objetividade das ciências (que ele mesmo desenvolveu por seus próprios critérios de validade) o possibilitam. Há uma circularidade dependente entre homem-conhecimento científico-poder. O homem é sujeito na medida em que conhece e domina a natureza com seu poder de conhecimento. E é esse poder de conhecimento que o determina enquanto sujeito e, portanto, enquanto homem:

O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador comporta-se com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que *seu em-si torna para-ele*. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação³⁴⁸.

Essa percepção do *sujeito cartesiano*³⁴⁹ perpassou toda a modernidade europeia e constituiu a legitimidade, os pressupostos científicos, de todas as ciências exatas e humanas. Qualquer empreendimento científico que pretendesse se justificar como tal deveria atender a

³⁴⁷ HEIDEGGER, Martin. **Identidade e diferença**. São Paulo: Duas Cidades, 1971, p.49-50.

³⁴⁸ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: _____. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.21.

³⁴⁹ Importante salientar que o que se considera, hoje, o *sujeito* não fez parte do léxico de Descartes. O que se toma de Descartes é mais a noção de potência, poder e soberania de certo sujeito capaz de razão e de cálculo no domínio do pensamento. Cf. DERRIDA, Jacques. **Rogues**. Stanford: Stanford UP, 2005, p.43.

este critério científico-epistemológico, a saber, a nítida diferenciação entre sujeito e objeto, na qual o sujeito é o agente racional, capaz de analisar, explicar e interpretar (é o elemento ativo) e o objeto é a coisa, a matéria, a ser analisada, explicada e interpretada (o elemento passivo). Essa analogia copular entre sujeito e objeto contem os elementos de poder e dominação inerentes a toda ciência moderna. Juntos a esses elementos de poder e dominação está a violência dessa dinâmica em suas pretensões de dominar de-limitando, de-finindo. A violência dos limites, das de-limitações e das de-finições, é própria da ciência moderna, especialmente porque estas estratégias metodológicas só se tornam legítimas na medida em que são realizadas por um sujeito transcendental racional e capaz. Não são as delimitações e definições que são próprias do pensamento moderno, mas as condições que as legitimam estarem necessária e incontornavelmente referendadas por um sujeito racional e transcendental.

A constituição das RI como disciplina acadêmica no início do século 20 respeitou os pressupostos de legitimação e constituição de um conhecimento que se pretende científico e digno de fazer parte do rol das ciências humanas. Poderíamos afirmar, inclusive, que as RI despontam como o último grande bastião dos cânones modernos no seio das ciências humanas. As RI podem ser interpretadas como o último grande domínio do conhecimento científico moderno nas ciências humanas, especialmente porque elas aparecem no momento em que os cânones da ciência moderna – e da experiência da modernidade e sua fé no progresso técnico e científico como meios de se alcançar a emancipação humana e garantir o bem estar das civilizações – estavam sendo colocados em questão não apenas pelas ciências humanas, mas também pelos movimentos artísticos e literários que questionavam particularmente o sujeito cartesiano racional e o aparato de legitimação científica. Contrária a todas essas correntes críticas e dissidentes nas ciências e nas artes, as RI se estabeleceram e se legitimaram se constituindo a partir dos discursos, das práticas e das instituições mais conservadores do saber e da política. Como vimos, no Capítulo 1, é a partir dos discursos e dos conceitos advindos da física, da biologia, do historicismo e da filosofia política alemã que as RI estruturaram seus principais cânones. Como vimos no Capítulo 2, é através da *otanização* da disciplina que aqueles cânones já estabelecidos entre as décadas de 1910 e 1945 se intensificaram e se justificaram a partir da sempre iminente ameaça da hecatombe nuclear da Guerra Fria. É nesse sentido que a Guerra Fria pode ser compreendida como dispositivo de segurança, na medida em que é o signo da

tragédia nuclear que mobiliza, sustenta e coloca em funcionamento os discursos desses dispositivos sobre segurança internacional.

Através desses processos de formação e legitimação do conhecimento nas RI – condicionados pelo signo da tragédia – são constituídos os sujeitos e os objetos das Relações Internacionais e das relações internacionais. Os modos como esses sujeitos e objetos são constituídos já atestam a violência simbólica na medida em que a imagem internacional concebida já pressupõe uma hierarquia entre sujeito e objeto. Hierarquia compreendida como uma relação estrutural, uma relação de dominação vertical. Essa hierarquia se dá, em primeiro plano, entre os sujeitos individuais e seus objetos coletivos; entre os sujeitos individuais, racionais e detentores do poder e os objetos coletivos, passivos e indefesos. Ou seja, essa hierarquia é identificável entre os estados, os líderes, os diplomatas, os generais e as nações, os povos, as civilizações e as populações. Os sujeitos individuais, racionais e capazes, nas RI, são homens que são sempre nomeados, apresentados e localizados no tempo e no espaço. São os líderes em geral (líderes de impérios, reinos, repúblicas, países e de forças armadas) os responsáveis pela segurança, proteção e desenvolvimento de suas sociedades. Estas sociedades são os objetos passivos que recebem a proteção e a segurança proporcionada pelos sujeitos de poder das relações internacionais. A tarefa dos líderes é proteger suas populações contra os interesses de outros líderes que resultariam em prejuízos à nação. Os objetos que recebem a proteção são sempre objetos coletivos – mesmo que individualizados – como a nação, o povo, o estado. São objetos não nomeados, ou melhor: são objetos despersonalizados. Os únicos referenciais identitários são generalizantes e totalizantes, tais como "povo americano", "nação francesa", "população alemã". Nomes que afirmam mais o que estes povos, nações e populações não são do que afirmam suas singularidades. Nesse sentido, mesmo a individualização dos objetos coletivos pela nomeação já acarreta uma violência totalizante que suprime as diferenças e as infinitas singularidades que os compõem.

Colocando o problema dessa forma, como considerarmos os estados como os sujeitos por excelência das Relações Internacionais e das relações internacionais? Não seriam eles os objetos das RI? Do realismo, passando por todos os matizes do liberalismo, o institucionalismo, as teorias da dependência, do sistema-mundo, até muitas das concepções construtivistas, o estado permanece firme como o principal sujeito, como o referencial

inescapável e incontornável da agência política nas relações internacionais³⁵⁰. Mas essa elevação como sujeito se dá de forma diferente da denominação "povo americano", "nação francesa" ou "população alemã". O que está em jogo são duas estratégias discursivas distintas e também duas formas diferentes de inserir cada uma na rede de signos que compõem as RI.

Quando se afirma que "os Estados Unidos colocaram em prática a Guerra ao Terror" a ideia "estado" não está sendo usada da mesma forma que quando se afirma que "os Estados Unidos precisam estar seguros contra o terrorismo". Essa diferença se dá, em primeiro lugar, porque na primeira assertiva "os Estados Unidos" constituem o sujeito da oração. São "os Estados Unidos" que fazem a ação ("colocar em prática"). Eles são os agentes da ação. Na segunda assertiva, "os Estados Unidos" são objetos da ação, são passivos: eles "precisam ser" defendidos por alguém. É este "alguém" que pode ser nomeado e localizado na primeira assertiva; é esse alguém que pode ganhar um nome, um cargo, uma insígnia, uma patente, na primeira assertiva, ao passo que, na segunda, tais nomeações e localizações não são possíveis. Na segunda assertiva, "os Estados Unidos" só seriam substituídos por outras expressões tão generalizantes e totalizantes como "povo americano", "nação americana" etc. O estado como agente e sujeito incontornável das RI se torna possível e se diferencia de expressões como "nação", "população", "povo" (também entidades coletivas) na medida em que o estado pode ser personalizado, intercambiado, pelos nomes, patentes, etc. daqueles homens que detém os cargos e o representam. O estado pode ser, assim, personalizado e intercambiado por "Bill Clinton", "Luís XIV", "Rommell" etc. Não é apenas a antropomorfização do estado que o garante como agente e ator principal das RI, mas a possibilidade discursiva (e ideológica) de intercambiar sua individualidade coletiva com um cargo, uma assinatura.

Las relaciones internacionales se expresan en y por medio de conductas específicas, las de aquellos personajes que yo llamaría simbólicos: el

³⁵⁰ Dentre as teorias de RI, aquelas que se valem das teorias de escolha racional, das teorias dos jogos, colaboraram bastante para a antropologização e antropomorfização do estado como agente da política internacional; isso por considerarem o estado como uma entidade coerente e racional e que pode ser abstraída como detentora de racionalidade. Dentre os mais influentes pensadores das RI a adotar essa perspectiva esteve Thomas Schelling, responsável por popularizar os conceitos de *guerra limitada* e *detente* na disciplina. "When a person – or a country – has lost the power to help himself, or the power to avert mutual damage, the other interested party has no choice but to assume the cost or responsibility". SCHELLING, Thomas C. **The strategy of conflict [1960]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1980, p.37. Dentre as teorias mais contemporâneas, o construtivismo de Alexander Wendt é claramente o mais conservador, nesse sentido. Toda sua tese sobre os aspectos sociais da política internacional torna-se coerente apenas a partir da consideração do estado como agente principal: "My premise is that since states are the dominant form of subjectivity in contemporary world politics this means that they should be the primary unit of analysis for thinking about the global regulation of violence". WENDT, Alexander. Op. cit., 2007, p.9.

*diplomático y el soldado. Dos hombres, y tan solo dos, actúan plenamente no ya como miembros cualesquiera, sino en el papel de representantes de las colectividades a que pertenecen. [...]. El embajador y el soldado viven y simbolizan las relaciones internacionales que, em tanto que interestatales, nos llevan a la diplomacia y a la guerra*³⁵¹ (itálicos no original).

Seguindo, ainda, a crítica à hierarquização entre sujeito e objeto de segurança internacional, faz-se necessária também uma crítica ao argumento de J. Ann Tickner no que diz respeito à ênfase dada pelos realistas aos homens na política internacional e ao seu papel dominante e dominador que relega às mulheres papéis subalternos e de segundo plano na política internacional: “A disciplina de Relações Internacionais, como hodiernamente construída, é definida em termos de tudo que não é feminino” e, mais especificamente, “modelos realistas de relações internacionais têm sido construídos com base em pressupostos de rígidas distinções de fronteira entre dentro e fora, anarquia e ordem, estrangeiro e doméstico” e, portanto, “O indivíduo, o estado, e o sistema internacional [...] são construtos mutuamente reforçados [...] e associados à masculinidade hegemônica”³⁵².

Apesar de reconhecermos a relevância dos trabalhos de Tickner e da crítica feminista em geral nas Relações Internacionais, não percebemos no realismo, especialmente, um locus de dominação machista e de disseminação de ideologias de gênero³⁵³. Ou melhor: não percebemos *apenas* o realismo como tal locus, mas *todas* as RI como um grande locus de disseminação de machismo, paternalismo, racismo e etnocentrismo. Vamos ainda mais longe e afirmamos que o exercício de despir as RI de tais cânones de dominação e exploração ameaçaria a existência mesma das RI como disciplina uma vez que todos seus pressupostos teóricos, metodológicos, ontológicos e epistemológicos, seus conceitos, imagens, analogias e metáforas se sustentam na hierarquização entre um Eu Todo-Poderoso, capaz, racional, branco, saudável, educado e vários Outros representados precisamente pelos antípodas desses referentes. Não é apenas a obra de Hans Morgenthau ou de Kenneth Waltz que disseminam tais cânones, mas as RI enquanto projeto acadêmico como um todo.

No Capítulo 1, vimos como a ameaça principal às relações internacionais como Guerra Total informou e condicionou o conhecimento de segurança internacional entre 1910 a 1945. Da mesma forma, na Guerra Fria, no dispositivo Guerra Fria, a ameaça última à

³⁵¹ ARON, Raymond. **Paz y guerra entre las naciones. Volume I: teoría y sociología [1962]**. México, D. F.: FCE, 1985, p.30.

³⁵² TICKNER, J. Ann. Op. cit., 1992, pp.1-25.

³⁵³ AREND, Hugo. Perspectivas de gênero nas relações internacionais. In: OLIVEIRA, Cinthia Roso; PICHLER, Nadir Antonio; CANABARRO, Ronaldo (Orgs.). **Filosofia e homoafetividade**. Passo Fundo: Méritos, 2012, pp.209-222.

segurança internacional e que constituiu e condicionou o pensamento de RI entre 1945 a 1990 foi a ameaça da guerra nuclear. Ambas as ameaças serviram como eventos limites à racionalidade política em cada um daqueles dispositivos. Trataremos dos efeitos desses limites na racionalidade política da segurança internacional no próximo subitem. Uma vez que o dispositivo Guerra Fria é, para nosso argumento, mais importante no que diz respeito aos modos de velamento do terrorismo como questão de segurança internacional no século 20, partimos da análise das relações da constituição da guerra nuclear como ameaça para compreendermos qual o papel das subjetividades internacionais.

A guerra nuclear é um evento limite. É uma tragédia limite. Após a guerra nuclear aos moldes do que seria possível durante a Guerra Fria entre os blocos capitalista e comunista, a vida na Terra se tornaria impossível. O que não fosse destruído por milhares de explosões nucleares que ocorreriam em quase todos os cantos do mundo seria destruído pelo "inverno nuclear", que destruiria toda a vida animal e vegetal do planeta. Tal era a narrativa da tragédia nuclear pós-1945 e com a qual o mundo se "habitou" a conviver por mais de cinco décadas até o colapso da URSS. Foi esse evento trágico, sua iminência, a ameaça de sua possibilidade de concretização, que constituiu não apenas as sujeitos das RI, mas também o que se tomou por "ameaça" à segurança internacional.

4.3. Tragédia e Segurança Internacional: Da Crítica do Estado à Interpretação do Trágico

A constituição do estado como sujeito internacional por excelência e a legitimação do discurso do "estado como protetor" das nações, populações, civilizações, tem uma longa história nos debates de RI. A esta constituição do estado como sujeito internacional também se configura uma longa história crítica, também composta por uma extensa bibliografia. Estas críticas provem de autores das mais variadas orientações teóricas. Desde a década de 1910, elas já se faziam ouvir, especialmente por autores como Alfred Zimmern e Norman Angell que viam no estado e no estatismo ameaças à segurança de nações e populações. Se fôssemos traçar uma genealogia das críticas ao estado, seria necessária outra tese e uma pesquisa bastante diferente da que empreendemos. Felizmente, essa pesquisa já foi realizada magistralmente (como sempre) por Jens Bartelson³⁵⁴. Contudo,

³⁵⁴ BARTELSON, Jens. **The critique of the state [2001]**. Cambridge: CUP, 2001.

o problema é ainda de difícil resolução, pois não obstante todas as críticas que o estado recebeu e recebe das mais variadas orientações políticas e filosóficas, até o momento, não existe, politicamente, nenhuma entidade que possa substituir o estado em suas funções. E, mais ainda, o estado funciona também como o limite de nossa imaginação política na medida em que é apenas com referência a ele que conseguimos pensar as possibilidades e as impossibilidades de justiça, paz, emancipação e segurança.

[We] simply lack the intellectual resources necessary to conceive of a political order beyond or without the state, since the state has been present for long enough for the concept to confine our political imagination. Thus, what might lurk beyond it is not simply unknown to us, but also effectively hidden by our statist intellectual predispositions³⁵⁵ (nossos itálicos).

De fato, a elevação do estado como sujeito principal das RI e, mais ainda, como único lócus de autoridade e capacidade de intervenção (positiva ou negativa) na política internacional e também como único agente capaz de realizar as mudanças na vida internacional acarreta, em última instância, que depositamos toda nossa esperança por emancipação e realização de mudanças em nível internacional num agente que histórica, política e socialmente tem se demonstrado incapaz de resolver os dilemas políticos, sociais e econômicos das populações pelas quais eles são diretamente responsáveis. Se os estados não conseguem prover as necessidades e os direitos mais fundamentais das populações sob suas jurisdições, qual seria a garantia – ou melhor, onde se localizaria a crença – de que eles podem, querem ou devem solucionar os problemas do mundo? Mesmo se esquecêssemos da célebre formulação de John Herz sobre o "dilema de segurança"³⁵⁶ que aponta os estados tanto como responsáveis pela segurança de suas populações, mas que por serem entidades armadas para tanto significam também uma ameaça sempre potencial para seus vizinhos, onde se localizaria a crença de que líderes mundiais agiriam em nome de um "bem comum" humano quando diariamente eles nos dão exemplos de que suas ações não almejam tais fins? A crítica ao estado como agente das RI prova-se bastante coerente e necessária nesse sentido. Ela é também urgente, visto que as décadas vão passando e não há nenhuma

³⁵⁵ BARTELSON, Jens. **The critique of the state [2001]**. Cambridge: CUP, 2001, p.1-2.

³⁵⁶ "Groups or individuals living in such a constellation must be, and usually are, concerned about their security from being attacked, subjected, dominated, or annihilated by other groups and individuals. Striving to attain security from such attack, they are driven to acquire more and more power in order to escape the impact of the power of others. This, in turn, renders the others more insecure and compels them to prepare for the worst. Since none can ever feel entirely secure in such a world of competing units, power competition ensues, and the vicious circle of security and power accumulation is on". HERZ, John. Idealist internationalism and the security dilemma, **World Politics**, vol.2(2), 1950, p.157.

alternativa ao estado soberano moderno que se apresente legitimamente capaz de tomar seu lugar como agente internacional e nacional.

Nossa tese, como um todo, também pode ser lida como uma crítica ao estado. Ela se insere e se fundamenta naquela bibliografia e naqueles autores dedicados a criticar o estado e sua primazia em âmbito internacional. Contudo, nossa intenção na interpretação da tragédia e seus discursos nas teorias de segurança internacional ao longo do século 20 tem como foco uma crítica mais profunda que a crítica ao estado. Na verdade, não se trata tampouco de uma crítica *mais profunda*, mas de uma re colocação do problema da crítica ao estado e aos efeitos do estado como sujeito internacional primordial. Nosso objetivo tem sido demonstrar o papel dos discursos de tragédia nas concepções de segurança internacional e os efeitos de suas verdades nas práticas e discursos de segurança. Mas não objetivamos, como poderia se esperar, uma crítica ao estado, mas sim uma hermenêutica da tragédia como operador central dos discursos de segurança internacional nas RI e, como tal, um operador das constituições de sujeitos e objetos referentes da segurança internacional em geral. Com isso, afirmamos que é a tragédia, mobilizada como operador constitutivo das ameaças potenciais, que torna possível e necessária as constituições de sujeitos e objetos particulares de segurança internacional.

Assim, tomamos outra direção no que diz respeito ao argumento clássico das RI de que o estado representa uma ameaça aos demais estados. Tomamos outra direção e, de certa forma, aprofundamos a tese central constante no "dilema de segurança". O "dilema de segurança" nas RI, argumentamos, não se localiza na potencial ameaça entre os estados, mas na necessidade de se defender de *ameaças trágicas*, como as guerras, e para tanto elevar o único agente capaz de resolver os conflitos a uma posição de força e poder, no caso, o estado. O discurso que opera o "dilema de segurança" e que não é explicitado nitidamente é o discurso da tragédia. O discurso da tragédia opera silenciosamente o "dilema de segurança" na medida em que a ameaça à segurança de cada estado só pode ser compreendida como ameaça na medida em que *se constitua como tragédia*. Na política internacional do século 20, como vimos, a guerra é uma ameaça trágica; seja a guerra total operada nos discursos de segurança nas décadas de 1910 a 1940 ou a guerra nuclear nas décadas de 1940 a 2001.

Perceber os modos de operação dos discursos de tragédia nas teorias de segurança internacional nos possibilita abrir uma gama considerável de críticas possíveis tanto ao estatismo nas RI como em relação aos processos de legitimação de políticas

públicas sustentadas a partir da constituição de ameaças trágicas no processo que Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap de Wilde denominaram *securitização*: "Securitization on the international level (although often not on the domestic one) means to present an issue as urgent and existential, as so important that it should not be exposed to the normal haggling of politics but should be dealt with decisively by top leaders prior to other issues". Assim:

when a securitizing actor [um estado] uses a rethoric of *existential threat* and thereby takes an issue out of what under those conditions is 'normal politics', we have a case of securitization. Thus, the exact definition and criteria of securitization is constituted by the intersubjective establishment of an existential threat with saliency sufficient to have substantial political effects³⁵⁷.

No que diz respeito às críticas ao estatismo, uma interpretação do trágico nas RI nos permitiria perceber como o estado ou como alguns de seus agentes que ocupam cargos específicos e que o representam, na maior parte das vezes, por mandatos democráticos e dotados de toda legitimidade institucional e política para tanto atuam de modo a sustentar suas posições de poder baseadas na constituição de ameaças existenciais apenas como ameaças trágicas. A Guerra Fria, por exemplo, se constituiu como dispositivo de segurança a partir dessa lógica. Líderes mundiais se arvoraram do direito de nomear inimigos e constituir ameaças que eles consideravam "iminentes", "prováveis", "inevitáveis", caso medidas excepcionais não fossem tomadas. O macartismo nos Estados Unidos e as ditaduras de segurança nacional na América Latina nas décadas de 1950 a 1970 são apenas dois exemplos num universo em expansão sobre o uso dos discursos da "ameaça comunista" e sobre a tragédia que se abateria sobre essas sociedades caso medidas de exceção não fossem tomadas.

As ameaças constituídas na Guerra Fria e pela Guerra Fria continham o *elemento existencial* para a constituição do risco e do perigo. Apesar de não explicitado por Buzan e Weaver, o elemento trágico é essencial à constituição de um problema internacional como *securitização*. É a partir do trágico que se constituem e se legitimam as ameaças. É com base na necessidade do elemento trágico na constituição de ameaças legítimas que se exclui uma série de questões internacionais como "ameaças" à segurança das pessoas. De problemas ambientais às questões econômicas e comerciais, passando por questões de saúde pública, de desenvolvimento ou de meio ambiente, uma série de problemas não alcançam legitimidade como "problemas internacionais" porque não são constituídos como tragédia. O terrorismo,

³⁵⁷ BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. Op. cit., 1998, pp.24-29.

no século 20, permaneceu velado como questão internacional justamente por não atender ao critério da ameaça trágica nas RI; por não atender este *critério de formação*.

O velamento do terrorismo como problema implicou, como vimos, uma série de efeitos práticos no cotidiano norte-americano quanto à prevenção do terrorismo. No Onze de Setembro, vimos uma série de ironias políticas, ironias trágicas, de segurança internacional se apresentarem nitidamente tanto ao público, aos jornalistas como aos militares e civis que "deveriam ter garantido" a segurança do "povo norte-americano". Meio século de Guerra Fria não foi capaz de *ensinar* aos Estados Unidos como se defender de dezenove homens desarmados. Quando colocado nesses termos, percebemos o quão frágeis são as centenas de livros de Relações Internacionais sobre segurança internacional. Contra o que estavam se defendendo os Estados Unidos a ponto de dezenove homens desarmados conseguirem causar quase três mil mortes e impor prejuízos bilionários à economia da maior superpotência mundial em apenas duas horas? O Onze de Setembro nos demonstrou clara e dramaticamente o poder de discursos metafísicos que tomamos como verdades absolutas e desnudou bem diante de nossos olhos nossa incapacidade de imaginar mundos alternativos quando estamos demasiadamente embriagados por regimes de verdade que absorvemos acriticamente. Carl Schmitt apontou em seu lúcido estudo sobre a teoria dos *partisans* como na Europa as mentes mais brilhantes do século 19 e início do século 20 demoraram para perceber que a noção moderna de guerra havia se transformado com a chegada desse novo personagem, o partisan, na luta política³⁵⁸. "Quem teria pensado em usar facas plásticas para sequestrar os aviões que foram jogados contra os edifícios?", afirmaria Donald Rumsfeld sobre o Onze de Setembro³⁵⁹. Salientamos no Capítulo 1 como o atavismo político da noção de guerra penetrou a disciplina de RI. O Onze de Setembro demonstrou tragicamente como os operadores da tragédia, os discursos da tragédia, são insuficientes para considerá-los como guias para a formulação de mecanismos de defesa e de compreensão das ameaças internacionais.

Mas essa conclusão parece contraditória. Afinal: o Onze de Setembro não foi um evento trágico? Jornalistas, analistas, intelectuais, acadêmicos e políticos se referiram a ele como "evento trágico", como "tragédia nacional", etc. O assassinato de quase três mil

³⁵⁸ "The bracketing of *interstate* regular war and the overcoming of *intrastate* civil war had become so accepted in the 18th century Europe that intelligent men of the *Ancien Régime* also could not conceive of the destruction of this type of regularity, not even after the experiences of the French Revolution of 1789 and 1793. For such, they found only the language of general horror, and made basically incongruous, childish comparisons". SCHMITT, Carl. **The theory of the partisan [1962]**. Nova Iorque: Telos Press, 2007, p.53.

³⁵⁹ RUMSFELD, Donald. Talebã não desistirá. **Folha de São Paulo, Caderno Mais!**, 26 de outubro de 2001, p.A12

pessoas e o pânico generalizado causado pelo evento não o enquadram perfeitamente como uma "tragédia"? Não.

É nessa resposta que se localiza o cerne de todo o argumento de nossa tese, a saber, que problemas internacionais são elevados a problemas de segurança internacional apenas se puderem ser articulados a partir dos operadores e discursos de tragédia. Talvez resida aí a verdadeira "tragédia das relações internacionais", ao contrário do que pensa John Mearsheimer³⁶⁰. A tragédia das RI é que a segurança internacional, os discursos de segurança internacional e todas as políticas públicas que eles engendram não podem ser pensados sem o recurso à tragédia e, ao mesmo tempo, estando ontológica e epistemologicamente dependentes destes discursos, as RI são incapazes de pensar e imaginar outros problemas internacionais que não estejam também a eles ligados.

Mas, então, o Onze de Setembro foi uma tragédia? Não. Pelo menos não a ponto de poder servir como fundamento de uma política de securitização, ou seja, não a ponto de servir como *ameaça existencial* aos Estados Unidos e legitimar a adoção de medidas excepcionais dos direitos e liberdades civis; não a ponto de legitimar uma "Guerra Global Contra o Terrorismo". Se o Onze de Setembro não foi uma tragédia, como ele pode servir de fundamento para a "Guerra ao Terror"? Reside na manobra discursiva necessária à legitimação da "Guerra ao Terror" o ponto de sustentação de nossa tese sobre a incontornabilidade do trágico nas RI. É essa manobra discursiva que explicita tanto as condições de possibilidade da constituição dos discursos de tragédia nos dispositivos da Guerra Total e da Guerra Fria, como explicita também as condições de possibilidade da elevação do terrorismo como problema legítimo de RI após Onze de Setembro.

De modo a compreendermos a incontornabilidade do trágico nas RI precisamos perceber que a manobra discursiva para a legitimação da "Guerra ao Terror" não tornou o evento do Onze de Setembro em si como referente da *ameaça terrorista*. É evidente que nos dias e semanas que se seguiram aos ataques os Estados Unidos responderam militarmente contra o Afeganistão e prontamente colocaram em prática a invasão do país e articularam alianças com a Aliança do Norte e com o Paquistão, Índia e China – especialmente – de modo a enfrentar o Talibã e a derrubar seu regime. Também é evidente que a pretensão a uma "Guerra ao Terror" surgiu já no mesmo dia dos ataques³⁶¹. Várias alianças

³⁶⁰ MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics**. Nova Iorque: Praeger, 2001.

³⁶¹ Ao contrário do que se imagina, não foi o governo norte-americano que cunhou a expressão, mas o Primeiro Ministro de Israel Ariel Sharon. BOOTH, Ken & DUNNE, Tim. **Terror in our time**. Londres: Routledge, 2012, p.7.

internacionais começaram a ser construídas pelos Estados Unidos nos dias imediatos aos ataques, pois a guerra contra o terror seria longa e necessitaria de muito apoio da comunidade internacional. Contudo, quando nos referimos à incontornabilidade da tragédia como operador de discursos necessários de segurança internacional nos referimos a um processo mais profundo.

Esse processo diz respeito às condições de possibilidade da imaginação internacional no que se refere à segurança internacional. Como vimos nos Capítulos 1, 2 e 3, essas condições de possibilidade dizem respeito a uma cadeia de conceitos e discursos que se articulam e são articulados dentro de dispositivos de segurança particulares. Também, como vimos, esses dispositivos são compostos e compõem os discursos, as práticas, as técnicas e as instituições que regem e são regidos por regimes de verdade também particulares. Nesses dispositivos há uma necessária relação de dependência entre seus elementos. Os critérios de validade que articulam esses regimes de verdade, que articulam o que pode ser dito e o que não pode ser dito, entre o falso e o verdadeiro, e impõem àqueles elementos uma relação de dependência recíproca. Há uma *policia discursiva*, para usar a expressão de Michel Foucault, que mais ou menos controla o que pode ser dito e o que não pode ser dito: "não podemos dizer tudo" e, mais ainda, não conseguimos *imaginar* tudo. Assim, reafirmando a discussão empreendida na Introdução e no Capítulo 1, voltamos a salientar, fazendo uso de Foucault:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?³⁶².

Assim, não é possível retirar elementos de um dispositivo sem que o dispositivo não se transforme. Autores como Hedley Bull e Joseph Nye chamaram atenção para a importância da *guerra* como elemento de aglutinação dos discursos, dos conceitos, enfim, do edifício conceitual e ontológico que rege as RI. Bull afirmou que "even the terms we use to describe the system – great powers and small powers, alliances and spheres of influence, balances of power and hegemony – are scarcely intelligible except in relation to war and the

³⁶² FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002, pp.35-45.

threat of war"³⁶³. Da mesma forma e também dando ênfase à guerra e especificamente à Guerra Fria, Robert Keohane e Joseph Nye afirmaram que durante a Guerra Fria,

'national security' was a slogan American political leaders used to generate support for their policies. The rhetoric of national security justified strategies designed, at considerable cost, to bolster the economic, military, and political structure of the 'free world'. It also *provided a rationale* for the international competition and support for the United Nations, as well as the *justification for alliances*, foreign aid, and extensive military involvements³⁶⁴ (nossos itálicos).

E que:

*Academic pens, however, leave marks in the minds of statesmen with profound result for policy. Not only are 'practical men who believe themselves to be exempt from any intellectual influences' unconscious captives of conceptions created by 'some scribbler of a few years back', but increasingly the scribblers have been playing a direct role in forming foreign policy. Inappropriate images and ill-conceived perceptions of world politics can lead directly to inappropriate or even disastrous national policies*³⁶⁵ (nossos itálicos).

Hedley Bull, Joseph Nye e Richard Ashley concordam, portanto, que teorias podem ser "guilty of complicity in tragic processes"³⁶⁶.

No que diz respeito ao vocabulário empregado no dispositivo Guerra Fria, Nye e Lynn-Jones apontam que uma série de conceitos foi cunhada especificamente tendo a guerra nuclear em mente ("counterforce, first and second strike capabilities, strategic force vulnerability, arms race stability, crisis stability, competitive risk-taking, escalation, damage limitation, flexible response, and limited nuclear war")³⁶⁷.

No que diz respeito ao nosso problema, nos dispositivos da Guerra Total e da Guerra Fria, o elemento do estado como agente central da teoria de RI não pode ser sacrificado sem que também não o sejam as noções de "interesse nacional", "segurança internacional", "paz", "guerra", etc. Todos esses conceitos são inteligíveis apenas na medida em que possuem o estado como um de seus elementos constitutivos. Da mesma forma, retirando o elemento "guerra" o elemento "paz" perde sua referência e assim por diante. E, no âmbito das práticas e das instituições, retirando o elemento "estado" do conhecimento

³⁶³ BULL, Hedley. **The anarchical society**. Nova Iorque: Columbia UP, 1977, p.187.

³⁶⁴ KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. **Power and interdependence [1977]**. Nova Iorque: Harper Collins, 1989, p.6.

³⁶⁵ KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. Op. cit., pp.4-5.

³⁶⁶ ASHLEY, Richard K. Op. cit., 1980, p.233.

³⁶⁷ NYE Jr., Joseph & LYNN-JONES, Sean. International security studies: a report of a conference on the state of the field. **International Security**, vol.12, n.4, 1988, p.9.

sobre o internacional perde-se o referente de legitimidade de pessoas que ocupam cargos em sua estrutura. De que serviria uma disciplina de RI como discurso do estado sem o elemento "estado" que a legitima? De que serviria uma disciplina de RI ao dispositivo de segurança se o "estado" não fosse o referente dessa segurança? Não nos esqueçamos que o surgimento das RI na década de 1910 se deu, em grande medida, e como bem salientou E. H. Carr, como uma disciplina que pretendia articular um conhecimento para governar o mundo a partir de "posições de poder"³⁶⁸. Lembremo-nos da *Conferência sobre Teoria de 1954* e sua função estratégica na institucionalização das RI nos Estados Unidos; na elevação do realismo político como teoria explicativa da Guerra Fria, fundamentando todo seu arcabouço teórico na oposição amigo/inimigo tão facilmente ajustável aos discursos em voga nos Estados Unidos sobre o conflito capitalismo *versus* comunismo (ver o Capítulo 2).

O Onze de Setembro não conseguiria sustentar por si só uma "Guerra ao Terror" em nível global. Ou talvez conseguisse. O fato é que não foi o Onze de Setembro em si que serviu como narrativa e como evento legitimador da "Guerra ao Terror". Para que a "Guerra ao Terror" se legitimasse foi necessária a elevação do terrorismo como possível ameaça trágica; foi necessário se "comprovar" que o terrorismo, daquele momento em diante, se tornara uma ameaça trágica aos "estados", às "populações" do mundo todo, enfim às "civilizações". A condição necessária para se legitimar o terrorismo como problema de segurança internacional e como problema que evocasse a adoção de medidas de exceção pelos estados foi a conexão entre terrorismo e as armas nucleares. Voilà! A tragédia nuclear estava de volta à política internacional depois da Guerra Fria.

A conexão entre terrorismo e armas nucleares, em particular, e entre terrorismo e armas de destruição em massa (ADM), em geral, começou a ser feita logo após os ataques de 11 de setembro. Em grande medida, foi essa a conexão que legitimou a invasão do Iraque e foi ela também que legitimou a política dos Estados Unidos e de Israel contra o desenvolvimento da tecnologia nuclear pelo Irã. Não é nossa intenção fazer a análise dos discursos que constituíram a "Guerra ao Terror". Seria necessária outra tese, para tanto. Aos nossos propósitos, cabe salientar que é a mesma tragédia que opera tais discursos e que, mais ainda, ela se mostra indispensável, ela se mostra como elemento incontornável à concepção de segurança internacional no pós-Onze de Setembro. Nenhum outro marco discursivo é tão exemplar no que respeita a reativação da lógica da Guerra Fria, do discurso

³⁶⁸ Carta de E. H. Carr a Stanley Hoffmann. 30 de setembro de 1977. Apud: COX, Michael. Op. cit., 2001, p.xiii.

de tragédia nuclear da Guerra Fria, quanto a resignificação do "Império do Mal" soviético como "Eixo do Mal" terrorista no discurso de George W. Bush em janeiro de 2001. No discurso anual do State of the Nation, o presidente norte-americano afirmou:

Our second goal is to prevent regimes that sponsor terror from threatening America or our friends and allies with weapons of mass destruction. Some of these regimes have been pretty quiet since September the 11th. But we know their true nature (nossos itálicos).

Bush estabelece claramente a relação entre estados, terrorismo e armas de destruição em massa. E afirma conhecer "sua natureza", apresentando cada um deles e suas supostas intenções:

North Korea is a regime arming with missiles and weapons of mass destruction, while starving its citizens.

Iran aggressively pursues these weapons and exports terror, while an unelected few repress the Iranian people's hope for freedom.

Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens -- leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections -- then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world.

States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic³⁶⁹ (nossos itálicos).

Essa incontornabilidade, essa condição de necessidade da tragédia nas teorias de segurança internacional se evidencia logo após o Onze de Setembro quando muitos livros de segurança internacional publicados após aquele evento passam a incluir o terrorismo como problema, o ligando explicitamente ao problema da aquisição de armas químicas, biológicas ou nucleares por terroristas.

Em *Grave new world*, uma obra dedicada a pensar os problemas de segurança internacional no século 21, já no Prefácio, Michael E. Brown deixa claro que o Onze de Setembro não poderia fazer com que os americanos passassem a pensar apenas no terrorismo como a maior ameaça à segurança da nação. Contudo, o terrorismo é

³⁶⁹ STATE OF THE UNION ADDRESS By the President George W. Bush. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090502151928/http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso: 15/01/2013.

problematizado em, pelo menos, dois capítulos. Quando Bernard I. Finel, Brian Finlay e Janne Nolan tratam do problema das armas nucleares, biológicas e químicas, a referência ao Irã como país que busca a tecnologia nuclear não pode deixar de mencionar o "fato" do país ter "laços íntimos com o terrorismo" e "financiar causas extremistas". Logo, haveria o risco sempre iminente do Irã vender armas nucleares a grupos terroristas³⁷⁰. Um capítulo dedicado exclusivamente ao terrorismo e a segurança internacional (algo praticamente inexistente nas obras antes do Onze de Setembro) teoriza sobre a ameaça do "terrorismo transnacional". Nesse capítulo, a autora argumenta que o terrorismo não é apenas *mais um* problema de segurança internacional, mas que é "the biggest threat to the future of globalization"³⁷¹. Essa ameaça, evidentemente, não se concretiza com a explosão de carros-bomba em pubs, *shopping centers* ou bancos das principais metrópoles mundiais. A ameaça terrorismo no século 21 se concretiza com a combinação de "terrorismo religioso 'apocalíptico'" com a provável aquisição de ADMs por grupos terroristas³⁷². Note-se que esta obra foi financiada e publicada pela universidade de Georgetown, a principal instituição formadora de diplomatas e futuros assessores do governo norte-americano³⁷³. Nesse sentido, trata-se de um trabalho com forte cunho normativo, evidenciado ao final de cada capítulo com uma série de sugestões sobre como os Estados Unidos devem agir a respeito de cada um dos problemas de segurança internacional estudados.

Como bem observa Martha Crenshaw, logo após o Onze de Setembro surgiram "vários 'especialistas' em terrorismo"³⁷⁴, tendo livros publicados sobre um tema que até então nunca haviam privilegiado. Talvez o caso mais exemplar dessa preocupação com o terrorismo tenha sido *A evolução dos estudos de segurança internacional*, de Barry Buzan e Lene Hansen. Vimos, no capítulo 3, como o terrorismo não se configurou como problema de segurança internacional logo após o final da Guerra Fria mundana, mesmo dentre as "novas

³⁷⁰ FINEL, Bernard; FINLAY, Brian; NOLAN, Janne. The perils of nuclear, biological, and chemical weapons. In: BROWN, Michael E. (Edit.). **Grave new world: security challenges in the twenty-first century**. Washington, D. C.: Georgetown UP, 2003, p.52.

³⁷¹ CRONIN, Audrey Kurth. Transnational terrorism and security. In: BROWN, Michael E. (Edit.). **Grave new world: security challenges in the twenty-first century**. Washington: Georgetown UP, 2003, pp.279-301.

³⁷² CRONIN, Audrey Kurth. Op. cit., pp.295-296.

³⁷³ A universidade de Georgetown consta em primeiro lugar (com 66 pontos) entre as melhores instituições para se obter um diploma com vistas a uma carreira política em RI. Cf. MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael. **TRIP Around the World: Teaching, Research and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries [2011]**. Williamsburg, Virginia: Teaching, Research, and International Policy Project, 2012, p.62.

³⁷⁴ "In the field of international relations and foreign policy, it was only after the 9/11 attacks that many scholars thought that the threat of terrorism mattered to the power and interests of states or to international security". CRENSHAW, Martha. **Explaining terrorism**. Nova Iorque: Routledge, 2011, p.1.

perspectivas" de segurança internacional, dentre elas a Escola de Copenhague ou entre o *establishment* político dos Estados Unidos³⁷⁵.

No que diz respeito às teorizações acadêmicas, em seu excelente *Security: A new framework for analysis*, Buzan e Weaver não tratam do terrorismo como problema, apesar do terrorismo "gritar" em cada uma das passagens em que eles descrevem a teoria da securitização.

Securitization is not fulfilled only by breaking rules ... nor solely by existential threats (which can lead to nothing) but by cases of existential threats that legitimize the breaking of rules;

In some cases, securitization of issues is unavoidable, as when states are faced with an implacable or barbarian aggressor³⁷⁶;

Difícilmente essas passagens seriam escritas após o Onze de Setembro sem que o terrorismo não fosse usado como exemplo da teoria da securitização. Prova disso tem sido o sucesso dessa teoria para explicar as medidas de exceção fundamentadas nos discursos de "segurança" adotadas pelo Reino Unido e pela União Europeia em geral após o Onze de Setembro e os ataques de 7 de julho de 2005, em Londres (o 7/7, como ficou conhecido). Em mais de vinte anos de pesquisas sobre segurança internacional, Buzan jamais acessou o terrorismo como um problema de segurança internacional. Poderia ser argumentado que o Onze de Setembro foi de fato impactante e que ele, de fato, inspirou novas perspectivas e demandou atenção mais detida por parte de especialistas em segurança internacional. Sem dúvida. Mas o ponto a que queremos chegar não é esse. Não pretendemos condenar Buzan ou quaisquer outros autores de RI e desmerecer algumas brilhantes pesquisas inovadoras sobre a segurança internacional por não terem se preocupado com o terrorismo antes do Onze de Setembro. Nossa intenção é, pelo contrário, salientar o velamento da questão do terrorismo antes do Onze de Setembro e problematizá-lo como sintoma de discursos de RI constituídos ao longo de um século de RI como disciplina e chamar atenção para o poder dos efeitos de verdade na constituição do conhecimento acerca da segurança internacional, bem como da constituição dos sujeitos e objetos dessa segurança e como essas constituições se materializam em práticas, instituições, conhecimentos a ponto de velar um problema tão evidente mesmo nos estudos mais brilhantes sobre segurança internacional.

³⁷⁵ "As best we can determine, neither in 2000 nor in the first eight months of 2001 did any polling organization in the United States think the subject of terrorism sufficiently on the minds of the public to warrant asking a question about it in a major national survey. Bin Laden, al Qaeda, or even terrorism was not an important topic in the 2000 presidential campaign. Congress and the media called little attention to it". **9/11 COMMISSION REPORT, The. Op. cit., p.341.**

³⁷⁶ BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. Op. cit., 1998, pp.25 e 29, respectivamente.

Se a tragédia é um operador necessário das concepções de segurança internacional das RI e dos dispositivos de segurança que constituem as RI, como a tragédia foi mobilizada no espectro da ação política racional? Como se relacionam aqueles espectros da loucura e da tragédia com o espectro político da ação racional no pós-Onze de Setembro? Há uma nova racionalidade política em vigor? Uma vez que o terrorismo é vislumbrado agora pela marca da tragédia nuclear, significa que a Guerra Fria não terminou, que estamos ainda no mesmo dispositivo da Guerra Fria?

4.4. Tragédia e Segurança Internacional: Racionalidade, Violência e os Limites da Ação Política.

O pensamento internacional a respeito da segurança internacional se disseminou através de dois dispositivos de segurança: o dispositivo Guerra Total e o dispositivo Guerra Fria. Cada um deles constituiu e foi constituído por discursos e práticas específicas sobre concepções de segurança internacional. Cada um deles constitui e foi constituído por diferentes discursos e práticas articulados em torno de regimes de verdade particulares. Vimos nos Capítulos 1, 2 e 3 como estes dispositivos se constituíram e como se sobrepuseram ao longo do século 20. Como já deixamos claro, não houve rupturas claras e definitivas entre os dois dispositivos. Eles se reforçam e se sobrepõem. Suas funções e acionamentos dependem dos contextos. Vimos também como as noções de loucura e extinção não são conceitos, mas sim referentes a partir dos quais discursos sobre segurança internacional são articulados e causam efeitos de verdade. Loucura e extinção se articulam através dos discursos da tragédia colocada em prática pelas guerras, pelas guerras entre estados que histórica e tradicionalmente significam pontos de ruptura para a civilização ocidental. As guerras servem como marcos temporais a partir dos quais a civilização ocidental representa sua história. A história ocidental é marcada pela tragédia, pelo renascimento "depois da tragédia". A tragédia maior da civilização são as guerras entre estados. A disciplina de Relações Internacionais funcionou, em grande medida, como vimos, como locus de problematização e de reconhecimento dessas tragédias guerreiras e como locus de pensamento responsável pela solução dessas tragédias, articulando um pensamento racional capaz de por fim às tragédias. A função normativa das RI, portanto, desde a década de 1910, foi articular um pensamento acadêmico e racional sobre as guerras de modo a *curar*

essa corrupção do progresso humano através da racionalidade política responsável de homens-de-estado (soldados e diplomatas) atuando heroicamente no cenário internacional em defesa de populações e da própria civilização humana. Essa função normativa das Relações Internacionais servia, em contrapartida, estrategicamente, de modo a legitimar e sustentar relações de dominação entre estados e populações, apresentando líderes mundiais como agentes responsáveis e capazes de garantir paz e segurança ao mundo, agindo racionalmente dentro dos limites e possibilidades éticas disponíveis. Suas responsabilidades se chocavam, obviamente, com a irresponsabilidade dos demais líderes mundiais que não agiam de forma racional.

O mundo internacional fora assim representado como uma arena hobbesiana na qual o homem era o lobo do homem ou, melhor ainda: uma arena em que homens responsáveis e racionais poderiam ser lobos de homens que agissem irresponsável e irracionalmente. "Nós" somos homens racionais e responsáveis; "Eles" são irracionais e irresponsáveis. "Nós" devemos usar a ciência internacional ao nosso dispor para melhor compreendermos e agirmos num mundo internacional perigoso, inseguro e no qual há outros homens dispostos a destruir o que "nós" conquistamos. Nessa constituição binária de identidades internacionais que se chocam constantemente e que constituem nesse mesmo processo o que se toma como "mundo internacional", a ação racional e responsável deve respeitar os limites e possibilidade da ação política. No dispositivo Guerra Total, constituído logo após a Primeira Guerra Mundial, a guerra significou a loucura de se levar nações inteiras à destruição em nome de interesses nacionais mesquinhos. A loucura se situava precisamente na irracionalidade da guerra de conquista. Os escritos de autores liberais e realistas disseminaram esta irracionalidade de diferentes formas, mas todos concordavam que a guerra naquele momento se situava no limite da ação política racional e que seu uso *colocaria em grave risco as populações*. A função dos intelectuais de RI e da disciplina que acabava de nascer era autorizar esse modo de pensar e de delimitar as verdades que poderiam ser ditas a respeito das ameaças internacionais. Delimitar o que poderia ser pensado sobre o mundo internacional em termos de guerra e paz; em termos de segurança e insegurança. Estar seguro significava *não estar em guerra*. A ausência de guerra significava a garantia da paz. A paz era, portanto, um estado negativo: a ausência de guerra.

Mas o mundo internacional sendo uma arena de conflito e de insegurança eterna, na qual não existe a garantia de uma "harmonia de interesses" entre os diferentes estados; uma arena caracterizada pelo "dilema de segurança" sintetizado por John Herz, a

racionalidade política não pode se guiar pela racionalidade privada ou, ainda, a ética política terá de obedecer a critérios éticos diferentes daqueles da ética privada. Como a paz absoluta kantiana significaria também a ausência absoluta de guerra, essa paz absoluta ou eterna seria inviável. Não há valores universais compartilhados pelos diferentes estados que sirvam como garantia de uma situação de paz eterna. Como consequência, a ação ética e racional de cada estado deveria ser sempre relativa à política internacional e ao jogo de forças dessa política. Assim, a guerra seria sempre uma possibilidade entre os estados. A política deveria acessar seu meio mais característico de ação: a violência. Essa herança germânica das Relações Internacionais quanto ao universo político – tanto de Max Weber, como de Friedrich Meinecke e Carl Schmitt – delimita a ação política internacional impondo os limites da violência racional.

politics operates with a quite specific means, namely power, backed up by the use of violence³⁷⁷;

[If] a statesman feels himself obliged by 'necessity of state' to violate law and ethics, he can still feel himself morally justified at the bar of his own conscience, if in doing so he has, according to his own personal conviction, thought first of the good of the state entrusted to his care. Thus the realm of values is capable of shedding an ennobling light far into the inmost recesses of problematical conduct. [...]. Thus all conduct prompted by *raison d'état fluctuates continually back and forth between light and dark*³⁷⁸. (nossos itálicos).

The specific political distinction to which political actions and motives can be reduced is that between friend and enemy"; [E, portanto...] "The friend, enemy, and combat concepts receive their real meaning precisely because they refer to the real possibility of physical killing. War follows from enmity. War is the existential negation of the enemy. It is the most extreme consequence of enmity. It does not have to be common, normal, something ideal or desirable. But it must nevertheless remain a *real possibility* for as long as the concept of the enemy remains valid³⁷⁹. (itálicos no original).

A tragédia das Relações Internacionais entre 1910 e 1945, no dispositivo Guerra Total, era a tragédia da guerra para estados e populações, mantendo-se como remédio pernicioso, mas *necessário* à política internacional. Na interpretação de Terry Eagleton, é essa continuidade do "pernicioso" na ação trágica utilitarista que funciona como uma de suas marcas: "O 'valor de troca' da ação [trágica], a vida renovada a que ela pode levar, não tem permissão para anular seu 'valor de uso'"³⁸⁰. Por mais que se prometa tratar-se de uma *guerra para por fim a*

³⁷⁷ WEBER, Max. The profession and vocation of politics [1919]. In: _____. **Political writings**. Cambridge: Cambridge UP, 2005, pp.357.

³⁷⁸ MEINECKE, Friedrich. Op. cit., 1988, p.6.

³⁷⁹ SCHMITT, Carl. Op. cit., 1996, pp.26 e 33, respectivamente.

³⁸⁰ EAGLETON, Terry. Op. cit., 2012, p.72.

todas as guerras, isso não anula a vitimação em massa e a barbárie dos atos em nome de certa racionalidade política.

Contudo, com as bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki e com a conseqüente nuclearização da política internacional nas décadas seguintes, o dispositivo Guerra Total se reestruturou. *Já não era mais possível a instrumentalidade da guerra*. A guerra tornara-se um fenômeno trágico que ameaçava não apenas a existência de estados e populações isoladas, mas tornara-se um risco à extinção da vida na Terra. A guerra que havia sido aceita como um "instrumento essencial da política e como um teste de virilidade do estado"³⁸¹ passara a ser um risco à vida. Assim se manifestara Hans J. Morgenthau em sua mais famosa obra e que se tornaria o maior clássico de RI do século 20. Em 1949, quando a URSS ainda não possuía armas nucleares, Morgenthau afirmara que uma vez disponíveis pelos soviéticos, já não importaria a quantidade de armas, pois apenas um número limitado delas seria suficiente para destruir a capacidade militar dos Estados Unidos³⁸². Na edição de 1985 de *Politics among nations* – no ápice da *Segunda Guerra Fria* – Morgenthau asseverava que "nuclear weapons are instruments of indiscriminate mass destruction and can therefore not be used for rational purposes. They can be used to deter a war by threatening total destruction; but *they cannot be used to fight a war in a rational manner*"³⁸³ (nossos itálicos).

Essa percepção era compartilhada para além da disciplina de RI por outros intelectuais. Em um de seus mais notáveis livros, Hannah Arendt dissertou sobre a violência no século 20 e sobre seus limites e usos. As conclusões de Arendt sobre as armas nucleares iam na mesma direção das de Morgenthau: "O desenvolvimento técnico dos implementos da violência alcançou agora o ponto que *nenhum objetivo político poderia presumivelmente corresponder ao seu potencial de destruição*, ou justificar seu uso efetivo no conflito armado" (nossos itálicos):

Assim, a guerra – desde tempos imemoriais, árbitro último e implacável em disputas internacionais – perdeu muito de sua eficiência e quase todo seu fascínio. *O jogo de xadrez 'apocalíptico' entre as superpotências*, quer dizer, aqueles que manobram no mais alto plano de nossa civilização, está sendo jogado de acordo com a regra de que *'se alguém vencer', é o fim para ambos* [M.A.D.]. *Trata-se de um jogo que não apresenta qualquer semelhança com quaisquer jogos de guerra que o precederam*. O seu objetivo *'racional'* é a dissuasão, não a vitória, e a corrida armamentista, como não é mais uma preparação para a guerra, só pode ser justificada sob

³⁸¹ BURNS, Arthur Robert. The treatment of enemy powers. In: MORGENTHAU, Hans J. (Edit.). **Peace, security and the United Nations**. Chicago: Chicago UP, 1946, p.27.

³⁸² MORGENTHAU, Hans J. Op. cit., 1949, p.319.

³⁸³ MORGENTHAU, Hans. Op. cit., 2006, p.135.

o princípio de quem mais e mais dissuasão é a melhor garantia para a paz. *Não há como nos desembaraçar da óbvia insanidade desta posição* (nossos itálicos)³⁸⁴.

O signo da tragédia, dos discursos de tragédia na segurança internacional, já não era apenas a loucura de líderes irresponsáveis, mas a possibilidade ainda mais insana de extinção humana e de toda a vida na Terra. O acrônimo M.A.D. (Destruição Mútua Assegurada, em inglês) não registrava apenas uma loucura que poderia *ser curada* por mais uma tragédia, como se a tragédia pudesse ser redentora e catártica. A loucura da lógica M.A.D. era a loucura da extinção, uma loucura absoluta. O espectro da ação política racional teria de descartar a guerra nuclear como possibilidade política caso a existência humana tivesse de ser preservada. O espectro da ação política racional teria de pensar em outra ética internacional; uma ética diferente da ética guerreira que considerava a guerra como a *prima ratio*.

Terminada a Guerra Fria, a Guerra Fria mundana, o embate público entre o capitalismo e o socialismo, parecia que o espectro da ação política racional poderia ser restaurado e rearticulado. A "vitória" do mundo capitalista e uma possível aliança entre a Rússia e o ocidente na caça de ditadores sanguinários e irresponsáveis (como no caso da guerra contra Saddam Hussein) e na solução de crises humanitárias e de guerras civis parecia factível e possível. Mas ambas possibilidades logo se mostraram ilusórias.

Até o Onze de Setembro a política internacional pareceu órfã de inimigos. O ocidente não conseguia identificar quais eram os verdadeiros desafios internacionais e como seriam articuladas as novas ameaças. Vimos como, na disciplina de RI, o *interregno* permaneceu ligado aos mesmos discursos tradicionais da Guerra Fria – com a exceção de obras pós-estruturalistas e de teoria crítica que trouxeram verdadeiras contribuições. As implicações desse atavismo teórico e metodológico para a disciplina foi a incapacidade de se pensar para fora dos cânones tradicionais novas possibilidades políticas e de emancipação. Em certa medida, o problema do terrorismo permaneceu velado ainda nesse período devido ao dispositivo que ainda dominava a disciplina e a imaginação política das Relações Internacionais.

³⁸⁴ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência** [1969]. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1994, p.13.

4.5. Terrorismo e Segurança Internacional: Outros Olhares Sobre os Clássicos

Seguindo a perspectiva aberta por Robert Walker, em 1988, em *One world/Many worlds*, interpretamos a segurança como um "instrumento de retórica mistificadora"³⁸⁵. Isso significa que a demanda por segurança funciona mais como um discurso de poder nas relações internacionais e pelas Relações Internacionais com o objetivo de galgar fidelidades políticas e constituir identidades exclusivistas e, ao mesmo tempo, limitar liberdades individuais e ameaçar a emancipação de vozes alternativas do que um legítimo clamor por segurança de fato.

Appeals to the need for security justify the most blatant abuses and encourage the resort to escalating levels of violence. Such appeals legitimize vast arsenals and curtailment of democratic rights and procedures. The concept of security is now more a symptom of the problem than a guide to the possibilities of peace and justice.

E continua:

[...] thinking about security in political terms still begins with the equation of security in general with the security of states in a competitive states system³⁸⁶.

O século 20 foi o grande palco onde ouvimos a “retórica mistificadora” da segurança internacional ganhar sotaques trágicos e escatológicos. Desde a década de 1910, quando Norman Angell já chamava a atenção para o “hipnotismo de uma terminologia antiquada” sobre segurança internacional, para a “linguagem repetida automaticamente, [...] pueril e carente de sentido” e até para o “terrorismo totalmente estranho aos fatos mais simples e elementares da realidade”³⁸⁷, as Relações Internacionais convivem com certo fantasma do atavismo, do anacronismo terminológico, presas a concepções de mundo, de política, sociedade, segurança e do “internacional” próprios do século 19. Essas linguagens não eram, ou melhor, não podem ser pensadas tão somente como *teorias*, como *palavras* ou *abstrações*, que se referem a realidades, mas como parte constitutiva dessa realidade, como

³⁸⁵ WALKER, R. B. J. Op. cit., 1988, p.118.

³⁸⁶ Ídem.

³⁸⁷ ANGELL, N. Op. Cit., 2002, pp.35, 81, 97, respectivamente.

condição de possibilidade de se pensar essa realidade e de se agir nessa realidade: "As ideias não nascem das ideias por partenogênese"³⁸⁸.

É possível afirmar que sempre houve um déficit de significados entre o que as Relações Internacionais pensaram como *problemas de segurança internacional* e os problemas de fato que se apresentavam por debaixo de sua metafísica da Alta Política, da anarquia internacional e do equilíbrio de poder. Os dispositivos através dos quais as RI circularam, os regimes de verdade que circularam, por sua vez, pela disciplina, sempre limitaram as preocupações de acadêmicos, estudantes e políticos no sentido de pensar os problemas de segurança em termos bastante fechados e enquadrados.

A Guerra Fria, por exemplo, o que chamamos aqui de dispositivo Guerra Fria, mais precisamente, funcionou de modo a velar alguns problemas como problemas de segurança ao mesmo tempo em que alçava outros fenômenos como ameaças iminentes. O provável uso de armas nucleares pelas superpotências ameaçava a extinção da espécie humana e de toda a vida na terra. O efeito dessa verdade política incontestável foi o velamento do terrorismo como questão, como ameaça e, no que diz respeito aos autores de RI e suas teorias, ao velamento de aberturas interpretativas para se pensar a segurança internacional com outras lentes. Partimos agora à tentativa de reanimar estas aberturas nas RI; tentamos desvelar o esquecimento de alguns importantes *insights* sobre segurança internacional, em particular, mas sobre Relações Internacionais, em geral, que ficaram esquecidos ou foram ignorados na disciplina.

Nosso argumento é que não são os dilemas de segurança, as *novas* guerras, o terrorismo em si e suas várias formas, ou os fluxos mais intensos de capital e informação por uma suposta globalização que vem tornando os eventos *mais complexos*. Não é o mundo que está *mais complexo* e que, portanto, necessita de novas perspectivas para ser interpretado adequadamente, não obstante a aceleração e a velocidade do mundo contemporâneo que não podem ser desmerecidas numa análise política cuidadosa³⁸⁹. O mundo sempre foi complexo e de difícil interpretação. As relações humanas, as ações humanas, possuem sempre um caráter indomável, selvagem, e que resiste às sistematizações e às várias formas de violência da linguagem científica e suas pretensões de objetividade. Isso não significa, contudo, que

³⁸⁸ BERLIN, Isaiah. Meinecke e o historicismo. In: _____. **A força das ideias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.285.

³⁸⁹ Sobre aceleração, velocidade e política, ver, especialmente: VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. Sobre esse debate nas RI: WALKER, Robert B. J. Op. cit., 2001; SHAPIRO, Michael. **Cinematic political thought**. Nova Iorque: Nova Iorque Univ. Press, 1999. E para nossa abordagem do tema: AREND, Hugo. Pós-modernidade e relações internacionais. **Meridiano** 47, v.1, 2006, p.15-17.

não estejamos vivendo um momento sócio-histórico em que as fronteiras metafóricas – pois todas as fronteiras são metafóricas – não estejam sendo desafiadas pelos fluxos comunicacionais e de mobilidade e que as lógicas binárias impostas pelas divisões espaço-temporais da modernidade europeia não estejam em crise³⁹⁰.

Como salientamos em nossa Introdução, o pressuposto é que todo conhecimento e todo saber estão sempre permeados por interesses e poder. O saber/poder constituído nas RI e pelas RI delimitou e limitou nossa capacidade de pensar os problemas da segurança internacional para além dos problemas de segurança como tragédias alçados como tais pelos dispositivos nos quais estes conhecimentos e saberes circularam – o dispositivo Guerra Total e o dispositivo Guerra Fria. Isso não significa, portanto, que outros problemas internacionais não existissem. O terrorismo, por exemplo, a fome, as migrações forçadas, as limpezas étnicas, a política de identidade, a destruição do meio ambiente, a poluição, os refugiados ambientais, o crime organizado, o tráfico de drogas, os genocídios, enfim, praticamente todos os problemas relativos à segurança internacional que são elencados hoje como novidades ou como efeitos dos processos de globalização das décadas de 1980 e 1990 já estavam presentes em meados da década de 1850, por exemplo. Alguns desses problemas são ainda mais antigos. A questão é: como eles puderam ficar esquecidos por tanto tempo pelas RI e apenas nos últimos trinta anos começaram a ganhar relevância? A função política das RI como disciplina de poder – elaborada no Capítulo 1 –, como uma prática discursiva específica, e com uma finalidade político-estratégica também específica, funcionou de modo a velar estes problemas através dos *critérios de formação, transformação e correlação* do objeto “Relações Internacionais”.

A centralidade do estado como agente coerente e racional no sistema internacional e sua antropomorfização como macho guerreiro, político responsável e defensor do interesse nacional e da segurança do povo (primeiro do povo, mas também das civilizações e da espécie humana em geral na Guerra Fria) funcionou para legitimar ações políticas e constituir sujeitos, objetos e discursos de segurança internacional. Os sujeitos eram os próprios estados. Eles eram os responsáveis pela segurança, pela defesa. Desde que esses estados fossem compreendidos como “eu” ou “nós”, os aliados. Os outros eram os inimigos, as ameaças, o Império do Mal. A constituição dessas identidades de segurança foi possível pelos próprios discursos de segurança. São os discursos da tragédia da segurança

³⁹⁰ Para uma breve introdução a essa discussão, ver: AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: UNESP/UFAL, 2010.

internacional que possibilitam a legitimidade dos estados como agentes racionais e responsáveis nas Relações Internacionais. As hipérboles da segurança internacional (a tragédia da Guerra Total e a tragédia da hecatombe nuclear sempre presente) demandam grandes heróis com ações grandiosas e super-humanas e que salvem as populações e a espécie humana. Tal é a função do Leviatã, deste *magnus homo* mortal de quem nos fala Thomas Hobbes³⁹¹. O discurso da tragédia da segurança internacional clama pelo heroísmo de líderes e generais, dos “nossos” líderes e generais. Ao mesmo tempo em que esses líderes e generais são alçados a heróis, protetores e responsáveis, pelo movimento inverso do processo de constituição dessas subjetividades são também constituídos os objetos de sua heroica proteção: as populações, a espécie humana, os homens comuns, civis, mulheres e crianças. Esses são os objetos que merecem a proteção e os sacrifícios dos “homens de estado”, dos homens da guerra.

Há a necessidade de se reproduzir incessantemente o discurso da segurança internacional e de asseverar a tragédia das relações internacionais. A disciplina de RI constitui-se apenas como um dos locais institucionais de onde se disseminam os discursos de segurança internacional. Não nos esqueçamos que o dispositivo Guerra Fria é um dispositivo – e como tal – perpassa toda a sociedade ocidental, norte-americana e britânica, em especial, e é responsável pela otanização da disciplina de RI.

Seguindo, então, o pressuposto de que a disciplina de RI funciona como prática discursiva dentro de dispositivos de segurança específicos desde 1910 e que o programa desses dispositivos é elencar ameaças de segurança com a função político-estratégica de legitimar práticas e discursos de poder e dominação; desse pressuposto também nasce a conclusão que esse programa não consegue se realizar plenamente. Por mais que o poder tente controlar, dominar e disciplinar, há sempre lastros de resistência e de contrapoderes. Por mais persuasivos e disseminados que sejam alguns discursos, eles jamais conseguem se alastrar por todo o tecido social e silenciar todas as vozes alternativas. Não nos esqueçamos que o poder é sempre uma relação de força e que sua efetivação depende das posições dos sujeitos em circunstâncias específicas. Jamais “temos” poder, mas podemos exercê-lo com diferentes intensidades dependendo da relação de força que se estabelece entre nós e outros sujeitos num contexto particular: “o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas se

³⁹¹ "[The] Multitude so united in one Person, is called a Common-Wealth, in latine Civitas. This is the generation of that great Leviathan, or rather (to speak more reverently) of that *Mortall God*, to which wee owe under the *Immortal God* our peace and defence". HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p.120.

exerce e só existe em ato”; “o poder não é primeiramente manutenção e recondução das relações econômicas, mas sim, em si mesmo, uma relação de força”; o poder é, assim, "a guerra continuada por outros meios"³⁹².

Assim, os discursos tradicionais das RI sobre a segurança internacional conseguiram, em grande medida, se afirmar como os discursos legítimos sobre segurança internacional no século 20, mas isso não significa que não existam outras vozes e perspectivas disponíveis nos textos de RI, mesmo naqueles textos tradicionais. Mesmo aqueles textos canônicos das vozes autorizadas e soberanas da disciplina continham elementos que possibilitariam – se lidos atentamente e com outras preocupações – a relativização do que estava sendo disseminado como verdadeiro nas RI. Queremos afirmar a ambivalência, a incongruência e o múltiplo nos textos de cada um daqueles autores canônicos. Queremos sustentar que nenhum dos autores aqui estudado pode ser tomado como “paradigma” coerente, racional e sempre igual a si mesmo, como “modelo” perfeito e imaculado que represente esta ou aquela escola de pensamento ou que, ainda, sustente de forma coerente e indiscutível apenas uma perspectiva. Mesmo autores como Norman Angell, E. H. Carr, Hans Morgenthau e Joseph Nye – como vimos no Capítulo I – possuem ambivalências, incongruências e silêncios. Cada voz é, na verdade, infinitas vozes.

Nos textos de Norman Angell, por exemplo, temos, desde então, uma crítica às limitações do léxico das RI para interpretar os problemas internacionais de seu tempo. O léxico de autores ligados à perspectiva militarista e geopolítica era incapaz, segundo Angell, de interpretar um mundo em franco processo de globalização através do comércio internacional, das viagens, das comunicações, etc. Angell foi um dos primeiros teóricos das RI a interpretar o processo de interdependência e que percebeu o quanto a linguagem acadêmica inadequada e atávica pode significar para a implementação ou não implementação de políticas adequadas. Nos termos que aqui empregamos, Angell percebeu – e assim ele pode ser criticamente lido e reposicionado – a força dos efeitos de verdade do dispositivo que o cercava, que cercava as RI nascentes na década de 1910. Angell percebeu os efeitos de verdade de saberes internacionais na prática política internacional. Nesse sentido, podemos retomar a leitura de Angell como a expressão de um diagnóstico adequado das relações entre saber e poder nas RI nas primeiras décadas do século 20.

Seguindo a mesma reativação da obra de Angell, poderíamos também reaccessar a obra de E. H. Carr como expressão da preocupação entre as relações da academia e os

³⁹² FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2002, pp.21-23.

poderes estabelecidos. Lembremo-nos da citação que nos serviu de epígrafe: "Whatever my share in starting this business [RI], I do not know that I am particularly proud of it. [...]. What is this thing called international relations in the English speaking countries [senão] the study about how to run the world from positions of strength?"³⁹³. Sua obra mais importante, *Vinte anos de crise*, pode ser interpretada como um grande esforço de superação e de crítica de um dispositivo de saber/poder que dominava as RI naquelas décadas. Não obstante as rixas públicas entre Carr e autores liberais como Alfred Zimmern e Norman Angell, seus projetos se aproximavam nesse sentido. Estes autores se aproximavam no diagnóstico das limitações da imaginação em voga na disciplina em interpretar o mundo de seu tempo. Os remédios que cada um receitava eram claramente diferentes. Carr, longe de ser o realista que alguns erroneamente consideram, como já demonstrado no Capítulo 1, pretendia um equilíbrio entre o realismo e a utopia, entre as interpretações que tomassem o poder como centro da política internacional e as interpretações que almejassem a melhoria e a emancipação através da política internacional. Localiza-se nessa proposta de equilíbrio entre duas perspectivas supostamente antagônicas o valor da obra de Carr e sua necessária reativação para compreendermos a necessidade de superação dos radicalismos teóricos e metodológicos que permeiam as Ciências Humanas em geral e as RI em particular.

A obra de Carr também pode ser reaccessada para fazer uma crítica bastante contundente ao cânone estatista nas RI. Apesar de Carr ser considerado um realista, sua obra é uma das primeiras a contribuir para o redimensionamento do objeto referente da segurança internacional. Carr propõe explícita e nitidamente que as *populações*, os *povos*, sejam o objeto de preocupação da segurança internacional. Carr admite que o foco no estado como unidade do sistema internacional trazia mais problemas do que soluções. Era vital pensar a segurança internacional em termos de *pessoas* mais do que estados; pensar a segurança internacional em termos de direitos à liberdade, alimentação e emprego; necessidades que transcendiam as fronteiras nacionais³⁹⁴. Não é necessário, assim, esperarmos mais de cinco décadas para concluirmos que as RI se preocupem com populações ao invés de estados. Não foi o processo de globalização das décadas de 1990 e 2000 que colocou as pessoas, as populações e os povos no centro das preocupações das RI. Essa preocupação já existia. Ela foi, tão somente, eclipsada e velada por dispositivos específicos de segurança – como o da Guerra Total e da Guerra Fria – que objetivavam estrategicamente elevar o estado como objeto e/ou sujeito das RI, servindo assim para legitimar, ao mesmo tempo, o heroísmo de

³⁹³ COX, Michael. Op. cit., 2001, p.xiii.

³⁹⁴ CARR, Edward H. Op. cit., 2001, p.114.

seus agentes como a necessidade de proteção de populações de ameaças trágicas. Um autor como Carr, mesmo tendo sido um dos clássicos mais citados nas RI, raramente é acessado como um autor que redimensiona as subjetividades e os objetos referentes da segurança internacional. Situa-se nesse velamento um dos efeitos de verdade dos dispositivos que temos estudado.

Ainda no que diz respeito a certo redimensionamento das perspectivas clássicas das RI, poucos intérpretes citam Raymond Aron como um autor preocupado com os processos de globalização e o papel das fronteiras. Também considerado quase com unanimidade como um realista, Aron é frequentemente lembrado por seu conservadorismo. Não obstante, pouco se percebe sua perspicácia interpretativa dos processos de globalização e de intensificação das comunicações e das novas tecnologias e seus impactos na política internacional. Em sua mais célebre obra de Relações Internacionais, *Paz e guerra entre as nações* (1962), Aron salienta, desde o início, a dificuldade em se operar com o conceito de soberania num mundo globalizado e no qual a tecnologia militar já proporcionava ataques entre países desde milhares de quilômetros de distância. "O ímpeto dos conquistadores" que se esgotava com as distâncias, até o início do século 20, deixara de ser uma realidade³⁹⁵.

A suspensão temporal da luta pelo espaço graças aos recursos oferecidos aos povos mediante o crescimento em intensidade coincidem com a transformação do que se poderia chamar sentido do espaço. O sentido do espaço esteve determinado, em cada época, pela ideia que os homens tinham do meio que habitavam, pelo modo de movimento e pelos objetivos que as sociedades davam aos seus litígios.

Contudo,

A humanidade planetária de hoje em dia [1962] imagina seu meio ambiente de forma diferente das civilizações fluviais egípcias, as civilizações de mares fechados, como a dos gregos e romanos, ou as civilizações continentais/oceânicas, como a civilização ocidental, desde as viagens de exploração até nossa época. Já não são as mesmas de ontem as linhas de comunicação ou as linhas estratégicas. O avião conduz os passageiros de Paris a Tóquio, passando pelo polo. Estados Unidos e União Soviética já não estão separados pelo Atlântico ou pela Europa ocidental: dada a velocidade dos bombardeios estratégicos ou da tecnologia balística, estão muito próximos um do outro e, por assim dizer, têm no Grande Norte uma fronteira comum³⁹⁶.

Passagens como estas não são lembradas por leitores de Aron. Também não é lembrado que uma realidade assim já se evidenciava em meados da década de 1960. Assim,

³⁹⁵ ARON, Raymond. Op. Cit., 1985, vol. 1, p. p.256.

³⁹⁶ ARON, Raymond. Op. Cit., 1985, vol. 1, p.262.

uma crítica ao princípio de soberania nas Relações Internacionais não precisa e não deve tomar a globalização das décadas de 1990 e 2000 como referência. O princípio já vinha sendo desafiado nas próprias RI há bastante tempo. Também em John Herz encontramos a crítica à soberania devido à globalização.

A tese de Herz é que o sistema internacional moderno estaria passando (na década de 1950) por uma transformação significativa. Essa transformação dizia respeito à "territorialidade": num mundo de tecnologias militares como a atômica, a proteção de um estado por exércitos, fronteiras, fortificações, etc. deixa de ser possível. A "impermeabilidade" é definitivamente colocada em questão³⁹⁷. Herz via o sistema internacional passando por uma mudança significativa devido à invenção das armas nucleares: "the new weapons developments seem to affect the system of international relations in novel fashion: where formerly innovations, even radical ones, would permit the emergence of more or less stable new systems of some durability, the dynamic of the present [com as armas nucleares] is such as to foreclose any kind of stability"³⁹⁸. Desse modo, "the absence of an effective defense against the new weapons" faz com que a "superioridade" militar perca seu significado³⁹⁹. Herz se questiona a respeito da possibilidade de uma política racional num ambiente como esse: "Will a rational policy remain possible at all"?⁴⁰⁰. E em uma surpreendente analogia com a física clássica e com a teoria da relatividade, Herz relaciona a revolução espacial pelas novas tecnologias com a revolução relativista da física newtoniana:

There is perhaps some similarity between an international structure consisting of impenetrable elemental units with an ensuing measurability of power and comparability of power relations, and the system of classical physics with its measurable forces and the (formerly impenetrable) atom as its basic unit. And as the system of physics so conceived has given way to relativity and what nuclear science has uncovered, so the impenetrability of the political atom, the nation-state, is giving way to permeability which tends to obliterate the very meaning of unit and unity, power and power relations, sovereignty and independence (nossos itálicos)⁴⁰¹.

Empregar obras de autores supostamente realistas para se engajar numa crítica ao princípio de soberania pode parecer absurdo, mas não é bastante instrutivo.

³⁹⁷ HERZ, John. **International politics in the atomic age**. Nova Iorque: Columbia UP, 1959, p.40.

³⁹⁸ HERZ, John. Op. Cit., 1959, p.19.

³⁹⁹ Ibidem, pp.19-20.

⁴⁰⁰ Ibidem, p.35.

⁴⁰¹ Ibidem, p.41.

CONCLUSÃO

Conforme esclarecemos em nossa Introdução, não se trata aqui de uma tese que apresente conclusões ou fechamentos. Almejamos, acima de tudo, as aberturas e as novas possibilidades de questionamento. A presente tese teve como principal objetivo a formulação de uma questão, de um problema, a saber, o problema da função do conhecimento acadêmico em Relações Internacionais em dispositivos de segurança e seus efeitos de verdade. Partindo de leituras da obra de Michel Foucault, pretendemos demonstrar como o conhecimento supostamente científico de uma disciplina acadêmica pode servir politicamente de modo a sustentar e legitimar relações de força através de dispositivos particulares. Valendo-nos de algumas reflexões foucaultianas a esse respeito, nos indagamos a respeito do velamento do terrorismo como problema de segurança internacional ao longo do século 20 e dos efeitos de verdade produzidos pelos dispositivos que condicionaram esse velamento.

Partindo da constatação empírica que o terrorismo foi velado como problema de segurança internacional em todos os clássicos de Relações Internacionais entre 1910 e 2001, empreendemos o questionamento das condições de possibilidade desse velamento. Para tanto, dividimos nossa tese em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, demonstramos como a disciplina se positivou, ou seja, como se deu a constituição da disciplina de RI como campo de conhecimento legítimo; com quais disciplinas acadêmicas e com quais campos do saber ela dialogou. Concluimos que a disciplina de RI em seus anos de institucionalização se fundamentou, basicamente, em leituras da Ciência Política alemã, da biologia, da física e da história. A conjunção desses saberes (*savoirs*) estruturou a disciplina de RI de modo a colocar o estado soberano como principal agente internacional. A função do estado soberano seria defender as populações da tragédia iminente da Guerra Total. Vimos como, após a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Total condicionou a disciplina de RI e funcionou através de um dispositivo de segurança que determinou, em grande medida, os modos de se pensar as alternativas internacionais quanto à segurança internacional. Percebemos, nesse capítulo, que a função política da tragédia foi glorificar o estado como agente responsável e racional na defesa de populações contra a tragédia da Guerra Total. Contudo, nesse dispositivo a guerra permaneceu dentro do espectro da ação política racional como possibilidade de *guerra policial* contra regimes irresponsáveis.

Após as bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki o dispositivo Guerra Total passou por uma rápida reestruturação. Não se tratava mais da guerra como possibilidade política, mas da impossibilidade política da guerra. O discurso do *dispositivo Guerra Total* são rearticulados em *dispositivo Guerra Fria* e as perspectivas de segurança internacional da disciplina passam a funcionar através dele. Assim, no Capítulo 2, vimos como se constituiu o dispositivo Guerra Fria em torno da articulação de discursos de tragédia nuclear. A partir de 1945, com a americanização da disciplina, a tragédia nuclear passa a operar as possibilidades de se pensar a segurança internacional. Há uma clara *otanização* dos problemas de segurança internacional. Isso significa que os problemas internacionais tornaram-se tão somente aqueles problemas internacionais relativos à segurança dos países da OTAN, a saber, os países do Norte. Os problemas de segurança internacional diziam respeito à segurança nuclear. Nesse sentido, a expectativa e a possibilidade sempre "real" de uma guerra nuclear deu o tom das preocupações de segurança. O espectro da ação política racional não mais vislumbrava a guerra como uma possibilidade, mas como a realização da *extinção*. O risco de extinção é o signo que opera o dispositivo Guerra Fria e através do qual se silenciam demais possibilidades de problematização.

Ao terceiro capítulo foi reservada a interpretação do *interregno* entre o final da Guerra Fria – da Guerra Fria mundana – e o Onze de Setembro, ou seja, os anos entre 1990 e 2001. Uma vez que a Guerra Fria – compreendida agora não como um dispositivo, mas como o suposto embate entre as duas superpotências – havia terminado o dispositivo que dava sustentação e pelo qual ela mesma se legitimava também mudou? Nossa pesquisa indicou que não. Apesar das RI terem passado por um momento de reestruturação teórico-metodológica nesse período, a tragédia continuou sendo operacionalizada.

No quarto capítulo, analisamos como os efeitos das verdades produzidas pelos dois dispositivos de segurança da Guerra Total e da Guerra Fria possibilitaram, em última análise, o sucesso da operação do Onze de Setembro. Interpretamos quatro acontecimentos naquelas duas horas de ataques aos Estados Unidos como formas irônicas de se materializarem esses efeitos. Problematizamos nesse capítulo como os discursos de tragédia constituem as subjetividades internacionais; como estes discursos constituem o que consideramos ser as funções dos estados e como estas funções operam estrategicamente em dispositivos de segurança de modo a sustentar relações de força entre sujeitos e referentes. Propomos também, nesse capítulo, ir além da crítica do estado nas RI rumo a uma hermenêutica da tragédia. Isso significa que vislumbramos mais a tragédia do que o estado e

sua soberania como princípio de inteligibilidade das teorias de RI. Julgamos ser mais adequado interpretarmos a tragédia como discurso que permeia a imaginação internacional do que o próprio estado. No último momento do quarto capítulo, propomos algumas leituras alternativas de alguns clássicos de RI de modo a demonstrar como é possível encontrar aberturas em alguns textos clássicos para explorar temas que julgamos ser "novos" ou tributários de certa "globalização". Pretendemos demonstrar que temas "novos" como o terrorismo são bastante antigos e podem ser estudados com conceitos e categorias que já estavam na disciplina há várias décadas. Ou seja, não foi por falta de instrumentos analíticos ou de problematizações que o terrorismo não foi incorporado às RI, mas porque os dispositivos de segurança que operaram a disciplina no século 21 foram articulados através da tragédia, impedindo e velando que o terrorismo fosse problematizado mínima ou adequadamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 9/11 COMMISSION REPORT, The.** Washington, D.C.: United States Senate, 2004.
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: _____. **Dialética do esclarecimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985, pp.17-46.
- ANDERSON, Perry. Internacionalismo: um brevíário. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n.21/22, 2005, pp.13-42.
- ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama.** Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ANGELL, Norman. **A grande ilusão [1910].** Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- ANGELL, Norman. **Peace with the dictators?.** Londres: Hamish Hamilton, 1938.
- ANGELL, Norman. **The fruits of victory.** Londres: W. Collins & Sons, 1921.
- ANGELL, Norman. **The Great Illusion: a study of the relation of military power to national advantage.** Nova Iorque: The Knickerbocker Press, 1913.
- ANGOULEVENT, Anne-Laure. **Hobbes e a moral política.** São Paulo: Papyrus, 1996, p.26.
- AREND, Hugo. Midas e o Choque de Civilizações. **Folha da História**, Porto Alegre, ano IX, maio/junho, 2005, n.75, p.3.
- AREND, Hugo. O 11/9 e seus significados teóricos e políticos para a segurança internacional. In: BORGES, Rosas Maria Zaia; AMARAL, Augusto Jobim do; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos humanos e terrorismo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, pp.79-92.
- AREND, Hugo. Perspectivas de gênero nas relações internacionais. In: OLIVEIRA, Cíntia Roso; PICHLER, Nadir Antonio; CANABARRO, Ronaldo (Orgs.). **Filosofia e homoafetividade.** Passo Fundo: Méritos, 2012, pp.209-222.
- AREND, Hugo. Pós-modernidade e relações internacionais. **Meridiano 47**, 2006, p.15-17.
- AREND, Hugo. Terrorismo extremo e os tensionamentos nas democracias. **Ciências Sociais – Unisinos**, v.41, n.3, 2005, pp.151-162.
- AREND, Hugo. Terrorismo, Cidades e Relações Internacionais na Crise das Fronteiras. **Territórios e Fronteiras**, v.6, 2005, p.3-46.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência [1969].** Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1994.
- ARNOLD TOYNBEE. **Guerra y civilización.** Madrid: Alianza, 1976.
- ARON, Raymond. États démocratiques et états totalitaires [1939]. In: _____. **Machiavel et les tyrannies modernes.** Paris: Biblio, 1993, pp.173-191.
- ARON, Raymond. Le machiavélisme, doctrine des tyrannies modernes [1940]. In: _____. **Machiavel et les tyrannies modernes.** Paris: Biblio, 1993, pp.192-202.
- ARON, Raymond. Le socialisme et la guerre [1939]. In: _____. **Machiavel et les tyrannies modernes.** Paris: Biblio, 1993, pp.323-346.
- ARON, Raymond. **Paz y guerra entre las naciones. Volume I: teoría y sociología [1962].** México, D. F.: FCE, 1985.
- ARON, Raymond. Pode-se limitar a guerra na era atômica? [1955]. In: _____. **Estudos políticos.** Brasília: UnB, 1985, pp.489-502.

- ASHLEY, Richard K. & WALKER, Rob B. J. Reading dissidence/writing the discipline: crisis and the question of sovereignty in International Studies. **International Studies Quarterly**, 34, 1990, pp.367-416.
- ASHLEY, Richard K. Political realism and human interests. **International Studies Quarterly**, vol.25(2), 1981, pp.204-236; ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. In: Keohane, R. (ed.). **Neorealism and its critics**. Nova Iorque: Columbia, 1986, pp.255-300.
- ASHLEY, Richard K. **The political economy of war and peace: the sino-soviet triangle and the modern security *problematique***. Nova Iorque: Nichols Publishing Co., 1980.
- ASHLEY, Richard K. Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy *problematique*. **Millennium – Journal of International Studies**, vol.17(2), 1988, pp.227-262.
- ASHLEY, Richard; WALKER, R. B. J. Introduction: speaking the language of exile: dissident thought in international studies. **International Studies Quarterly**, vol.34(3), Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies, 1990, pp.259-268.
- ASHWORTH, Lucian. **Creating international studies: Angell, Mitrany and the liberal tradition**. Aldershot: Ashgate, 1999.
- ASHWORTH, Lucian. Did the realist/idealist debate really happen? A revisionist history of IR. **International Relations**, vol.16(1), 2002, pp.33-51.
- ASHWORTH, Lucian. Where are the idealists in inter-war IR? **Working Paper**. Limerick: University of Limerick, 2005, 17p.
- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: UNESP/Ufal, 2010.
- AUSTER, P. 2001. E assim começa o século 21. **Folha de São Paulo**, 16 de set., p.16.
- BARTELSON, Jens. **A genealogy of sovereignty [1995]**. Cambridge: CUP, 1996.
- BARTELSON, Jens. **The critique of the state [2001]**. Cambridge: CUP, 2001.
- BEDIN, Gilmar. O realismo político e as RI. In: BEDIN, Gilmar (*et alli*). **Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000, pp.61-158.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia, técnica, arte e política**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986, pp.165-196.
- BENJAMIN, Walter. Teorias do fascismo alemão: Sobre a coletânea *Guerra e guerreiros* editada por Ernst Jünger. In: _____. **Magia, técnica, arte e política**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986, pp.61-72.
- BERKI, R. N. On Marxian thought and the problem of international relations. **World Politics**, vol.24(1), 1971, pp.80-105.
- BERLIN, Isaiah. Meinecke e o historicismo. In: _____. **A força das ideias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp.285-295.
- BOOTH, Ken; DUNNE, Tim. **Terror in our time**. Londres: Routledge, 2012.
- BOWIE, Neil G.; SCHMID, Alex P. Databases on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.294-340.
- BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J. C. **Breve história da ciência moderna, vol 3: das Luzes ao sonho do Dr. Frankenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

- BULL, Hedley. Security and anarchy in international relations. In: BULL, Hedley; BUTTERFIELD, Herbert (Edits.). **Diplomatic investigations: essays on the theory of international politics**[1966]. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1968, pp.35-50.
- BULL, Hedley. **The anarchical society**. Nova Iorque: Columbia UP, 1977
- BULL, Hedley. The theory of international politics (1919-1969) [1972]. In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, pp.30-55.
- BULLOCK, Alan. **Hitler and Stalin: parallel lives**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1992.
- BURNS, Arthur Robert. The treatment of enemy powers. In: MORGENTHAU, Hans J. (Edit.). **Peace, security and the United Nations**. Chicago: Chicago UP, 1946, pp.25-56.
- BUSH, George W. H. **The State of the Union Address**. 29 de Janeiro de 1991.
- BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Unesp, 2013.
- BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. Defining-redefining security. In: DENEMARK, Robert (Edit). **The International Studies Encyclopedia**. Londres: Blackwell Publishing, 2010 (OnLine). (Acesso: 16 de julho de 2010).
- BUZAN, Barry. New Introduction [2009]. In: _____. **People, states and fear: an agenda for international security studies for the post-Cold War era [1991]**. Colchester: ECPR Press, 2009, pp.1-16.
- BUZAN, Barry. **People, states and fear: an agenda for international security studies for the post-Cold War era [1991]**. Colchester: ECPR Press, 2009.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard & JONES, Charles. **The logic of anarchy**. Nova Iorque: Columbia UP, 1993.
- BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, Co.: Lynne-Rienner, 1998.
- CAMPBELL, David. **Writing security: US foreign policy and the politics of identity (Revised Edition)**. Minneapolis: Minnesota UP, 1998 [1992].
- CARR, Edward H. **International relations since the peace treaties**. Londres: Macmillan, 1940.
- CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the study of International Relations [1939]**. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001.
- CASTELLS, Manuel. Guerra das redes. **Folha de São Paulo**, 21 de Setembro de 2001, p.8 (especial).
- CHILLAUD, Matthieu. International relations in France: the 'usual suspects' in a French scientific field of study? **European Political Science**, vol.8, 2009, pp.239-253.
- CHOMSKY, Noam. **Uma nova geração define o limite**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CONFERENCE On International Politics. May 7-8, 1954 (Appendix 1). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, p.239-262.
- COX, Michael. From the first to the second editions of *The twenty-years' crisis: a case of self-censorship?* In: CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the**

- study of International Relations [1939]**. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001, pp.lxxii-lxxxii.
- COX, Michael. Introduction. In: CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the study of International Relations [1939]**. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001, pp.ix-lviii.
- CRENSHAW, Martha. **Explaining terrorism**. Nova Iorque: Routledge, 2011.
- CRONIN, Audrey Kurth. Transnational terrorism and security. In: BROWN, Michael E. (Edit.). **Grave new world: security challenges in the twenty-first century**. Washington, D. C.: Georgetown UP, 2003, pp.279-301.
- DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: RENCONTRE Internationale. **Michel Foucault philosophe**. Paris: Seuil, 1989, pp.185-192.
- DER DERIAN, James. Boundaries of knowledge and power in IR. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. **International/intertextual relations**. Nova Iorque: Lexington, 1989, pp.3-10.
- DERRIDA, Jacques. **Rogues**. Stanford: Stanford UP, 2005.
- DICIONÁRIO DE POLÍTICA INTERNACIONAL**. Lisboa: Avante, 1988.
- DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The choice before us**. Nova Iorque: Dodd, Mead and Co., 1917.
- DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The European anarchy [1916]**. Charleston: Bibliobazaar, 2008.
- DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The International Anarchy (1904-1914)**. Nova Iorque: Century Co., 1926.
- DILLON, Michael. Violence, the messianic and the tragic. In: _____. **Deconstructing international politics**. Londres: Routledge, 2013, pp.147-163.
- DOS PASSOS, John. **Three soldiers [1921]**. Nova Iorque: Penguin, 1997.
- DOUGHERTY, James E. PFALTZGRAFF, Robert L. **RI: as teorias em conflito**. Lisboa: Gradiva, 2003.
- DREIFUSS, René. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo imperio perecerá: teoría sobre las relaciones internacionales [1992]**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- EAGLETON, Terry. **Doce violência: a ideia do trágico [2003]**. São Paulo: Unesp, 2012.
- EAGLETON, Terry. **Doce violência: a ideia do trágico [2003]**. São Paulo: Unesp, 2012.
- EASSON, Joseph J.; SCHMID, Alex P. Appendix 2.1: 250-Plus Academic, Governmental, and Intergovernmental Definitions of Terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.99-157.
- EDITORES DA *NEW LEFT REVIEW*. Prefácio. In: THOMPSON, Edward P. (et alli). **Exterminismo e Guerra Fria [1984]**. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.7-14.
- FARRELL, Theo; RYNNING, Sten; TERRIFF, Terry. **Transforming military power since the Cold War: Britain, France and the United States (1991-2012)**. Cambridge: CUP, 2013.

- FINEL, Bernard; FINLAY, Brian; NOLAN, Janne. The perils of nuclear, biological, and chemical weapons. In: BROWN, Michael E. (Edit.). **Grave new world: security challenges in the twenty-first century**. Washington, D. C.: Georgetown UP, 2003, pp.38-61.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits (1954-1988): Volume I (1954-1975)**. Paris: Gallimard, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.
- FOUCAULT, Michel. **History of sexuality, vol.1: an Introduction**. Nova Iorque: Vintage, 1990.
- FOUCAULT, Michel. La fonction politique de l'intellectuel. In : _____. **Dits et Écrits (1954-1988): Volume II (1976-1988)**. Paris: Gallimard, 2001, pp.113-114
- FOUCAULT, Michel. Prefácio à segunda edição de *A História da Loucura* [1972]. In: _____. **História da Loucura na Idade Clássica [1961]**. São Paulo: Perspectiva, 1991, p.vii-viii.
- FOUCAULT, Michel. **Security, territory, population (Lectures at the Collège de France, 1977-1978)**. Londres: Palgrave/Macmillan, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Subjectivité et vérité. (Curso no Collège de France 1980-1981)**. Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge and The Discourse on Language**. Nova Iorque: Pantheon, 1972.
- FOUCAULT, Michel. What is an author? In: _____. **Aesthetics, method and epistemology**. Nova Iorque: The New Press, 2010, pp.205-222.
- FRANK, Manfred. Sur le concept de discours chez Foucault. In: RENCONTRE Internationale. **Michel Foucault philosophe**. Paris: Seuil, 1989, pp.125-134.
- FUKUYAMA, Francis. A reply to my critics. **The National Interest**, Fall, 1989.
- FUKUYAMA, Francis. Second thoughts. **The National Interest**, Junho, 1999.
- FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Nova Iorque: Avon, 1992.
- FUKUYAMA, Francis. The end of history. **The National Interest**, Summer, 1989.
- FURTADO, Celso. Entrevista. **Folha de São Paulo**, 14 de Setembro de 2001, p.18 (especial).
- GEERTZ, Clifford. **Available light: anthropological reflections on philosophical topics**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GEORGE, Jim. International Relations and the search for thinking space: another view of the Third Debate. **International Studies Quarterly**, Vol. 33(3), 1989, pp. 269-279.
- GEORGE, Jim. Understanding International Relations after the Cold War: probing beyond the Realist legacy. In: SHAPIRO, Michael e ALKER, Hayward R. (edits). **Challenging boundaries**. Minnesota: Univ. of Minnesota Press, 1995, pp.33-82.
- GERGES, Fawaz A. **The rise and fall of Al Qaeda**. Nova Iorque: Oxford, 2011.
- GIERYN, Thomas. **Cultural boundaries of science: credibility on the line**. Chicago: Chicago UP, 1999.
- GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

- GROOM, A. J. R. International Relations in France: a view from across the channel. **European Political Science**, vol.8, 2009, pp.164-174.
- GUELKE, Adrian. **The age of terrorism and the international political system**. Londres: Tauris, 1995.
- GUILHOT, Nicholas. The realist gambit: postwar American political science and the birth of IR theory. In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, pp.128-161.
- GUILHOT, Nicholas. The realist gambit: postwar American Political Science and the birth of IR theory. **International Political Sociology**, vol.2(4), 2008, pp.281-304.
- GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011.
- HALLIDAY, Fred. **Rethinking international relations**. Vancouver: UBC Press, 1994.
- HALLIDAY, Fred. **The making of the Second Cold War [1983]**. Londres: Verso, 1984.
- HANHIMÄKI, Jussi M. & WESTAD, Odd Arne (edits.). **The Cold War: a history in documents and eyewitness accounts**. Londres: Oxford, 2004.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HASLAM, Jonathan. **A necessidade é a maior virtude: o pensamento realista nas relações internacionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HEIDEGGER, Martin. **Identidade e diferença**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- HERZ, John. Idealist internationalism and the security dilemma, **World Politics**, vol.2, n.2, 1950, pp.157-80.
- HERZ, John. **International politics in the atomic age**. Nova Iorque: Columbia UP, 1959.
- HILL, David Jayne. **World organization as affected by the nature of the modern state**. Nova Iorque: Columbia UP, 1911.
- HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Tempos interessantes: uma vida no século 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOFFMANN, Stanley. **Duties beyond borders [1980]**. Nova Iorque: Syracuse UP, 1981.
- HOFFMANN, Stanley. International Relations: An American Social Science. In: _____. **Janus and Minerva**. Boulder: Westview, 1987, p.3-24.
- HOLSTI, Kalev J. Solving the peace and war puzzles? **International Studies Review**. Vol. 11(2), 2009, pp.371.
- HOLSTI, Kalev. The study of international politics during the Cold War. In: DUNNE, Tim, COX, Michael & BOOTH, Ken. **The Eighty Year's Crisis (1919-1999)**. Cambridge: CUP, 1999, pp.17-46.
- HOLSTI, Kalevi J. **Peace and war: armed conflicts and international order (1648-1989) [1991]**. Cambridge: CUP, 1992.

- HOLSTI, Kalevi J. The study of international politics during the Cold War. In: DUNNE, Tim, COX, Michael & BOOTH, Ken. **The Eighty Year's Crisis (1919-1999)**. Cambridge: CUP, 1999, pp.17-46.
- HOLSTI, Kalevi J. War, peace, and the state of the state. **International Political Science Review**, vol.16(4), 1995, pp.319-339.
- HOTZ, Alfred J. Morgenthau's influence on the study of international politics. In: THOMPSON, Kenneth & MYERS, Robert J. **Truth and Tragedy: A tribute to Hans Morgenthau (with an intellectual autobiography by Hans Morgenthau)**. Washington, D.C.: The New Republic Book Co., 1977, pp.316-321.
- HOWARD, Michael. War as an instrument of policy. In: BULL, Hedley; BUTTERFIELD, Herbert (Edits.). **Diplomatic investigations: essays on the theory of international politics[1966]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1968, pp.193-200.
- http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1933/press.html. Acesso: 21/04/2013.
- HUNTINGTON, Samuel P. Entrevista: A história provou que eu tinha razão. **Folha de São Paulo**, 12 de outubro de 2002, p.E3.
- HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações [1996]**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- JONGMAN, Albert J. World Directory of Extremist, Terrorist and Other Organisations Associated with Guerrilla Warfare, Political Violence, Protest, Organised Crime and Cyber-Crime (Appendix 6.2). In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.355-442.
- KALDOR, Mary. After the Cold War. **New Left Review**, 180, 1990.
- KALDOR, Mary. **New and old wars**. Stanford: Stanford UP, 1999.
- KANT, Immanuel. **À paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KEOHANE, Robert. International institutions: two approaches. **International Studies Quarterly**, vol.32(4), 1988, pp.379-396.
- KISSINGER, Henry. Ataque terrorista exige nova resposta. **Folha de São Paulo**, 20 de Setembro de 2001, p.6 (especial).
- KRATOCHWIL, F. Constructing a new orthodoxy? Wendt's Social Theory of International Politics and the constructivist challenge. **Millennium**, vol.29(1), 2000, pp.73-101.
- KRATOCHWIL, Friedrich. **Rules norms and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs [1989]**. Cambridge: CUP, 1995.
- KUBÁLKOVÁ, Vendulka & CRUICKSHANK, Albert. **Marxism and International Relations**. Oxford: OUP, 1989.
- LACQUEUR, Walter. **Terrorism**. Londres: Sphere Books, 1980.
- LAPID, Joseph. Culture's ship: returns and departures in IR theory. In: LAPID, Joseph & KRATOCHWIL, Friedrich (edits.). **The return of culture and identity in IR theory**. Boulder: Lynne Rienner, 1995, pp.3-20.

- LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. (edits.). **Ending the Cold War: interpretations, causations and the study of International Relations**. Londres: Palgrave/Macamillan, 2004.
- LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. What was the Cold War? When and why did it end? In: LEBOW, Richard Ned & HERRMANN, Richard K. (edits.). **Ending the Cold War: interpretations, causations and the study of International Relations**. Londres: Palgrave/Macamillan, 2004, pp.1-30.
- LEGOFF, Jacques. O início da história. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, 14 de abril de 2002, p.14-17.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **A antropologia diante dos problemas do mundo moderno [1986]**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LUM, C.; KENNEDY, L.W.; SHERLEY, A. Strategies related to the prevention, detection, management, and response to terrorism: a Campbell Systematic Review, 2005, p.5. Apud: SCHMID, Alex P. The literature on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.457-597.
- MAGNOLI, Demétrio. A nova guerra mundial. **Folha de São Paulo**, 13 de Setembro de 2001, p.A3.
- MALEUVRE, Didier. **The horizon: a history of our finite longing**. Berkeley: University of California Press, 2011.
- MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael. **Teaching and Research Practices, Views on the Discipline, and policy attitudes of IR Faculty at U.S. Colleges and Universities (TRIP) [2004]**. Williamsburg, Virginia: Teaching, Research, and International Policy Project, 2005.
- MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael. **TRIP Around the World: Teaching, Research and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries [2011]**. Williamsburg, Virginia: Teaching, Research, and International Policy Project, 2012.
- MARSDEN, S. V.; SCHMID, A. P. Typologies of terrorism and political violence. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.158-200.
- McCARNEY, Joseph. Shaping ends: reflections on Fukuyama. **New Left Review**, 202, 1993, pp.36-53.
- MEARSHEIMER, John. Back to the future: instability in Europe after the Cold War. **International Security**, vol.15(1), 1990, pp.5-56.
- MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics**. Nova Iorque: Praeger, 2001.
- MEDVEDEV, Roy; MEDVEDEV, Zhores. A URSS e a corrida armamentista. In: THOMPSON, Edward (et alli). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.160-187.
- MEINECKE, Friedrich. **Machiavellism: the doctrine of *Raison D'état* and its place in modern history [1924]**. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1988.
- MILIBAND, Ralph. Fukuyama and the socialist alternative. **New Left Review**, 193, 1992, pp.108-113.

- MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1949.
- MORGENTHAU, Hans J. **Scientific man versus power politics**. Chicago: UCP, 1946.
- MORGENTHAU, Hans J. **The concept of the political [1933]**. Hampshire: Palgrave-Macmillan, 2012.
- MORGENTHAU, Hans J. The theoretical and practical importance of a theory of International Relations (Appendix 2). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, pp.263-267.
- MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 7ª Edição. Revisada por Kenneth Thompson e W. David Clinton. Nova Iorque: McGraw & Hill, 2006.
- NANCY, Jean-Luc. Após a tragédia. **Terceira Margem**, n.27, 2013, pp.81-107.
- NANCY, Jean-Luc. **Being singular plural**. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- NANCY, Jean-Luc. War, right, sovereignty: techné. In: _____. **Being singular plural**. Stanford: Stanford University Press, 2000, pp.101-144.
- NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. **Empire**. Cambridge.: Harvard UP, 2001.
- NIEBUHR, Reinhold. The moral issue in international relations (Appendix 3). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, pp.269-272.
- NITZE, Paul. The implications of theory for the practice in the conduct of foreign affairs (Appendix 5). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, pp.277-280.
- NOLAN, Cathal J. **The Greenwood Encyclopedia of International Relations (4 vols)**. Westport: Greenwood, 2002.
- NYE Jr., Joseph & LYNN-JONES, Sean. International security studies: a report of a conference on the state of the field. **International Security**, vol.12, n.4, 1988, p.9.pp.5-27.
- OLSON, William. The growth of a discipline. In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, pp.3-29.
- ONUF, Nicholas. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- PATRIOTA, Antonio Aguiar. **O Conselho de Segurança da ONU após a Guerra do Golfo**. Brasília: Instituto Rio Branco/FUNAG/Centro de Estudos Estratégicos, 1998.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Uma política contra o ódio. **Folha de São Paulo**, 17 de Setembro de 2001, p.A3.
- PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- PORTER, Brian. Appendix 1: Holders of the Woodrow Wilson Chair. In: PORTER, Brian (Edit.). **The Aberystwyth Papers: international politics (1919-1969)**. Londres: Oxford UP, 1972, pp.361-369.
- POTTER, Pitman B. **An introduction to the study of international organization**. Londres: G. Bell and Sons, 1929.
- POTTER, Pitman. Political science in the international field. **American Political Science Review**, vol.27, 1923.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introducción a la historia de las relaciones internacionales**. Mexico, DF: FCE, 2001.
- RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- REVISTA Política Externa**, São Paulo, vol.2(4), mar.abr., 1994.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Tratado sobre a economia política. In: _____. **Rousseau e as relações internacionais**. Brasília, D.F.: Universidade de Brasília/Imprensa do Estado de São Paulo, 2003, pp.1-44.
- RUMSFELD, Donald. Talebã não desistirá. **Folha de São Paulo, Caderno Mais!**, 26 de outubro de 2001, p.A12.
- RUSHDIE, Salman. **Shalimar, The Clown**. Nova Iorque: Random House, 2005.
- SACCO, Joe. **Área de segurança Gorazde: a guerra na Bósnia Oriental**. São Paulo: Conrad, 2005.
- SAID, Edward. O choque de ignorâncias. **Folha de São Paulo**, 17 de outubro de 2001, p.A16.
- SALGADO, Sebastião. Quando se vê a morte através da lente. **Folha de São Paulo**, 15 de Setembro de 2001, p.16 (especial).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos antagonismos. **Folha de São Paulo**, 19 de Setembro de 2001, p.A3.
- SATO, Eiiti. Prefácio à nova edição brasileira. In: CARR, Edward H. **Vinte anos de crise (1919-1939)**. Brasília/São Paulo: UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, pp.xiii-xxxv.
- SCHELLING, Thomas C. & HALPERIN, Morton H. **Strategy and arms control**. Nova Iorque: The Twentieth Century Fund, 1961.
- SCHELLING, Thomas C. **Arms and influences [1966]**. New Haven: Yale UP, 2008.
- SCHELLING, Thomas C. Preface to the 1980 edition. In: _____. **The strategy of conflict [1960]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1980, pp.v-vii.
- SCHELLING, Thomas C. **The strategy of conflict [1960]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1980 (5ª Reimpressão).
- SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011.
- SCHMID, Alex P. The literature on terrorism. In: SCHMID, Alex P. (edit.). **The Routledge handbook of terrorism research**. Londres: Routledge, 2011, pp.457-474.

- SCHMIDT, Brian. Anarchy, world politics and the birth of a discipline: American IR, Pluralist theory and the myth of interwar idealism. **International Relations**, vol.16(1), 2002b, pp.9-31.
- SCHMIDT, Brian. Lessons from the past: reassessing the interwar disciplinary history of IR. **International Studies Quarterly**, vol.42, 1998, pp.433-459.
- SCHMIDT, Brian. On the history and historiography of IR. In: CARLSNAES, W., RISSE, T., SIMMONS, B. (eds.). **Handbook of IR**. Londres: SAGE, 2002a, pp.3-22.
- SCHMIDT, Brian. **The political discourse of anarchy**. Nova Iorque: SUNY, 1998.
- SCHMITT, Carl. **The Leviathan in the state theory of Thomas Hobbes: meaning and failure of a political symbol [1938]**. Chicago: Chicago UP, 2008.
- SCHMITT, Carl. **The Nomos of the Earth in the international law of the *Jus Publicum Europaeum* [1950]**. Nova Iorque: Telos Press, 2003.
- SCHMITT, Carl. **The theory of the partisan [1962]**. Nova Iorque: Telos Press, 2007.
- SCHUMAN, Friedrich. **International Politics: an introduction to the Western state system**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1937.
- SEITENFUS, Ricardo. As novas relações internacionais. **Folha de São Paulo**, 25 de Setembro de 2001, p.A3.
- SEN, Amartya. **Identidad y violència: la ilusión del destino [2006]**. Buenos Aires: Katz, 2008.
- SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James (orgs.). **International/intertextual relations**. Nova Iorque: Lexington, 1989.
- SHAPIRO, Michael J. Textualizing global politics. In: SHAPIRO, Michael e DER DERIAN, James. **International/intertextual relations**. Lexington: Lexington Books, 1989, pp.11-22.
- SHAPIRO, Michael. **Cinematic political thought**. Nova Iorque: Nova Iorque UP, 1999.
- SHOTWELL, James T. **War as an instrument of national policy and its renunciation in the pact of Paris**. Londres: Constable, 1929.
- SILKE, Andrew. The impact of 9/11 on research on terrorism. In: RANSTORP, Magnus (edit). **Mapping terrorism research: state of the art, gaps and future directions**. Londres: Routledge, 2006, pp.....
- SIRACUSA, Joseph M. **Nuclear weapons: a very short introduction**. Oxford: Oxford Press, 2008.
- SPENCE, J. E. **Dictionary of International Relations**. Londres: Penguin, 1998.
- SPYKMAN, Nicholas John. **America's strategy in world politics: The United States and the Balance of Power**. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Co., 1942.
- STATE OF THE UNION ADDRESS By the President George W. Bush. 29/01/2002. <https://web.archive.org/web/20090502151928/http://georgewbush.whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso: 15/01/2013.
- THOMPSON, Edward. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In: THOMPSON, Edward (et alli). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.15-57.

- THOMPSON, Kenneth; CLINTON, W. David. Preface. In: MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 7ª Edição – Revisada. Nova Iorque: McGraw & Hill, 2006, p.v-vi.
- TICKNER, Arlene & BLANEY, David (edits.). **Claiming the international**. Londres: Routledge, 2013.
- TICKNER, Arlene & BLANEY, David (edits.). **Thinking international relations differently**. London: Rutledge, 2012.
- TICKNER, Arlene; WEAVER, OLE (edit.). **International relations around the world: worlding beyond the West**. Londres: Routledge, 2009.
- TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**. Nova Iorque: Columbia, 1992.
- VALERY, Paul. **Regards sur le monde actuel [1931]**. Paris: Gallimard, 1945.
- VIRILIO, Paul. “Nueva York delira”. In: _____. **Un paisaje de acontecimientos**. Buenos Aires, Paidós, 1999, pp.53-58.
- VIRILIO, Paul. Entrevista a Octavio Martí. **Folha de São Paulo**, 25 de Setembro de 2001, p.8, Caderno Especial.
- VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- WALKER, R. B. J. (editor). **Culture, ideology and world order**. Boulder: Westview Press, 1984.
- WALKER, R. B. J. **After the globe/before the world**. New York: Routledge, 2009.
- WALKER, R. B. J. History and structure in the theory of IR (1989). In: DER DERIAN, James (edit.). **International theory: critical investigations**. Londres: Macmillan, 1995, pp.308-339.
- WALKER, R. B. J. **One world/Many worlds**. Boulder: Lynne Rienner, 1988.
- WALKER, R. e ASHLEY, R. Reading dissidence/writing the discipline. In: LINKLATER, Andrew. (edit.). **IR: Critical concepts in Political Science**. Londres: Routledge, 2000, vol.1, pp.126-189.
- WALKER, Robert B. J. **Inside/outside [1992]**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- WALTZ, Kenneth. **Man, the state and war [1954]**. Nova Iorque: Columbia UP, 2001.
- WALTZ, Kenneth. Structural realism after the Cold War. **International Security**, vol.25(1), 2000, pp.5-41.
- WALTZ, Kenneth. The emerging structure of international politics. **International Security**, vol.18, n.2, 1993, p.44-79.
- WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.
- WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos [1977]**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WEBER, Max. The profession and vocation of politics [1919]. In: _____. **Political writings**. Cambridge: Cambridge UP, 2005, pp.309-369.
- WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, vol.46(2), 1992, pp.391-425.

- WENDT, Alexander. Identity formation and the international state. **The American Political Science Review**, vol.88(2), 1994, pp.384-396.
- WENDT, Alexander. **Social theory of international politics [1999]**. Cambridge: CUP, 2007.
- WENDT, Alexander. The agent-structure problem in International Relations. **International Organization**, vol.41(3), 1987, pp.335-370.
- WIGHT, Martin. **A política do poder [1946]**. Brasília: UnB, 1985.
- WIGHT, Martin. De systematibus civitatum [c.1977]. In: LINKLATER, Andrew. **IR: critical concepts in political science (5 vols)**. Londres: Routledge, 2000, pp.1253-1273.
- WIGHT, Martin. Why is there no international theory? In: DER DERIAN, James (edit.). **International theory: critical investigations**. Londres: Macmillan, 1995, pp.15-35.
- WILSON, Peter. The myth of the 'First Great Debate'. In: DUNNE, Tim, COX, Michael & BOOTH, Ken. **The Eighty Year's Crisis (1919-1999)**. Cambridge: CUP, 1999, pp.1-16.
- WOLFERS, Arnold. Theory of international politics: its merit and advancement (Appendix 6). In: GUILHOT, Nicolas (Edit.). **The invention of IR theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia UP, 2011, pp.281-284.
- WOODWARD, Bob. **Bush em Guerra**. São Paulo: Arx, 2003.
- WOOLF, Leonard. **The framework of a lasting peace**. Londres: George Allen & Unwin, 1917.
- WOOLF, Virginia. **Mrs. Dalloway**. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- WRIGHT, Quincy. **A guerra [1942; c.1964]**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.
- ZIMMERN, Alfred. **Europe in convalescence**. Londres: Mills & Boon, 1921.
- ZIMMERN, Alfred. **Nationality and government (with other war-time essays)**. Londres: Chatto & Windos, 1918.
- ZIMMERN, Alfred. **Spiritual values and world affairs**. Oxford: Clarendon, 1939.
- ZIMMERN, Alfred. **The League of Nations and the Rule of Law (1918-35)**. Londres: Macmillan, 1936.

ANEXO

Textos Clássicos de Relações Internacionais
(1910-2015)

1910-1920

ANGELL, Norman. **A grande ilusão [1910]**. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The choice before us**. Nova Iorque: Dodd, Mead and Co., 1917.

DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The European anarchy [1916]**. Charleston: Bibliobazaar, 2008.

ZIMMERN, Alfred. **Nationality and government (with other war-time essays)**. Londres: Chatto & Windos, 1918.

1920-1929

ANGELL, Norman. **The fruits of victory**. Londres: W. Collins & Sons, 1921.

DICKINSON, Goldsworthy Lowes. **The International Anarchy (1904-1914)**. NY: Century Co., 1926.

POTTER, Pitman B. **An introduction to the study of international organization**. Londres: G. Bell and Sons, 1929.

ZIMMERN, Alfred. **Europe in convalescence**. Londres: Mills & Boon, 1921.

1930-1939

ANGELL, Norman. **Peace with the dictators?**. Londres: Hamish Hamilton, 1938.

CARR, Edward H. **The Twenty-years' Crisis: an introduction to the study of International Relations [1939]**. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2001.

MORGENTHAU, Hans J. **The concept of the political [1933]**. Hampshire: Palgrave-Macmillan, 2012.

SCHUMAN, Friedrich. **International Politics: an introduction to the Western state system**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1937.

ZIMMERN, Alfred. **The League of Nations and the Rule of Law (1918-35)**. Londres: Macmillan, 1936.

1940-1949

CARR, Edward H. **International relations since the peace treaties**. Londres: Macmillan, 1940.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1949.

MORGENTHAU, Hans J. **Scientific man versus power politics**. Chicago: UCP, 1946.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's strategy in world politics: The United States and the Balance of Power**. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Co., 1942.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: UnB, 1985.

WRIGHT, Quincy. **A guerra [1942]**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

1950-1959

HERZ, John. Idealist internationalism and the security dilemma. **World Politics**, vol.2, n.2, 1950, pp.157–80.

HERZ, John. **International politics in the atomic age**. Nova Iorque: Columbia UP, 1959.

KAPLAN, Morton A. **System and process in international politics [1957]**. Essex: ECPR, 2005.

MORGENTHAU, Hans J. **In defense of the national interest: a critical examination of American foreign policy [1951]**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1951.

WALTZ, Kenneth. **Man, the state and war: a theoretical analysis**. Nova Iorque: Columbia UP, 2001.

WOLFERS, Arnold. **Alliance policy in the Cold War**. Baltimore: Johns Hopkins, 1959.

1960-1969

ARON, Raymond. **Paz y guerra entre las naciones [1962]**. México, D. F.: FCE, 1985, 2 vols.

HAAS, Ernst B. **Beyond the nation-state: functionalism and international organization [1964]**. Essex: ECPR Press, 2008.

MORGENTHAU, Hans J. **The decline of democratic politics. [1958-1962]**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

MORGENTHAU, Hans J. **Truth and power: essays of a decade (1960-1970)**. Nova Iorque: Praeger, 1970.

SCHELLING, Thomas C. & HALPERIN, Morton H. **Strategy and arms control**. Nova Iorque: The Twentieth Century Fund, 1961.

SCHELLING, Thomas C. **Arms and influences [1966]**. New Haven: Yale UP, 2008.

SCHELLING, Thomas C. **The strategy of conflict [1960]**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1980.

WIGHT, Martin; BUTTERFIELD, Herbert (Edits.). **Diplomatic investigations: essays in the theory of international politics**. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 1968. (Contém os textos: *Why is there no International theory* (1961), de Martin Wight; *Society and anarchy* e *The Grotian conception of international society*, de Hedley Bull).

WOLFERS, Arnold. **Discord and collaboration: essays on international politics [1962]**. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1967.

1970-1979

BULL, Hedley. **The anarchical society**. Nova Iorque: Columbia UP, 1977.

KAPLAN, Morton A. **The life and death of the cold War: selected studies in postwar statecraft [1976]**. Chicago: Nelson Hall, 1976.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. **Power and interdependence [1977]**. Nova Iorque: Harper Collins, 1989.

MORGENTHAU, Hans J. **Science: servant or master?** Nova Iorque: New American Library, 1972.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas [1977]**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WIGHT, Martin. De systematibus civitatum [c.1977]. In: LINKLATER, Andrew. **IR: critical concepts in political science (5 vols)**. Londres: Routledge, 2000, pp.1253-1273.

1980-1989

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: CUP, 1981.

HOFFMANN, Stanley. **Duties beyond borders [1980]**. Nova Iorque: Syracuse UP, 1981.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. São Paulo: Campus, 1989.

KEOHANE, Robert. **After hegemony [1984]**. Princeton: Princeton UP, 2005.

KEOHANE, Robert. **Neorealism and its critics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986.

KRATOCHWIL, Friedrich. **Rules norms and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs [1989]**. Cambridge: CUP, 1995.

NYE Jr., Joseph. **Nuclear ethics [1986]**. Nova Iorque: Macmillan/Free Press, 1988.

ONUF, Nicholas. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia: Univ. of South Carolina Press, 1989.

1990-1999

BUZAN, Barry. **People, states and fear: an agenda for international security studies for the post-Cold War era [1991]**. Colchester: ECPR Press, 2009.

BUZAN, Barry; WAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, Co.: Lynne-Rienner, 1998.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo imperio perecerá: teoría sobre las relaciones internacionales [1992]**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1998.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Nova Iorque: Avon, 1992.

HOLSTI, Kalevi J. **Peace and war: armed conflicts and international order (1648-1989) [1991]**. Cambridge: CUP, 1992.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994.

MEARSHEIMER, John. Back to the future: instability in Europe after the Cold War. **International Security**, vol.15(1), 1990, pp.5-56.

WALKER, Robert B. J. **Inside/outside [1992]**. Cambridge: CUP, 2001.

WALTZ, Kenneth. The emerging structure of international politics. **International Security**, vol.18, n.2, 1993, p.44.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, vol.46(2), 1992, pp.391-425.

WENDT, Alexander. Identity formation and the international state. **The American Political Science Review**, vol.88(2), 1994, pp.384-396.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics [1999]**. Cambridge: CUP, 2007.

2000-2009

MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics**. Nova Iorque: Praeger, 2001.

NYE Jr., Joseph. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

NYE Jr., Joseph. **Understanding international conflicts**. Nova Iorque: Pearson Longmann, 2007.

WALTZ, Kenneth & SAGAN, Scott D. **The spread of nuclear weapons**. Nova Iorque: W. W. Norton, 2003.

WALTZ, Kenneth. Structural realism after the Cold War. **International Security**, vol.25(1), 2000, pp.5-41.

2010-2015

BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional [2012]**. São Paulo: Unesp, 2013.

NYE Jr., Joseph S. **O futuro do poder [2011]**. São Paulo: Benvirá, 2012.